

LOGOS

Comunicação e Universidade
PPGCOM UERJ
VOL. 26 N. 1



COMUNICAÇÃO, TERRITÓRIOS
E RE-EXISTÊNCIAS - volume 2

LOGOS

Vol.26. Nº01. 2019

51

Comunicação, territórios
e re-existências 2

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UERJ

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/Rede Sirius/PROTAT

L832 **Logos: Comunicação & Universidade - Vol. 1, N° 1 (1990)**
- . - Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social,
1990 -

Semestral

E-ISSN 1982-2391 | ISSN 0104-9933

**1. Comunicação - Periódicos. 2. Teoria da informação
-Periódicos. 3. Comunicação e cultura - Periódicos.
4. Sociologia - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio
de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.**

CDU 007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

REITOR

Ruy Garcia Marques

VICE-REITORA

Maria Georgina Muniz Washington

SUB-REITORA DE GRADUAÇÃO

Tania Maria de Castro Carvalho Netto

SUB-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Egberto Gaspar de Moura

SUB-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA

Elaine Ferreira Torres

DIRETOR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES

Lincoln Tavares Silva

FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

DIRETOR

João Pedro Dias Vieira

VICE-DIRETOR

Márcio Gonçalves

LOGOS - EDIÇÃO Nº 51 - VOL 26, Nº01, 2019

Logos: Comunicação, territórios e re-existências 2 (E-ISSN 1982-2391 | ISSN 0104-9933) é uma publicação acadêmica semestral da Faculdade de Comunicação Social da UERJ e de seu Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGC) que reúne artigos inéditos de pesquisadores nacionais e internacionais, enfocando o universo interdisciplinar da comunicação em suas múltiplas formas, objetos, teorias e metodologias. A revista destaca a cada número uma temática central, foco dos artigos principais, mas também abre espaço para trabalhos de pesquisa dos campos das ciências humanas e sociais considerados relevantes pelos Conselhos Editorial e Científico. Os artigos recebidos são avaliados por membros dos conselhos e selecionados para publicação. Pequenos ajustes podem ser feitos durante o processo de edição e revisão dos textos aceitos. Maiores modificações serão solicitadas aos autores. Não serão aceitos artigos fora do formato e tamanho indicados nas orientações editoriais e que não venham acompanhados pelos resumos em português, inglês e espanhol.

EDITORES

Diego Paleólogo, Márcio Gonçalves e Patricia Rebello

PARECERISTAS DESTE NÚMERO

Rafael de Oliveira Barbosa, Adilson Cabral Filho
Leonardo de Marchi, Antônio Carlos Amâncio, Eliska Altmann, Talitha Ferraz,
Fausto Amaro Ribeiro Picoreli Montanha e Márcio Andrade.

CONSELHOS EDITORIAL E CIENTÍFICO

Alessandra Aldé (UERJ)
Danielle Rocha Pitta (UFPE)
Denise da Costa Oliveira Siqueira (UERJ)
Fátima Quintas (Fundação Gilberto Freyre)
Henri Pierre Jeudi (CNRS-França)
Ismar de Oliveira Soares (USP)
Luis Custódio da Silva (UFPB)
Luiz Felipe Baêta Neves (UERJ)
Márcio Gonçalves (UERJ)
Michel Maffesoli (Paris-Descartes/Sorbonne)
Nelly de Camargo (USP)
Nízia Villaça (UFRJ)
Patrick Tacussel (Université de Montpellier)
Patrick Wattier (Université de Strassbourg)
Paulo Pinheiro (UniRio)
Ricardo Ferreira Freitas (UERJ)
Robert Shields (Carleton University/Canadá)
Ronaldo Helal (UERJ)

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

Revista Logos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Comunicação Social

Programa de Pós-graduação em Comunicação

Rua São Francisco Xavier, 524/10º andar, sala 10.129, Bloco F

Maracanã

20550-013 – Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Tel: (21) 2334-0757

E-mail: logos@uerj.br

Website: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos>

PROJETO GRÁFICO

Diego Paleólogo e Celeste Ribeiro

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Celeste Ribeiro

CAPA

Diego Paleólogo

REVISÃO DESTE NÚMERO

Patricia Rebello, Márcio Gonçalves e Diego Paleólogo



Sumário

- 9** “Vem pro baile, vem pra rua”: Territorialidades, estilos e identidades em um baile black no Rio de Janeiro
Luciana Xavier de Oliveira
- 25** Tantas cidades: experiência e disputas discursivas a partir da música do BaianaSystem, em Salvador-BA
Jorge Cunha Cardoso Filho e Daniel Oliveira de Farias
- 42** Batalhas sônicas: disputas territoriais do Congo
Thaíse Valentim Madeira e Pedro Silva Marra
- 59** A atuação da mídia em processos de gentrificação: um estudo sobre o Morro Santa Terezinha, em Fortaleza, Brasil
Sílvia Helena Belmino e João Flávio Menezes Amaral
- 75** Quilombos virtuais: as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais
Cristiano Henrique dos Santos e Renata Nascimento da Silva
- 93** A experiência da Praia da Estação: outras narrativas, multiterritorialidade e resistências no centro de Belo Horizonte
Milene Migliano
- 111** Nós na perspectiva deles: a tragédia do Paissandu e a representação midiática dos movimentos de moradia em São Paulo
Cilene Victor, Roberto Chiachiri e Talita Gonsales Correio
- 130** Do Príncipe ao Príncipe Digital: transformações nas estruturas de poder, liderança e hegemonia
Maíra Bittencourt
- 154** As transformações da expertise sobre saúde na cultura contemporânea: uma análise do Instagram da Bela Gil
Igor Sacramento, Maria Eduarda Ledo Martins de Abreu, Guadio Uchôa Ney e Luisa Lopes
- 175** Lula 2018: estratégias de campanha permanente no Facebook
Rejane de Oliveira Pozobon e Andressa Dembogurski Ribeiro
- 191** Ideologia e Poder: As Relações de Dominação em *Força-Tarefa* (2009)
Andrei Maurey
- 207** Narrativas fílmicas e narrativas de cidades: Nova York e a comédia romântica hollywoodiana pós-11 de setembro
Carolina Oliveira do Amaral
- 225** Olhando as pornochanchadas: modos de visibilidade e percepção em *A Dama do Lotação* e *As Cangaceiras Eróticas*
Guilherme Fumeo Almeida e Cristiane Freitas Gutfreind
- 243** Rotinas produtivas e atuação jornalística: o rádio no Sul do Maranhão
Graziela Soares Bianchi e Nayane Cristina Rodrigues de Brito

EDITORIAL

A relevância e urgência de se pensar os agenciamentos entre os campos da Comunicação Social, Territorialidades e a capacidade de re-existir nos espaços culturais é patente na atualidade. Por isso a Logos dedica outro número a esses temas.

Considerando que não há territorialidade sem desterritorialização e reterritorialização, como ensinaram Deleuze e Guattari, trata-se sempre de considerar processos, tanto materiais quanto simbólicos, em devir e em estado permanente de inacabamento. Nesse sentido, os espaço-tempos são arena constante de luta e disputa. Existir, nessa perspectiva, é sempre também insistir e resistir, não no sentido reativo de uma ação segunda em face de uma força primeira, mas, mais profundamente, como resistir às coagulações do tempo e dos processos vitais.

O segundo volume traz artigos que pensam, observam e tencionam territórios, corpos, cidades e imagens. A emergência se faz visível em um cenário de disputa de narrativas e políticas do visível e do invisível. O tema do dossiê dialoga com a linha de pesquisa *Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade*, do PPGCOM-UERJ.

A comunicação, na charneira entre existir, territorializar, resistir, insistir, reterritorializar, desterritorializar, ganha, então, uma dimensão ética essencial. Os textos que seguem, cada qual em sua perspectiva própria, tematizam esse universo de processos comunicacionais. Dos estilos e identidades reafirmados nos bailes de rua, que a um só tempo desafiam e atualizam uma noção de “ordem pública”, reinventando um projeto de cidade que só se torna possível nas negociações com os cidadãos, atores que investem a cena de afetos e sentido; das renovações que surgem a partir dos novos cenários midiáticos, se desdobrando e atravessando o espaço físico por meio de redes e manifestações, palavras de ordem e textos no limite dos 280 caracteres.

E como a dinâmica da vida só pode avançar através de subversões e tensionamentos de imagens e palavras, inevitáveis são as reinvenções nos territórios das imagens e narrativas que, de certa forma, nos parecem velhas conhecidas (como a TV, o cinema e o rádio). Revirar os colchões da zona de conforto, cutucar os sentimentos apaziguados pelos poderes nos parece o melhor e mais belo sentido da palavra “resistir” nos termos contemporâneos.

“Vem pro baile, vem pra rua”¹:

Territorialidades, estilos e identidades em um baile black no Rio de Janeiro^{2 3}

*“Come to the dance,
come to the street”:*

*Territorialities, styles and identities in a street black
dance in Rio de Janeiro*

Luciana Xavier de Oliveira

Bacharelado em Ciências e Humanidades e Bacharelado em Planejamento Territorial

Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS)
UFABC - Universidade Federal do ABC

Docente Adjunta do Bacharelado em Ciências e Humanidades e do Bacharelado em Planejamento Territorial da Universidade Federal do ABC. Doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Mestrado em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia (2008). Realizou estágio doutoral na Tulane University, Nova Orleans, EUA (2014) e na Universidade de Tübingen, Alemanha (2016). Atua principalmente nas áreas de Mídia e Comunicação, Estudos Culturais, Música Popular, Identidade Afro-Brasileira.

RESUMO

A proposta desse artigo é compreender como uma festa de rua carioca se configura como um território agenciador de sociabilidades alternativas e de processos de identificação tensivos, utilizando conceitos como estilo (Hebdige, 1979) e cena musical (Straw, 2006). Para isso, foi realizado o estudo de caso do Baile Black Bom, evento musical realizado periodicamente na zona portuária do Rio de Janeiro. A partir dessa análise, busca-se compreender o estabelecimento de novas territorialidades em um espaço em disputa na cidade, diante da formação de alianças em torno do consumo coletivo da música e de formulações identitárias negras que configuram diferentes estratégias político-culturais e estabelecem territorialidades alternativas no espaço urbano.

Palavras-Chave: Cenas Musicais, Estilo, Identidade Negra.

ABSTRACT

The proposal of this article is to understand how a carioca street party is configured as a territory of alternative sociabilities and tensional identification processes, using concepts such as style (Hebdige, 1979) and music scene (Straw, 2006). For this, was made a case study of the Baile Black Bom, a musical event that occurs periodically in the port area of Rio de Janeiro. From this analysis, we aim to understand the establishment of new territorialities in dispute, on the formation of alliances around the collective consumption of music and on the black identities that configures different cultural politics strategies and stablish alternative territorialities in the urban space.

Keywords: Music Scenes, Style, Black Identity

Introdução

A proposta desse artigo consiste em compreender novas estratégias interpretativas desenvolvidas no âmbito dos territórios das cenas musicais (STRAW, 2006; FREIRE FILHO & MARQUES, 2006; JANOTTI JR., 2012) no que tange à configuração de performances, processos de identificação e estilos (HEBDIGE, 1979), a partir do estudo de caso de uma cena musical específica, o Baile Black Bom, realizado regularmente na região portuária da cidade do Rio de Janeiro. A partir de pesquisa empírica realizada desde 2016 que conjugou observações de campo à coleta, seleção e análise de matérias veiculadas na mídia impressa tradicional, sites da Internet e material disponibilizado em plataformas online de redes sociais, o estudo de caso dessa cena musical específica apresentou uma oportunidade de compreender interações e conexões entre música popular massiva, estilos, racialidades e territorialidades que parecem gerar discursos identitários, ancorados em diferentes proposições do que seria o “ser negro” e o “ser brasileiro” na contemporaneidade.

Para isso, convém brevemente apresentar o conceito de cena musical que tem recentemente sido alvo de extenso debate no Brasil especialmente no campo da comunicação. De fato, o conceito imerge da crítica e do próprio jornalismo musical, e foi tema de pesquisas importantes de teóricos dos Estudos Culturais como Straw, 2006; Berger, 1999; Kahn-Harris, 2000; Baulch, 2003, entre outros, que desenvolveram a discussão sobre essa ferramenta conceitual em substituição às ideias de subcultura ou de comunidade musical. Academicamente, a apropriação da noção de cena musical foi desenvolvida no sentido de auxiliar na interpretação de um conjunto de práticas sociais, econômicas, comunicacionais e estéticas que se articulam em torno do consumo da música nos espaços urbanos. Esses contextos sinalizam especialmente para “uma ambiência social, onde os objetos, ruas, clubes, bares, equipamentos, aparelhos, prédios e palcos formam um contexto material para as interações culturais entre indivíduos e grupos” (TROTТА, 2013, p. 1).

As cenas musicais vão além das sonoridades e das interações sociais, e repercutem aspectos ligados ao consumo e às políticas culturais, funcionando como um terreno, por vezes instável e movediço, de ligação entre identidades, etnicidades, territorialidades e dramatizações de estilos e linguagens distintas, como é o caso do Baile Black Bom, organizado periodicamente na Pedra do Sal, praça localizada na região portuária da cidade. Nesse território significativo, os estilos desenvolvimentos no momento e para além da festa são utilizados como instrumentos de expressão de uma identidade negra

transversal e transcultural, recompondo trajetos subjetivos em processos desiguais e tensivos de comunicação e produção de subjetividades.

Essa cena específica aponta para circuitos midiáticos alternativos de transmissão de informações e imaginários, oferecendo um espaço de encontro e reconhecimento para os sujeitos participantes daquela comunidade, em contato com uma produção cultural transnacional, que gera valores e discursos específicos para uma certa negritude brasileira. Nesse sentido, o Baile Black Bom assume um caráter fundamentalmente cosmopolita, estabelecido em meio aos fluxos culturais e imagéticos no contexto da globalização. A partir de novas criações, adaptações e cosmopolitismos híbridos periféricos forjados em espaços deslocados e subalternos, essa cena serve como uma forma de seus participantes estabelecerem suas próprias formas de ingressar na contemporaneidade e no fluxo de produtos e informações.

Nesse sentido, a cena musical do Baile Black Bom se estabelece como um território comunicativo e estrutura novas territorialidades, dadas a partir de fluxos de mediação e valores, agenciando sociabilidades alternativas e produções culturais subalternas. Essas territorialidades, fundadas na relação dos indivíduos com o lugar se organizam materialmente em uma geografia periferalizada (apesar de próxima ao centro da cidade) e simbólica, a partir de uma construção identitária que passa pela performatização de um estilo específico, traduzindo um sentimento de pertencimento territorial coletivo (ALBAGLI, 2004, p. 28). Esse estilo, que é partilhado coletivamente, aciona traços de uma ancestralidade construída e de um discurso racial performatizado no momento da festa, de maneira transitória e conflituosa, mas fundamentalmente política, que deixa vestígios no cotidiano da cidade.

Assim, entender a cena se dá no sentido muito mais produtivo de um processo que se desenvolve e se reconfigura através da história, e toma corpo na sociedade. Não é algo unitário ou transparente. Mas é coerente, no sentido de ser constituído por um conjunto permanentemente remoldável de interesses, conceitos, práticas, virtudes, compromissos, identidades, desejos e aspirações. Ou seja, uma cena não pode ser pensada como uma vida sem conflito, alteração, tensionamentos ou instabilidade, como o é a própria cultura. (CARDOSO FILHO e OLIVEIRA, 2013, p.14-15).

O território do baile

Apesar de assumir também um formato itinerante, o Baile Black Bom teve suas primeiras edições mensais realizadas ao ar livre, no largo João da Baiana,

onde está localizada a Pedra do Sal. O largo é ladeado duas escadarias, que ligam a praça às encostas do Morro da Conceição. A Pedra do Sal é a principal delas, uma formação de granito com uma escadaria esculpida na pedra, talhada no século XIX por moradores que habitavam o local e trabalhavam no embarque e desembarque do sal nos navios ancorados no porto localizado nas proximidades da região. Por conta disso, a área está historicamente interligada à presença escrava no Rio de Janeiro e ao surgimento do samba, e foi um cenário importante também para práticas religiosas afro-brasileiras. Nos séculos XVII e XVIII a zona portuária do centro do Rio foi um dos principais locais de desembarque de navios negreiros do país. Localizada no bairro da Saúde, região portuária da cidade, a Pedra do Sal era um dos vértices da Pequena África, onde viviam estivadores, escravos e libertos, e onde alguns grupos de negros originários da Bahia se fixaram em meados do século XIX.

Ponto de referência da cultura afro-brasileira, lá viveram e circularam personalidades famosas como Machado de Assis, Tia Ciata, Donga, João da Baiana e Pixinguinha. No local, há ainda uma comunidade de remanescentes quilombolas, e em 1984 foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro. Tanto a Pedra do Sal quanto outros pontos da região têm sido alvo de políticas de revitalização, ações culturais e turísticas, especialmente por conta da realização na cidade de grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. É uma zona residencial, com os antigos sobrados habitados, pontos comerciais de pequeno e médio porte e algumas poucas edificações mais recentes, que abrigam órgãos públicos. A área está localizada na região que engloba os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, contando com o Morro da Conceição, Livramento, Providência e Morro do Pinto, integrantes da Zona Portuária do Rio de Janeiro. Apesar de intensamente povoada, especialmente por moradores de classe média baixa e pobre, notadamente negros, é uma região que enfrentou anos de precarização, e conta com prédios e galpões vazios abandonados. Nas palavras do pesquisador Carlos Eugênio Líbano Soares (2013, p. 17), era como se a Pequena África fossem uma espécie de “pequena Zona Norte” carioca ou um “gueto dentro do coração da cidade”, marginalizado e esquecido pelo poder público, especialmente excluído do discurso oficial de formação da cidade.

Aproximadamente, nos últimos 10 anos, a região (especialmente nas proximidades da Praça Mauá) passou por uma importante revitalização e gentrificação, desencadeada tanto pelo poder público quanto pela ação de produtores culturais independentes, muitas vezes conectados a movimentos sociais. A Zona Portuária passou a abrigar uma diversidade de atividades

culturais, como blocos de carnaval, rodas de samba, shows de jazz e feiras comunitárias. Nas imediações, há ainda bares, restaurantes, casas de samba e a área tem recebido maior atenção do poder público e de produtores culturais independentes. Esse é o exemplo do Baile Black Bom, criado pelos integrantes da banda Consciência Tranquila, que também se apresenta durante o baile. Na verdade o baile foi criado com o pretexto de servir justamente como plataforma para a apresentação da banda formada pelos cantores e rappers Antônio Consciência, Sami Brasil, Carrão Beatbox, Alan Camargo e Igor Swed, além de mais seis músicos contratados⁴, como uma estratégia para permitir que o grupo se apresentasse, já que são poucos os espaços na cidade para se tocar black music, segundo a cantora e produtora Sami Brasil (FARIAS, 2016). O baile, efetivamente, teve início em 2013 e era realizado no segundo sábado de cada mês⁵. Além do show ao vivo, o evento conta com a participação de DJs, a realização de uma feira de afroempreendedores, workshops diversos, aulas de dança, rodas de conversa, exposições fotográficas, projeções de vídeos, lançamentos de livros, dentre outras atividades culturais.

A festa tem atraído um público cada vez maior, reunindo cerca de 4 a 5 mil pessoas. Os organizadores contam com um pequeno apoio da prefeitura que oferece alguns banheiros químicos para acesso do público, e autoriza a realização do evento. Há ainda patrocínio de comerciantes locais para a instalação da infraestrutura de iluminação e som. Mas não raramente, há interdições por parte do poder público, em nome da “ordem pública”, e pode faltar de patrocínio, ocasionando o cancelamento do evento. Os bailes, que ocorrem na rua, possuem entrada é gratuita, democratizando o acesso em uma região estratégica da cidade, contemplada por diferentes modais de transporte público, e seu horário de realização (de 17h à meia noite), favorece especialmente pessoas que dependem do transporte público para se deslocar, especialmente aqueles que moram em regiões mais distantes (o horário também se justifica pelo fato da região ser residencial). No local, as paredes são decoradas por grafites, em geral com temas relacionados ao hip hop ou representando elementos da cultura afro-brasileira. Há também placas turísticas sinalizando pontos de interesse ou contando a história do local e, de fato, o evento tem atraído uma quantidade expressiva de turistas, especialmente quando realizado durante o verão.

Na feira de afroempreendedores, geralmente são vendidos artigos que possam ser lidos com alguma relação com uma estética “afro” (turbantes, batas, camisetas, bijuterias, peças artesanais geralmente de cores fortes e contrastantes, ou com uma estampa que lembre essa estética africana), e no caso da venda de alimentos, que estes sejam relacionados a uma culinária

tradicional negra brasileira (como comida baiana, ou pratos típicos cariocas como feijoada, mocotó). Geralmente, expositoras negras vendem faixas de cabelo e turbantes e os compradores, brancos, negros e pardos, podem solicitar que a vendedora realize as amarrações do turbante comprado, em uma preparação para o baile que já está em andamento. As elaboradas torções e designs diferentes dos turbantes construídos naquele momento são acompanhadas com interesse por passantes, como uma exibição pública de uma arte e funcionando como chamariz para novos clientes. Alguns expositores vendem ainda tecidos africanos originais, conjugados com peças como lenços, batas, vestidos que podem ter origem na Índia ou Indonésia, ou ainda confeccionados artesanalmente. Esse tipo de estética também é exibido pelos frequentadores do baile, em um exercício de bricolagem (HEBDIGE, 1979), em que objetos de diferentes origens são misturados e a eles são atribuídos sentidos diversos, ligando esses signos a um sistema cultural em construção, com uma finalidade política.

Frequentemente, há vendedores disponibilizando bijuterias de modelos variados, alguns artesanais, outros *made in China*, de tamanhos maiores, como argolas de aço, ou pendentes de níquel, de diferentes dimensões, e ainda peças confeccionadas com miçangas plásticas. Paralelamente à feira, camelôs usuais das imediações se reúnem em torno da praça, oferecendo alimentações e bebidas a preços mais baixos que os praticados nos bares e restaurantes do entorno (muitos desses ambulantes aceitam cartão de crédito, concorrendo diretamente com os estabelecimentos locais). Há tanto os que vendem seus produtos em carrinhos e isopores, como também barracas mais estruturadas, patrocinadas por marcas de cerveja. Essa miscelânea de atividades comerciais faz, em um primeiro momento, o baile se assemelhar a uma festa junina ou a uma grande feira popular.

Essas diferentes atividades, ocorrendo em paralelo ao show musical ou a apresentação da música mecânica transformam o momento do baile em um território dinâmico, favorecendo a circulação e a interação dos presentes. Nota-se que muitos frequentadores abrem mão de acompanhar a apresentação musical principal para se concentrar em outros ambientes dentro desse espaço, motivados seja pela busca de opções mais baratas de consumo de bebidas alcoólicas, seja pelo interesse em consumir produtos da feira, ou ainda nos momentos oportunos de paquera e flerte, ou ainda pela simples intenção de poder sentar em algum bar próximo, enquanto a música do baile se torna pano de fundo para a conversa. São essas geografias afetivas que conferem dinamismo às formas de fruição da festa⁶. Comportamentos diferentes do observado pelas pessoas concentradas no meio da praça e

da aglomeração, próximas ao “palco”, performatizando passos e dança e demonstrando interesse maior em acompanhar de perto o momento do show ao vivo. Interessante notar que não existe uma estrutura de palco convencional, o que não demandando altos gastos e tempo de montagem, deixando público e artistas em um mesmo patamar, criando uma impressão de que todos estão integrados em um mesmo espetáculo, assumindo um mesmo papel no desenrolar da performance musical.

É neste território significativo onde fãs se reúnem periodicamente para ouvir e dançar *black music* norte-americana e brasileira. O termo *black music*, nesse contexto, se refere a um arquigênero que engloba gêneros musicais como o soul, o funk, a disco, o rap e o R&B. O Baile Black Bom é herdeiro dos grandes bailes blacks organizados nos anos 70 nos subúrbios do Rio de Janeiro, cuja cena ganhou o nome de Movimento Black Rio, e rompeu com fronteiras geográficas, de classe e étnicas, chegando a um circuito *mainstream* musical e estabelecendo novas redes de entretenimento, lazer e solidariedade na cidade. O Baile Black Bom, enquanto festa de rua, em um espaço público e gratuito, acaba por estabelecer práticas musicais alternativas e um mercado independente de entretenimento servindo como um vetor para o consumo musical neste espaço que materializa um estilo, que implica tanto em uma “moda”, quanto em um gestual e em uma performance que ocupa as ruas por meio de elementos como música, iconografia visual, dança, roupas, estéticas e sistema de valores, acionando identificações específicas e transformando aquele território em local de partilhas e intercâmbios de experiências sensíveis musicais e afetivas comuns.

Sentidos do estilo

“Nossa música representa a realidade da população negra carioca que frequenta os bailes charme e eventos de rua que são mais acessíveis financeiramente. (...) Atualmente, nossos eventos são destaque nos principais jornais da cidade. A maior alegria de todas é conseguir ter um público fiel que nos acompanhe. Nosso projeto traz além da música, ações afirmativas para o nosso povo sem restrição de idade, cor, classe social ou opção sexual”. (depoimento de Antônio Consciência ao site GShow, 11/05/2015).

Os atores dessa cena, ao interagirem entre si e com a própria cidade, potencializam a criação de um outro *ethos*, um outro modo de ser e existir, que condiciona experiências sensíveis e estéticas, e também funciona como um vetor para a comunicação e para a reconfiguração de valores e discursos

de autoidentidade. Em relação ao público do baile, nota-se uma composição predominante de jovens adultos negros entre 20 e 30 anos (ainda que se note a presença de frequentadores mais velhos, fãs da black music dos anos 1970 e 1980, que possui espaço importante no *set list* da festa). Essa composição se apresenta variável à medida que o tempo da festa avança (os mais jovens parecem chegar mais tarde). De acordo com a época em que a festa é realizada, a composição racial do conjunto de participantes parece variar, especialmente durante o verão, quando se percebe uma maior presença de jovens brancos, locais e turistas. Percebe-se ainda que essa composição de cor é variável, e depende de onde o baile está sendo realizado. Por exemplo, no baile realizado na Praça Mauá, em 20 de novembro de 2016 (Dia da Consciência Negra), havia mais pessoas brancas em relação aos bailes realizados na Pedra do Sal ou em Madureira, bairro da zona norte do Rio.

Ao se observar o público, indistintamente, percebe-se uma miscelânea de referências no vestir. Há, claramente, uma inspiração em uma moda urbana contemporânea norte-americana de *sportwear*, presente nas camisas *oversized* de times de basquete, na utilização de tênis e roupas de marcas esportivas, peças que podem ser combinadas a colares de madeira, contas ou sementes, por exemplo. Nessa mistura de elementos de referências mais internacionais com outros tidos como “locais”, há ainda a utilização de peças artesanais de afroempreendedores, que utilizam estampas reproduzindo imagens de pessoas negras, ou frases e palavras que fazem alusão a símbolos afro-diaspóricos, como o ilustrações do continente africano, silhuetas de mulheres negras, desenhos de pente garfo (modelo de pente bastante comum nos anos 1970, indicados para pentear e estilizar cabelos afro, enfatizando o volume)⁷ e os símbolos do alfabeto Adinkra⁸, utilizado pelas etnias Akan e Ashanti espalhados hoje em dia pelos territórios da Gana, Costa do Marfim e Togo.

No baile, o cabelo de indivíduos negros parece se tornar um depósito de aspirações identitárias, assumindo um papel importante na performatização de um estilo. A forma de apresentação dos cabelos, e o uso de variados penteados e adereços, como tranças, dreadlocks e flores, assume uma função estética e política na afirmação positiva de uma beleza negra, dentro de um processo de autovalorização coletiva. O acionamento do penteado corriqueiramente conhecido como “afro” ou “black”, que faz uma alusão a uma naturalidade e aceitação (inspirado nos cabelos *black power* dos ativistas negros sul-africanos, americanos e brasileiros nos anos de 1960 e 1970) é uma proposta de agenciamento e redefinição dos signos de beleza diante de um padrão hegemônico branco, valorizando uma estética da diferença. É uma carga simbólica depositada sobre o cabelo do *negro*, visto como marca

fundamentalmente distintas na população afrodescendente, e cujo apelo à naturalidade é uma forma de afirmação e pertencimento, representando uma crítica às relações de poder e à estrutura desigual racial (CARRERA & OLIVEIRA, 2013).

A presença no território do baile de pessoas brancas utilizando *dreads* ou turbantes, nesse sentido, parece ser uma forma de se inserir, ainda que de maneira polêmica e tensiva, nessa dramatização de uma linguagem e de um discurso político, apostando em positividade estética e em uma afiliação étnico-racial e cultural, em uma tentativa de partilhar experiências, afetos e territórios. Cabelos, roupas e acessórios parecem desempenhar um papel importante ou determinante na “montagem” do estilo dos frequentadores do Baile Black Bom. A seleção de determinados símbolos, gestos, roupas e músicas sugere um esforço por estabelecer uma convenção de como ser “negro” no Brasil, enfatizando uma tentativa de incorporar uma estética cosmopolita por segmentos menos privilegiados da população (jovens, negros e mestiços, pobres), ao mesmo tempo em que representa uma possibilidade de articulação a um conjunto de símbolos marcadamente afro-diaspóricos. O que também sinaliza, por sua vez, para uma tentativa de rejeição, ou de crítica, ao mito da democracia racial e uma perspectiva integracionista do negro na sociedade brasileira (GIACOMINI, 2006). Mas também aponta para uma tentativa de se performatizar o que é ser “brasileiro” ou “carioca”, quando pessoas não-negras passam a incorporar e a performatizar esse tipo de estilo.

Para Hebdige (1979), na configuração dos estilos, a apropriação coletiva de objetos *mundanos* possui função principal, podendo converter-se em materiais simbólicas que ao serem expostos, assumem uma ação de subversão de ordens, instituições, fronteiras, reorientando e denunciando a presença da diferença. Os objetos também jogam com estigmas e também são porta de entrada para a construção de um sentimento de pertencimento a uma comunidade alternativa, marginal, criando um inventário simbólico. Nos processos e fluxos globais, e nos rearranjos locais híbridos em torno do consumo musical, os estilos engendrados nas cenas musicais apontam para modelos de afiliações e laços de afeto materializados sobre um dado espaço urbano, articulando o consumo a um potencial de crítica cultural.

Os estilos também implicam em um gesto baseado na experiência provisória em um determinado território, e nas sensibilidades e sensações despertadas no momento da fruição musical. Enquanto respostas mediadas no interior das cenas musicais, os estilos se configuram a partir do consumo e da circulação da música, em que os participantes deste baile criam e dramatizam uma linguagem particular que deixa rastros no cotidiano. Esses estilos

não são monolíticos e refletem estratégias, fragmentações, ambiguidades e tensões, mas são compartilhados coletivamente. Como recursos estéticos e políticos, eles implicam em formas de negociação de posições, acionando diversas representações que estabelecem diálogos entre diferentes identidades e subjetividades, garantindo a reprodução daquele território simbólico. O estilo, pois, enquanto ato reflexivo, imprime marcas no corpo construído socialmente e deixa rastros no território, possibilitando novas formulações coletivas de visibilidade e existência social.

Ativismo musical

Na compreensão desse território significativo podemos pensar nas territorialidades estabelecidas tanto em suas condições locais geográficas ou naturais, nas relações econômicas que estabelece sediando ações produtivas, nas dimensões históricas e simbólicas (que estabelecem relações culturais e afetivas entre indivíduos e grupos), e nas manifestações sociopolíticas em suas variadas acepções. Essas territorialidades se estruturam em torno de símbolos, gestos performáticos, interações sociais, que reforçam identidades e estabelecem comunidades. O Baile Black Bom, no sentido dado por Hasbaert (2007), aciona uma territorialidade material (a praça em uma região antiga) e simbólica, pois fala de uma construção identitária coletiva e de um estilo partilhado e, ao mesmo tempo, disputada por diferentes atores. O estilo, no contexto de uma territorialidade acionada pelo baile, funciona aqui como chave interpretativa e linguagem dramatizada que possibilita que os sujeitos deixem suas marcas naquele território e no restante da cidade. Nesse processo, novas estéticas e práticas culturais estabelecem gestos políticos significativos que demarcam não apenas maneiras diversas de ocupação de um espaço público como inserem novos atores nos fluxos culturais globais, caracterizando essa cena como um espaço de mediatização e reconfiguração de novas sensibilidades, solidariedades e estratégias políticas culturais.

Essa cena musical que pode ser compreendida como um território disjuntivo para a representação de grupos minoritários ou alteridades deslocadas, “entrelugares de interseções e diferenças transitórias diante de uma cultura hegemônica” (OLIVEIRA, 2015, p. 7). É importante também ter em vista que cenas musicais implicam em circuitos desiguais de produção e circulação de artefatos culturais, formando mercados paralelos e independentes (não necessariamente undergrounds), mas que podem estar em constante tensão

com um mercado *mainstream*. As cenas ainda moldam redes complexas de lazer, solidariedade e afeto, a partir da própria experiência de escuta e fruição musical.

Nesse sentido, a adesão às tendências musicais atuais da *black music* do R&B e rap, valorizando também antigos hits do soul norte-americanos, manteria uma articulação cosmopolita contemporânea do estilo engendrado na cena a uma produção massiva internacional. Ao mesmo tempo, há uma tentativa concreta de conexão com uma África, ainda que mítica, notadamente representada na apropriação de elementos do vestuário, acessórios, turbantes em que se percebe a reprodução de símbolos culturais africanos tradicionais. A partir desse conjunto de elementos os participantes do Baile Black Bom tentam empreender uma releitura e uma atualização da própria história e das tradições do negro brasileiro na contemporaneidade, unindo esses produtos culturais transacionais a símbolos emblemáticos legitimados como representantes da cultura afro-brasileira.

A cena musical do Baile Black Bom consegue dessa forma configurar um estilo diferenciado concretizando uma alteridade, que cria respostas mediadas a partir da combinação de criatividade e consumo, dramatizando, performatizando e construindo uma linguagem própria e um gesto comunicativo e político que deixa uma marca no cotidiano da cidade. Um estilo jamais homogêneo, que engloba diferentes retóricas e estratégias de afiliação ao que seus participantes entendem como cultura negra mundial. Essas marcas não coincidentes por vezes acionam estereótipos ou ideias essencializantes como estratégias de representação e formas de identificação que podem revelar tensões entre práticas constituídas e anseios sociais (CARRERA & OLIVEIRA, 2013). Da mesma forma, em níveis variados, esse é um estilo passível de ser adotados tanto por negros quando por mestiços e brancos, que performatizam um ideal identitário compartilhado, mesmo que suas procedências etnicorraciais sejam diferentes. Um ato significativo que pode se depositar tanto sobre um discurso valorizativo da mestiçagem quanto sobre estratégias de afirmação identitária em que o “significante negro” ganha valor em relação a outras esferas de uma sociedade estruturalmente racializada e segregada.

Com isso, quero dizer que esse acionamento compartilhado por negros, brancos e mestiços, em um quadro enunciativo que afirma uma negritude positivada (neutralizada, rejeitada ou apagada em outras esferas sociais) tem o poder de celebrar uma diversidade, ainda que de maneira contraditória. Parece que, no momento do baile, é interessante “ser negro” ou performatizar uma negritude, de maneira estratégica. E, como diz um dos versos da principal música do grupo Consciência Tranquila, a que se refere o título desse artigo, “Vem pro baile, vem pra rua quem se identificar”. Assim, no Baile

Black Bom, todos seriam bem vindos, pelo menos naquele momento da festa, na efemeridade de uma noite, quando todos podem partilhar de uma identidade negra positiva do baile, em um gesto celebratório e estratégico. Nesse processo, mais do que uma submissão a um discurso hegemônico da democracia racial ou da celebração da mestiçagem, que apagaria o traço negro da identidade brasileira, seria possível acionar uma identidade negra brasileira mais autônoma, deliberada e conveniente, enquanto estratégia política de ocupação e afirmação cultural sobre um território.

Essas marcas se tornam indícios de significados e configurações identitárias em disputa, representando, ao mesmo tempo, uma recusa a estereótipos e homogeneizações, como também um desafio oblíquo a expressões culturais hegemônicas. Da mesma sorte, a cena musical do baile estabelece um território simbólico comum para a partilha de sensibilidades, afetos e experiências ao redor da música. Os estilos processados e celebrados no Baile Black Bom assumem um valor e potencial político importante na sociedade brasileira, entrecortada pela segregação racial. Nesse contexto, seria possível encenar e performatizar uma identidade negra mediante a elaboração de um estilo baseado tanto em referências a mitos fundadores quanto na reatualização de tradições locais mediadas pelo consumo de uma cultura internacional.

Essa cena musical e o estilo que dela deriva exercem a função de representar novas ordens sociais dentro da cidade moderna, partilhando sensibilidades que interligam grupos subalternos e criando contato entre diferentes classes, ao mesmo tempo realçando processos ambivalentes de diferenciação. O baile, seus organizadores e participantes propõem, assim, uma construção e reflexão sobre um imaginário afro-diaspórico, oferecendo novos referenciais para a configuração das identidades, jogando com novas posições políticas de acordo com o que aponta @ filósofo@ espanhol@ Beatriz Preciado:

O locus da construção da subjetividade política parece ter se deslocado das tradicionais categorias de classe, trabalho e divisão sexual do trabalho a outras constelações transversais como podem ser o corpo, a sexualidade, a raça; mas também a nacionalidade, a língua, o estilo ou, inclusive, a imagem. (CARILLO, 2010)

A formação desse estilo tem profunda articulação com a manifestação de práticas espontâneas “engajadas” ou formas de “ativismo musical” (Herschmann e Fernandes, 2011) que se estruturam mesmo que provisoriamente, nas contingências de uma temporada, ou apenas de uma noite, repotencializando sociabilidades em um território simbólico – a Pedra do Sal, a Zona Portuária do Rio – para a conscientização racial, a partir de novas formas de ressignificação de territorialidades que abarcam essas manifestações da diferença. Como afirma Antônio Consciência, um dos

cantores do grupo e produtor da festa: "O fato de o baile estar na rua já é uma forma de protesto" (CONSCIÊNCIA..., 2015).

O estilo perpetrado pelo Baile Black Bom assim pode ser interpretado tanto como estratégia política quanto como ação comunicativa, reconfigurando a esfera comum da cidade e se constituindo como estratégia de oposição, subversão ou mesmo de adesão a um projeto cultural de ocupação urbana e a um mercado musical independente, mesmo que, nesse processo existam tensões e conflitos. Os estilos, nesse contexto, funcionam como estratégias de negociação de posições, como encenação de identidades e como processos de produção de si enquanto sujeitos viáveis passíveis de transgredir fronteiras sociais. O estudo e interpretação desse tipo de manifestação, indo além do seu caráter celebratório e festivo, serve como fonte de compreensão da construção de uma estrutura comunicativa alternativa e de um repertório simbólico que transcende as fronteiras do evento em si, ao estabelecer um diálogo entre diferentes atores e estruturas sociais no contexto urbano.

Palco para novas manifestações identitárias, a cena musical do Baile Black Bom oferece um espaço seguro para a manifestação de atos performáticos, colocando também novas pautas políticas e de consumo. Esses gestos recortam a dimensão da cidade tanto material quanto simbolicamente, implicando em uma celebração da diferença que, em outras esferas da vida social brasileira, seria neutralizada. Perceber o jogo dos estilos na configuração das cenas musicais é um passo importante para a visualização das mediações sociais e comunicacionais materializadas em torno do consumo da música popular nas cidades, servindo como ferramenta interpretativa fundamental para uma maior amplitude na investigação das dinâmicas da experiência estética e da articulação de subjetividades a partir de novas políticas culturais no espaço urbano.

Referências

- ALBAGLI, Sarita. *Território e Territorialidades*. In LAGES Vinícios; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Org.). In: *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Sebrae, 2004.
- BAULCH, Emma. *Gesturing elsewhere: the identity politics of the Balinese Death/Thrash Metal scene*. *Popular Music*, v. 2, n. 22, 2003.
- BERGER, Harris. *Metal, rock and jazz: perception and the phenomenology of musical experience*. Hannover: Wesleyan University Press, 1999.

- CARDOSO FILHO, Jorge; OLIVEIRA, Luciana Xavier de. *Espaço de experiência e horizonte de expectativas como categorias metodológicas para o estudo das cenas musicais*. Trans – Revista Transcultural de Música, n. 17, Barcelona, 2013.
- CARILLO, Jesus. *Entrevista com Beatriz Preciado*. Revista Poiésis, n. 15, p. 47-71, jul. 2010.
- CARRERA, Fernanda A.; OLIVEIRA, Luciana X. “Cabelo de Bombri!”? *Ethos publicitário, consumo e estereótipo em sites de redes sociais*. In: Revista Novos Olhares. São Paulo: PPGMPA – USP, vol. 2, n. 1, 2013.
- FARIAS, Carolina. *Baile Black Bom se apresenta no Méier*. O Globo. Caderno Bairros, 03 set. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/baile-black-bom-se-apresenta-no-meier-20044347>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- FREIRE FILHO, João; FERNANDES, Fernanda Marques. *Jovens, espaço urbano e identidade: reflexões sobre o conceito de cena musical*. In: FREIRE FILHO, João; JANOTTI JR., Jeder (rg.). *Comunicação e música popular massiva*, Salvador: EDUFBA, p. 25-40, 2006.
- GIACOMINI, Sônia. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro - o Renascença Clube*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- CONSCIÊNCIA Tranquila já conquistou público da Argentina: ‘Show histórico’. Gshow, Rio de Janeiro, 11 maio 2015. Disponível em: <http://gshow.globo.com/programas/superstar/So-na-web/noticia/2015/05/consciencia-tranquila-ja-conquistou-publico-da-argentina-show-historico.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- HAESBAERT, Rogério Costa. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- HEBDIGE, D. *Subculture: The Meaning of Style*. Florence, KY, USA: Routledge, 1979.
- HERSCHMANN, Micael; FERNANDES, Cíntia S. *Territorialidades sônicas e resignificação de espaços do Rio de Janeiro*. Logos. Rio de Janeiro: PPGCOM da UERJ, vol.18, 2011.
- JANOTTI JR., Jeder. “Partilhas do Comum”: cenas musicais e identidades culturais. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Fortaleza, 2012.
- KAHN-HARRIS, Keith. *Roots?: The Relationship Between the Global and the Local Within the Global Extreme Metal Scene*. Popular Music, v. 1, n. 19, 2000.
- MERCER, Kobena. *Black hair/ style politics*. In: New Formations. Londres: Lawrence & Wishart, n. 3, 1987.
- OLIVEIRA, Luciana X. *Cenas musicais, experiências identitárias e práticas de consumo: os bailes black no Rio de Janeiro*. IS Working Paper, 3ª. Série, n. 9, Instituto de Sociologia e FCT: Porto, 2015.
- _____. *A cena musical da Black Rio: estilos e mediações nos bailes soul dos anos 1970*. Salvador: Edufba, 2018.
- SÁ, Simone Pereira de. *Will Straw: cenas musicais, sensibilidades, afetos e a cidade*. In: Comunicação e estudos culturais. Itânia Gomes e Jeder Janotti Jr. (orgs.). Salvador: EdUFBA, 2011.

SOARES, Carlos Eugenio L.S. *Entrevista*. Revista Camélia, ano 1, n.1, Rio de Janeiro: Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP), 2013, p. 14-17.

SOARES, Thiago. *Conveniências performáticas num show de brega no Recife*. Logos, Vol.19, Nº 01, 1º semestre 2012.

STRAW, Will. *Scenes and sensibilities*. Revista E-Compós v.6. Brasília: Compós, 2006.

TROTTA, Felipe. *Cenas musicais e anglofonia: sobre os limites da noção de cena no contexto brasileiro*. In: Cenas musicais. Simone Pereira de Sá e Jeder Janotti Jr. (orgs.). São Paulo: Anadarco, 2013.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Nota

- 1 Trecho da canção "Sente a Vibe", do grupo Consciência Tranquila, que pode ser ouvida no link: <https://www.kboing.com.br/consciencia-tranquila/sente-a-vibe-superstar/> (Acesso em 20 jun. 2018).
- 2 Esse artigo foi financiado pelo projeto Literary Cultures of the Global South, da Tubingen University, com fundos do BMBF (German Federal Ministry of Education and Research) and DAAD (German Academic Exchange Service).
- 3 Agradeço especialmente pelos generosos comentários e críticas pacientes realizados pelo Prof. Dr. Alexandre Rocha, coordenador do Grupo de Pesquisa em Semiótica e Culturas da Comunicação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- 4 O grupo se tornou razoavelmente conhecido em escala nacional após sua participação na edição 2015 do reality musical SuperStar, veiculado pelas Rede Globo de Televisão.
- 5 Eventualmente, são realizadas edições itinerantes do baile em outros pontos da cidade, como na Praça XV e Cinelândia e em bairros do subúrbio e da zona metropolitana do Rio.
- 6 Sobre a geografia do desejo em um espaço ressignificado da noite, Soares comenta: "Este ambiente banhado por pouca luz, muitos becos e ambientes apertados é o lugar ideal para "se esbarrar", roçar os corpos, tocar no outro. Tocar este, que pode se reverter num beijo, numa "pegada" no quadril ou mesmo num dispor os corpos juntos, quase como se num passo de tango ou de forró. Aproximação intensa e excessiva." (SOARES, 2012, p. 57).
- 7 O pente garfo também possui um significado importante para ativistas negros norte-americano que usavam o cabelo black power, e mantinham o pente preso aos cabelos, um costume que foi mantido pelos rappers e jogadores de basquete na atualidade. De maneira geral, o pente sempre exerceu um papel simbólico importante nas sociedades africanas ao longo do tempo, representando poder e status, afiliação a um determinado grupo social ou mesmo crenças religiosas.
- 8 Um desenho bastante comum utilizado nesses acessórios é o ideograma Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer), que tanto pode ser um formato de um coração estilizado, quanto pode ser o desenho de um pássaro com sua cabeça virada para trás, pegando um ovo de suas costas. Um dos sentidos que esse símbolo representa é a importância de aprender com o passado para compreender o presente e transformar o futuro.

TANTAS CIDADES:

experiência e disputas discursivas a partir da música do BaianaSystem, em Salvador-BA

SO MANY CITIES:

experiences e discursive disputes from BaianaSystem's music in Salvador-BA

Jorge Cunha Cardoso Filho

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras - UFRB. Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - UFBA e do Mestrado em Comunicação da UFRB

Daniel Oliveira de Farias

Universidade Federal da Bahia

Graduando em Jornalismo

RESUMO

O artigo apresenta uma análise das disputas discursivas estabelecidas por fãs da banda BaianaSystem, a partir das experiências que as músicas permitem instituir com a cidade de Salvador. As cenas musicais e os territórios materiais simbólicos são vetores fundamentais da experiência dos fãs da banda, que emergem nos seus discursos e revelam matizações dos afetos. Discute tais matizações e indica como essas expressões podem ser lidas de modo a proporcionar tanto experiências emancipadoras para os próprios fãs, quanto para refletir sobre os processos de empoderamento discursivo no campo musical.

Palavras-Chave: Disputas discursivas. Experiência. BaianaSystem.

ABSTRACT

The article presents an analysis of the discursive disputes established by fans of the band BaianaSystem, based on the experiences that the songs allow to establish with the city of Salvador. Musical scenes and symbolic material territories are fundamental vectors of the band's fan experience, which emerge in their speeches and reveal tonalities of affection. The article discusses such qualifications and indicates how these expressions can be read in order to provide both emancipating experiences for the fans themselves and to reflect on the processes of discursive empowerment in the musical field.

Keywords: Discursive disputes. Experience. BaianaSystem.

Introdução

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa sobre disputas valorativas no campo da música popular massiva que vem sendo realizado com bolsa de Produtividade em Pesquisa-CNPq, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - UFBA. No caso em particular deste texto, nos debruçamos sobre tais disputas relacionadas à banda BaianaSystem¹ e focamos a nossa atenção para a variável cena musical (STRAW, 2006), considerando o tecido urbano da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, e os tensionamentos e disputas envolvendo a experiência com a cidade - entendida enquanto território material e simbólico (HAESBAERT, 2007) -, expressadas por fãs e ouvintes, a partir da música e de outras práticas da banda BaianaSystem. As formulações sobre o discurso de autores como Michel Foucault (2012, 2013) e Jason Mittell (2001), o debate acerca das relações entre estética e política, realizado por Jacques Rancière (1996, 2009, 2015) são norteadores das análises promovidas.

Compreendemos que as experiências com Salvador são tanto temas narrativos, em letras de músicas e entrevistas, quanto sônico-musicais da banda. Elas emergem nos debates sobre o BaianaSystem como formações discursivas que podem ser compreendidas como “sistemas de pensamento historicamente específicos [...] que trabalham para definir experiências culturais dentro de grandes sistemas de poder” (MITTEL, 2001, p. 8). Possibilita, dessa maneira, a reflexão sobre os agenciamentos e atores sociais que constituem a experiência musical e urbana em suas matizes políticas, afetivas e estéticas indicando, por exemplo, possíveis reorganizações de regimes de visibilidade e sensibilidade na cidade.

Vejamos, rapidamente, dois casos em que essas questões permeiam as expressões discursivas e estéticas da banda. Primeiro vídeo publicado no canal oficial BaianaSystem no Youtube, a música *Da Calçada pro Lobato*², que possui uma base fundamentada na guitarra baiana e nos ritmos do samba, está fortemente amparada na cotidianidade dos bairros periféricos de Salvador, como se pode notar nos versos em que os aspectos da oralidade e gírias presentes na cidade são incorporados na letra: “Da Calçada sai de trem/ Dos States pro espaço/ Pra chegar lá ni Belém/ Só no trio do Lobato. Pio pio trem tem/ Não tem som tem um sistema/ Lá mulé só paga meia/ E no baile tem esquema” (BAIANASYSTEM, 2009).

Já o videoclipe da música *Invisível*³ apresenta uma temática engajada, tanto no conteúdo da letra quanto nas imagens do videoclipe. O som é composto

por base eletrônica e percussão, com levadas características do samba-reggae, e os versos tematizam a invisibilidade de determinados grupos sociais em Salvador, como os trabalhadores informais do Carnaval, das feiras livres e das festas de largo, no refrão “você já passou por mim/ e nem olhou para mim/ acha que eu não chamo atenção” (BAIANASYSTEM, 2017).

Emergências e interdições

Na apresentação de *O Mestre Ignorante*, de Jacques Rancière (2015), Jorge Larrosa e Walter Kohan afirmam como primeira frase “a experiência, e não a verdade, é o que dá sentido à escritura” e seguem explicando que é essa experiência com palavras, o gesto de escritura, que possibilita deixar de ser o que somos para sermos outra coisa, diferente do que vimos sendo. A contraposição forte entre *experiência* e *verdade* é chave para a discussão que vamos empreender, a partir das experiências com o BaianaSystem. Não para revelar uma verdade ou intencionalidade ocultas, mas para contribuir para mais e melhores experiências com a sua música.

Participante ativo e testemunha das transformações pelas quais passa o cenário musical baiano, o grupo expressa bem as próprias contradições dos processos de globalização cultural no capitalismo avançado (HO, 2003), na medida em que ascende em uma trajetória musical que transita entre o underground e o mainstream, sobretudo quando amplia o seu público e, ao mesmo tempo, passa a sofrer críticas dos fãs auto-definidos como antigos e iniciais. Além disso, é simultaneamente apropriado e disputado por grupos políticos⁴ que pretendem capitalizar com as críticas que promove ou esvaziar o alcance do seu discurso. Nesse sentido, a experiência que expressa em suas músicas, em suas práticas e nos seus corpos, guarda similaridade com as experiências de milhares de baianos⁵.

Há uma potência materializada em suas músicas e performances que reside na capacidade de promover reorganizações nas partilhas do sensível. Jacques Rancière faz questão de demonstrar que a *partilha* significa tanto “tomar para si o que lhe cabe”, como unir e colocar em comum, o que ressalta a potência tensiva de sua proposição. A partilha implica “a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas” (2009, p.15. Grifos no original).

Os fãs que dialogam e discutem são, nesse caso, parte da experiência desenvolvida com essas músicas e performances. As materializações de suas experiências em discursos compõem as reorganizações na partilha do sensível, mesmo que de modo desigual frente às possibilidades da indústria musical. Assim, a compreensão dos elementos que são chamados em causa para organizar e narrar essas experiências nos revela tanto os aparatos que constroem quanto as possibilidades de emergência de formações discursivas, em outras palavras, os componentes radicalmente contextuais (GROSSBERG, 2012) dessas micronarrativas.

Nesse caminho, destacamos que os fãs do BaianaSystem, quando expressam e também disputam os vetores dessas experiências, buscam o empoderamento discursivo, dentro de ordens sensíveis, em diferentes debates públicos, como temas sociais, étnico-raciais, territoriais, e também na relação com a banda. Essa dimensão de visibilidade indica *percursos narrativos* propícios para a identificação dos traços ético-estéticos que compõem os seus comentários e críticas.

Os afetos e seus correlatos, as paixões, manifestam-se através de percursos narrativos, posicionamentos hierárquicos que podem ser reconhecidos através da repetição de traços presentes não só nas estruturas mais profundas das modalidades das práticas discursivas, como em seus traços mais visíveis, ou seja, na superfície, nos vestígios dos valores, na manifestação dos gostos, enfim, nos processos de produção de sentido que caracterizam suas práticas discursivas (JANOTTI JÚNIOR, 2002, p. 117).

Desse modo, os comentários valorativos passam a ser vistos de forma mais ampla, não se resumindo a atividade de certos agentes (críticos de jornais e revistas, musicólogos etc.), providos de uma competência definida e com autoridade para falar sobre determinado assunto. Não deixa de ser sintomático o crescimento que os discursos dos denominados “fãs”/ouvintes tem ganhado nos estudos sobre o sentido das obras e os valores atribuídos (VON APPEN & DOEHRING, 2006; SÁ, 2009; AMARAL, 2010), o que indica que essa opinião não é mais buscada somente na figura de um “crítico autorizado”, mas também na comunidade de ouvintes, nas suas respectivas intimidades e cotidianos.

As interdições que emergem da intimidade e do cotidiano contemporâneos tornam-se, desse modo, fundamentais para a discussão. Como os contextos culturais e aspectos socioeconômicos implicam certos enquadramentos predominantes na relação com territórios de Salvador? Além disso, como os gêneros musicais indicam formas de interação com essa cidade? Em nossa concepção, a questão a ser debatida seria em que medida essas formações discursivas são capazes de reorganizar os regimes de visibilidade hegemônicos e estabelecer outras formas de sentir e perceber (CARDOSO FILHO, 2016).

A cidade como palco de disputas

O direcionamento do olhar para as disputas discursivas dos fãs do BaianaSystem, encontradas nas plataformas das redes sociais online Facebook e Youtube, é revelador da centralidade dos seus componentes estéticos e políticos. Ressaltamos que os discursos dos fãs, frequentemente, atravessam mais do que exclusivamente a temática da sua experiência com a cidade. Trata também de outras questões, como as ligações com os gêneros musicais e a própria trajetória da banda. Não há evidências de uma hierarquia entre esses diferentes aspectos. O que se percebe é um forte entrelaçamento deles. Uma problematização reportada à presença do grupo em um território simbólico da cidade, como uma casa de show vinculada ao sertanejo universitário, pode suscitar e permear outras experiências, conectadas aos gêneros musicais mais próximos, o perfil étnico e de classe de público e a sua performance.

Discussões realizadas entre 2016 e 2017, iniciadas a partir de postagens sobre o BaianaSystem, foram selecionadas, durante a pesquisa, nas duas plataformas. Esse período não foi definido de modo arbitrário, pelo contrário, resulta do próprio volume da intensidade das discussões nesses dois anos (a diferença da quantidade de visualizações e comentários dos dois vídeos citados anteriormente são evidências disso), o que coincide com a ampliação da visibilidade, do público, em geral, e dos fãs da banda. Neste artigo, porém, focamos a nossa atenção apenas em um debate, no evento *Punk Reggae Party*, criado pela página do BaianaSystem, no Facebook, com intenso envolvimento dos fãs, diferentes posições defendidas, 189 comentários e 1241 curtidas. Antes de uma imersão mais profunda no fenômeno das disputas, cabe uma breve contextualização da relação do grupo com a cidade.

A banda soteropolitana BaianaSystem, formada por Russo Passapusso (voz), Roberto Barreto (guitarra baiana), Marcelo Seco (baixo) e Filipe Cartaxo (concepção visual)⁶, se insere no cenário da música brasileira, em 2009, de um modo peculiar. Resultado de um projeto temporário para a gravação de apenas um disco, *BaianaSystem* (2010), tornou-se um dos grupos de música mais conhecidos do estado da Bahia e conquistou alcance nacional, figurando em listas de jornais, sites e revistas de melhores álbuns brasileiros do ano com o *Duas Cidades* (2016)⁷ e de principais shows do ano com o espetáculo dedicado ao disco.

Isso com discursos marcantes sobre os territórios de Salvador, que tecem críticas as suas desigualdades sociais, como na metáfora de cidade partida, a “cidade alta e a cidade baixa”, e a descrição do trabalhador que “acorda cedo

[...] e segue firme para a batalha”, presentes em versos da música *Duas Cidades*. Numa cidade com população majoritariamente negra, que vive nas zonas mais precárias sem acesso à infraestrutura, mobilidade, educação e saúde, essas questões também perpassam problemáticas étnico-raciais, a luta anti-racista, (localizadas ainda na participação de personagens negros nos videoclipes e no próprio empoderamento do cantor negro e comumente destacadas por fãs).

A banda também constrói uma forte identificação com o Carnaval. A guitarra baiana, instrumento associado ao festejo soteropolitano, é mote para o nome do grupo e ocupa lugar central na arquitetura dos arranjos das músicas e nas peças visuais e audiovisuais. Mas essa relação com o Carnaval também se dá no nível da disputa dos seus rumos. O BaianaSystem manifesta divergência ao percurso mercadológico que a festa popular tomou apoiado na venda dos abadás dos blocos com cordas e dos camarotes. Nos circuitos, desfila em seu trio elétrico sem cordas, o *Navio Pirata*, e materializa o discurso contrário ao modelo Carnaval-negócio, constituído com a *axé-music* nos anos 1980, quando se tornou organizado em “dinâmicas típicas do mundo dos negócios” (MIGUEZ, 2008, p. 100).

Além disso, desde o surgimento, circula por lugares do Centro Antigo, como o Pelourinho, entendidos com territórios de resistência e faz questão de ressaltar, em entrevistas, essas escolhas. Nesse sentido, produz significados sobre os territórios e as suas relações de poder e de apropriação, ou seja, territórios simbólicos (HAESBAERT, 2007, p. 21), que organizam identificações, afetos, sensibilidades e disputas de parcela significativa dos fãs. Como concebe Grossberg (2012, p. 232), “o afeto está sempre organizado por aparatos discursivos e culturais, que por sua vez são lugares/agentes da produção do real e da luta em torno dele, na forma de hábitos e costumes”. Acrescentamos que as próprias configurações das partilhas do sensível também mobilizam afetos, identificações e disputas, como veremos a seguir.

“BaianaSystem é gueto”?

Entre 2015 e 2016, com o público em crescimento e repercussão positiva em reportagens e críticas em veículos de comunicação com visibilidade nacional, o grupo entrou no circuito comercial dos grandes festivais. Participou do Festival de Verão (2016), em Salvador, ligado ao axé music, e do Lollapalooza Festival (2017), em São Paulo, voltado para o rock e a música pop. Gravou e fez a divulgação do segundo disco, *Duas Cidades* (2016), com suporte da

empresa Red Bull, teve a música *Playsom* (Russo Passapusso) selecionada para integrar a trilha sonora do game *Fifa* (Electronic Arts) e lançou versão da música *Eu Quero É Botar o Meu Bloco na Rua*, do cantor e compositor Sérgio Sampaio, para campanha publicitária da empresa Apple, associando a sua imagem a marcas multinacionais. Em resumo, passou a circular por novos ambientes de produção, circulação e consumo.

No contexto de ampliação da visibilidade, o BaianaSystem realizou uma série de shows em lugares onde até então nunca havia se apresentado, a exemplo de Praia do Forte⁸, Barra Salvador Hall e Armazém Vilas, e que são tanto associados aos gêneros axé-music, sertanejo universitário e pop quanto às práticas sexistas de cobrança de preços diferentes de ingresso para homens e mulheres, bem como de segregações em seus próprios espaços, com divisões de pista, camarote e área *vip*. No ano seguinte, o grupo divulgou o show *Punk Reggae Party*, com o preço de ingresso mais alto que os de costume. Foi quando ocorreram diversas manifestações, como a da fã Gislene Ramos, no evento no Facebook, que questionaram a coerência da banda e a legitimidade dos seus discursos e da experiência política promovida ligada aos territórios simbólicos e às questões sociais e raciais.

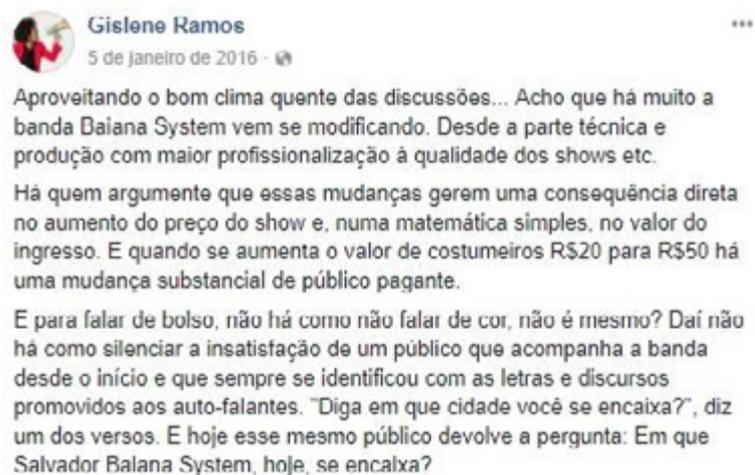


FIGURA 1 – Postagem Gislene Ramos / 5 de janeiro 2016 / Evento *Punk Reggae Party*, no Facebook. 1241 curtidas, 189 comentários. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1713443712204570/?active_tab=discussion>. Acesso: 5 de novembro 2017.

O preço da entrada foi apenas o gancho da disputa levantada por Ramos sobre a experiência com a banda, intimamente interligada aos territórios simbólicos, ao conjunto discursivo e às representatividades de classe e raciais. O depoimento, aliás, percorre diversos assuntos, inclusive referentes às demais categorias que vem sendo trabalhadas no projeto, como a trajetória da banda e suas possíveis mudanças. Invariavelmente, este é um tema caro aos estudos da interface música e comunicação, como apontam as variadas pesquisas sobre o tema (HERSCHMANN, 2010; CARDOSO FILHO & JANOTTI JÚNIOR, 2006). A fã articula a sua argumentação aos aspetos

socioeconômicos do público. Discute o preço do ingresso, parte técnica dos shows e sua profissionalização como uma consequência lógica para o aumento do valor do ingresso. Ao mesmo tempo, traz o debate para o atravessamento que é foco do presente trabalho, ao relacionar essas questões sociais e econômicas aos aspectos étnico-raciais (cidade e cor) e dos territórios simbólicos da cidade. Ramos promove uma ligação entre a incoerência da trajetória do BaianaSystem e a sua relação de pertencimento com alguns lugares de Salvador.

Nesse sentido, realizar apresentações no Pelourinho sintoniza-se com práticas combativas. Por outro lado, fazer shows em Praia do Forte ou no Armazém Vilas remete às festas com abadá, aos eventos pré-carnavalescos dos integrantes da *axé-music*, cujo afeto se manifesta em um sentido de negação. O que, segundo ela, torna legítimo o questionamento: “Em que Salvador BaianaSystem hoje se encaixa?”. O ponto da experiência com a banda que faz uma conexão direta entre a sua trajetória e a presença em certos lugares da capital baiana, como o Pelourinho, as ruas no Carnaval e o Centro Antigo, foi tensionado.

Em diálogo com a perspectiva foucaultiana que contesta a ideia de neutralidade dos territórios (FOUCAULT, 2013), percebemos que a presença da banda nessas casas de show aciona valores contrários aos da fã, sobretudo em relação às questões e identificações sociais e étnico-raciais. No final do seu comentário, ela ainda afirma: “[...] é a periferia que, mais uma vez, reclama. Reclama por não poder pagar R\$ 50. Reclama por não mais se identificar com o “novo público”.

A periferia de Salvador emerge no discurso como a condição de enunciação preterida frente ao novo público. A crítica, expressada na própria página do evento, é uma tentativa de fazer política (RANCIÈRE, 1996) e corresponde ao processo subjetivo de desidentificação com a banda. Mas tal fato demonstra também uma investida de reorganização no sensível do tipo policial, que reforça as partes já distribuídas socialmente (RANCIÈRE, 1996)⁹, como o lugar privilegiado de fã “que acompanha a banda desde o início” reiterado em outros comentários. De outro ângulo, os shows ocorrem em espaços de camarotes e pistas, com ingressos caros, cuja distância e necessidade de locomoção também são impeditivos para a presença dos moradores das periferias.

As mudanças supostamente incoerentes indicadas pela fã na trajetória do BaianaSystem reverberam na sua relação com a cidade, principalmente nas variáveis sociais, raciais e econômicas, nas relações de poder no território, o que traz um componente material e simbólico (o dinheiro e a representatividade)

incidindo fortemente nos processos de subjetivação. De algum modo, entretanto, nos parece legítimo questionar se as possibilidades de dissenso não seriam capazes de emergir também nos espaços segmentados, caso a variável econômica do preço não fosse um impeditivo ou com uma proposta da banda de venda de uma parte dos ingressos a preços populares, sem sintetizar antecipadamente a potência expressiva da questão no embate entre centro e periferia - como acionado por Ramos.

Visualizamos, portanto, uma experiência temporariamente interdita - um modo de controle e seleção dos discursos (FOUCAULT, 2013). Além disso, há uma preocupação com um possível aumento constante do valor do ingresso, assim como com a intensificação da presença nos espaços de circulação citados – marcados por práticas opressoras e por suas aproximações à indústria do axé-music e aos shows de sertanejo universitário. A continuação da experiência de alguns fãs com o grupo é, nesse momento, posta em risco, como revela o trecho do comentário de Alberto Gonçalves na discussão proposta por Ramos:

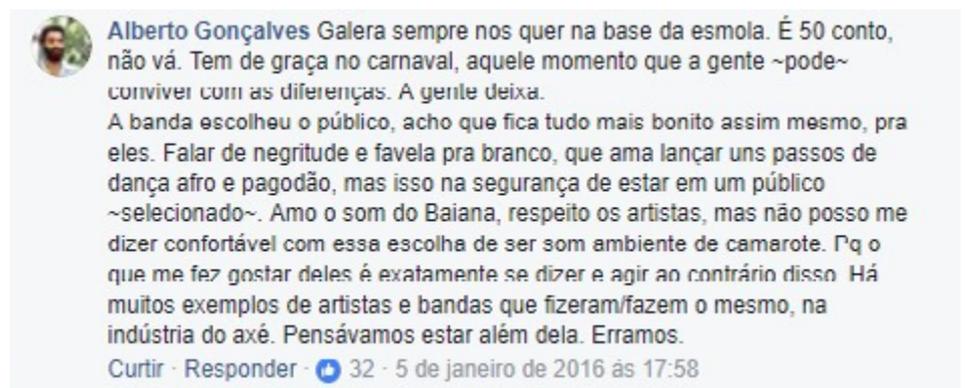


FIGURA 2 – Comentário de Alberto Gonçalves / 5 de janeiro 2016 / Evento *Punk Reggae Party*, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1713443712204570/?active_tab=discussion>. Acesso em: 5 de novembro 2017.

O fã Gonçalves apresenta desconforto com “a escolha (do Baiana) de ser som ambiente de camarote”, explicando o aspecto central de sua experiência com a banda - “o que me fez gostar deles é exatamente se dizer e agir ao contrário disso”. Em seguida, demonstra a contradição da banda em falar sobre os temas da negritude e da favela para um público branco e “selecionado”. Uma suposta submissão à indústria do axé aparece na formulação como elemento central de corrupção de uma experiência autêntica. Isso afeta Gonçalves de tal modo que, na sua própria política discursiva, ele faz questão de criticar o fã “branco que ama lançar uns passos de dança afro e pagodão”, indicando que esse é o mesmo público da grande indústria da axé-music, e não o público negro da favela, ao qual o BaianaSystem estaria originalmente vinculado. Há aqui um gosto que pode mudar, segundo a postura da banda ao deixar-se permear ou não pelas práticas atribuídas a essa indústria e com o possível

silenciamento do público.

A referência à existência de um “momento em que se pode conviver com as diferenças” no Carnaval de Salvador revela como, na experiência de Gonçalves, há ainda potência na música do BaianaSystem. Mesmo que haja aspás no verbo *poder*, na sua afirmação, a possibilidade de questionar os regimes instituídos de partilha do sensível permaneceria, sobretudo quando os públicos não estão selecionados pelo extrato econômico e o espaço para a construção de dissensos é pleno. Sublinhamos que ambos os fãs conseguiram, com a postagem, ganhar visibilidade pública, gerar uma discussão com forte apoio de outros fãs e até mesmo pautar¹⁰ o portal local Bahia Notícias. Na reportagem, a jornalista entrevista a fã Ítala Cortes e o guitarrista Roberto Barreto. Uma das declarações do músico foi título: “*Não dá pra serem todos os shows no Pelourinho*”, diz *guitarrista do BaianaSystem*”, em resposta endereçada aos fãs que questionaram a ausência do grupo no Pelourinho.

Tais exemplos nos permitem destacar que, na experiência dos fãs, a presença da banda em um espaço de circulação de gêneros musicais não reconhecidos ou que são vinculados a práticas e valores contrários aos seus, gera uma afetação negativa e um entendimento de contradição/incoerência, que estão estritamente ligados aos territórios simbólicos e as suas questões sociais e raciais, capazes de transformar ou até mesmo interditar a experiência. Os aspectos étnico-raciais que emergem nos discursos dos fãs estão correlacionados às suas condições econômicas e tal articulação motiva a prática política - disputas pelas reorganizações dos regimes de partilha do sensível, tanto no próprio ambiente dos fãs da banda, como na relação entre público e banda.

Heterogeneidades e cidade: territórios, gostos e dicotomias de classe

O que ocorre quando a heterogeneidade, apresentada por fãs em relação aos espaços de show - negados por sua aproximação com gêneros musicais considerados cooptados e práticas segregadoras - é identificada também no próprio território simbólico cultivado? O comentário da fã Maria Teresa Abbehusen aborda com centralidade essa questão, ao apresentar que há um público heterogêneo confinado e indesejado nos shows no Pelourinho.

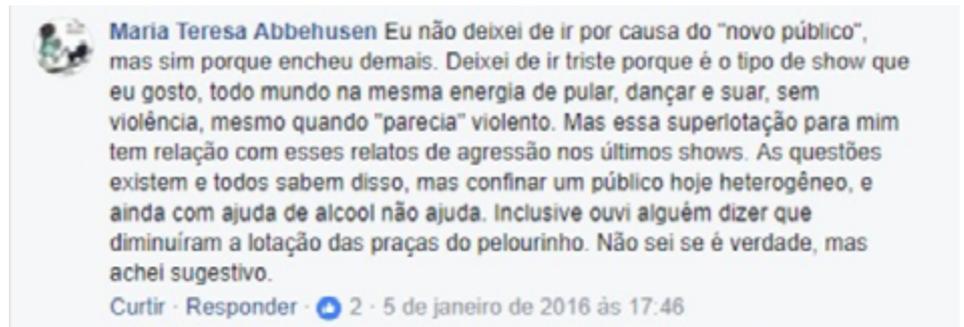


FIGURA 3 – Comentário de Maria Teresa Abbehusen / 5 de janeiro 2016 / Evento *Punk Reggae Party*, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1713443712204570/?active_tab=discussion>. Acesso em: 5 de novembro 2017.

Abbehusen expressa que não foi por conta do novo público que deixou de frequentar os shows, mas pelo confinamento de dois públicos, um novo, em outros momentos enquadrado como fã de axé-music, e um antigo, autêntico, fiel e alinhado aos discursos da banda. Isso, segundo ela, muda a experiência de “todo mundo na mesma energia de dançar, pular e suar”, uma dimensão corporal ritualizada. Ou seja, a performance da fã no show é tensionada pelas diferenças de comportamento no espaço. Vale destacar que esse comentário, de diferenciação de público pelo comportamento, é feito num contexto de controvérsias sobre o público já apresentadas tanto na postagem como em outros debates. Esse discurso guarda aproximações e distanciamentos da experiência expressada por Matos nesse trecho do seu comentário.



FIGURA 4 – Comentário de Luciano Matos / 7 de janeiro 2016 / Evento *Punk Reggae Party*, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1713443712204570/?active_tab=discussion>. Acesso em: 5 de novembro 2017.

É possível perceber que no próprio interior do ambiente dos fãs da banda cria-se uma ideia de “nós e eles”, comum na experiência do público de rock ou metal na construção de distinções afetivas e políticas com outros gêneros, a exemplo do pop num nível amplo e o axé-music localmente (CARDOSO FILHO, 2004). Por outro lado, como a heterogeneidade não é encarada como possibilidade de convivência viável, muitos fãs reclamam, amiúde, uma exclusividade de quem supostamente chegou primeiro.

A heterogeneidade do público como um problema, como indicado por Abbehusen, nos permite interpretar que está em jogo uma forma de organização da partilha do sensível que é de ordem mais policial que política, visto que os dissensos que podem vir a emergir desse encontro são supostos como de natureza problemática, relacionados à agressão. Já Matos (2016) pondera que, mesmo não dominando a *performance* das rodas nos shows e tendo um comportamento que incomoda, esse público não merece ser excluído. Empreende, assim, um processo de caráter político, capaz de transformar a distribuição do alcance da música do grupo e de outros valores em Salvador, já que um público, identificado como originalmente de axé-music, passa frequentar os shows do BaianaSystem – e, portanto, a se relacionar com os discursos críticos aos privilégios da classe dominante local, às estruturas de poder conectadas ao próprio axé-music, ao Carnaval e às desigualdades sociais.

A relação com a cidade se explicita na formulação de Abbehusen a partir da indicação das praças do bairro do Pelourinho, famosas pelos shows e apresentações com preços mais acessíveis: Tereza Batista, Pedro Archanjo, Quincas Berro D'água. Também possui uma vida noturna ativa, na qual se misturam moradores do Centro Histórico, turistas, boêmios e demais habitantes de Salvador. Mas em que medida, no campo da experiência desses ouvintes, os públicos que frequentam o Pelourinho diferem dos públicos de outros bairros boêmios da cidade, como o Rio Vermelho ou a Barra, por exemplo? O comentário a seguir, com *thread*, nos ajuda a entender aspectos fundantes dessa controvérsia.

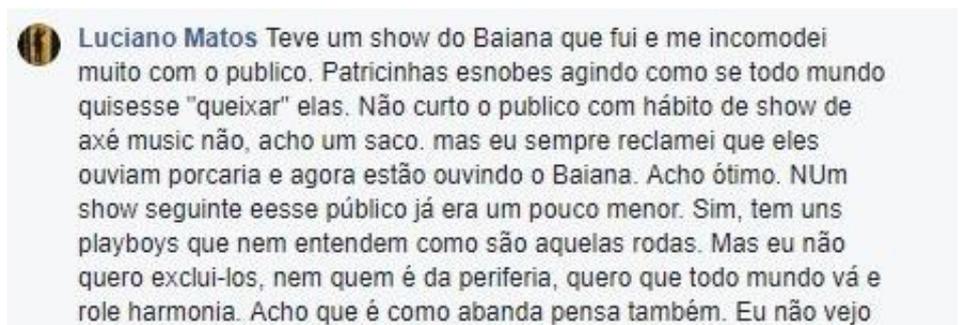


FIGURA 5 – Comentário de Jacko Passi e *thread* com participação de Adriana Leal e Ivan Rodrigues / 6 de janeiro 2016 / Evento *Punk Reggae Party*, no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1713443712204570/?active_tab=discussion>. Acesso em: 5 de novembro 2017.

A contraposição feita por Jacko Passi é emblemática na caracterização desses públicos: trata-se do gueto X playba alternativo, também conhecida como esquerda caviar. Em seguida, Adriana Leal explora ainda mais a descrição deste público, pontuando que é composto por “rebeldes de condomínio”, uma “galera descolada de humanas da UFBA” que frequenta o Rio Vermelho, como expõem outros fãs em comentários na discussão e, finalmente, a

caracterização da banda como “Psirico Gourmet”. A representatividade do público passa a ser questionada devido à questão social (público elitizado). O pagode do gueto é autêntico porque as suas práticas estão relacionadas a um cantor como Igor Kannário, por exemplo, enquanto o BaianaSystem é “uma espécie de ‘Psirico gourmet’”, sem enraizamento na periferia, alusão ao grupo de pagode Psirico. Já Ivan Rodrigues assinala que o BaianaSystem “perdeu o time” e deveria “olhar mais para o gueto”, num tipo de ressentimento pelo público do qual a banda supostamente se distanciou.

Um enquadramento que traz aspectos de distinção e autenticidade e também agrega elementos de competência e representatividade predomina nas formulações acima. Trata-se de um discurso em que a classe social e o território estão diretamente relacionados ao consumo cultural e, inevitavelmente, às formulações do gosto. Nesse sentido, não haveria possibilidade de reorganização do sensível, uma vez que aspectos estruturais (como a condição econômica) seriam determinantes no estabelecimento da prática cultural. A questão econômica incide materialmente na experiência dos ouvintes que, por sua vez, expressam as desigualdades em discursos marcados por dicotomias de classe: o produto gourmet e o de raiz, a periferia e o condomínio, o gueto batalhador e a esquerda caviar. Mais uma vez é a associação ao aspecto econômico que marca mais fortemente a experiência e a valoração.

“Tantas cidades”

A análise do processo de disputas discursivas em torno da experiência com a cidade, a partir do BaianaSystem, aponta para alguns caminhos. Há a disputa pela manutenção dos discursos apresentados nas músicas, letras e entrevistas do grupo, e da sua combatividade, o que significa circular por certos territórios simbólicos da capital baiana, parte fundamental na experiência dos fãs. Ou seja, existe um desejo que a banda continue sendo um contraponto visível aos constrangimentos mercadológicos das indústrias do Carnaval e da música, em geral, prováveis em um grupo ou produto cultural com visibilidade e alcance, com potencial de constituir um mercado consumidor amplo e lucrativo.

Além disso, cobra-se que se confronte estruturas de poder, como as desigualdades sociais e o racismo, nas próprias práticas de circulação. Mas as contradições, nesse processo, são indesejadas. Os valores de autenticidade e representatividade são centrais na experiência dos fãs em sua conexão com a

cidade de Salvador. Este processo se dá, em alguns momentos, reforçando os regimes de partilha do sensível estabelecidos e em outros reconfigurando-os. Tais debates aparecem atravessados pelas variáveis étnico-raciais, de gênero musical etc., no entanto se revelam amparados numa discussão de base que é de ordem econômica. O que nos motiva a indagar em que medida é possível pensar em regimes estético-políticos, na música, cujo fundamento não seja o capitalismo avançado de consumo. Quais seriam suas potências e limites no cenário cultural contemporâneo?

Esperamos, com essa análise, contribuir tanto para a ampliação da própria experiência dos fãs com banda - seguindo a máxima pragmatista de que os conhecimentos que colaboram para o aprimoramento e democratização das experiências são fundamentais - bem como na reflexão sobre os processos de empoderamento dos fãs, suas práticas discursivas e sensíveis. Reforçamos que o objetivo é mapear essas experiências - deixadas registradas nos ambientes de circulação das plataformas de redes sociais *online* - a fim de conhecer melhor os aspectos que atravessam a relação com música, sejam eles gêneros musicais, trajetórias de artistas, performances de gênero e corpo, étnico-raciais, territoriais etc.

Algumas dessas práticas podem ser identificadas como expressões de emancipação, capazes de sugerir transformações de estruturas de poder concentradoras e opressoras, tanto ligadas à música como a contextos culturais de territórios específicos ou níveis mais amplos da sociedade. Outras delas são identificadas como expressões de embrutecimento, que reforçam as distâncias sociais e políticas diante dos próprios problemas que afirmam querer resolver (RANCIÈRE, 2015). Todas as experiências são, no entanto, testemunhos de um determinado tempo e de um contexto no qual a cultura aparece como um campo de embates constantes e cuja força estética e política precisa ser mais amplamente explicitada. É na articulação também com os campos de produção, circulação e consumo que podemos perceber mecanismos reiterativos e vetores de força nas lógicas de reprodução da própria experiência - assim como as linhas que buscam reconfigurá-la.

Referências

AMARAL, Adriana. Práticas de *fansourcing*: estratégias de mobilização e curadoria musical nas plataformas musicais. In: SÁ, Simone (org.). *Rumos da Cultura da Música: negócios, estéticas, linguagens e audibilidades*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010, p. 139 – 163.

CARDOSO FILHO, Jorge. Uma matriz comunicacional da sensibilidade. In: DUARTE, Eduardo et al (Org.) *Comunicação e Sensibilidades: pistas metodológicas*. Belo Horizonte: PPGCOM-FAFICH, 2016.

_____. Afeto na análise dos grupamentos musicais. *ECO-PÓS*, vol. 07, n. 02, 2004, p. 111-119.

CARDOSO FILHO, Jorge & JANOTTI JÚNIOR, Jeder. A música popular massiva, o mainstream e o underground: trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. In: JANOTTI JÚNIOR, J. & FREIRE FILHO, J. (org.). *Comunicação e Música Popular Massiva*. Salvador: EDUFBA, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. *O Corpo Utópico: As Heterotopias*. São Paulo, n-1 Edições, 2013.

GROSSBERG, Lawrence. *Estudios culturales em tiempo futuro: cómo es el trabajo intelectual que requiere el mundo de hoy*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia* - Ano IX - No 17 – 2007. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/viewFile/213/205>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

HERSCHMANN, Micael. *Indústria da música@ em transição*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2010.

HO, Wai-Chung. Between globalisation and localisation: a study of Hong Kong popular music. *Popular Music*, vol. 22, n. 02, 2003, p. 143-157.

JANOTTI JÚNIOR, Jeder. *Heavy Metal e Mídias: das comunidades de sentido aos grupamentos urbanos*. 2002. 367 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, Rio Grande do Sul.

_____. *Heavy Metal com Dendê: rock pesado e mídia em tempos de globalização*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

MIGUEZ, Paulo. *A emergência do Carnaval afro-elétrico empresarial*. Texto apresentado no IX Congresso Internacional da BRASA – Brazilian Studies Association. Tulane University, New Orleans, Louisiana 27 a 29 de março de 2008. Disponível em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_IX/Paulo-Miguez.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2018.

MITTELL, Jason. A cultural approach to television genre theory. *Cinema Journal*, 40, n. 3, p. 3-24, spring 2001. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/b61f/4d25fc18a49df8daaa2523af8f46530eac19.pdf>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018.

QUÉRÉ, Louis. O caráter impessoal da experiência. In: LEAL et al (org.). *Entre o sensível e o comunicacional*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. 2a. edição. São Paulo: Editora 34/EXO, 2009.

_____. *O Mestre Ignorante*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. *O desentendimento*. São Paulo: Editora 34, 1996.

SÁ, Simone. Se você gosta de Madonna também vai gostar de Britney! Ou não? Gêneros, gosto e disputa simbólica nos sistemas de recomendação musical. *ANAIS do XVIII Encontro da COMPÓS*, PUC-MG, Belo Horizonte, 2009.

STRAW, Will. Scenes and sensibilities. *E-Compos*, vol. 06, p. 1- 16, 2006. Disponível em: <http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/83/83>

VON APPEN, Ralf & DOEHRING, Andre. Nevermind the Beatles, here's Exile 61 and Nico: "The top 100 records of all time" – a cannon of pop and rock albums from a sociological and an aesthetic perspective. *Popular Music*, volume 25, n. 01, 2006, p. 21 – 39.

Nota

- 1 Objeto de análise de trabalho de conclusão de curso em desenvolvimento na Faculdade de Comunicação da UFBA.
- 2 O próprio título da música indica um percurso urbano que liga um bairro da Cidade Baixa (a Calçada) a um bairro do subúrbio ferroviário de Salvador (o Lobato), apresentando uma relação com territórios da cidade que não são usualmente visibilizados em verso e prosa. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=autZnK02BU>>. Acesso em: 15 de novembro de 2017.
- 3 Divulgado em 1º de fevereiro de 2017, tem 521.053 mil visualizações e 390 comentários. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2PrQwMFGMUc>>. Acesso em: 15 de novembro 2017.
- 4 Entre o final de 2017 e início de 2018, intensa propaganda tanto do governo do Estado como da prefeitura foi feita sobre a viabilização do trio-elétrico, o Navio Pirata, do BaianaSystem. Enquanto o segundo financiou a presença do grupo no evento pré-carnavalesco Furdunço, o primeiro anunciou, através da página do governador na plataforma Facebook, três apresentações durante o período do Carnaval. Uma disputa que pautou reportagens em veículos locais. Além disso, em 2017, após o protesto "Fora Temer!" realizado pela banda em seu desfile, o presidente do Conselho Municipal do Carnaval de Salvador defendeu a punição do grupo, como mostra a reportagem "Comcar diz que BaianaSystem pode ficar de fora do Carnaval 2018 após 'Fora Temer'". Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/comcar-diz-que-baianasystem-pode-ficar-de-fora-do-carnaval-de-2018-apos-fora-temer/>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.
- 5 Para elucidar essa concepção, trazemos uma explicação de Louis Quéré: "a experiência é impessoal e objetiva, portanto a-subjetiva, e sua personalização e subjetivação se fazem através de uma apropriação: o processo impessoal que é a experiência se torna „minha“ experiência por uma interpretação ou um ato retrospectivo de apropriação, geralmente no contexto de interações sociais em que se coloca a possibilidade de reivindicar ou atribuir sua responsabilidade" (2010, p. 19).
- 6 No cenário musical de Salvador, os integrantes do grupo são conhecidos, principalmente, no universo alternativo. O cantor Russo Passapusso fez parte do Ministério Público, coletivo de DJs e MCs ligado ao sound system. Também compôs o Bemba Trio e colaborou com a banda Dubstereo. Ambos fazendo pontes entre culturas musicais de cenas jamaicanas e baianas. Já Roberto Barreto e Marcelo Seco compuseram o Lampirônicos, que conquistou certo alcance nacional, com videoclipe exibido na programação da MTV, shows fora do estado. O grupo também teve a música Pop Zen gravada pela cantora Ivete Sangalo e, alguns anos após o fim do grupo, por Arnaldo Antunes – artistas com visibilidade nacional e até internacional. Além disso, Barreto atuou como guitarrista da Timbalada. O quarto integrante, Filipe Cartaxo, tem trajetória profissional na área do design.
- 7 Este trabalho do BaianaSystem foi eleito pela revista Rolling Stone Brasil o 5º melhor álbum brasileiro lançado em 2016. ROLLING STONE BRASIL. São Paulo. Melhores

Discos Nacionais de 2016. Disponível em: <<http://rollingstone.uol.com.br/galeria/melhores-discos-2016>>. Acesso em: 31 maio 2017.

- 8 Balneário turístico do litoral norte de Salvador, a Praia do Forte pertence ao município de Mata de São João e é responsável por um grande fluxo financeiro na região, de modo que grandes eventos com artistas da axé-music e do pop possuem a praia como cenário ideal.
- 9 Ao trabalhar com as formas de ação nas relações sociais, Rancière apresenta uma explicação que contrapõe ação política e ação policial, na medida em que uma atua no sentido de reorganizar as partilhas do sensível e a outra reforça as partilhas já socialmente estabelecidas. São metáforas usadas pelo autor que podem ser pensadas em variadas situações cotidianas.
- 10 Reportagem de Ailma Teixeira no portal Bahia Notícias: Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/cultura/noticia/23132-quot-nao-da-pra-serem-todos-os-shows-no-pelourinho-quot-diz-guitarrista-do-baianasystem.html>. Acesso em 1 de fevereiro de 2018.

Batalhas sônicas: disputas territoriais do Congo Capixaba

*Sonic battles:
territorial disputes of Congo Capixaba*

Tháise Valentim Madeira

Católica de Vitória Centro Universitário
Doutora em Comunicação Social - PPGCOM/UFMG, em cotutela com a
Universidade Sorbonne Nouvelle - Paris III. Professora da Católica de Vitória,
Centro Universitário.

Pedro Silva Marra

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Doutor em Comunicação Social - PPGCOM/UFF. Professor da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES).

RESUMO

Este artigo se propõe a refletir sobre as disputas territoriais agenciadas por meio de campanhas sônicas realizadas durante as festas do Congo Capixaba. Trata-se de entender a convergência das dimensões cognitivas e somáticas dos sons, a partir da análise dos processos comunicativos, sociais e culturais gerados em experiências sonoras possíveis durante as festas em questão. Para tanto, examina-se as dinâmicas de colonização sonora em situações de conflitos sugeridas a partir do modelo tripartite de Daughtry (2015) - Regimes Auditivos, Campanhas Sônicas e Territórios Acústicos. Acredita-se que, no contexto das festas, os parâmetros acústicos (intensidade, frequência e espacialidade), e o trânsito espacial e simbólico das manifestações convergem na enunciação e territorialização de suas tradições ancestrais no cenário contemporâneo.

Palavras-Chave: batalhas sônicas; território; Congo.

ABSTRACT

This article proposes to reflect about the territorial disputes negotiated in the sonic campaigns during the parties of “Congo Capixaba”. We would like to understand the convergence of the cognitive and somatic dimensions of sounds, from the analysis of the communicative, social and cultural processes generated in sonorous experiences possible during the parties in question. For this, we examine the dynamics of sound colonization in situations of conflicts suggested from the tripartite model of Daughtry (2015) - Auditory Regimes, Sonic Campaigns and Acoustic Territories. We believe that the acoustic parameters (intensity, frequency and spatiality) and the spatial and symbolic transit of events are supposed to converge in the enunciation and territorialization of their ancestral traditions in the contemporary scenario.

Keywords: sonic battles; territory; Congo.

Experiência sonora nas festas populares

As festas e festivais populares se ampliaram no cenário nacional e internacional nos anos 90 (GARAT, 2005), se configurando como instrumentos estratégicos de promoção política, cultural e econômica das cidades que os realizam. Este processo valorizou certas práticas culturais em detrimento de outras, hierarquizando o espaço público e a forma como grupos sociais coexistem nele.

Entre as formas de expressão desses grupos no espaço urbano estão as sonoridades: músicas e ruídos. Tomamos o som como uma relação social, vibração de um corpo que ressoa em outro, meio acessado para realizar ações, mídia para a produção de sentidos, mediação entre sujeitos, culturas, tecnologias e os espaços que ocupam.

A função sócio comunicativa das sonoridades é abordada por diversos trabalhos que tematizam questões tão diversas como as estruturas ideológicas e perceptivas dos lugares (FELD, 1984; SCHAFER, 2001, SAMUELS et. al., 2010), os circuitos culturais conformados por práticas musicais na cidade (STRAW, 1991; HERSHMANN, 2007; JANOTTI JR e SÁ, 2013), as relações entre lugares e identidades (CONNELL e GIBSON, 2003), os afetos, estéticas e performances nos espaços públicos (HERSHMANN e OLIVEIRA, 2016), as formas como sujeitos reivindicam o urbano (SAKAKEENY, 2006), ou fazem dele local para manifestações políticas (BIRDSALL, 2012; RADOVAC, 2014). Nestas dinâmicas, o som produzido durante as mais diversas práticas sociais localiza os atores sociais no território, que se utilizam de vibrações acústicas para se comunicarem e ao mesmo tempo tomar posse – de maneira momentânea ou duradoura – dos locais que frequentam. Portanto, os sons da cidade são tomados como objeto de análise já que mediam dinâmicas que reverberam no campo das práticas sociais.

As sonoridades são ao mesmo tempo “texto”, que comunicam sentimentos e percepções da realidade, e força que se exerce sobre os corpos, sobretudo em contextos hipersensoriais, de materialidade acústica excessivamente intensa, grave, aguda, rápida, lenta, marcada ou cadenciada. Nestas condições, seus aspectos hápticos são privilegiados em relação aos sentidos que carrega (DAUGHTRY, 2014). Esta constatação destaca o aspecto imersivo da audição que não só constitui os aspectos simbólicos atrelados ao local, mas também imerge (HELMREICH, 2007) os sujeitos nos espaços que ajudam a construir, dando a eles um sentido de “lugar”, espaço “social-orgânico” (AUGÉ, 2005). Portanto, alguns “textos sonoros”, enquanto formas comunicativas, apenas existem na medida em que a força das dinâmicas corporais emergem da

interação de indivíduos no espaço público, marcando territórios, recriando identidades e afirmando o caráter político de suas disputas.

Assim, este trabalho propõe a convergência das dimensões cognitivas e somáticas dos sons, a partir da análise dos processos comunicativos gerados em experiências sonoras das festas do Congo Capixaba (Banda de Congo Amores da Lua e Banda de Congo Mestre Alcides).

O Congo é considerado uma manifestação da religiosidade popular (POEL, 2013) expressa, entre outros, por meio de danças, cantos, cortejos, desfiles e performances que fazem alusão à práticas religiosas executadas desde o Brasil colônia, pelos escravos. No Espírito Santo têm-se como mito fundador das festas de Congo a história do naufrágio de um navio negreiro. Os sobreviventes, clamando à São Benedito por suas vidas, agarraram-se ao mastro do navio e chegaram até a praia. Desde então os grupos de Congo realizam um cortejo cantando, dançando e guiando um mastro, o qual é fincado em algum espaço simbólico para a comunidade, para homenagear São Benedito.

No contexto das festas de Congo, a performance dos grupos envolvidos constitui-se como técnicas sônicas (MARRA, 2016) – protocolos de uso dos parâmetros acústicos (intensidade, frequência e espacialidade) para realização de certas ações – que viabilizam seu trânsito espacial e simbólico. Nos interessa conhecer, portanto, a territorialização de suas tradições ancestrais no cenário contemporâneo.

Entender os processos comunicativos que derivam dessas dinâmicas de (re) territorialização é fundamental em um contexto no qual as práticas religiosas afro-brasileiras não só enfrentam preconceito oriundo de um racismo estrutural (GOMES, PEREIRA, 1988; SANTOS, 2006; SOUZA, 2006; MOURA, 1983), mas também sofrem ataques de outras religiões, sobretudo certas vertentes neopentecostais (SILVA, 2007), delineando um cenário onde ocorre a “guerra santa”, disputa religiosa travada entre grupos tradicionais de Congo, devotos de santos negros e praticantes da religiosidade popular, e grupos religiosos que evangelizam, doutrinam, pregam e conquistam territórios em prol da soberania de sua própria religião. Essa guerra acontece, entre outros, através de batalhas sônicas¹, performances auditivas que fazem ecoar a luta por espaço, reconhecimento, e permanência de tradições ancestrais.

A afirmação social dos Congos

No Espírito Santo, o Congo está presente em quase todo o seu litoral, embora hoje a maior parte dos grupos esteja concentrada na metrópole. Atualmente, 67 Bandas de Congo foram catalogadas. O Congo² é considerado, desde os anos 80, um ícone da cultura regional, e atingiu o status de Patrimônio Imaterial do Estado em 2014.

O cortejo é um elemento presente nas festas de modo geral. Algumas comunidades, localizadas no litoral, realizam o cortejo nas ruas e o encerram na praia. Este é o caso da Banda de Congo Mestre Alcides, da Barra do Jucu, no Espírito Santo. O bairro, pertencente ao município de Vila Velha, foi uma das primeiras comunidades formadas no Estado, parte da antiga e extensa fazenda Araçatiba, construída pelos Jesuítas. Nesta fazenda nasceu o Congo da Barra, hoje dividido em três: Mestre Honório, Tambor de Jacarenema e Mestre Alcides.

Embora o mito fundador dos grupos de Congo tenha relação com o mar ou o rio, muitos deles se desenvolveram, geograficamente, além “das águas”. A Banda de Congo Amores da Lua, é um exemplo de festa criada no contexto urbano de uma capital. O Amores da Lua nasceu no Bairro Santa Martha, ao norte de Vitória, entre duas das maiores avenidas da cidade: Avenida Maruípe e Serafim Derenze. A região, hoje urbanizada, é resultado da ocupação de uma grande fazenda, propriedade do governo do Estado do Espírito Santo.

Em 1958, quando a Igreja Católica começou a ser construída com a imagem de Santa Martha, a Banda de Congo Amores da Lua já existia há 10 anos no bairro, afirmando a devoção da comunidade local por São Benedito e reforçando a religiosidade popular. Hoje a festa da Banda Amores da Lua acontece no bairro e também nas grandes avenidas adjacentes.

Embora não se saiba a origem exata das festas de Congo no Espírito Santo, se sabe, entretanto, que elas foram proibidas de existir durante algum momento. Em São José do Queimado, há registro de festa de Congo em 1854. No mesmo ano tem-se uma lei, sancionada no distrito de Nova Almeida, que proibia “batuques, danças e ajuntamentos de escravizados” (MACEDO, 2015, p. 49).

A existência dos grupos passa, ainda hoje (e principalmente), por um processo de enfrentamento e apropriação do espaço público, seja por conta de aspectos religiosos, políticos, e/ou familiares. O mestre Ricardo Sales, da Banda de Congo Amores da Lua, relata o processo de renovação do grupo na

comunidade: “quando a família do meu pai se encontrou com esse padre de uma outra religião que não é Católica Romana [...] essa pessoa foi só focando a cabeça do meu avô, que já era uma pessoa de idade, para acabar com a tradição do Congo na nossa comunidade” (SALES, 2017, p.7), o que de fato aconteceu, durante um ano.

Calar o Congo foi a estratégia para ganhar tempo e, finalmente, encerrar as atividades do grupo. A voz calada, nesse sentido, é a voz dos cantos, dos instrumentos, dos ancestrais, mas também a voz dos protestos, que evidenciam o papel das sonoridades nas disputas por território, através dos seus “repertórios de ação”, ou seja, o conjunto de operações empregadas por determinados grupos em seus atos contenciosos contra outrem (TILLY, 1993).

Na Barra do Jucu também foram travadas batalhas sônicas destinadas a calar o Congo. Seu Alcides, fundador do Congo da Barra, se mudou para a Barra do Jucu em 1965 e com a ajuda de alguns moradores, deu origem ao Congo, que sofreu perseguição policial e religiosa:

Já aposentado, o Mestre passava por muitas dificuldades financeiras. [...] Alcides, ao procurar emprego em uma igreja evangélica que tinha se instalado na Barra, recebeu uma exigência: “Só daria o emprego caso Alcides se desligasse da banda. E o líder vendeu todos os instrumentos”. (MACEDO, 2015, p. 113).

A “guerra santa” se torna evidente quando estratégias de negociação (ou imposição), como essas descritas, são estabelecidas, mas também quando há ataques diretos entre as partes. Em 2013, Ricardo Sales saiu com o Amores da Lua no Santa Martha, a desmando do seu avô. Ao final de todos os rituais da festa, o patriarca, acompanhado do “padre de outra religião”, como denomina Ricardo, foi até a casa do neto e quebrou o barco, objeto sagrado dos rituais, usado no cortejo. Um novo barco foi construído e Ricardo, acompanhado da banda que o reconhecia como Mestre, passou na porta da casa do avô, levando a festa, que desde então não parou mais, ainda que enfrente, cotidianamente, muitas batalhas sônicas travadas em “seu” espaço.

Territorialidades e sonoridades na “guerra santa”

Como nos lembra Doreen Massey (2004, p. 17), “o espaço não é uma superfície”: ele se cria a partir dos usos que os sujeitos realizam dos elementos – edificações, mobiliário urbano, acidentes geográficos, outros sujeitos –

que estão ali presentes e dispostos. Desta forma, a ocupação que se dá às ruas, praças, campos, etc., é o que lhes confere um sentido e funcionalidade compartilhados por aqueles que ali habitam, frequentam ou transitam. Martin Daughtry (2014) ressalta que os sons ocupam espaço, já que possuem tamanho, peso e direcionalidade. Seu tamanho equivale à área em que é possível escutá-lo – e neste sentido, vibrações acústicas costumam ser muito maiores que suas fontes. Um conjunto percussivo de música tradicional, composto por diversos tambores e outros instrumentos, como é o caso dos Congos, ou um potente equipamento de reprodução de som mecânico, é acessível à nossa audição a algumas centenas de metros, mesmo que esta distância não nos permita ver a fonte dessas emissões. Seu peso corresponde às sensações táteis que as vibrações sonoras produzem sobre os corpos ouvintes. Enquanto a voz de uma única pessoa pode não produzir um impacto perceptível sobre a pele, uma multidão cantando a mesma canção, ou sonoridades muito graves e intensas, como a dos tambores utilizados nos festejos em questão, têm a capacidade de realizar tal feito. Finalmente, a direcionalidade diz respeito ao sentido em que movimenta-se o som. Vibrações acústicas podem ser muito direcionais, alvejando de maneira direta um ouvinte que o escuta de forma clara. Por outro lado, elas também se voltam em direção à sua fonte, o que confere a todos os sons uma certa omnidirecionalidade. Edificações e acidentes geográficos presentes nos locais onde o som se propaga também interferem nestas dinâmicas por meio de efeitos tais como a reflexão, reverberação e absorção sonora.

Tal impacto sônico sobre os corpos é por diversas vezes irresistível: ainda que a escuta possa ser treinada para fazer o corpo reagir ou resistir a tais seduções, estamos, necessariamente a todo tempo sob a ação de um campo vibracional que constantemente força nossos corpos a mover em simpatia, como lembra Daughtry. É neste caminho também que Tim Ingold (2007) afirma que não escutamos aos sons, mas ouvimos neles, já que estes não são o objeto, mas o meio da percepção auditiva: as sonoridades são mídia. Desta forma, o aspecto imersivo deste sentido toma a frente, o que não só destaca a importância da escuta na atribuição de significados aos lugares, mas sobretudo mostra como a semiose envolve uma afinação no nível somático dos indivíduos às ressonâncias, reverberações e ecos que vibram no espaço em nível individual ou coletivo (HELMREICH, 2007). É nesse sentido que Daughtry afirma que “o som coloniza territórios acústicos, incluindo o território ressoante do corpo” (DAUGHTRY, 2014, p. 33).

Em seu estudo sobre as relações entre sonoridades e violência no contexto da Guerra do Iraque, Daughtry (2015) oferece um modelo tripartite, baseado

em três conceitos para compreender tais dinâmicas de colonização sonora em situações de conflitos bélicos, como a Guerra do Iraque. *Regimes auditivos* diz respeito aos protocolos de escuta que são aprendidos pelos sujeitos que experimentam um cotidiano em um ambiente “que já está conformado e delimitado por poder” (DAUGHTRY, 2015, p. 123). As dinâmicas de colonização sonora podem ser pensadas nos territórios das festas do Congo. Para a comunidade de Santa Martha, por exemplo, um Regime Auditivo já estava instalado, possibilitando que o território pudesse ser identificado como lugar do Amores da Lua. A música do Congo estabelece temporalidades que marcam as sazonalidades festivas do bairro. Quem vive no local aprende, ao ouvir os tambores ao longo do tempo, quando é chegado o momento da festa e de seus preparativos. Os cortejos também atribuem a certos pontos de seu trajeto uma dimensão simbólica que permite “escutar uma hierarquia” de importância dos espaços do bairro para a comunidade, delimitando, a partir dos rituais e dos sons (intensidade, frequência e espacialidade) os marcos do território.

Assim, o Congo é um dos componentes fundamentais para a constituição dos ritmos – “... tempo regulado, governado por leis racionais, mas em contato com aquilo que é menos racional no ser humano: o vivido, o carnal, o corpo” (LEFEBVRE, 2013, p. 18) – do lugar.

Lefebvre argumenta que as mudanças sociais se dão por meio de transformações em seus ritmos. Segundo Ricardo, é isso que busca realizar o “padre de religião não católica” ao infiltrar-se no Congo Amores da Lua e aliar-se aos seus membros mais velhos: convencê-los a não mais realizar os festejos. Este acontecimento mudaria a sonoridade local, abrindo espaço para a constituição de um novo regime auditivo e, quem sabe, permitiria a entrada e consolidação desta “outra Igreja”. Neste sentido, arriscamos traçar, inclusive, um contraponto entre a transversalidade da organização comunitária do Congo que se utiliza de audibilidade pública ao realizar as festas no espaço da rua ou no interior de espaços fechados mas sem isolamento acústico, possibilitando que o som vaze para a vizinhança; e a estrutura hierarquizada de uma igreja cristã, cujos cultos se realizam, de maneira geral, nos templos, de maneira sobretudo privada, portanto. Esta passagem do público ao privado demanda a aprendizagem e incorporação de formas de escutar diferentes e que remetem a maneiras distintas de distribuição de relações de poder no interior do lugar.

As *Campanhas Sônicas* designam o conjunto de ações que se realizam no emprego de sons com fins a alcançar um determinado objetivo e que são “implementadas com a ajuda de tecnologias e treinamento. Elas envolvem luta e até mesmo conflito, e assim sendo, necessariamente implicam no

exercício de poder” (DAUGHTRY, 2015, p. 124). Tratam-se, portanto, de técnicas sônicas em que as dinâmicas empreendidas pelas relações de poder se tornam explícitas. Observamos Campanhas Sônicas no caso narrado sobre o Congo Amores da Lua em diversas instâncias. Em primeiro lugar, destacamos as características vibratórias de uma boa parte das sonoridades empregadas por práticas religiosas afro-brasileiras: elas são intensas, graves, com ritmos contra-métricos e por isso intrusivos tanto do espaço quanto do próprio corpo. Desta forma, apresentam uma grande capacidade de dominar o lugar em que se realizam, dificultando a escuta de outros sons. Em contraposição, a atuação do sacerdote junto aos anciões do Congo opera em outros parâmetros. Uma sonoridade privada e íntima com fins a seduzir aqueles que eram considerados até então “os donos da festa” – não é porque os mais antigos são referência e liderança local que possuem a capacidade de determinar sozinhos os rumos da comunidade, o que acontece em instituições hierarquizadas, como é a Igreja – visa mudar o regime acústico de maneira sub-reptícia, numa estratégia que depende da lábia e oratória e que remonta aos jogos de bastidor e à fofoca e intriga. Assim, percebemos o emprego de sonoridades de baixo volume com fins a calar outra muito mais ruidosa, para que novos sons – por vezes, talvez também ruidosos – possam emergir.

O silenciamento aqui tem um caráter ambíguo, funcionando como uma prática para ambas campanhas sônicas, a do “padre não católico” e a do Congo. Para o primeiro pode significar a vitória e as condições ideais para a implementação de sua sonoridade. Para o segundo serve como momento de rearticulação e reorganização da comunidade, para em seguida sair novamente em cortejo, como finalmente aconteceu no Amores da Lua, e assim, firmar sua existência. A quebra do navio pelo ancião, acompanhado do sacerdote, é um movimento de contra-ataque cuja dimensão sônica amplifica o impacto do gesto simbólico no contexto da “guerra santa” estabelecida, já que a destruição também produz som, e, portanto, faz parte da batalha sônica travada entre a comunidade e o “padre de outra religião”. Da mesma forma, a construção de outro barco e a passagem do cortejo em frente a casa do antigo mestre configuram dinâmicas das campanhas sônicas que engajaram a comunidade na batalha pela afirmação do Congo, demonstrando como as experiências vividas no âmbito da festa são importantes na articulação social.

Finalmente, o termo *Territórios Acústicos* aponta para “as formas como nosso entendimento dos lugares em que vivemos e nos movemos é estruturado em parte pelos sons reverberantes e atos de escuta” (DAUGHTRY, 2015, p. 126). Assim, a noção delinea as formas como as sonoridades possuem capacidades de inserir ou retirar os indivíduos e seus corpos na externalidade geográfica

em que se localizam e na internalidade biológica que regula suas vidas, bem como transportá-los para lugares simbólicos distintos, de acordo com a forma como um mesmo som pode remeter a situações diversas, de acordo com a situação. Para o autor, os territórios acústicos estão ligados, portanto, às fronteiras constituídas pelo som e sua escuta. Remetem ainda às estruturas e suas características absorventes ou reflexivas presentes em ambientes em constante transformação e que mediam, modificam ou enclausuram os sons em determinado tempo-espaço.

Embora as possibilidades delineadas por tal concepção de territórios acústicos nos pareça de grande potência para a compreensão de uma série de processos que relacionam som e espaço, nos parece que o autor deixa em segundo plano um importante aspecto acerca da discussão em torno dos fenômenos de territorialidade e que é de grande importância para as questões que pretendemos desenvolver nesse trabalho. Uma outra definição de território acústico, como a de Brandon Labelle (2010, p. XXV), que foca “os movimentos entre e em meio a forças diferentes”, ou a de território sonoro (OBICCI, 2008), que trata da construção de fronteiras e da atribuição de qualidades também não enfatizam tal problema. Trata-se das disputas sociais em torno da posse do lugar e que usualmente utilizam música e som não só para delimitar fronteiras espaciais, mas também para ampliá-las, ou ainda expressar uma resiliência e permanência local de grupos periféricos, contra ações que visam silenciá-los ou domesticá-los. Daughtry assume que um território é “um espaço conquistado, um lugar cuja identidade é mantida por força ou ameaça de força” (2015, p. 125). Contudo, mais do que dominado, o território é também um “espaço-tempo-vivido” (HAESBAERT, 2006, p. 2), apropriado e disputado por diversas dinâmicas sociais copresentes e em conflito (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 42-43). É a este aspecto que enfatizamos quando falamos das relações entre territorialidades e sonoridades.

O território acústico do bairro Santa Marta é conformado, disputado e retomado pelo som do Congo do Amores da Lua, por meio das dinâmicas apresentadas até o momento – as quais contrapõem o público e o privado, a rua e o templo, sonoridades muito e pouco intensas e o estabelecimento de marcos simbólicos do lugar. Naquele contexto da “guerra santa”, as fronteiras delimitadas historicamente por meio de batalhas sônicas se mantêm, pois a comunidade demonstra a potência necessária para reafirmar suas práticas, não só religiosas, mas sobretudo sonoras, em contraponto ao silenciamento imposto.

As dinâmicas territoriais são, portanto, intrinsecamente violentas pois implicam a ocupação do espaço por agentes sociais contra a resistência de outros sujeitos. Afinal, constroem-se fronteiras, aprende-se a escutar o lugar

em suas particularidades vibratórias e elaboram-se estratégias de ação não só para conquistar o domínio do espaço, mas também para mantê-lo, ou tomá-lo de possíveis adversários que buscam usurpá-lo. Nestes processos, o som em suas propriedades materiais se mostra uma ferramenta eficiente para a realização de tais objetivos. Ainda que a noção de territórios acústicos proposta por Daughtry não privilegie as disputas em torno da posse do espaço, acreditamos que seu modelo tripartite oferece um esquema de análise melhor sistematizado de dinâmicas de conflito do que outros trabalhos sobre as relações entre som e violência (CUISICK, 2006; GOODMAN, 2010), que também fornecem insights inspiradores.

A construção do território acústico por meio do Cortejo

O Cortejo é um dos rituais mais importantes nas festas do Congo. De maneira geral é o momento em que os devotos - músicos, dançantes, mestres, reis, rainhas e público - louvam os santos de devoção e os ancestrais. Levando em consideração essa função basilar do cortejo, podemos entendê-lo a partir da sua narrativa, cujo roteiro, tempo, lugar e personagens revelam como ele existe e é percebido no cenário contemporâneo. Enquanto público, que acompanhou pela primeira vez o cortejo da Banda de Congo Mestre Alcides, no dia 17 de dezembro de 2017, na Barra do Jucu, percebemos a festa da seguinte maneira: à frente estavam as porta-bandeiras e estandarte, seguidas pelos homens que carregavam o mastro com a bandeira de São Benedito (ritual chamado de “Puxada do Mastro”) e por último a banda e os dançantes. Na medida em que o cortejo seguia, mais pessoas se juntavam à festa, formando uma multidão atrás e ao redor da banda. Todos seguiram até a praia, onde o mastro, com o estandarte, foi fincado na areia (Fincada do Mastro). Era fim de tarde, ainda com sol, e a praia estava cheia de banhistas. Muitos se aproximaram, outros continuaram na areia assistindo à festa.

Vale ressaltar que a banda faz, usualmente, três paradas até seu destino final (FIG.1). Uma no Ateliê Kléber Galveas, outra na Igreja Nossa Senhora da Glória e a última no Cais da Barra. Esta última parada, que durou aproximadamente 30 minutos, chamou bastante atenção, pois é um local de acesso ao Rio Jucu (cujas águas remetem ao mito fundador do Congo) e ao mesmo tempo é um cruzamento entre as ruas Antônio Santos Leão e Avenida Ana Penha Barcelos, que leva à praia, o que forma um largo que propicia o ajuntamento de pessoas, tornando-se um local favorável para a apreciação e realização

da performance musical. Mesmo que próximo à Banda Mestre Alcides, não era possível entender claramente as letras das toadas. Mas suas vibrações e a repetição eram suficientemente claras para acentuar a cadência e proporcionar a participação do público, que elaborava para si o sentido da festa.



Figura 1 - Mapa do trajeto da Banda Mestre Alcides
Fonte: Macedo, 2015, p.80.

A fincada do mastro de São Benedito na Praia do Barrão é o ponto alto da festa, no que se refere à marcação do território pelo Congo. Firmar o mastro na terra é sinalizar uma fronteira social, geográfica, temporal, cultural e um lugar de experiências coletivas. Acompanhados de fogos de artifícios, a banda de Congo se posicionou ao redor do mastro, fechando a roda. Aos poucos o centro era gradativamente ocupado pelo público, para que este pudesse tocar no mastro e fazer seus pedidos. A banda se posicionou para encerrar o cortejo, rumo ao local de origem.

Trânsitos tecnologicamente mediados do território acústico

Para os congueiros, o sentido do ritual entre uma festa familiar e uma festa pública é diferente. Exige que os grupos estejam em constante negociação e afirmação de sua prática festiva dentro do território, o que passa, direta ou indiretamente, pela recepção de um público ávido por festa, entre eles aqueles que querem tocar, cantar e dançar, mesmo não sendo do grupo. O que faz, por exemplo, Ricardo Sales, ao anunciar nas redes sociais as apresentações do grupo, além de convidar aqueles que têm afinidade e

respeito ao Congo a integrar a banda Amores da Lua, expandindo a banda para além das fronteiras familiares.



Figura 2 – Convite público do Amores da Lua para agregar participantes à Banda
Fonte: Facebook, 2017.

É inegável, para qualquer grupo, a necessidade de lidar com o crescente número de espectadores, adaptando o ritual festivo a eles, como podemos ver no relato de Beatriz dos Santos Rêgo, da Banda Mestre Honório, da Barra do Jucu:

[...]festa de rua é pra gente mostrar pro povo a nossa devoção, e porque que aquilo a gente tá fazendo: São Benedito. Mas a nossa festa do âmbito religioso a gente faz antes. Então a gente não quer misturar. Essa parte de botar o santo em roda, ficar... roda pra lá, roda pra cá, eu acho que isso não é legal, não combina” (MACEDO, 2015, p. 77).

Inara Macedo (2015, p.79) ressalta que, no cortejo, com o crescente número de seguidores, o controle do grupo sobre o andamento da festa, diminui. Além disso, ela assinala que o consumo de álcool nas festas ganhou outro sentido. Se antes era usado para animar os tocadores e fazer oferenda aos santos, hoje é consumido de forma indiscriminada e exagerada.

A forma como as festas se desenvolveram no cenário urbano se deu graças aos meios tradicionais de transmissão, ou seja, a oralidade, mas também pela captação e registro sonoro das músicas tradicionais. No caso das festas de Congo, a captação serve como maneira de salvaguardar a tradição, e claro, divulgá-la. Com a aparição desses registros, os grupos se tornam, pouco a

pouco mais conhecidos. Junto deles surgem outros grupos artísticos, que se desenvolveram no contexto contemporâneo, para suprir a indústria do espetáculo. Para esses, as estruturas técnicas da transmissão oferecem possibilidades de renovação das músicas tradicionais, criando, por exemplo, outros arranjos à partir das canções usadas nos rituais. O uso dessas estruturas pode, como aconteceu em alguns casos, popularizar uma música que é, na sua origem, específica de um ritual e/ou de uma comunidade. Neste caso, as questões de direitos autorais são extremamente problemáticas, já que as músicas são consideradas de domínio público. Por isso, conflitos são constantes entre os grupos tradicionais e artistas.

Segundo relatos de Inara Macedo (2015), a década de 80 marcou o Congo da Barra do Jucu, por conta da mediação da festa por agentes culturais e a participação de jornalistas e universitários. Numa dessas ocasiões, em 1988, Martinho da Vila abriu espaço para que o Congo se apresentasse no 3º Encontro Internacional de Artes Negras, e também da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e no Circo Voador. Ao final das apresentações, alguns congueiros foram convidados pelo músico para participar de seu álbum “O Canto das Lavadeiras”, em troca de cachê.

Neste convite repentino, Seu Honório e Seu Alcides, os primeiros mestres, não foram incluídos, e por isso o convite foi negado. Não sem transtornos, pois dentro do grupo houve vários conflitos, além do fato de que as músicas do Congo, com ou sem o aval da Banda, foram gravadas por Martinho da Vila, que atribuiu títulos próprios às toadas, além de acrescentar versos às canções originais. A “Madalena do Jucú” é um exemplo de música do Congo apropriada pelo artista.

De 1988 a 2000, o Congo da Barra do Jucu (que neste momento já tinha se dividido em duas bandas) serviu de referência para outros artistas, entre eles as bandas Casaca e Maninal, ambas de Vitória, Espírito Santo. As “traduções” (BRAVIN, in: MACEDO, 2015) renderam prêmios internacionais às bandas citadas. Se por um lado os grupos tradicionais viram suas manifestações expandir-se para outros territórios distantes, por outro as glórias alcançadas pelos conjuntos musicais que se apropriaram de seus ritmos não reverberaram, necessariamente, em ganhos para as comunidades locais.

Considerações Finais

Os trânsitos pelos quais passam os Congos neste contexto de intensa disputa por seu próprio território acústico dentro do espaço urbano - o qual caracterizamos neste artigo como uma espécie de “guerra santa”, que se dá por meio de batalhas sônicas - são ambíguas e contraditórias. Por um lado, renovam estas práticas religiosas afro-brasileiras, ao trazer novos participantes e a possibilidade de ampliar seu território acústico para espaços não necessariamente contíguos geograficamente. No entanto, oferecem também o risco de trazer pessoas e práticas indesejadas para o âmbito da ritualidade.

Outro desafio a se encarar nos movimentos de desterritorialização e reterritorialização destas manifestações da cultura popular é a da expropriação cultural de seus repertórios de natureza pública. Como seria possível reverter à comunidade detentora de tais práticas parte dos lucros auferidos por grandes produtores culturais, ou artistas renomados que confeccionam e fazem circular estes conteúdos simbólicos comunitários em larga escala, por meio de bens fonográficos, audiovisuais ou de internet? Ressaltamos ainda que tais oportunidades de exploração econômica da musicalidade religiosa podem causar intrigas e inveja no interior das próprias bandas e entre comunidades distintas.

As dinâmicas aqui expostas evidenciam que campanhas sônicas do tipo “dividir para conquistar” também são empregadas não só dentro do próprio território acústico dos Congos, mas também entre os congueiros, a fim de estabelecer regimes auditivos que remetem às diversas acepções daquilo que a prática festiva deveria ser para cada um dos agentes em questão. Os riscos dessas disputas internas são o enfraquecimento de suas fronteiras, o que permite que um grupo externo entre e implemente um novo regime auditivo, ou mesmo a implosão espontânea do território acústico em questão.

Referências

AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Lisboa: 90 graus, 2005.

BIRDSALL, Carolyn. *Nazi Soundscapes. Sound, technology and urban space in Germany, 1933-1945*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2012.

- CONNELL, John; GIBSON, Chris. *Sound tracks: popular music, identity and place*. Nova York, Londres: Routledge, 2003.
- CUSICK, Suzane. Music as torture. *TRANS – Revista Transcultural de Música*, v. 10, p. 1-8, 2006.
- DAUGHTRY, Martin. *Listening to War: Sound, music, trauma and survival in wartime iraq*. Oxford university Press, 2015.
- DAUGHTRY, Martin. Thanatosonics: ontologies of acoustic violence. *Social Text*, v. 119, 32, n. 2, p. 25-51, 2014.
- DOREEN, Massey. 2004. Filosofia e Política da Espacialidade: Algumas Considerações. *GEOgraphia*, v.6, n.12, p.7-23.
- FELD, Steven. Sound Structure as Social Structure. In: *Ethnomusicology*, v. 28, n. 3, p. 383-409, sep. 1984.
- GARAT, Isabelle. La fête et le festival, éléments de promotion des espaces et représentation d'une société idéale, *Annales de géographie*, v. 3, n 643, p.265-284.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Negras raízes mineiras: os Arturos*. Juiz de Fora: editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 1988.
- GOODMAN, Steve. *Sonic warfare: sound, affect and the ecology of fear*. Cambridge: The MIT Press, 2010.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Is there anything wrong with violence? About the beauty of rugby and American Football*. *Philia&Filia*, vol 1, n.2, jul./dez., 2010
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: *Etc ...espaço, tempo e crítica – Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas*, v.1, n.2, p. 39-52, ago. 2007.
- HAESBAERT, Rogério. *Territórios Alternativos*. Contexto, São Paulo, 2006.
- HELMREICH, Stefan. An anthropologist underwater: imersive soundscapes, submarines cyborgs and transductive ethnography. *American Ethnologist*, v. 34, n. 4, p. 621-641, nov. 2007.
- HERSCHMANN, Micael. *Lapa, cidade da música*. Rio de Janeiro: MauadX, 2007.
- INGOLD, Tim. Against soundscape. In: CARLYLE, A. *Autumn leaves*. Paris: Double Entendre, 2007, p. 10-13.
- LABELLE, Brandon. *Acoustic territories: sound culture and everyday life*. London: Continuum International Publishing Group, 2010.
- LEFEBVRE, Henry e RÉGULIER, Catherine. Attempt at the Rhythmanalysis of Mediterranean Cities. In. LEFEBVRE, Henry. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. New York: Bloomsbury, 2013.
- LEFEBVRE, Henry. *Rhythmanalysis: space, time and everyday life*. New York: Bloomsbury, 2013.
- LEONEL, Guilherme Guimarães. Estratégias De Resistência e Perspectivas de Controle, Coerção E Tolerância Às Festas Do Reinado Em Divinópolis, MG. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Ano I, n. 2, 2008.
- MACEDO, Inara Novaes. *Entre rios, praias e planetas: Travessias do Congo da Barra do Jucu*. Dissertação (Mestrado em Artes), Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

- MARRA, Pedro Silva. *Vou Ficar de Arquibancada pra sentir mais emoção: Técnicas Sônicas nas dinâmicas de produção de partidas de futebol do Clube Atlético Mineiro*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense, 2016.
- MOURA, Clovis. *Raízes do protesto negro*. São Paulo, Global Editora, 1983.
- OBICI, Giuliano. *Condição da escuta: mídias e territórios sonoros*. 2006. 152 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-graduação em Comunicação e Semiótica, PUC-SP, São Paulo, 2006.
- OLIVEIRA, L. X. ; HERSCHMANN, M. . Comunicação, Música e Estilos de Vida agenciados no Baile Black Bom. In: XXV Encontro Anual da Compós (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), 2016, Goiânia. *Anais do XXV Encontro Anual da Compós*. Goiânia, 2016. p. 1-25.
- POEL, Francisco Van Der. *Dicionário da religiosidade popular*. Editora Nossa Cultura, Curitiba, 2013.
- RADOVAC, Lilian. Mic check: Occupy Wall Street and the Space of Audition. In: *Communication and Critical/Cultural Studies*, v. 11, n. 1, March 2014, pp.34-41
- SÁ, Simone Pereira e JANOTTI JR, Jeder (orgs). *Cenas Musicais*. Guararema, SP: Anadarco, 2013.
- SAKAKEENY, Matt. Resounding Silence in the Streets of a Musical City. *Space and Culture*, v.9, n.1, p. 41-44, feb. 2006.
- SALES, Mestre Ricardo. Depoimento do Mestre Ricardo Sales da Banda de Congo Amores da Lua. In: ORTIGÃO, Elisa Ramalho (org). *Anais do primeiro colóquio sobre Congo do Espírito Santo na PPGA/UFES*. Vitória: PROEX, UFES, 2017.
- SAMUELS, David; MEINTJES Louise; OCHOA, Ana Maria; PORCELO, Tom. Soundscapes: Toward a Sounded Anthropology in: *Annu. Rev. Anthropol.* 2010. n.39, p.329–45.
- SANTOS, Ester Antonieta. *A festa do Rosário como forma de transformação social*. Dissertação (Graduação em psicologia), PUC-MG, Unidade Universitária São Gabriel, Belo Horizonte, 2006.
- SCHAFER, Murray. *A afinação do mundo: uma exploração pioneira pela história e pelo atual estado do mais negligenciado aspecto do nosso ambiente: a paisagem sonora*. São Paulo: UNESP, 2001.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. 2007. Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo. *Mana*, v. 13, n.1, p.207-236.
- SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: História da Festa do Coração do Rei do Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- STRAW, Will. “Systems of logics of change: communities and scenes in popular music”. *Cultural Studies*, v.5 n.3. Nova York: Routledge, 1991.
- TILLY, Charles. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *Social Science History*, v.17, n. 2, p. 1993.

Nota

- 1 Alguns relatos contemporâneos de ataques sofridos por religiões afro-brasileiras podem ser encontrados em: “Por que as religiões de matriz africana são o principal alvo de intolerância no Brasil?” (BBC Brasil, disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160120_intolerancia_religioes_africanas_jp_rm, última visualização em 11/02/2018); “Levantamentos mostram perseguição contra religiões de matriz africana no Brasil” (O Globo, disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/levantamentos-mostram-perseguiçao-contra-religioes-de-matriz-africana-no-brasil-13550800>, última visualização em 11/02/2018); “‘Tráfico evangelizado’ é acusado de liderar ataques a terreiros no Rio” (Folha de São Paulo, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/10/1922713-traffic-evangelizado-e-acusado-de-liderar-ataques-a-terreiros-no-rio.shtml>, última visualização em 11/02/2018) e “Entidade repudia ataque com veneno a crianças que tocavam maracatu” (Diário de Pernambuco, disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/viver/2017/11/14/internas_viver,730803/entidade-repudia-ataque-com-veneno-a-criancas-que-tocavam-maracatu.shtml, última visualização em 11/02/2018).
- 2 Embora o verbete “Congo” também se refira à “Congado”, hoje consideramos as particularidades de cada grupo (Irmandade, Reinado ou Banda) principalmente no que se refere ao ritual executado por eles. Esses elementos são perceptíveis quando nos deslocamos de uma região a outra do país. Eles se diferem quanto à forma de realização das festas, calendário, vestimentas, adereços, estandartes, danças, cantos e instrumentos (como a “Casaca”, uma espécie de reco-reco, no Espírito Santo e os Patangomes, chocalhos que se amarram aos tornozelos, em Minas Gerais, São Paulo e outras regiões).

A atuação da mídia em processos de gentrificação: um estudo sobre o Morro Santa Terezinha, em Fortaleza, Brasil

The media agency in gentrification processes: a study of the Morro Santa Terezinha community in Fortaleza, Brazil

Sílvia Helena Belmino

Universidade Federal do Ceará

Professora Adjunto IV da Universidade Federal do Ceará do Curso de Comunicação Social- Publicidade e Propaganda e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFC.

João Flávio Menezes Amaral

Universidade Federal do Ceará

Graduado em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade de Fortaleza, Especialista em Gestão de Marketing e Propaganda pelo Centro Universitário 7 de Setembro, Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará.

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre a gentrificação do Morro Santa Terezinha, comunidade de pescadores em área turística de Fortaleza e as matérias veiculadas no Jornal Diário do Nordeste entre 1982 e 1995. Com os trabalhos de Pereira, Wacquant e Slater (2014) sobre a relação de estigmas territoriais e a teoria do deslocamento de renda de Smith (1982), de Thompson (2014) sobre ideologia e mídia, e de Lefebvre (1991) e Haesbaert (2004) observou-se uma dimensão simbólica nos processos de gentrificação. Analisou-se 04 matérias com base nos Modos de Operação Ideológicos de Thompson (2007). Concluiu-se que o jornalismo atua como agente em processos de gentrificação por meio da enunciação de discursos que reproduzem, legitimam ou dissimulam relações e estruturas de poder que estão no centro das dinâmicas de territorialização intra-urbanas.

Palavras Chave: Gentrificação, Ideologia, Jornalismo

ABSTRACT

This paper analyzes a relation between the gentrification of Morro Santa Terezinha, a fishermen community in a tourist area of Fortaleza, and articles published by the newspaper Diário do Nordeste from 1982 to 1995. With the works of Pereira, Wacquant and Slater (2014) on territorial stigmas and gentrification, of Thompson (2014) on media and ideology, and of Lefebvre (1991) and Haesbaert (2004) a symbolic dimension was observed in this process. Based on Thompson's (2007) Ideological Operation Modes, four articles were analyzed, concluding that journalism acts in gentrification processes enunciating discourses that reproduce, legitimize or dissimulate power relations and structures central to intra-urban territorialization dynamics.

Key words: Gentrification, Ideology, Journalism

1. Introdução e algumas definições conceituais

a estrutura socioeconômica capitalista frequentemente é tomada como ponto de partida para a compreensão das dinâmicas urbanas nas teorias sociais e espaciais contemporâneas. Para Lefebvre (1991), por ser um ambiente no qual se desenvolve a luta de classes, as cidades revelam conflitos pela apropriação e posse do espaço urbano ordenado segundo uma lógica em que o seu valor de troca sobrepuja o seu valor de uso. Essa disputa resulta na manifestação das contradições desse sistema no tecido urbano. Os processos de gentrificação são exemplos dos processos conflituosos que derivam das desigualdades sistêmicas que configuram os territórios das cidades.

A partir de uma perspectiva comunicacional associada aos estudos urbanos, avalia-se aqui como a disputa de grupos em condições assimétricas de poder pela propriedade e apropriação do espaço urbano se relaciona com a produção e circulação de formas simbólicas pelos *media*. Trata-se de uma tentativa de compreender um processo de gentrificação em sua dimensão simbólica sem perder de vista a noção de conflito pela terra-mercadoria entre grupos sociais por meio da operacionalização do conceito de ideologia de Thompson (2007) como uma estratégia de produção de territorialidades no espaço intra-urbano.

Algumas definições se fazem necessárias para abordar essa problemática. Considerando que as cidades contemporâneas são conhecidas por uma “organização territorial marcada pela existência de enclaves territoriais distintos e sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca” (SALGUEIRO, 1998, p. 39), compreende-se aqui o espaço urbano como mais que um mosaico de *lugares*, sendo este também configurado por uma *pluridade de territórios e territórios plurais* (ZAMBRANO apud HAESBAERT, 2007). Entende-se a categoria *lugar*, conforme Tuan (1979), Augé (1995) e Serpa (2011) como o espaço dotado de sentido, identidade e historicidade relacionais, produzido pela intersubjetividade dos sujeitos e pela encarnação das experiências. Por *território* será adotada a noção de Haesbaert (2007, p. 20-21), que construindo sobre a teoria lefebvriana e superando concepções materialistas ou idealistas, entende que:

território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

Em sentido amplo, concebe-se *territorialidade* como as relações sociais, políticas, econômicas, culturais e materiais, os processos, as propriedades que são condicionais para a configuração de um território. Se o território na acepção de Haesbaert se constitui em um *continuum* entre a dominação funcional concreta, político-econômica e a apropriação simbólica subjetiva, cultural, é esta última dimensão, a da apropriação, que se pretende enfatizar ao buscar uma relação entre processos de gentrificação e produções jornalísticas. Será enfatizado na mesma medida, portanto, o aspecto da territorialidade em “uma dimensão imaterial, no sentido ontológico de que, enquanto ‘imagem’ ou símbolo de um território, existe e pode inserir-se eficazmente *como uma estratégia político-cultural*, mesmo que o território ao qual se refira não esteja concretamente manifestado” (HAESBAERT, 2007, p. 25) [grifo nosso].

Compreender o papel dos *media* na produção das cidades e dos seus múltiplos lugares e territórios é fundamental, pois como observou Thompson (2014), as tecnologias de comunicação desenvolvidas ao longo da modernidade proporcionaram novas formas de mediação das experiências, de sociabilidades e do exercício do poder simbólico, transformando-se em instrumentos de poder controlados que permitem, segundo Raffestin (1993 apud REIS e ZANETTI, p. 21), “encerrar uma população numa trama informacional que a superdetermina em relação às estratégias das organizações”. Esse “bios midiático” (SODRÉ, 2014) proporcionado pela midiatização da sociedade engloba as relações sociais e o espaço urbano, fazendo “desaparecer a compartimentação que caracterizava os espaços no passado, em benefício de uma transparência que torna cada lugar visível a todos os outros” (SERPA, 2011, p.23). Na atual sociedade de consumo e da informação, as dimensões simbólica e material se inter cruzam mais do que nunca, transformando coisas em signos e signos em coisas manipuláveis na construção identitária dos sujeitos e territórios.

Nesse sentido, a partir dessa relação complexa sociedade-mídia-espaço desenhada acima, buscamos aprofundar a compreensão sobre um evento específico na história de Fortaleza – capital cearense que começou a investir estrategicamente na indústria e imagem turística a partir da 1980: o processo de gentrificação ocorrido em uma das etapas do Conjunto Habitacional Santa Terezinha. As perguntas que nos guiam, portanto, são: como a produção jornalística local constrói representações espaciais de uma área em processo de gentrificação? Essas representações atuam como construções de sentidos que favorecem a apropriação de um grupo social em detrimento de outro de um determinado território?

2. Gentrificação e ideologia

O geógrafo Tom Slater (2009, p.29) define o conceito de gentrificação como “a transformação de áreas da cidade ocupadas pela classe trabalhadora ou vazias em áreas de uso comercial e/ou residencial para as classes médias”. À sua própria definição objetiva, acrescentamos sua reflexão posterior:

Como pretendia Ruth Glass, o termo ‘gentrificação’, de forma simples, mas poderosa, captura as desigualdades de classe e injustiças criadas pelos mercados e políticas públicas de terras urbanas. O crescente fardo do custo da habitação para domicílios de classes trabalhadoras e de baixa renda e as catástrofes pessoais de deslocamentos, despejos e desabrigo são sintomas de uma série de arranjos institucionais (propriedade privada e livre mercado) que favorecem a criação de ambientes urbanos que servem às necessidades de acumulação do capital em detrimento das necessidades sociais de moradia, comunidade e família. (2011, p. 572, tradução nossa)

Esse processo frequentemente ocorre em áreas cuja ausência de investimentos em urbanização cria oportunidades econômicas para o capital imobiliário a partir de reestruturações materiais usualmente apontadas como “revitalizações” ou termos que representem a reconfiguração de determinada região sob um discurso de progresso e desenvolvimento, reorientando o uso e a ocupação do espaço para usuários oriundos das classes média e alta.

Em seu comentário, Slater inclui pontos cruciais de reflexão: aponta a raiz do problema como as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo e à mercantilização da terra e habitação urbana; e aponta para uma questão de poder e dominação imbricadas na reprodução das cidades ao indicar que estas se configuram a partir da propriedade privada e livre mercado de forma a favorecer as necessidades de acumulação do capital em detrimento das necessidades comunitárias.

Slater parte de uma de duas perspectivas paradigmáticas para a compreensão do debate em torno da gentrificação: a do geógrafo Neil Smith (1982), que elaborou sua teoria do diferencial de renda (*rent-gap theory*) ao observar o investimento do capital sobre a cidade consolidada com o intuito de capturar rendas potenciais latentes em áreas degradadas. O contraponto dessa perspectiva é a teoria de David Ley (1986), que observou que a gentrificação é consequência das demandas por áreas centrais dotadas de capital simbólico por parte de uma nova classe média urbana ligada ao setor de serviços.

Entendendo, portanto, que a disputa pelo espaço urbano se estrutura tanto a partir de demandas produtivas quanto de consumo, abordar a gentrificação

por um caminho conciliatório é um desafio. No entanto, operacionalizando o conceito de ideologia de Thompson (2007) associado à perspectiva da produção simbólica de territorialidades podemos conciliar a produção e o consumo da cidade, situando a produção jornalística como um agente mediador das duas instâncias em processos de gentrificação, atuando como produtor e veiculador de discursos que (re)constroem identidades territoriais e vinculam significações ao uso e domínio do lugar de forma a legitimar as práticas de produtores e consumidores do espaço urbano.

Thompson (2014) sustenta a tese de que “a crescente disponibilidade de formas simbólicas mediadas foi gradualmente alterando as maneiras nas quais as pessoas iam compreendendo o passado e o mundo além de seus contextos imediatos” (THOMPSON, 2014, p. 60). A cidade contemporânea socioespacialmente fragmentada em múltiplos territórios é mediada através de representações midiáticas para seus próprios habitantes pelas instituições de comunicação. Sobre essa instância simbólica de mediação da experiência, das imagens, das identidades e até mesmo das paisagens dos territórios da cidade, se exerce o poder simbólico, a construção de definições e significados do mundo social por parte de agentes detentores de poder de acordo com seus interesses, utilizando formas simbólicas como instrumentos para tal. Para Thompson, a ideologia é justamente essa mobilização do sentido a serviço de sujeitos dominantes, de forma a “estabelecer e sustentar relações sociais estruturadas, das quais alguns indivíduos ou grupos têm interesse em preservar, enquanto outros procuram contestar” (THOMPSON, 2007, p. 96).

Se o sentido é utilizado como forma de dominação e de produção de consensos que legitimam os interesses de grupos de poder, a lógica da acumulação capitalista sobre o espaço urbano das sociedades midiáticas, desvalorizando e valorizando diferencialmente lugares, se manifesta também através da semantização do espaço através de estratégias discursivas de territorialização. Haesbaert (2007, p. 28) percebe essa relação:

O ‘marketing’ em torno destas imagens criadas sobre os objetos ampliou-se de tal forma que o próprio espaço geográfico, enquanto paisagem, é também transformado em mercadoria e vendido, como ocorre no “mercado de cidades” (e de regiões, deveríamos acrescentar) global. O ‘território simbólico’ invade e refaz as ‘funções’ num caráter complexo e indissociável em relação à funcionalidade dos territórios, ou seja, a dominação lefebvriana toma-se, mais do que nunca, também, simbólica - um simbólico, porém, que não advém do ‘espaço vivido’ da maioria, mas da reconstrução identitária em função dos interesses dos atores hegemônicos.

Os estigmas territoriais observados por Loïc Wacquant (2007), por exemplo, são ilustrativos dessa relação sentido-território. Para o autor, “espaços

penalizados’ podem se tornar alvo de “discursos de descrédito (...) tanto ‘vindos de baixo’, nas interações banais da vida quotidiana, como “vindos de cima”, nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até científico)” (WACQUANT, 2007, p. 28), de forma a construir uma “mácula localizada” que resulta em consequências sociais, econômicas, políticas e materiais circunscritas a tal território. Observando que processos de gentrificação são usualmente precedidos por processos de estigmatização territorial, Pereira, Slater e Wacquant (2014) mostram que a desvalorização simbólica e econômica de certos lugares e a legitimação de intervenções estatais e privadas criam oportunidades para a o exercício de poder sobre determinados territórios, permitindo a captura da renda potencial latente nessas áreas, movimentando o ciclo de acumulação do capital sobre o espaço urbano. Por outro lado, Pereira (2014), ao refletir sobre os limites do modelo explicativo proposto por Neil Smith, percebe que o diferencial de renda da terra urbana que explica a gentrificação é ativado pela atribuição de capital simbólico aos espaços que se tornam alvos de valorização cultural e, portanto, econômica.

Compreendendo a influência do poder simbólico que permeia os processos de (re)produção da cidade e suas dinâmicas de territorializações intra-urbanas, estabelece-se uma base teórico-crítica sobre a qual será analisado o discurso jornalístico enquanto momento operacional em um processo de gentrificação, avaliando sua construção discursiva pela produção, seleção e circulação de significados que atuam na fabricação de uma imagem e sentido territorial, apropriando e adequando o espaço em conflito às demandas da produção do mercado imobiliário, que, por sua vez, interage com as demandas de consumo das classes médias e altas.

3. A gentrificação no entorno do mirante do Morro Santa Terezinha

Situado na região litorânea leste da cidade de Fortaleza, capital do Ceará, estado do Nordeste brasileiro, o Morro Santa Terezinha atualmente integra uma área de baixo desenvolvimento socioeconômico próxima de bairros de classe média alta e da orla turística que abriga condomínios de luxo e grandes hotéis. Apesar de sua situação atual, o local foi urbanizado a partir da implantação de um conjunto habitacional em 1981 e, mais tarde, seu ponto mais alto – o mirante de Fortaleza – tornou-se um polo gastronômico-turístico no início dos anos de 1990.

Desde o século XIX a região litorânea leste de Fortaleza foi ocupada por comunidades pesqueiras derivadas de ocupações indígenas. Durante o século XX, secas atingiram grande parte do território cearense e levaram milhares de agricultores para ocupações na orla, à época considerada área de pobreza da cidade (DANTAS, 2011). De acordo com Garcia (2010, p. 40), “esse tipo de ocupação marca um estado de saturação cujo testemunho final, após o século XIX, são as favelas”. Em 1933, registra-se o primeiro assentamento com características de favela no litoral leste, formado pela atração de oportunidades de trabalho na construção de um porto.

Entre 1980 e 1983 é construído no alto de uma duna litorânea o Conjunto Habitacional Santa Terezinha. O Estado, já a partir da ampla ocupação da região leste da cidade pelas classes médias, garantia a diferenciação dos espaços litorâneos para cidadãos-consumidores e aqueles impossibilitados de garantir o direito à cidade via consumo, estabelecendo um gueto planejado no ponto de maior altitude da cidade, garantindo a proximidade das comunidades pesqueiras deslocadas a proximidade dos seus locais de trabalho.

A partir de meados da década de 1980, um processo de gentrificação começava a germinar: jovens de classe média e turistas perceberam no mirante do conjunto habitacional, nada mais que um amplo espaço de terra batida, um lugar de lazer devido à sua qualidade paisagística. A gradativa apropriação do mirante pela classe média, assim como a acessibilidade e a infraestrutura mínima instalada para a implantação do conjunto habitacional, incentivou um movimento de consumo do local, garantindo o aporte de investimentos públicos para concretização do seu potencial econômico.

Em 1990, inaugura-se a Praça do Mirante Pescador, projetada por Fausto Nilo, arquiteto-celebridade responsável por grandes projetos, como a requalificação da Beira-Mar, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, o atual plano urbanístico Fortaleza 2040, entre outros. A instalação do equipamento, embora tenha sido também uma reivindicação por áreas de lazer por parte da comunidade local, consolida a área enquanto lugar de turismo e consumo da classe média. As casas do conjunto recebiam ofertas de compra para a construção de casas para as classes mais abastadas, estrangeiros e estabelecimentos comerciais. Notícias publicadas na época relatam esse processo:

O assédio aos moradores que resistem é tão grande que, segundo pesquisa feita pela Fundação Programa de Assistência às Favelas da Região Metropolitana de Fortaleza –PROAFA, cerca de 90% de um total de 44 famílias consultadas já receberam proposta de compra de suas casas por pessoas que, invariavelmente pertencem à classe média alta de Fortaleza, sendo geralmente profissionais liberais bem situados em suas profissões. Não é com surpresa que se constata que, para quebrar as

mais fortes resistências, alguns investidores já estejam até mesmo se utilizando de dólares. (O POVO, 1990 apud RAMOS, 2003, p.73-74).

Um ano após a instalação da praça, segundo o jornal, o local já concentrava “uma das maiores ocupações de bares por metro quadrado. [...] Em algumas ruas, como próximo ao Mirante, existem até quatro no mesmo quarteirão” (DIÁRIO DO NORDESTE, 1991). Os novos ocupantes estabeleceram sua dominação simbólica e econômica via consumo e por meio de relações de trabalho, pois um grande número de moradores passou a servir de mão de obra barata e frequentemente informal para os novos estabelecimentos comerciais.

No entanto, na segunda metade dos anos 1990, um aumento da violência no entorno do mirante geraram uma espiral de desvalorização econômica. Os restaurantes perderam clientes e a indústria do turismo voltou-se novamente para a orla da cidade, área já apropriada pelas elites e indústria hoteleira. O abandono do capital e de moradores de classe média reforçou o abandono estatal e municipal, acelerando o abandono de imóveis de uso comercial e a degradação do espaço público, que durante anos tornou-se ponto de consumo e comercialização de drogas, configurando-se em uma área problemática e estigmatizada para os moradores do morro Santa Terezinha e para o imaginário de Fortaleza.

4. Análise dos textos

O recorte de análise aqui proposto busca compreender somente o processo de gentrificação ocorrido entre os anos 1980 e 1990 em um conjunto de dinâmicas socioespaciais certamente muito mais complexas e busca se adequar ao espaço limitado proporcionado por um artigo acadêmico. Dessa forma, foram selecionadas entre um *corpus* total de 130 recortes de jornal que abordavam o morro Santa Terezinha apenas 04 notícias do veiculadas no Diário do Nordeste entre 1984 e 1995. Trata-se de recortes de textos jornalísticos referenciados na bibliografia que, por uma limitação de formato, serão disponibilizados como anexos ao texto.

Embora a análise aqui exposta não permita conclusões sobre a totalidade da cobertura jornalística, observando as construções discursivas em unidades da cobertura noticiosa da área é possível apontar paralelismos entre estas e os processos de valorização e ressignificação da área estudada de acordo com interesses de empreendedores, consumidores e indústria do turismo, pois

entendendo que as construções textuais podem legitimar, reforçar ou dissimular práticas de territorialização, elas mesmas se constituem enquanto estratégias de produção de territorialidades, produzindo representações e consensos que influenciam nos usos e identidades que determinam um território.

Para tanto, o modelo de Modos de Operação da Ideologia, proposto por Thompson (2007), será utilizado como referencial interpretativo para a identificação de tais construções que se configuram como estratégias simbólicas de produção de territorialidades. O *corpus* aqui proposto será analisado, portanto, a partir do modelo de Thompson disponibilizado abaixo (quadro 1).

Quadro 1: Modos de Operação da Ideologia de Thompson (2007)

MODOS DE OPERAÇÃO	ESTRATÉGIAS
<p>Legitimação: Busca-se fazer compreender as relações de dominação como justas e dignas de apoio</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Na Racionalização, o enunciante constrói “uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (p.83). - A Universalização tenta defender interesses próprios e acordos institucionais apresentando-os como do interesse de todos. - A Narrativização busca inscrever o presente como tradição eterna e aceitável em histórias sobre o passado, criando sentidos de pertença e justificando tanto a posse quanto ausência do poder.
<p>Dissimulação: Busca-se a negação, obscurecimento ou ocultação das relações de poder, desviando a atenção ou ignorando processos e relações de poder assimétricas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O Deslocamento, conotações positivas ou negativas são transferidas para outro objeto ou sujeito. - O Tropo usa figuras de linguagem para (usualmente metáfora, metonímia e sinédoque) para confundir, velar ou inverter relações de dominação e agência. - Na Eufemização “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (p. 84)
<p>Fragmentação: Busca-se a separação de um grupo unificado de um grupo de indivíduos inconvenientes que possuam contingência de desafio real aos grupos dominantes, dirigindo forças de oposição a estes como ameaçadores</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A Diferenciação dá ênfase às diferenças, divisões ou distinções entre indivíduos e grupos, impedindo sua união e desafios às relações de poder - O Expurgo do outro, constitui na construção de um inimigo, interno ou externo, conclamando o expurgo resistências coletivas contra estes

MODOS DE OPERAÇÃO	ESTRATÉGIAS
<p>Reificação: Busca-se “a retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (p.87)</p>	<p>- A Naturalização apresenta um estado de coisas, socialmente e historicamente construídas, como acontecimento natural ou resultado inevitável de causas naturais. - Na Eternalização fatos sócio-históricos são esvaziados de caráter histórico e apresentados como imutáveis e permanentes ou fadados à repetição - A Nominalização/Passivização emprega recursos sintáticos com o intuito de apagar a agência de sujeitos em uma ação, transformando sentenças ou parte delas em nomes ou colocando verbos na voz passiva.</p>
<p>Unificação: Busca-se estabelecer e sustentar relações de dominação através da construção simbólica de uma forma de unidade que liga indivíduos apesar de conflitos e diferenças nas relações sociais.</p>	<p>- A Padronização, estabelece um referencial padrão, proposto como fundamento partilhado aceitável para todos de trocas simbólicas - A Simbolização da Unidade constrói símbolos de unidade, identidade e identificação coletivos.</p>

Adaptado de Thompson, *Ideologia e Cultura Moderna*, (2007)

4.1. Texto 1: Moradores protestam em passeata contra prestações da casa (Diário do Nordeste, 1984)

Aqui percebemos articulações de sentido através da Dissimulação-Deslocamento e da Legitimação-Racionalização, buscando estabelecer o problema habitacional como consequência da composição da comunidade pela tipificação da ocupação dos moradores. É noticiado o aumento vertiginoso das prestações das residências devido à crise econômica, mas é indicada a impossibilidade de pagamento devido ao desemprego ou subemprego endêmico como causa do problema.

[texto1 fragmento 1] Dentre as carências da comunidade, **composta 70% de pescadores, figura em primeiro plano o desemprego, que tem como consequência a impossibilidade de pagamento** das novas prestações, as contas de água e luz. (Diário do Nordeste, 1984)

Existe o ocultamento do sujeito, através de estratégias de Reificação-Passivização, retirando a culpa do poder público nos deslizamentos e riscos que a população corre.

[texto1 fragmento 2] **Como não houve a amarração** das dunas na época da construção do conjunto, (...) (Diário do Nordeste, 1984)

Utiliza-se a Reificação-Naturalização, ao indicar como corriqueiro o problema dos deslizamentos e a convivência da população com o risco de desabamento, minimizando sua gravidade, tornando banal a ausência de cidadania para populações excluídas.

[texto1 fragmento 3] (...) os deslizamentos **são comuns atualmente**. (Diário do Nordeste, 1984)

[texto1 fragmento 4] (...) transformou a rua numa grande vala que mede cerca de cinco metros de diâmetro, **pondo em perigo a vida dos moradores que já se acostumaram a evitar a passagem** por aquele trecho. (Diário do Nordeste, 1984)

4.2. Texto 2: Conjunto Sta. Terezinha sem acesso para turista (Diário do Nordeste, 1987)

Aqui notamos que o potencial paisagístico só é reconhecido quando este é “descoberto” por turistas. Através da Legitimação-Deslocamento, a construção mostra que o local é compreendido como um local inexplorado, escondido, exótico da cidade que foi descoberto por agentes externos.

[texto2 fragmento 1] **Os turistas descobriram um lugar** calmo e com a vista mais bonita de Fortaleza. (Diário do Nordeste, 1987)

Há a utilização da Legitimação-Universalização e Racionalização quando o jornal fala em nome da comunidade, sem citações, afirmando que esta demanda melhorias no acesso para os turistas como solução para os seus problemas.

[texto2 fragmento 2] Mas esta comunidade não vive só de felicidade. O pensamento de todos é que a cada dia que passa estão esquecidos pelas autoridades. **Alguns comentam que para melhorar a vida da comunidade e conseqüentemente acomodar com dignidade os visitantes**, a recuperação das ruas do Mirante, Rua do Sol Nascente e a entrada (na subida do morro), se faz necessária e urgente. Já aconteceu várias vezes de ônibus com turistas desistirem de subir temendo as condições do asfalto que não dão a mínima segurança. (Diário do Nordeste, 1987)

A Dissimulação-Eufemização é utilizada para criar uma oposição entre moderno e antigo, caracterizando os moradores originais como antigos, bucólicos, esquecidos pelo progresso, construindo uma imagem atraente para a exploração econômica da área.

[texto2 fragmento 3] Desse lado, a cidade mostra os seus edifícios crescendo e tomando toda orla marítima, num canteiro de concreto. Em contraste, no pé do morro, as pequenas casas com pombais **relembrando Fortaleza antiga, como os moradores originais do local**. (Diário do Nordeste, 1987)

4.3. Texto 3: Conjunto Santa Terezinha recebe à noite nova praça (Diário do Nordeste, 1990)

Este texto trata da divulgação da praça do mirante, descrevendo-a como um equipamento que transformou o mirante em um local adequado para consumo e investimento econômico, acentuando o contraste com as condições anteriores.

[texto 3 fragmento 1] Quem for ao Mirante, ponto mais alto do Conjunto Santa Teresinha, terá uma surpresa agradabilíssima. **Em lugar das três ou quatro barracas de venda de bebida alcoólica e das dezenas de carros**

estacionados no escuro, o visitante encontrará uma praça pública, totalmente iluminada, limpa, com três níveis de piso, um monumento ao jangadeiro; bancos de concreto e um mirante de verdade, em cima do qual poderá se ter uma das melhores vistas de Fortaleza. (Diário do Nordeste, 1990)

Mais uma vez é utilizada a Legitimação-Universalização ao afirmar que o projeto conta com aprovação de toda a comunidade, esvaziando qualquer dissidência ou crítica ao processo de apropriação do local que se desenrolava gradativamente.

[texto 3 fragmento 2] A praça, construída pelo Governo do Estado, será inaugurada hoje à noite, pelo governador Tasso Jereissati e o prefeito **Ciro Gomes e já recebe aplausos unânimes de toda a comunidade**. (Diário do Nordeste, 1990)

Utilizando-se da Legitimação-Racionalização, o último parágrafo do texto procura minimizar os problemas locais, esvaziando a comunidade de reivindicações para si mesma e estabelece a implantação da praça como solução para os seus problemas. A única voz trazida por parte da comunidade soma aos interesses da apropriação do local, afirmando que a população está satisfeita com o equipamento mas reivindicam uma única ação por parte do poder público: a segurança do local e dos turistas.

[texto 3 fragmento 3] Os moradores, **que antes conviviam com maconheiros, arruaçeiros, bêbados e muito barulho**, elogiam a construção da praça, **porém têm uma reivindicação a fazer**. ‘Espero que o Governo ponha na praça uma cabine da Polícia Militar (PM), para que as pessoas **não quebrem as luzes nem desrespeitem os turistas**’, **pede dona Francisca Rodrigues da Silva, que mora em frente ao logradouro**. (Diário do Nordeste, 1990)

4.4 Texto 4: Restaurantes geram empregos no morro de Santa Terezinha (Diário do Nordeste, 1992)

Apesar de descrever as contradições do processo de apropriação do lugar e apresentar uma faceta da opinião da população local consciente da apropriação de seu território por classes privilegiadas, fato normalmente ausente das notícias, o texto constrói por meio da Universalização a imagem de uma comunidade submissa e grata pela exploração econômica e dos consequentes investimentos públicos que a beneficiam indiretamente. A gentrificação comercial é retratada como progresso e benefício coletivo, apesar de ser mostrada aqui com maior criticidade.

[texto 4 fragmento 1] Como mora ao lado do emprego, **dona Raimunda não reclama do salário** de Cr\$ 120 mil, sem nenhuma gratificação ou outro benefício, mesmo com a carteira assinada. **‘Tem gente que perde esse emprego perto de casa e depois se arrepende’**, comenta. (Diário do Nordeste, 1992)

[texto 4 fragmento 2] (...)dona Raimunda **vai levando sua vida agradecendo a Deus pelos vizinhos que hoje tem. “Depois que eles chegaram tem facilitado muito a minha vida e a dos meus filhos. São gente muito legal”** declarou, se referindo não só ao restaurante a que trabalha mas também a todos os outros vizinhos. (Diário do Nordeste, 1992)

[texto 4 fragmento 3]Ela afirma que **atualmente a segurança está bem maior**, pois agora tem policiamento diário. **‘Mesmo sendo para o turista não ser assaltado, a polícia serve para proteger a gente também’**, comentou Sandra Lima, que trabalha como cozinheira em um dos restaurantes. (Diário do Nordeste, 1992)

5. Considerações finais

A partir da análise das construções de sentidos nos textos veiculados pelo jornal Diário do Nordeste, evidencia-se que a apropriação para o turismo e consumo das classes médias do entorno do mirante do Morro Santa Terezinha teve o auxílio discursivo da mídia. Por meio da mediação e narração de versões de fatos, o veículo constrói uma representação socioespacial adequada, criando uma identidade territorial romantizada, exótica, livre de conflitos e consumível pela classe média.

Observou-se, portanto, que o jornalismo, ao atuar ideologicamente como mediador de uma realidade inapreensível em sua totalidade pelos cidadãos e dos conflitos em torno da apropriação de um território no âmbito da esfera pública, pode possuir papel operacional enquanto agente cultural e político no desenvolvimento e consolidação de processos de gentrificação. Se a configuração e organização dos múltiplos territórios intra-urbanos é dinâmica e impermanente, o jornalismo enquanto veículo de representação e circulação dos sentidos desses territórios possui tanto o poder de influenciar suas dissoluções quanto suas constituições.

Isso sinaliza a importância da prática do jornalismo responsável, democrático e a par da sua condição de produtor do espaço urbano, sob pena, caso contrário, de impedir continuamente o acesso dos excluídos ao poder discursivo dos veículos de comunicação, impossibilitando seu pleno direito à cidade. O combate aos estigmas territoriais e a precarização territorial (HAESBAERT, 2004), o fomento aos sentimentos de pertencimento aos lugares pelas comunidades urbanas e a vigilância no âmbito da esfera pública pelo desenvolvimento democrático das áreas de pobreza e de turismo se

mostra como uma possibilidade fértil, ética e socialmente responsável para a comunicação, o marketing urbano e os estudos das cidades como um todo.

Referências

- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Mar à vista**: estudo da maritimidade em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2011.
- GARCIA, Ricardo **Da rua da frente à Beira-Mar**: histórias de pescador. Fortaleza: Lumiar Comunicação e Consultoria, 2010
- HAESBAERT, Rogério. 2004a. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” a multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um debate. In: **GEOgraphia**, ano 9, n.17, p.19 - 46, 2007
- LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Basil Blackwell, 1991
- LEY, David. Alternative explanations for inner-city gentrification: a Canadian assessment. In: **Annals of the association of american geographers**, 76, 4: 521-535, 1986
- PEREIRA, Virgílio B. SLATER, Tom. WACQUANT, Loïc. Territorial stigmatization in action. In: **Environment and Planning**, 46, 1270-1280, 2014
- PEREIRA, Álvaro L. A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 16, n.32, p. 307-328, 2014
- RAMOS, Lia. C. **Mucuripe: Verticalização, Mutações e Resistências no Espaço Habitado**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003
- REIS, Ruth, ZANETTI, Daniela. Comunicação e Territorialidades: em torno do poder e da cultura. In: REIS, Ruth, ZANETTI, Daniela. **Comunicação e territorialidades: poder, cultura e mídia**. Vitória: EDUFES, 2018
- SALGUEIRO, Teresa B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. In: **Revista Território**, ano 3, n. 4, 1998
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Brasil: EDUSP, 2002
- SERPA, Ângelo. **Lugar e Mídia**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SLATER, Tom. Missing Marcuse: On gentrification and displacement. In: **Informa UK Limited**. vol. 13, 292-311. 2009
- SLATER, Tom. Gentrification of the city. In: WASTSON. Sophie (Ed.). **The New Blackwell Companion to the City**. Blackwell Publishing, 2011

SMITH, Neil. Gentrification and uneven development. In: **Economic geography**, 58, 2: 139-155, 1982

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para um método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John. B. **A Mídia e a Modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2014

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2007

WACQUANT, Loïc. Territorial stigmatization in the age of advanced marginality. In: **Thesis Eleven**, 91, 66-77, 2007

Jornais:

DIÁRIO DO NORDESTE. Moradores protestam em passeata contra prestações da casa. **Diário do Nordeste**, p. 9, edição de 16 de abril, 1984

DIÁRIO DO NORDESTE. (1987) Conjunto Sta. Terezinha sem acesso para turista. **Diário do Nordeste**, p. 7, edição de 1 de março, 1987

DIÁRIO DO NORDESTE. (1990) Conjunto Santa Teresinha recebe à noite nova praça. **Diário do Nordeste**, p. 11, edição de 23 de março, 1990

DIÁRIO DO NORDESTE. (1991) O moderno junta-se ao antigo no Mucuripe. **Diário do Nordeste**, p. 15, edição de 12 de abril 1991

DIÁRIO DO NORDESTE. (1992) Restaurantes geram empregos no morro de Santa Terezinha. **Diário do Nordeste**, p. 22, edição de 26 de abril, 1992

Quilombos virtuais: **as novas expressões de (re)territorialização, resistência, ativismo e empoderamento negro nas redes sociais**

*Virtual quilombos:
the new expressions of (re) territorialisation, resistance,
activism and black empowerment in social medi*

Cristiano Henrique dos Santos

Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professor Adjunto na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor (2009) e Mestre (2002) em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO / UFRJ). Possui graduação em HISTÓRIA pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). Foi professor / sub-coordenador de curso de Comunicação Social da Universidade Gama Filho. Tem experiência nas áreas de Comunicação, com ênfase em Comunicação Mercadológica, atuando principalmente nos seguintes temas: pesquisa de marketing e opinião pública, estudos de audiência e de programação, planejamento estratégico, publicidade e propaganda, além de estudos acadêmicos sobre comunidades religiosas de matriz africana. Atualmente, se dedica a pesquisas sobre Intolerância Religiosa e Metodologias de Pesquisa nas Redes Sociais. É pesquisador do LECC-UFRJ - Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária - e do LACOOPS-UFF. Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social. Foi responsável pelo Núcleo de Inteligência de Mercado da Mediator Pesquisa (filiada à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa / Abep)

Renata Nascimento da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ)
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ) (2018-2022). Mestre em Comunicação pelo PPGMC/UFF (2016-2018). Especialista em Mídias Digitais pela Universidade Estácio de Sá (2012-2013); onde também concluiu a graduação em Comunicação Social/Jornalismo. Bolsista Proatec do Laboratório de Mídias Digitais (LMD/CIBERCOG/UERJ) e integrante do grupo de pesquisa Comunicação, Arte e Redes Sociotécnicas do Profº Drº Fernando Gonçalves e do Grupo de Estudos em Relações Raciais do Brasil no Laboratórios de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC/UFRJ). Entre os temas de interesse de pesquisa estão cultura digital, questões raciais, relações de poder, narrativa e educação.

RESUMO

O presente artigo busca analisar os processos, fluxos e refluxos, de desterritorialização e territorialização, no contexto da diáspora negra no Brasil. Através dos conceitos de quilombismo e comunidade, examinará as comunidades virtuais “*Ponte para Pretx*” e “*Intelectuais Negras: escrita de si mesma*” localizadas no Facebook, articulando ponderações e reflexões em torno dos processos de empoderamento negro, ativismo, solidariedade e resistência negra, nucleados na ideia de comunidade virtual. Desta maneira, através dos pressupostos da hermenêutica histórica, a pesquisa demonstrará de que maneira as comunidades virtuais fortalecem a cultura negra, segundo a potência de construir territórios de sentido às populações negras brasileiras em torno de arranjos e organizações sociais e culturais.

Palavras-Chave: territorialização; ativismo; resistência negra.

ABSTRACT

This article aims to analyze the processes, flux and refluxes, deterritorialization and territorialisation, in a Brazilian black diaspora context. By means of the concepts of quilombismo and community, the article will examine the virtual communities “*Ponte para Pretx*” and “*Intelectuais Negras: escrita de si mesma*” located in Facebook, pondering reflections around the processes of black empowerment, activism, solidarity and black resistance, around the idea of virtual community. Therefore, by the assumptions of historical hermeneutic, the research will demonstrate how virtual communities strengthen black culture, according to the power of constructing meaning territories to Brazilian black people around social and cultural arrangements and organizations.

Key Words: territorialisation; activism; black resistance

Introdução

(...) o capitalismo pretendeu sempre agir como lei de organização absoluta do mundo, com poder centrifugador das forças arcaicas tradicionais (...). Mas também é certo que sempre houve uma grande distância entre o que se diz e o que se faz, entre a representação e o referente, entre a interpretação e o real. No contexto brasileiro, a persistência da cultura negra tem assinalado essa diferença (SODRÉ, 1988, P.108).

O presente artigo se propõe a pensar na perspectiva das estratégias contemporâneas de (re)territorialização do povo negro desterritorializado no processo histórico, desde a escravidão às redes sociais digitais como potência mercadológica de resistência. É eticamente fundamental refletir sobre tais questões a partir de algumas variáveis complexas condicionantes do lugar social do negro na sociedade brasileira, tais como a condição diaspórica do negro no Brasil, o racismo e as condições sociais degradantes da maioria afro-brasileira no país.

As relações de exclusão da comunidade negra, quanto ao território, estão dadas desde a origem. Origem que remonta ao processo de colonização de África pelo Império Português a partir do século XVI, deflagrando o fluxo de milhões de almas de homens, mulheres e crianças negras por mais de três séculos de processo escravista. A diáspora impõe um desenraizamento do sujeito de seu lugar, do seu território originário. Ao mesmo tempo, ao se inserir em terras estranhas, já é o estrangeiro, o outro, a mercadoria, a força produtiva. O negro na condição de escravo, é ele mesmo despossuído da propriedade de seu corpo. Corpo enquanto território é lugar de habitação da própria identidade, de si mesmo, de existência e de singularidade. O corpo negro, corpo mercadoria, corpo ferramenta de trabalho e da produção, é propriedade de um outro – o senhor.

Assim, desenraizado, destituído do direito à terra, engendrou a comunidade negra as suas estratégias de constituição de territórios da diáspora de africanos e descendentes de africanos no Novo Mundo. Deste modo, entre esforços de reconstrução de uma África qualitativa e simbólica, nas expressões culturais dos terreiros de Candomblé ou na organização dos quilombos, há a materialização dos esforços de resistência ao poder do colonizador. Às vezes, resistência, revolta, insurgência; às vezes conformação, amálgama, conversão. Decerto que o negro das mais diversas formas buscou tornar-se sujeito de seu processo histórico, a despeito de seu assujeitamento.

Sendo assim, é possível prosseguir pensando em tais condicionantes históricas, porém, buscando compreender as mutações dos sentidos da comunidade negra

se aquilombar, de construir novos territórios de sentido. Não necessariamente em um lugar físico, correspondente a um território, mas na perspectiva de valer-se das expressões horizontalizadas e atomizadas das redes digitais, não como fragmentação e como desterritorialização, mas como reconexão identitária e vinculação, segundo uma lógica de sentido e de partilha em comum. Abdias do Nascimento na sua obra seminal *O Quilombismo* (2002), aponta os caminhos para transcender a visão do quilombo como “lugar de negros fugidos” para uma dimensão dialógica entre as relações livres, coletivas e solidárias entre populações negras da diáspora e o sistema econômico vigente.

Quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial. Repetimos que a sociedade quilombola representa uma etapa no progresso humano e sócio-político em termos de igualitarismo econômico. Os precedentes históricos conhecidos confirmam esta colocação. Como sistema econômico o quilombismo tem sido a adequação ao meio brasileiro do comunitarismo ou ujamaísmo da tradição africana. Em tal sistema as relações de produção diferem basicamente daquelas prevaletentes na economia espoliativa do trabalho, chamada capitalismo, fundada na razão do lucro a qualquer custo. Compasso e ritmo do quilombismo se conjugam aos mecanismos operativos, articulando os diversos níveis de uma vida coletiva cuja dialética interação propõe e assegura a realização completa do ser humano. Nem propriedade privada da terra, dos meios de produção e de outros elementos da natureza. Todos os fatores e elementos básicos são de propriedade e uso coletivo. Uma sociedade criativa, no seio da qual o trabalho não se define como uma forma de castigo, opressão ou exploração; o trabalho é antes uma forma de libertação humana que o cidadão desfruta como um direito e uma obrigação social. Liberto da exploração e do jugo embrutecedor da produção tecno-capitalista, a desgraça do trabalhador deixará de ser o sustentáculo de uma sociedade burguesa parasitária que se regozija no ócio de seus jogos e futilidades. (NASCIMENTO, 1980, p. 348)

No contexto, das reflexões em torno dos quilombos contemporâneos, pode-se pensar na aproximação do conceito com a ideia de comunidade, como possibilidade de partilha e troca, como comunidade de sentido, para além dos territórios e das instituições. Segundo Raquel Paiva, comunidade é um grupo que convive em “solidariedade, identificação, união, altruísmos e integração” (PAIVA, 2003, p.10). Em sua obra “O Espírito Comum: comunidade, mídia e globalismo” (PAIVA, 2003), a pesquisadora, por meio de diversas leituras, analisa o conceito de comunidade, afastando-se da perspectiva rousseuniana de comunidade como impulso nostálgico na direção de um paraíso, em favor de um instrumento cultural de mobilização e transformação social, ao relacionar comunidade a laço social: “comunidade é a metáfora que, aqui, nos parece adequada para a construção de uma nova forma para o laço social.” (PAIVA, 2003, p.10)

A autora indica as alterações ocorridas, ao longo do tempo, no conceito de comunidade, em virtude dos avanços tecnológicos, econômicos e das questões sociais; por meio disso novas formas de laços sociais surgiram em decorrência da necessidade de indivíduos e de coletivos compartilharem suas experiências e construírem pontes sobre a dissociação humana (PAIVA, 2003).

A reunião de indivíduos com o intuito de resgatar (ou fortalecer) a solidariedade humana ou a organicidade social perdidas ultrapassa as barreiras físicas impostas pela geografia espacial. Antes, a comunidade precisava ocupar determinado espaço físico para então existir, dependia de instituições ou/e caracterizava-se pelas regras locais, por interesses econômicos, políticos e culturais; hoje, porém, a tecnologia confere à população alternativas de sociabilidade ao compartilhamento de informações e experiências que ultrapassam as barreiras físicas e temporais.

Raquel Paiva (2003) parte de uma discussão em torno do conceito de comunidade, a fim de pensar comunicação comunitária e cidadania. Neste trabalho, por meio do conceito de comunidade da autora, pensaremos as comunidades virtuais formuladas por coletivos negros que se utilizam do ambiente virtual na promoção e potencialização de questões de identidade, de resistência e de ativismo. Assim sendo, utilizaremos as características próprias à comunidade, elencadas por Paiva (2003) - solidariedade, identificação, união, altruísmos e integração – para mostrarmos como os negros as transportaram até o espaço online, tornando esse espaço ambiência de resistência cultural, de empoderamento e de ativismo.

Dessa maneira, o presente artigo toma por seu objeto de investigação o conjunto das comunidades virtuais voltadas ao impulsionamento de coletivos negros dentro da sociedade civil, e ao fortalecimento da luta antirracista. Para melhor compreensão das peças, dos atores e das dinâmicas que constituem esse espaço faz-se necessário o sentido de comunidade desenvolvido por Raquel Paiva (2003); imprescindível também para que possamos compreender as características trabalhadas nesta pesquisa, citamos a importância das comunidades – sejam offline ou online no processo de conexão dos sujeitos – e os novos aspectos dessa reunião na ambiência virtual.

Tendo em vista que os avanços tecnológicos – em especial, a Internet – “redesenham” uma série de mudanças na forma do engajamento político dos sujeitos, assim como ampliaram a ideia de espaço público e de comunidade, buscamos neste artigo compreender como as comunidades virtuais podem fortalecer a cultura negra e empoderar os indivíduos?

O ser-em-comum da comunidade é a partilha de uma realização, e não a comunidade de uma substância. Quer

dizer, não se define como um estar-junto num território, numa relação de consanguinidade, numa religião, mas como um compartilhamento ou uma troca (SODRÉ, 2002, p. 224).

Por conseguinte, tomamos por objeto de análise as comunidades: “*Ponte para Pretxs*” e “*Intelectuais Negras: escrita de si mesma*”, espaços voltados às mulheres e aos homens negros que promovem a cultura negra, sua autonomia e identidade e que combatem o racismo nas diversas instâncias sociais.

Localizadas na rede social digital Facebook e com temáticas diversas, as duas comunidades têm em comum a finalidade de atender o coletivo negro, podendo ser vistas como espaços de interação político-econômico-cultural e de luta contra a cultura hegemônica. É o que pretendemos demonstrar: comunidades virtuais que se tornam lugares de luta (ativismo), empoderamento e fortalecimento da cultura afro brasileiro, autênticos quilombos virtuais.

Palmares: a rede social clandestina

Palmares, localizada entre Alagoas e Pernambuco, à distância de 120 quilômetros do litoral pernambucano, era um local de refúgio de escravos. Foi a maior comunidade de fugitivos, datando de 1597, (GOMES, 2011). Situada nas serras, local com abundância de palmeiras, a comunidade de Palmares possuía uma ampla rede social clandestina que tinha por finalidade ajudar os escravos fugitivos oferecendo-lhes moradia, alimento, roupas, proteção e exercício da sua cultura (religião, dança e cânticos).

Uma rede de moradores que protegia os negros de serem capturados garantia as trocas econômicas:

(...) uma ampla rede social clandestina, na qual não se trocavam apenas bens econômicos. Existiam articulações em torno dos mocambos, das senzalas, das vilas e dos engenhos – como denúncias de que alguns moradores protegiam os negros do Palmar (...) (GÔMES, 2011, p. 15)

Ou seja: Palmares – delimitada por barreiras geográficas – se mostrou a primeira rede social do negro em território brasileiro, permitindo aos seus sujeitos associarem-se para vencer o sistema escravocrata, assim como experienciarem seus sonhos de liberdade. Nela estabeleceram-se e resgataram-se laços sociais interrompidos em decorrência da escravidão. Os negros, ali, souberam formar alianças entre eles próprios e entre outros, fortalecendo a luta e criando um sistema de comércio através dos excedentes de suas plantações.

Protegidos, porém nunca isolados: a economia de Palmares, de base agrícola, não se destinava exclusivamente à subsistência de uma população crescente. Com os excedentes, realizavam trocas mercantis com moradores e lavradores das vilas próximas. Farinha, vinho de palma e manteiga eram trocados por armas de fogo, pólvora, ferramentas e tudo mais de que precisavam nos mocambos. Mesmos dispersos numa extensa área geográfica, havia comunicação entre aldeias e acampamentos, com atividades econômicas que se complementavam. (IDEM, 2011, P. 14)

Embora vivendo em uma área geográfica de difícil acesso, “havia comunicação entre as aldeias e acampamentos”, pois os escravos fugidos contavam com a rede de contatos clandestina que os abastecia e que consolidava Palmares. Assim, tomados pela necessidade de sobrevivência, os negros compuseram sua comunidade, no intuito de se protegerem da violência da escravidão e de compartilharem seus valores (cultura), suas lutas, seus saberes, ressaltando o “ideal comunitário”.

Considerando que o Quilombo de Palmares representa a vitória da resistência da comunidade negra, frente ao modelo imposto aos negros africanos que chegaram ao Brasil, durante os séculos XVII e XIX, a ideia de comunidade e rede social é extremamente emblemática, à medida que simboliza a resistência e o fortalecimento do laço social. À vista disso, as redes sociais já vêm de longa data; por outro lado, deve-se à globalização, aos avanços tecnológicos e a determinados aspectos capitalistas a emergência da nova forma de socialização e compartilhamento, em que pessoas, instituições e organizações conectadas por computadores formulam diferentes modalidades de comunicação e associação – dentre elas, a comunidade.

Deste modo, pode-se afirmar que as comunidades virtuais do século XXI, formuladas pelos coletivos negros e presentes nas redes sociais, constituem-se como quilombos virtuais, cuja finalidade é fortalecer a ideia de identidade e de autonomia (empoderamento) que reverbera até hoje naqueles que tiveram esses sentimentos arrancados de si por 3 (três) séculos. Sendo assim, as comunidades virtuais caracterizadas pela capacidade de desterritorialização tornam-se espaços de fortalecimento e regaste das diversas culturas negras espalhadas pelo Brasil.

Segundo Lemos (2002, p.93), para Maffesoli “As comunidades virtuais eletrônicas são agregações em torno de interesses comuns, independentes de fronteiras ou demarcações territórios fixas”. Assim, se a noção de território diferencia as comunidades virtuais das comunidades tradicionais; a união, a partir de um interesse em comum, estabelece o ponto de intersecção entre ambas.

Rheingold (1995) aponta as comunidades virtuais como agregados que surgem da Internet. Algumas dessas comunidades estão localizadas em redes sociais digitais¹ - plataformas que mobilizam cada vez mais usuários a agregarem informações, construindo formas de conexão que permitem o reconhecimento de outros sujeitos, bem como o compartilhamento de ideias nesses espaços.

Nas redes sociais, “a vida social, as mentalidades, os valores e os processos culturais parecem definitivamente vinculados a telas, monitores e ambientes virtuais” (MORAES, 2010, p.15). A dimensão dessa cultura empresta à comunicação outro valor, tornando o processo comunicativo horizontal mais carregado de afeto na circulação de seus conteúdos; e seu espaço, um ponto de irradiação de movimentos sociais.

As redes e o ativismo das minorias

As redes sociais, ao modificarem as mentalidades e os processos culturais, alteraram a percepção de espaço público, consolidando-o como espaços de comunicação fora do controle dos detentores do poder. Tornaram-se palco para diversas manifestações políticas e para movimentos sociais que clamam por igualdade, empoderamento, respeito aos direitos humanos e por maior transparência dos poderes institucionais. Dentre esses movimentos pode-se citar: #MariellePresente², #DeixaElaTrabalhar³ e ##ConceiçãoEvaristoNaABL⁴. Esses engajamentos virtuais ilustram militâncias originárias da Internet que tomaram os espaços públicos, em revolta contra o preconceito, a discriminação de gênero e os abusos institucionais.

Todavia, o engajamento social - o ativismo – não se constitui como algo novo nem pertencente à geração do início do século XXI. Os indivíduos sempre se uniram na luta pelos seus direitos e na contestação ao autoritarismo. Anteriormente, os movimentos concentravam-se na resistência, nas reações populares e nas lutas referentes às áreas rurais, à ocupação de espaços (WARREN, 1996). Com a globalização das economias e das políticas, outras questões, como os assuntos referentes às causas minoritárias – feminismo, ambientalismo, negritude – que lutam pela redução do poder hegemônico e pelo aumento de representantes nos grupos de poder, passaram a pautar os movimentos sociais. Por conseguinte, as militâncias que emergiram nestes últimos anos buscam transformar as pessoas em sujeitos de suas próprias vidas (CASTELLS, 2013).

Foi durante o período escravagista que o movimento negro surgiu no Brasil. Ao longo do tempo, o movimento acompanhou as demandas políticas e sociais do país; se nos primórdios lutou-se por liberdade; nos anos posteriores foram reivindicados direitos e afirmação sociais, equiparidade e valorização da cultura negra. Cabendo ressaltar a força que a temática da valorização cultural obteve a partir dos anos 2000, com crescente destaque nos debates públicos.

Segundo Domingues (2007), o coletivo negro “africanizou-se”. Os líderes passaram a promover a identidade étnica específica do negro com discursos de resgate das raízes dos ancestrais: a indumentária, a culinária e a beleza negra tornaram-se pontos a serem explorados e divulgados por a toda sociedade.

Essa valorização da cultura foi fundamental para que a luta negra ganhasse visibilidade e passasse por transformações que ainda estão em curso. Domingues, assim descreve (2007, p. 119): “Trata-se de um movimento cultural inovador, o qual vem adquirindo uma crescente dimensão nacional; é um movimento popular, que fala a linguagem da periferia, rompendo com o discurso vanguardista das entidades negras tradicionais.”

O coletivo busca aliar o resgate da cultura negra à valorização do corpo desses sujeitos, por meio de campanhas sociais que proclamam os seguintes slogans: “Negro Sim!”, “Negro 100%”, “Se a coisa tá preta, a coisa tá boa”, “Duro é o seu Racismo”, “Meu cabelo não pediu sua opinião”, entre outros. Os ativistas relacionam suas lutas de valorização da cultura negra e do aumento da autoestima ao termo empoderamento. Tal como aponta Djamila Ribeiro⁵, o termo não se refere à tomada de poder.

O termo empoderamento muitas vezes é mal interpretado. Por vezes ele é entendido como algo individual ou a tomada de poder para se perpetuar as opressões. Para o feminismo negro, empoderamento possui um significado coletivo, trata-se de empoderar a si e aos outros e colocar as mulheres negras como sujeitos ativos de mudança. Como diz Bell Hooks (nascida Gloria Watkins e adotou o nome de sua avó e pede que o usem assim em minúsculo), empoderamento diz respeito a mudanças sociais numa perspectiva anti racista, anti elitista e sexista através das mudanças das instituições sociais e consciência individuais. Para Bell é necessário criar estratégias de empoderamento no cotidiano, em nossas experiências habituais no sentido de reivindicar nosso direito a humanidade. (RIBEIRO, 2015)

O termo empoderamento, acolhido como lema do movimento feminista negro, não é novidade. A palavra, um neologismo do educador Paulo Freire, tem origem no termo inglês “empowerment”. O Dicionário Oxford⁶ o define como: “(1) Authority or power given to someone to do something ; (2) The process of becoming stronger and more confident, especially in controlling one’s life and claiming one’s rights.”⁷ A ideia de conferir a alguém ou a um

grupo o controle de sua vida e o direito de reivindicar seus direitos fez com que a palavra caísse nas graças do movimento feminista e do movimento negro, exemplos de coletivos sociais que lutam pela emancipação dos indivíduos e pela equidade dos direitos civis. Dessa maneira, a conceituação cresceu em conformidade ao fortalecimento das lutas sociais.

Dentro do Movimento Negro, empoderamento representa a construção de um projeto, seja ele, individual ou coletivo. O sujeito abandona a posição de oprimido, denuncia práticas racistas e fortalece sua identidade resistindo ao sistema de opressão que o racismo cria por meio da estética (corpo, cabelo, roupa). A chave do empoderamento é a conscientização do oprimido; a capacidade de fazê-lo perceber que o racismo não se resume à prática verbal de inferiorização do sujeito, mas é parte de um sistema estruturado e arraigado que nega oportunidades a determinados grupos enquanto concede privilégios a outros, fazendo com que as reivindicações dessas minorias sejam vistas como agressivas e violentas.

Logo, empoderar vem a ser a formulação de uma consciência crítica e livre, efetivada por meio da educação comunitária, de palestras e de produções de conteúdo destinadas àqueles que vivenciam uma opressão. A finalidade deste discurso apropriado pelo movimento negro é fornecer os instrumentos necessários para que a comunidade negra – online ou off-line – possa reivindicar políticas públicas que diminuam as desigualdades. Graças às redes sociais digitais essas solicitações vêm crescendo, ganhando adesão popular e mais força devido ao crescimento exponencial do ativismo em rede.

Para o ativismo, o qual vem a ser toda doutrina e argumentação em favor da prática efetiva de transformação da realidade, as redes digitais tornaram-se as ágoras do mundo moderno. Em rede, o ativismo começou a se desenhar em 2000 através de blogs da Internet e se consolidou a partir do momento em que coletivos sociais surgidos de dentro das redes sociais (Facebook, Twitter, Blogs) passaram a realizar eventos, palestras e passeatas em lugares públicos.

Essa nova forma ativista de agir frente às demandas sociais trouxe para o Movimento Negro – formado inicialmente como uma organização hierárquica que funcionava em torno de um único líder – a permissão de movimentos sem liderança, a partir da rede. O resultado foi o crescimento exponencial de jovens ativistas e a renovação incessante da militância. Em entrevista à revista Cult⁸ sobre as novas lideranças ativistas negras, a filósofa Sueli Carneiro fez os seguintes apontamentos:

A boa notícia é que nenhum movimento social se renova tanto quanto o movimento negro. E a segunda boa notícia: nunca tivemos um ativismo tão vibrante e tão

capaz de vocalização como neste momento, sobretudo das mulheres negras. Esse conjunto diverso de gente negra em movimento é algo novo que me faz ter esperança na resistência. (CARNEIRO, 2017, p. 17)

Esse “(...) ativismo tão vibrante e tão capaz de vocalização (...)” assim como a filósofa o define, expressa a penetração do Movimento Negro dentro das redes sociais. Observa-se, conforme Castells (2013), a Internet e as redes digitais modificando os movimentos sociais, por conta da relação de autonomia da comunicação e do contra poder presentes neste espaço. Tudo isso permitiu a vocalização de novos ativistas; os quais, organizados de maneira autônoma, souberam engendrar um campo de resistência ao cenário racista, sustentado por políticas conservadoras e discriminatórias que coíbem quaisquer formas de denúncias racistas e de manifestações da cultura negra.

Resistência Comunitária: “Ponte para Pretxs” e “Intelectuais Negras: escritas de si”

(...) a exigência, que é própria da hermenêutica, de pensar a realidade histórica propriamente dita nos advém daquilo que chamo de *princípio da produtividade histórica* (...). Compreender é operar uma mediação entre o presente e o passado, é desenvolver em si mesmo toda a série contínua de perspectivas na qual o passado se apresenta e se dirige a nós. Nesse sentido radical e universal, a tomada da consciência histórica não é o abandono da eterna tarefa da filosofia, mas a via que nos foi dada para chegarmos à verdade sempre buscada. (GADAMER, 2003, p.71)

Note-se que a história do negro escravizado traz a marca de lutas e de atos de coragem, os quais se convencionou chamar “resistência negra” - formas variáveis de insubmissão às condições de trabalho, de revoltas, e de fugas. Esses atos permitiram que os negros constituíssem formas de oposição à estrutura escravocrata e que lutassem por uma estrutura política que incluísse todos os tipos de opressão. Nessa luta pela liberdade, os laços de solidariedade entre os indivíduos se fortaleceram e persistem até hoje, tanto nos espaços físicos quanto nos espaços virtuais, tais como veremos a seguir.

A Ponte para Pretxs, uma comunidade virtual fechada, presente na rede social Facebook, conecta negros de todas as partes do Brasil e do mundo. Constituída por 18.479 membros, fomenta o empreendedorismo, tendo sido criada com o intuito de auxiliar afrodescendentes a conquistar espaço no mercado de trabalho.



Victor Del Rey, seu criador, em entrevista ao jornal *Empodera*⁹, explicou que a comunidade nasceu de um trabalho de conclusão de curso e da necessidade de estreitar os laços entre empregadores e negros que procuravam oportunidades de emprego:

Na época eu era orientando do Luís Eduardo Soares, na graduação em Ciências Sociais pela Fundação Getúlio Vargas, eu tinha que entregar a monografia porque ia viajar para a Colômbia, ou seja: Eu não tinha muito tempo de ficar pesquisando a pessoa adequada para a vaga, então tive um insight de fazer um grupo, e as pessoas que se enquadrassem naquele perfil, poderiam se inscrever naquela oportunidade.

A Ponte para Pretx pode ser considerada mais do que uma simples comunidade virtual voltada ao empreendedorismo e à recolocação de profissionais negros no mercado. A comunidade também divulga, através do compartilhamento de seus membros, cursos, workshops e eventos; assim como auxilia os participantes a encontrar informações de instituições e referências de profissionais de determinada área.

Dentro dela, as características clássicas próprias de uma comunidade – compartilhamento, fortalecimento dos laços, solidariedade e união dos sujeitos em torno de um interesse comum – convivem com o novo comportamento social de promoção ao empreendedorismo negro. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Brasil¹⁰ possui 11 milhões de empreendedores afrodescendentes. Podemos considerar que isso seja reflexão dos movimentos de empoderamento negro, em que o sujeito busca se vê refletido nas marcas; como também, a descoberta do povo negro como público consumidor, sua dificuldade em adentrar o mercado de trabalho, de contratar serviços e profissionais, de comprar um produto.

Pesquisa realizada pelo Procon-SP¹¹ (Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de São Paulo), de nome “Discriminação Racial nas Relações de Consumo”, revelou que mais da metade (56,4%) dos entrevistados afirmou ter presenciado atitude discriminatória de raça ao comprar um produto ou contratar um serviço. Dentro de um contexto de luta contra o racismo e de sobrevivência ao sistema neoliberal - em que o sujeito vê-se a si mesmo como um produto - o negro vem aprendendo que empreender é uma forma de entrar no mercado de trabalho, de construir respeito social e resgatar a autonomia sobre a própria vida.

Segundo Mbembe (2008), o tráfico atlântico transformou os homens e as mulheres negras em mercadoria e moeda, ensinando-lhes que suas vidas estavam condenadas à vida dos outros. Assim, se antigamente, a questão que afligia o sujeito era ser explorado pelo sistema da época; hoje, o medo se encontra no fato “(...) de ser relegado a uma ‘humanidade supérflua’, entregue ao abandono, sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital” (MBEMBE, 2018, P.16).

O autor africano nos mostra que esse novo homem – sujeito do mercado – precisa apoiar-se na memória artificial e digital, nas comunidades e nas conexões para inserir-se no mundo global e reencontrar a verdade sobre si mesmo. Assim, o negro pode tornar-se “empreendedor de si mesmo”, moldável e pronto a se reconfigurar permanentemente em função dos artefatos sociais.

Desta maneira, não podemos considerar “*A ponte para Pretxs*” como simples comunidade online; mas, como um espaço de trocas reais e simbólicas, voltado exclusivamente para pessoas negras, tendo por finalidade construir estratégias de resistência em que negros possam se alimentar da força e do ânimo para continuarem empreendendo. Além disso, a comunidade mostra que o empoderamento (o poder) acontece a partir de uma ação coletiva e não por viés individualistas e que a união não se restringe apenas a bens econômicos.

Prosseguindo neste contexto de empoderamento do negro, segue-se a comunidade “*Intelectuais Negras; escrita de sim*” que tem por compromisso “(...) reconhecer Mulheres Negras como Intelectuais Negras produtoras de conhecimentos em seus diversos espaços de atuação”. Criada em 29 de julho de 2016 e apresentada pelo Facebook como uma comunidade, o grupo é formado por mulheres, possui 10.289 curtidas e 10.450 membros, sendo aberto a qualquer usuário.



Voltado à discussão de autoras negras, o grupo possui um encontro bimestral, em que mulheres podem exercer práticas de leituras e escritas. Através do conhecimento de autoras negras como Carolina de Jesus, Conceição Evaristo, Djamila Ribeiro entre outras, o coletivo incentiva a produção de conhecimento de escritoras negras, o fortalecimento da rede feminista negra, a troca de experiência e o resgate de memórias ancestrais.

A construção de uma rede feminista negra permite trazer à tona questões relativas à identidade do sujeito, tais como: a questão do silenciamento e do esquecimento; o processo de descolonização do pensamento europeu; o compartilhamento de afetos; a constituição de uma identidade relacionada à força da resistência, ao orgulho de si, à história da luta e da beleza; temas estes que permitem o abandono dos estereótipos eurocêntricos; a valorização das tradições, por meio da escrita e da leitura de outras mulheres.

Muniz Sodré (2005) aponta que o poder de transformação é o que impulsiona uma minoria. Neste contexto, podemos dizer que a necessidade de romper com o silenciamento, procedente da sociedade patriarcal e racista, fez com que as mulheres negras formassem uma rede com o intuito de reencontrar a verdade sobre elas mesmas, e de ressignificar o papel da mulher negra dentro da sociedade, rompendo com as velhas ideias de que estão destinadas ao trabalho braçal, a solidão e ao fato de serem tão somente ferramentas sexuais. Desta maneira, a rede busca auxiliá-las na luta por respeito intelectual, visibilidade e espaço nas instâncias de poder.

A comunidade “*Intelectuais Negras*”, como espaço de resistência, de estratégia de combate e de acolhimento feminino, em muito se assemelha aos antigos quilombos. Com encontro em ambiente físico, UFRJ/IFCS, o coletivo

extrapola o mundo online e passa a operar dentro do espaço acadêmico. Nos últimos anos, o número de negros e indígenas nas universidades cresceu bastante. O ingresso desses jovens deve-se à implantação das políticas públicas que asseguram a inclusão racial nesses espaços, até então, ocupados, durante décadas, majoritariamente por pessoas brancas.

A entrada tardia de negros em instituições educacionais reflete a inexpressiva participação de mulheres negras nos programas de pós-graduação, o que ainda perdura. Além disso, dados coletados no Censo da Educação Superior (2016), demonstram essa disparidade: 10 mil professoras doutoras brancas, atuando em programas de pós-graduação e 219 professoras doutoras negras (0,4% pretas). Nessa amostra percebe-se o racismo que opera no âmbito dos ambientes institucionais. O fato de as universidades brasileiras ainda serem espaços de pessoas brancas, o fato de os negros não serem vistos como sujeitos produtores de conhecimento, e a dificuldade de mulheres negras adentrarem este espaço e ali se manterem são provas evidentes dos dados coletados.

A construção de uma comunidade virtual que oferece a possibilidade de mulheres negras conhecerem a história de Carolina Maria de Jesus, autora negra que apesar da condição social e das histórias de maltrato não abdicou do sonho de tornar-se uma escritora, impulsiona outras mulheres negras a sonhar em um dia ocupar os espaços universitários da medicina, engenharia, arquitetura, ou da política. Assim, a comunidade “*Intelectuais Negras: escrita de si*” vai além do apresentar escritoras; tal qual na perspectiva do Quilombismo, ela faz com que os sujeitos continuem resistindo e lutando por dias melhores.

Devemos olhar esse coletivo em termos de espaço de acolhimento, de resistência, de inclusão social, assim como um espaço de produção científica que ressignifique, mesmo que aos poucos, o papel da mulher negra e rompa com o silenciamento da produção de autoras negras. Isso posto, faz-se necessário pensar a mulher negra como uma produtora de conhecimento desejosa também de ouvir e aprender.

Considerações Finais

A reflexão sobre quilombo no escopo desta análise representa a força do coletivo negro, sua resistência, sua capacidade de empreender, de lutar pela preservação da cultura e de construir uma estratégia de luta. É de notório conhecimento a persistência no território brasileiro de algumas comunidades

quilombos, que apesar dos entraves políticos e sociais, continuam a manter vivas as tradições negras e suas conexões com o território, a ancestralidade, a terra e as práticas culturais próprias.

Cabe ainda considerar que as comunidades negras conseguiram se reinventar em virtude dos avanços sociais e políticos, persistindo naqueles espaços nos quais a noção de tempo-espaço ganha outra dimensão e as conexões acontecem a todo instante e de forma imediata. A Internet “redesenhou” uma série de mudanças na forma do engajamento político dos sujeitos e também ampliou a discussão do conceito de “espaço público” ao se colocar como um “lugar” cujas discussões reverberam nos espaços públicos em forma de ações concretas decorrentes do compartilhamento de ideias iniciadas na ambiência virtual, principalmente, nas redes sociais.

Se por um lado, as redes sociais digitais permitiram o compartilhamento de ideias, o florescimento de uma consciência antirracista e o fortalecimento de um grupo de negros dispostos a lutar; por outro, também permitiu que pessoas manifestassem seus discursos de ódio, escudadas na ideia da livre opinião. Entretanto, não nos cabe essa análise, mas sim, pontuarmos que o Movimento Negro, nas redes sociais, tornou-se mais colorido e diversificado pela participação livre e autônoma de jovens com vontade de resistir e de contribuir na realização de uma sociedade mais justa para todos.

A preservação do espírito quilombo de resistência e de preservação da cultura negra pode ser visto e reconhecido nas duas comunidades apresentadas neste trabalho. Suas temáticas diversas - empreendedorismo negro e visibilidade de produções de intelectuais negras - se convergem na necessidade de resistência, de luta e de manutenção viva da tradição negra. Devemos olhar esses espaços como portos seguros, onde indivíduos negros conectam-se em busca de segurança, acolhimento, solidariedade e força a fim de que a luta contra as amarras racistas de silenciamento, invisibilidade e submissão não esmoreça.

Referências

ACHILLE, Mbembe. **Crítica da Razão Negra**. Paris, Éditions La Découverte, 2018.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os Negócios e a Sociedade**. Rio de Janeiro, Zahar, 2003.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 8. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2010

- GADAMER, Hans-Georg. **O Problema da Consciência Histórica**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- GOMES, dos Santos Flávio. **De olho em Zumbi dos Palmares: histórias, símbolos e memória social**. São Paulo, Claro Enigma. 2011.
- GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia (org.) **Lugar de negro**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982. 115p. p.9-66.
- LE MOS, A. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2002
- MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2007.
- NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**, 2ª ed. (Brasília/ Rio: Fundação Cultural Palmares/ OR Editora, 2002).
- PAIVA, Raquel. **O espírito comum – Comunidade, mídia e globalismo**. Petrópolis. Vozes, 2003.
- PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre. **Comunicação e Cultura das Minorias**. Rio de Janeiro: Paulus, 2005. In: SODRÉ, MUNIZ (org.) **Por um conceito de Minoria**. Rio de Janeiro, Paulus, 2005. p.12-15.
- RECUERO, Raquel. **Comunidades virtuais em redes sociais na internet: proposta de tipologia baseada no fotolog.com**. Porto Alegre, 2006. Tese (doutorado) – 334 f. - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação.
- _____. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2009.
- _____. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2012
- RHEINGOLD, H. **La Comunidad Virtual: Una Sociedad sin Fronteras**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- _____. **O terreiro e a cidade. A forma social negro-brasileira**. Petrópolis, Vozes, 1988.

Nota

- 1 Neste trabalho utilizamos o conceito de rede social formulado por Raquel Recuero (2009) de um conjunto de dois elementos, atores (pessoas, instituições, ou grupos que seriam os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais).
- 2 A hashtag #MariellePresente surgiu como referência ao assassinato da vereadora do PSOL. Conforme link: <https://exame.abril.com.br/brasil/marielle-alcanca-1o-lugares-trending-topics-do-twitter/> Acesso: 2 de jul de 2018
- 3 #DeixaElaTrabalhar foi uma campanha organizada por jornalista na luta pela igualdade de gênero e pelo fim do assédio. Conforme link: http://www.purepeople.com.br/noticia/-deixa-ela-trabalhar-campanha-contra-assedio-reune-jornalistas-saiba-mais_a221454/1 Acesso: 2 de julho de 2018
- 4 Campanha que apoia a candidatura da escritora Conceição Evaristo à Academia Brasileira de Letras. Link: <https://www.change.org/p/academia-brasileira-de-letras-concei%C3%A7%C3%A3oevaristonaabl> Acesso: 2 de jul de 2018
- 5 Trecho extraído do site Geledés – Instituto da Mulher Negra. Link: <https://www.geledes.org.br/o-empoderamento-necessario/> Acesso nov. de 2017.
- 6 Informação retirada do seguinte link: <https://en.oxforddictionaries.com/> Acesso nov. 2017
- 7 Tradução livre: “(1) Autoridade ou poder dado a alguém para fazer algo e (2) O processo de tornar-se mais forte e mais confiante, especialmente no controle de sua vida e na reivindicação de seus direitos.”
- 8 Entrevista de Sueli Carneiro para a Revista CULT: <https://revistacult.uol.com.br/home/sueli-carneiro-sobrevivente-testemunha-e-porta-voz/> n° 223/ Maio 2017, ano 20
- 9 Entrevista disponível no link: <http://jornalempoderado.com.br/ponte-que-une-negros-oportunidades-incriveis/> acesso: 02 de jul de 2018
- 10 Dados disponíveis no seguinte link: <http://www.meioemensagem.com.br/home/opiniao/2018/03/01/os-afro-empresendedores.html> Acesso: 03 jul de 2018
- 11 Pesquisa disponível no link: https://www.huffpostbrasil.com/2017/05/13/barrados-nos-bancos-sem-empregados-negros-sao-maioria-no-empre_a_22082054/ Acesso: 03 jul de 2018

A experiência da Praia da Estação:

outras narrativas, multiterritorialidade e resistências no centro de Belo Horizonte

The experience of Praia da Estação:

Other narratives, multiterritoriality and resistances in the center of Belo Horizonte

Milene Migliano

Professora do Centro de Artes, Humanidades e Letras, CAHL-UFRB, membro do Grupo de estudos em Experiência Estética, Comunicação e Artes UFRB. Doutora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, mestre pelo PPGCOM – UFMG e banhista da Praia da Estação. E-mail: milenemigliano2@gmail.com

RESUMO

O texto apresenta processos da investigação de nossa tese de doutorado, a respeito das narrativas urbanas da Praia da Estação, uma mobilização contra uma medida autoritária da municipalidade de Belo Horizonte, em 2010. Por meio de uma montagem de fragmentos de narrativas sobre a Praia, buscaremos dar a ver parte dos fluxos de pensamento, práticas e gestos que tomaram forma nos enfrentamentos, criações e reverberações, entre os espaços públicos da cidade e internet, constituindo multiterritorialidade.

Palavras-chave: redes sociais, territórios, fragmentos de narrativas.

ABSTRACT

The text presents processes of the investigation from our doctoral thesis, regarding the urban narratives of the Beach of the Station (Praia da Estação), mobilization against authoritarian measure of the municipality of Belo Horizonte, 2010. Through a set of fragments of narratives on the Beach, we will try to see part of the flows of thought, practices and gestures that took shape in the confrontations, creations and reverberations, between the public spaces of the city and the internet, constituting multiterritoriality.

Key-words: social networks, territories, fragments of narratives

Este artigo tem como objetivo desvelar parte da investigação de nossa tese, interessada nas narrativas das produções imagéticas e imaginárias em/de redes de ativismos urbanos. Dessa maneira, é importante delinear que, consideramos como primeira motivação investigativa a afirmação de Walter Benjamin “de que toda descoberta científica implica por si só, mesmo sem pretendê-lo, uma revolução procedimental” (BENJAMIN, 2013, p.125). Ou seja, empenhamo-nos a buscar saber como a internet e as novas tecnologias de informação e comunicação transformam os procedimentos utilizados nos/ pelos movimentos de resistência política urbana contemporânea, compondo territórios diferentes dos planejados pelo poder instituído.

A segunda motivação investigativa parte da afirmação da socióloga Ana Clara Torres Ribeiro, quando diz que os resultados das mobilizações sociais importam menos do que os processos e, que é preciso considerar que “Nós temos hoje (no Brasil) uma espécie de contenção do imaginário político (2011)”¹; indagamo-nos se é possível dizer que os movimentos de resistência (CERTEAU, 2000) urbana contemporâneos puderam, então, ampliar e/ou expandiram/expandem os imaginários políticos? No intuito de problematizar ambas questões, lançaremos o olhar para alguns fragmentos de narrativas da Praia da Estação, em Belo Horizonte.

A Praia da Estação inicia-se em janeiro de 2010 como modalidade de protesto que reivindicava a suspensão do decreto municipal Nº 13.798¹ que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça Rui Barbosa, também conhecida como a Praça da Estação. Localizada na região central da capital mineira, a praça guarda desde a fundação da cidade, em 1897, a Estação Central de Trens, e na atualidade, também a Central de Metrô. Em 2008, depois de uma reforma de oito anos, passa a abrigar no prédio da Estação o Museu de Artes e Ofícios, constituído pelo acervo do Instituto Cultural Flávio Gutierrez². O plano originalmente divulgado do museu consistia em realocar as estações de trem e metrô dentro do prédio da estação – desativado para a reforma mesmo em funcionamento pleno – o que nunca aconteceu.

Na sequência da publicação do supracitado decreto, interditando o espaço ao uso público, acontece a chamada para uma reunião em um blog³ anônimo, o “vá de branco”; o chamado reuniu oitenta pessoas, na primeira quinta-feira do ano de 2010. Neste encontro inicial, depois de algumas horas de desentendimentos, montamos uma lista de emails⁴ e em nove dias acontece a primeira Praia da Estação: a praça de concreto é tomada por corpos vestidos em roupas de banho para nadar nas fontes. Uma praia estava sendo praticada

em uma praça recém-revitalizada no centro de uma cidade do interior do país: um novo território estava sendo conquistado.

“Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” (HAESBAERT, 2004, p.1)

Um blog⁵ coletivo foi montado e como sugestão de ação por ativistas que seguem a ética hacker, deixamos sua senha disponibilizada como post fixo. Com a lista de e-mails, as duas plataformas online se constituíram como territórios de debate virtual da Praia da Estação, nos quais diversos outros blogs apareceram. Naquele momento da internet, os blogs eram a maneira mais acessível para se expressar online, como lembra o ativista iraniano que contestava o poder em seu país: “Blogs valiam ouro e blogueiros eram como estrelas de rock, quando fui preso em 2008.” (DERAKSHNAN, 2015). Os territórios do espaço virtual também começavam a ser ocupados pela Praia da Estação.

O protesto persistiu por três semanas, aos sábados pela manhã, mesmo com uma mídia local que não colaborava com a visibilidade pública da questão. O prefeito, pressionado, instaura uma comissão para revisão do decreto que, depois de mais três meses é finalmente suspenso. Importante dizer que Belo Horizonte é uma cidade planejada e que desde sua inauguração, em 1897, as disputas entre os sentidos atribuídos aos espaços pelos que controlam a cidade são questionados e enfrentados pela população, desenhando ranhuras e fissuras no traçado urbano de inspiração positivista.

As práticas de ocupação da Praia da Estação compuseram-se de forma experimental diferenciando-se das hierarquizadas em funcionamento nas instituições que regulam o espaço urbano. Seja em encontros presenciais, ou por meio do compartilhamento de registros das situações vivenciadas, narrativas foram/vão sendo tecidas e atualizadas em suas dimensões políticas e afetivas, contaminando (GUATTARI, 1992, p.113) e imbricando outros corpos e territórios. Em meio a uma trama de acontecimentos, alguns vivenciados outros acessados por etnografia digital, produziremos uma montagem (DIDI-HUBERMAN, 2016, s/p) de fragmentos narrativos em tempos de contestação, reivindicação e/ou celebração, mobilizadas na Praia da Estação.

Enfrentamentos

Desde o primeiro dia de encontro presencial do que viria a ser a Praia da Estação, percebemos a multiplicidade e heterogeneidade de modos de pensar, agir e se relacionar, das pessoas que estavam reunidas. A urgência de conseguir reverter a situação fazia surgir inúmeras ideias para o enfrentamento da interdição do decreto. Não eram necessariamente contraditórias ou deveriam ser consideradas ações únicas: passeatas, ações civis no ministério público, atuação sistemática na mídia local, ocupação contínua da praça. As proposições eram trocadas tanto em encontros presenciais quanto na lista de e-mails e blog, estabelecendo um espaço liminar de produção de práticas e imaginários entre os territórios da cidade e do ciberespaço.

A ideia da praia⁶ foi uma das que foram debatidas como algo que poderia vir a ser, desde a reunião do vá de branco, convocada pelo blog anônimo. A permissibilidade do entendimento de que cada um poderia praticar a praia da maneira que entendesse foi um primeiro pensamento indicativo de que poderíamos conseguir fazer alguma coisa juntos, depois de tantos desentendimentos iniciais. Compreendemos que compartilhávamos um dano em comum foi um consenso que nos fez encarar a demanda de fazer algo. E para além da proibição dos eventos na praça a proposição de desvestir-se no centro da cidade foi realmente acatada por todos, conformando-se como um segundo entendimento comum compartilhado. Importante ressaltar que no contexto belo horizontino, diferentemente de cidades à beira do mar, onde as pessoas muitas vezes circulam de roupa de banho pelos bairros praiheiros, não é nada costumeiro ver uma pessoa de biquíni pelo asfalto. Além disso, muitos moradores da capital ainda cultivam uma ideia de tradicional família mineira (ideário de família nuclear com casal heterossexual casado na igreja católica), além dos espaços públicos urbanos serem regulados por um código de posturas municipal. Colocar o corpo de roupas de banho no calçamento da praça se conformou como uma proposição de enfrentamento ao biopoder (FOUCAULT apud CASTRO, 2009, p.57) no espaço urbano da cidade



foto1_navarro: Imagem da primeira Praia da Estação, crédito Luis Navarro em seu flickr.

O banho⁷ foi um momento no qual os afetos e perceptos foram mais do que ativados na experiência dos banhistas presentes. Transeuntes que aguardavam os ônibus no cimento, sem sombra, vieram se refrescar. As pessoas que atravessavam a praça com crianças, não tinham como negar os pedidos dos pequenos se juntarem à nós. Os vendedores de bebidas e moradores de rua também se juntaram e abraçados, cantávamos e dançávamos juntos. O banho foi o catalisador de produção de laços fortes entre os moradores da cidade, reivindicando o uso público da praça; um território de pertencimento contra-hegemônico foi ali estabelecido.

Diversos materiais foram produzidos virtualmente e espalhados pelas redes sociais que existiam naquele momento, como fotos, memes, vídeos e músicas, sendo replicados na lista de e-mails, como o teaser⁸ publicado no youtube com imagens do primeiro sábado, chamando para a próxima praia. O modo não usual de se manifestar, isto é, enfrentá-lo na ação de desacato total – realizando um evento semanal – já estava feito. A ocupação da internet sendo realizada sempre com definições, decisões e discussões pautadas pela colaboração, horizontalidade e ética hacker, influenciou algumas ações diferenciadas: o blog coletivo tem o acesso às postagens liberado para todos; sempre que éramos entrevistados pela mídia, respondíamos aos jornalistas com os pseudônimos coletivos como Luther Blisset⁹, Rita Garela ou Ommar Motta, cacófatos que demonstram a ironia e ludicidade da Praia da Estação.

A ativação de modos de operar hacker, chamando a responsabilidade para todos, mas ao mesmo tempo para ninguém personificado, enfrentam o modo de operar das práticas políticas dominantes, modos de reivindicação outros estavam tomando parte na cidade e também na internet: consideramos que a Praia da Estação é um exemplo de “Uma conversão da forma manifestação na forma ocupação.¹⁰” (RANCIÈRE, 2016, s/p). Para o autor, outra característica que marca as ocupações atuais nas cidades é que as praças e as ruas tem sido acessadas pelos ativistas já que “São os últimos espaços públicos nos quais se pode estar em comum; discutir e atuar em comum¹¹.” (Idem). Como muitos outros movimentos que se desenrolaram pelas cidades globais, podemos dizer que a Praia da Estação estava “reivindicando justiça social e democracia autêntica” (CASTELLS, 2015 p.25) e com eles,

“Ignoraram os partidos políticos, desconfiaram dos meios de comunicação, não reconheceram nenhum líder e rechaçaram qualquer organização formal, dependendo da internet e das assembleias locais para o debate coletivo e tomada de decisões.¹²” (Idem)

Desde 2010, em diversas cidades ao redor do mundo, “movimentos de indignados e por liberdade democráticas” emergiram, dando a ver o que foi chamado de “união dos corpos no espaço público” (CARNEIRO, 2012, p.10). Corpos que seguiram para as ruas para juntos, retomarem os espaços nos quais poderiam se encontrar, constituir territórios múltiplos. Segundo o autor, em “Occupy”, coletânea de textos escritos no calor das mobilizações que compõem as ocupações dos espaços públicos até 2011, a disseminação desta maneira de tomar as ruas ocorreu de modo epidêmico, no sentido etimológico, do grego, para além do que uma doença pode ser,

“mas algo que ocorre com muita gente do povo, como a conversão religiosa dionisíaca, por exemplo. Houve algo de dionisíaco nos acontecimentos de 2011: uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentiu esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, em particular o Twitter, tomando uma forma de disseminação viral, um boca a boca eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores” (CARNEIRO, 2012, p.10)

As mudanças que as redes sociais digitais integradas às novas tecnologias de informação e comunicação articularam, produziram conteúdo e modos de operar as novas mídias, em um processo de mobilização de sentidos que se dá de modo transmidiático. Sentidos que circulam em uma dimensão transmídia, atravessam tanto as mídias tradicionais como os novos aparatos da difusão pela internet, contaminando eletronicamente os cidadãos em prática política e conseqüentemente, na produção de múltiplos territórios de sentidos.

No texto “Democracia, segurança pública e coragem para agir na política” Edson Teles aponta como peculiaridade do caso brasileiro a violência policial desmedida na desocupação de áreas que tem “forte especulação imobiliária”, como no caso do Pinheirinho, em São José dos Campos e também no caso da Cracolândia, no centro de São Paulo. Tal despreparo para lidar com a população demonstra um braço do poder público agindo contra quem ele deveria zelar: “Para que o projeto se concretize, é necessário limpar as áreas da presença dos pobres” (TELLES, 2012, p.79), comenta o autor ao ler notícias que dão a ver um discurso que legitima a higienização das ruas da cidade para garantir a segurança pública, a conformação de um outro território, sem os outros.

Os que são vítimas da desigualdade social podem tornar-se inimigos da polícia militar – e outras instâncias responsáveis por garantir determinadas posturas no espaço público - a partir de uma determinação judicial ou mesmo de um consenso da ordem pública, instaurado por uma situação. Apesar de considerar, naquele momento, que o caso brasileiro não conformava uma experiência tão radical nos modos de expressividade política urbana, se comparado com as outras situações narradas nos textos da coletânea, Telles já apontava a crista da onda do que viria a ser 2013: o confronto entre a polícia militar e a juventude e/ou mobilizações de luta e defesa de visões de mundos diferentes do modo hegemônico de governar o espaço público.

“A ação repressiva do Estado, legitimada pela ideia de defesa dos direitos, alimenta o sentimento de constante ameaça à propriedade, ao emprego, ao salário, ao consumo e à ação política, gerando o medo paralisante. É como se um fantasma rondasse a sociedade, obrigando-nos, em momentos de transformação, a adotar uma política do possível evitando rupturas. Vivemos um momento grave da nossa vida social, em que precisamos refletir sobre qual democracia queremos e, mais do que isso, agir com radicalidade para denunciar um modo autoritário e manipulador de se fazer política. (TELLES, 2012, p. 82.)

A “experiência brasileira” reconhecida internacionalmente nas referências bibliográficas, que integra essa onda dos novos modos de reivindicação - que transformaram diferentes cidades articuladas via internet - ainda viria a acontecer, concatenando ações conjuntas em mais de 100 cidades: foram as chamadas Jornadas de Junho, em 2013. A partir das marchas convocadas pelo Movimento Passe Livre contra o aumento da tarifa de ônibus em São Paulo e da violência policial que oprimiu os manifestantes em 13 de junho de 2013, foram agenciadas marchas, protestos e o despertar de muitas reivindicações, em diversas cidades do país, praticando territórios de contestação conectados. A violência policial foi tanta na capital paulista, com o uso equivocado das chamadas armas não letais, como a bala de borracha, que a polícia feriu diversos manifestantes e cegou um olho de um jornalista. Tal fato visibilizou

a desconsideração da defesa dos direitos humanos nas manifestações de expressividade política, mesmo que legitimadas pela constituição brasileira.

“a fagulha das manifestações de junho não surgiram do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis – que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop.” (RÖLNIK, 2013, p.9)

Depois da violenta atuação policial às marchas, consolidando a peculiaridade apontada por Telles, sobre a onda do caso brasileiro, as revoltas das Jornadas de Junho também ficaram conhecidas como “A revolta do vinagre”. Ao saberem que o vinagre inibe a ação do gás lacrimogênio, os jovens manifestantes começaram a levar para as marchas, mochilas com embalagens do produto do alívio para o momento do ataque policial. A polícia militar, em uma ação de “prevenção” ao vandalismo ao patrimônio público, passou a averiguar as mochilas dos jovens que circulavam próximos às regiões das marchas em muitas cidades, apreendendo frascos de vinagres, e os jovens detidos, interditando-os de participar das mobilizações e produzindo imagens veiculadas pela televisão dos potenciais vândalos.

“As manifestações que se alastraram pelas ruas do Brasil em junho e 2013, motivadas inicialmente pela ação truculenta da polícia nos protestos contrários ao aumento da passagem urbana em São Paulo, caracterizaram-se pela multiplicidade de pautas evidenciadas em improvisados cartazes, críticas à imprensa e aos partidos políticos, assim como a recusa à representação típica dos movimentos sociais tradicionais. Destaca-se, em nossa abordagem, o fato de se processarem na interface porosa entre as ruas e mídias sociais.” (ALZAMORA et alii, 2014, p.39)

São muitas histórias deste período em todas as cidades que se mobilizaram em ação conectada contra a violência da polícia militar brasileira, histórias que transformaram as condições de possibilidade das atuações e experiências urbanas, modificando inclusive a experiência Praia da Estação. Produzimos na tese uma tentativa de aproximação de tal complexidade, num golpe de vista da relação destes eventos ao imaginário político urbano de Belo Horizonte; sigamos.

Da Praça Sete ao Mineirão

Em 19 de janeiro de 2013 aconteceu a comemoração do aniversário de três anos da Praia da Estação, como já acontecia desde a produção do “mar da praia”¹³. Na imagem abaixo, publicada no flickr da conta do perfil “overmundo”,

podemos ver um grande número de pessoas na comemoração do verão. O overmundo se autodenomina um coletivo midialivrista, que se mobilizou com o intuito de fomentar uma rede de comunicação e distribuição ampliada de conteúdos produzidos por todas as pessoas que quiserem disponibilizar seu material. Eles gerenciavam alguns perfis em plataformas de armazenamento, como o flickr, onde os colaboradores espalhados por todo o país podiam disponibilizar seus materiais.

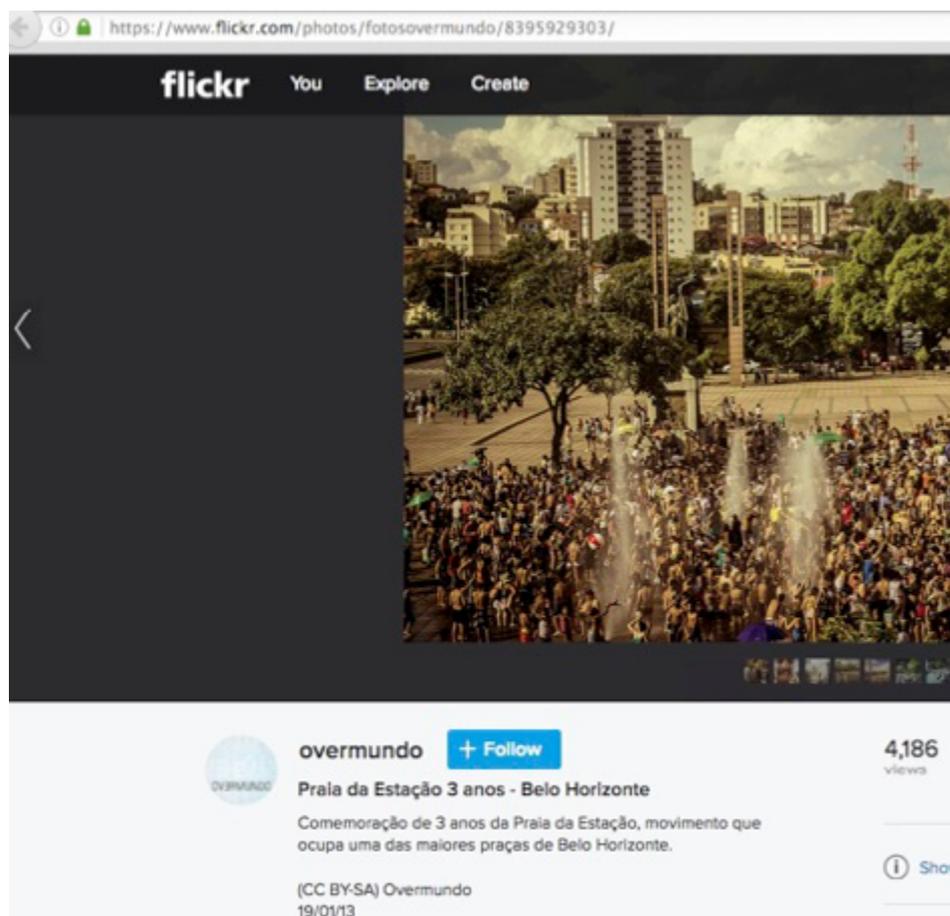


foto2 – overmundo: Imagem constante no flickr do overmundo.

Na imagem podemos notar um grande número de pessoas em cima das fontes, podendo ser o exato momento em que foram ligadas, e o rompante do jato de água havia acabado de aparecer, como vemos as rajadas entre os corpos dos banhistas.

O blog onde está hospedado o Overmundo, os designa como

um site colaborativo. Um coletivo virtual. Seu objetivo é servir de canal de expressão para o midialivrista no país, abordando desde a rica, diversa e intensa produção cultural independente do país até as questões relacionadas à política e/ou movimentos sociais, ambos tendo na mídia independente e livre um de seus maiores suportes. Para funcionar, ele precisa da comunidade de usuários sempre gerando conteúdos, votando, disponibilizando músicas, filmes, textos, comentando tudo e trocando informações de modo permanente¹⁴

O chamado para a participação na produção do conteúdo, afirmando o ideário da colaboração e do modo horizontal de conformar mundos, assim como o da perspectiva da ética hacker é bem marcante no texto. Quando acontece o chamado do MPL de São Paulo para que outras cidades realizem marchas, em solidariedade à opressão que a manifestação paulista do dia 13 de junho sofreu, essa rede de midialivristas foi uma das conectadas e reativadas: neste momento a chamada mídia ninja se estabeleceria como um outro lugar de fala na produção de imagens das manifestações, muito diferente do que a imagem da televisão mostrava das ruas das cidades.

A Mídia NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – é uma rede descentralizada que produz e difunde conteúdos e pautas invisibilizadas pela Grande Mídia. A partir da lógica colaborativa de produção que emerge da sociedade em rede, conectamos jornalistas, fotógrafos, videomakers, designers, e possibilitamos a troca de conhecimento entre os envolvidos. O projeto foi lançado oficialmente em março de 2013, na cobertura do Fórum Mundial de Mídia Livre na Tunísia mas ganhou visibilidade durante as manifestações de junho no Brasil. Nossa trajetória, entretanto, é fruto do acúmulo de 15 anos de experiências do Fora do Eixo, rede presente em mais de 200 cidades do país e pioneira em linguagens das redes sociais como fotografia, transmissão ao vivo, design e audiovisual.¹⁵

O site do mídia Ninja, diferente dos blogs que são criados em uma plataforma hospedeira, tem seu desenvolvimento realizado por uma outra rede, a Rede Livre, demonstrando em alguma medida, uma mudança nos modos de se garantir a produção e a manutenção do conteúdo no ar. No texto que os apresenta, também remontam à crise do modelo comercial da comunicação e sua potência enquanto rede que “realiza coberturas e matérias por todo Brasil, apresentando histórias e contra-narrativas aprofundadas nas questões sociais, econômicas, políticas e ambientais.” Diferente da realidade de outras páginas que agenciavam redes de lutas em 2013, o site do mídia ninja está atualizado.

As situações que se desenrolaram em Belo Horizonte em apoio ao MPL paulista foram prioritariamente mobilizados pelo facebook. Os eventos criados por perfis da rede social criavam os chamados “grandes atos”, que mobilizavam os militantes de movimentos sociais, ativistas, coletivos e a sociedade civil não organizada. O 5º Grande Ato foi criado por um perfil recém criado na plataforma, que era o da Assembleia Popular Horizontal e que contém na sua descrição: “não é uma convocação para manifesto, mas para um fórum de diálogo horizontal e autônomo para formulação de pautas e propostas para as próximas mobilizações” e adiciona “A ideia é criar um espaço comum a todos os mobilizados na web e na rua. Um espaço comum para organizados e independentes.” A perspectiva buscava com essas

definições ser o mais abrangente possível tanto no sentido do diálogo quanto no sentido do da criação em conjunto.

A Assembleia Popular Horizontal é uma instância de discussão sobre os passos a serem dados na luta por uma cidade mais inclusiva e foram instituídos concomitantemente aos últimos grandes atos, para haver outras arenas de discussão a respeito dos problemas que ali estavam para serem resolvidos, uma arena para além do facebook, onde as marchas eram chamadas em eventos (MAGALHÃES, 2015). Elas aconteciam prioritariamente embaixo do viaduto Santa Tereza, assim como as reuniões da Praia da Estação, quando chovia, e constituíam territórios para pensar o agir sobre o que se estava exigindo na rua.

O quinto grande ato percorreu à pé o caminho da Praça Sete até o estádio do Mineirão, estádio de futebol que compõem a vizinhança do complexo arquitetônico da Lagoa da Pampulha, passando ao lado da Universidade Federal de Minas Gerais. Os dados da polícia militar dizem que foram 50 mil pessoas que participaram da marcha; a contagem dos movimentos sociais dizia 100 mil pessoas.

Três eventos organizaram-no no facebook, este “5º Grande ato” puxado pelo perfil da Assembleia Popular Horizontal, com 204.137 convidados, 16.500 confirmações de participação e 4.063 talvez; o #VemPraRuaBH que convidou 578.161 convidados, teve 58.448 confirmações de presença e 13.884 perfis que sinalizaram um talvez e o terceiro evento, o Gigante vai abraçar o mineirão, com 5195 convidados, 424 confirmações de presença e 144 marcações de talvez. (ALZAMORA et alli, 2014). Importante explicar que participar de um evento facebookiano no modo “talvez”, permite ao perfil do usuário acompanhar as discussões, postar, comentar e dessa maneira integrar a rede informativa que se produz acerca do evento, “que se engendra em conexões on e off-line” (ALZAMORA et alli, 2014, p.40).

Este ato ocorreu no dia 26 de junho de 2013, percorreu 25km na ida e mais 25km na volta, no asfalto da cidade e teve um jovem assassinado, numa ação violenta da polícia sob um dos viadutos construídos na Avenida Antonio Carlos: o jovem era negro, metalúrgico, morador da periferia de Belo Horizonte e estava lá, lutando por seus direitos. O segundo jovem assassinado na mesma noite, 26 de junho de 2013, foi Luis Otávio, conhecido na rua como Luiz Estrela, “poeta, performer, intelectual, morador de rua, homossexual. Trazia consigo a luta do artista pela arte, a luta do cidadão pelo direito à vida e à cidade.” (MUSA, 2015, p.1). Morreu já no centro da cidade vítima de violência homo e transfóbica, depois que o 5º Grande Ato havia

retornado da Pampulha.

A partir destas breves identificações que fazemos de jovens vidas que foram tiradas pela força policial do estado, podemos refletir sobre onde estão as vulnerabilidades e as forças da luta da juventude na atualidade e por onde que estes fragmentos de narrativa chegarão nos desenvolvimentos dos fatos; questionar sobre o genocídio da juventude negra e pobre, no Brasil.

Depois do último grande ato, depois de reuniões em assembleias populares horizontais, os manifestantes seguiram para a Câmara Municipal de Belo Horizonte e a ocuparam-na, durante 45 dias, exigindo não só a estagnação do valor da tarifa de ônibus como auditoria dos contratos das concessões das empresas de ônibus, gerenciados pela BHTRANS, empresa pública municipal responsável pelas vias urbanas. A ocupação foi auto-gestada, recebeu ajuda de diversos parceiros na cidade e estava sendo articulada nas assembleias populares horizontais, que aconteceram no espaço do prédio público, produzindo um outro espaço de fazer política por lá.

“A ocupação é um ato de coragem: é uma atitude radical que nasce preocupada em resgatar a vida cotidiana da dominação do espaço abstrato e na qual se coloca em curso um processo de tomada de consciência dos entraves da produção do espaço urbano. Tal consciência – a qual arriscaríamos chamar urbana – implica iniciativa e participação, mesmo que sejam meramente tentativas ou incompletas.” (VELLOSO et alli, 2017, p.259)

Esse espaço de convivência diária e de estabelecimento de uma “consciência urbana” que articulava em uma luta muitas pessoas diferentes, acabou catalisando a produção de diversas outras ações políticas e estéticas, em Belo Horizonte: podemos dizer, que foram, em uma grande medida, desdobramentos da Praia da Estação. A imagem a seguir, é uma destas criações, às quais a potência do imaginar como aqueles corações foram parar ali é expansiva, alimentando o imaginário político da ação dos corpos na capital mineira. O rosto do primeiro guarda nos mostra que ele também é um jovem negro.



Foto3_rena: Pintura nos escudos da guarda municipal na ocupação da Câmara

Ao atentar-nos para as imagens em circulação de todo o processo dado em Belo Horizonte, em redes sociais, pesquisas acadêmicas e portais de notícia, encontramos com muitas diferenças e choques entre os mundos colocados em relação, dando a ver um dissenso em produção constante, constituindo um território de encontro de sentidos políticos. Priscila Amoni, artista que desenhou os corações nos escudos da guarda-municipal que bloqueavam as portas da câmara municipal da capital no momento da ocupação, disse que eles não fizeram nada enquanto ela os pintava, em entrevista que nos foi concedida via Messenger, na plataforma facebook, “eu tava com essa tinta na mão, eu comecei a pintar e eles não fizeram nada, não fizeram nada, e eu fui pintando um por um e eu sorria para eles e eles não faziam nada, isso que foi a coisa mais surreal.” (AMONI, 2017, 8/10/17)¹⁶

Tais choques produziram condições de possibilidade para que as ações subsequentes ainda desafiassem mais um âmbito do poder público instituído: o direito ao uso à propriedade pública. Quando desocupam a Câmara Municipal, os ativistas se dirigiram para a área embaixo do viaduto Santa Tereza, em passeata a partir da casa legislativa. Lá chegando, implementaram uma nova proposta de continuar existindo com os corpos unidos na rua e na luta: passar a realizar periodicamente as #ocupações, que seriam territorializadas em diversos espaços públicos pela cidade, para produzir outros usos, entre eles, discutir problemáticas contextualizadas naqueles espaços, inclusive.

Outra proposição que surgiu depois das mobilizações das Jornadas de Junho foi a ocupação do prédio da rua Manaus, no Santa Efigênia, que estava fechado havia dezenove anos e estava quase se perdendo em ruínas, por falta de cuidados e manutenção.

Na madrugada do dia 25 para o dia 26 de outubro de 2013, um grupo de artistas, ativistas, educadores, produtores culturais, entre outras tantas pessoas, romperam as portas de um velho casarão abandonado faziam vinte anos e ocuparam seu interior escuro e desconhecido. Reunidos desde o mês de abril do mesmo ano, após meses de encontros e discussões acaloradas, de um vasto mapeamento de imóveis públicos ociosos em Belo Horizonte, com a bagagem das recentes movimentações políticas e culturais experienciadas na e pela cidade e com a catarse desperta e dispersa pelas manifestações de junho de 2013 que movimentaram grande parte do Brasil, assumiram a tarefa de constituírem um espaço comum, auto-gestionado, que abrigasse cultura e que também a gestasse nas suas relações ordinárias. Que pudesse trazer significações para além do valor atribuído ao espaço, valor este inculido nas características arquitetônicas e nos desconhecidos traços históricos, ambos perdidos no tempo. (MUSA , 2015, p.75)

O fragmento narra a ocupação do Espaço Comum Luiz Estrela, imóvel de propriedade do Estado de Minas Gerais, teve como último uso abrigar um Hospital Psiquiátrico Infantil; o prédio é tombado pelo patrimônio e foi ocupado durante uma encenação que aconteceu na rua. “A partir de uma apresentação cênica, que simulava a ocupação do imóvel, transmutou-se fabulação em ato e o grupo gestou as possibilidades de uso e de transformação do espaço.” (MUSA et ali, 2015, s/p). A ocupação presta homenagem ao artista Luiz Otávio Estrela, morto na noite do 5º grande ato e que trazia desenhado no corpo a imagem que compunha seu nome artístico, a pequena estrela tatuada na testa. A ocupação do Espaço Comum Luiz Estrela continua ativa até os dias atuais, julho de 2018.



Foto4_musa: reunião na ocupação no espaço comum Luiz Estrela

Na imagem vemos uma reunião no espaço recém-ocupado, mas que já trazia o stencil da fotografia do rosto de Luiz Estrela, grafitado no hall de entrada. O stencil, sabemos ser, uma prática que se iniciou em outros tempos das contestações ao poder instituído pelo mundo, levando para as ruas gritos de luta e imagens a se memorar, desde as ditaduras militares na América Latina, desde o maio de 68 na Europa e os protestos contra a Guerra no Vietnã.

“Nas ruas, o desejo transborda, gritando a impossibilidade de manter a impossibilidade do real, grafitando de vida as paredes cinza da ordem moribunda. Devemos apostar na rebelião do desejo. Aqueles que se apegarem às velhas formas serão enterrados com elas.” (IASI, 2013, p.46)

Além das ações, da criação e realização dos grandes atos, da criação das Assembleias Populares Horizontais, online e presencialmente, da ocupação da Câmara Municipal, da criação das #ocupações e do planejamento, ocupação e manutenção do Espaço Comum Luiz Estrela, outras forças se somaram à luta política no cimento e nos imaginários dos ativistas da cidade. “Estes processos de (multi)territorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles implicam. (HAESBAERT, 2004, p.1)”. Diversas atuações nos espaços de visibilidade do poder oficial foram produzidas, de modo a mostrar a força da diversidade social, em criações estético-políticas que, em muitas medidas, se

entrelaçam com a experiência da Praia da Estação, como o graffiti da imagem abaixo, colocando em uma placa da cidade a existência e localização “oficial” da Praia da Estação: mais uma vez, o traçado urbano planejado foi apropriado pelas práticas da população da capital mineira.



Foto5_ativista: intervenção na placa do grupo ativista disponibilizada no facebook.

Referências

- ALZAMORA, Geane. *Acontecimentos agenciados em rede*. In SILVA, Regina Helena Alves da (org.). *Ruas e redes, dinâmicas dos protestos br*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.
- BENJAMIN, Walter. *Capitalismo como religião*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignación e de esperanza*. Madrid: Alianza Editorial; 2015.
- CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- CARNEIRO, Henrique Soares. *Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011*. In MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2004 [1990].
- DERAKSHNAN, Houssein. *Salve a internet*. In Revista Piseagrama <http://piseagrama.org/salve-a-internet/>, 2015.

- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Remontar, remontagem do tempo*. Caderno de Leituras n.47, Edições Chão da Feira, 2016. <http://chaodafeira.com/cadernos/remontar-remontagem-do-tempo/>.
- GUATTARI, Félix. [1992] *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre: 2004.
- IASI, Mauro Luis. *A rebelião, a cidade e a consciência*. In MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Espetacularização Urbana Contemporânea*. Cadernos do PPG//AUFAUFBA, número especial “Territórios Urbanos e Políticas Culturais”. Salvador: Editora UFBA, 2004.
- MAGALHÃES, Felipe N. Coelho. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetivações, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea*. Belo Horizonte: Tese defendida no IGC/UFMG, 2015.
- MUSA, Priscila. *Movimentos Imagem*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- RANCIÈRE, Jacques. *La Nuit Debout es la transformación de una juventud de luto en una juventud en lucha*. Entrevista em Diagonal Periódico. Disponível em <https://www.diagonalperiodico.net/blogs/europa-constituyente/entrevista-jacques-ranciere-la-nuit-debout-es-la-transformacion-juventud>. 2016.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Nós temos hoje uma espécie de contenção do imaginário político*. Entrevista em Revista Marimbondo, v.01, 2011. Disponível em www.revistamarimbondo.com.br.
- _____. *Sujeito corporificado e bioética: caminhos da democracia*. In *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço – vol. 2*. Rio de Janeiro: Letra Capital, [1989] 2013a.
- ROLNIK, Raquel. *Apresentação – As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- TELES, Edson. *Democracia, segurança pública e coragem para agir na política*. In MARICATO, Ermínia. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.
- VELLOSO, Rita de Cássia Lucena et alli. *Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte*. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n. 2, Recife, maio-agosto 2017.

Nota

- 1 Disponível em: <http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1017732>. (Acesso: 14/07/18).
- 2 Flávio Gutierrez é um dos fundadores da construtora Andrade e Gutierrez, empreiteira multinacional responsável por obras como a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a Estrada de Ferro Carajás, o Aeroporto Internacional de Confins e o metrô de Salvador
- 3 Os blogs foram os primeiros espaços na internet que disponibilizaram modelos de publicação online e gratuita sem precisar saber programar uma página em html, tendo sido ferramenta essencial no processo de democratização e ampliação de conteúdo disponível na internet. Disponível em <http://vadebranco.blogspot.com>, acessado em 16/07/18.
- 4 As listas de e-mails são ferramentas de encontro e organização social muito inovadoras, são consideradas “canais importantes de agregação de comunidades online” (MAGALHÃES, 2015, p.181).
- 5 O endereço do blog é <https://pracalivrebh.wordpress.com/>, acessado em 19/07/2018.
- 6 Outras “praias” já haviam sido realizadas em Belo Horizonte, sendo a intervenção que o Grupo Galpão realizou na Praia da Savassi em 1989, como processo do trabalho no Festival de Inverno da UFMG daquele ano, que teve a produção do manifesto “Queremos praia”, das atualizações de tal territorialidade praieira das mais conhecidas. (OLIVEIRAS, 2012; LAGES, 2014).
- 7 Naquela manhã, como o prefeito havia mandado desligar as fontes contactamos um caminhão pipa, já avisado, “passamos o chapéu”, arrecadamos moedas e reunimos o recurso para pagar o serviço do caminhão.
- 8 Fragmentos da narrativa em montagem audiovisual com fotos e vídeos gravados na primeira Praia da Estação, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4mEzQrF6v0M>, acessado em 14/07/18.
- 9 Luther Blisset é um pseudônimo coletivo criado na Itália para contestar as práticas de comercialização e financeirização na internet, acessado em 20/07/18, <http://www.lutherblisset.net>
- 10 Tradução nossa de “Una conversión de la forma manifestación en la forma ocupación”. Na entrevista online, o tema principal é a “Nuit debouts” em Paris, mas o autor também faz referências à Madrid, Nova York, Atenas e Istambul.
- 11 Tradução nossa de “Son los últimos espacios públicos en los que se puede estar en común; discutir y actuar en comum”.
- 12 Tradução nossa de “Ignoraron a los partidos políticos, desconfiaron de los médios de comunicacion, no reconocieron ningún liderazgo y rehazaron cualquier organización formal, dependiendo de Internet y de las asambleas locales para el debate colectivo y la toma de decisiones” tradução nossa.
- 13 O mar da praia foi produzido no primeiro aniversário da Praia da Estação a partir de uma apropriação da obra de Lygia Pape, “Divisor”, em que crianças vestiram um tecido imenso no Morro da Mangueira, na década de 70. Produzido com plástico azul, sua confecção foi motivada por um desentendimento dos banhistas da Praia da Estação com a organização das ações de extensão da Bienal Internacional de Artes de São Paulo, que disponibilizaram a vestimenta da obra por interessados nas ruas da capital mineira.
- 14 Acessado em 10/07/18, disponível em http://www.overmundo.com.br/estaticas/sobre_o_overmundo.php.
- 15 Coletado no site da organização em 10/07/18, <http://midianinja.org/sobre/>. Fazem parte da rede de colunistas algumas figuras emblemáticas das lutas urbanas e da “nova” esquerda, como Guilherme Boulos, Claudio Prado, um dos idealizadores do Programa Cultura Viva, vozes dissonantes da intelectualidade feminista, como Ivana Bentes e Marcia Tiburi bem como personagens do Fora do Eixo, como Pablo Capilé, entre outros.
- 16 O depoimento refere-se aos cadernos de campo produzidos na pesquisa da tese, tentando experimentar os vários modos de encontros possíveis online.

Nós na perspectiva deles: **a tragédia do Paissandu e a representação midiática** **dos movimentos de moradia em São Paulo**

*Their perspective of us:
the Paissandu tragedy and the media representation of
housing movements in São Paulo*

Cilene Victor

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é uma das líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions, e professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Faculdade Paulus de Comunicação (FAPCOM). Tem pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (UFABC), doutorado em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) e mestrado em Comunicação Científica e Tecnológica pela UMESP.

Roberto Chiachiri

Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo - UMESP

Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), onde é um dos líderes do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions. É diretor da Cátedra UNESCO-UMESP em Comunicação. Pós-doutorando na Université Paris 1 Sorbonne – França, doutor e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Talita Gonsales Correio

Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território na Universidade Federal do ABC.

Pesquisadora do Laboratório de Justiça Territorial (LabJuta) da Universidade Federal do ABC (UFABC) e do Observatório de Remoções (FAUUSP-UFABC). Doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC. Engenheira Ambiental e Urbana pela UFABC.

RESUMO

A luta das famílias mais pobres pelo direito de ocupação dos centros urbanos tem marcado a formação das cidades brasileiras e dado origem a vários movimentos de moradia. Essa realidade, no entanto, tem pouca presença na imprensa. Quando coberta, segundo a percepção das lideranças desses movimentos, é carregada de narrativas que remetem à criminalização das famílias e de seus representantes. Desta forma, este artigo tem como objetivo analisar a representação social dos protagonistas dessa causa no contexto da tragédia do Paissandu, quando o incêndio de um edifício ocupado por 150 famílias de baixa renda explicitou as diversas faces do problema. Para isso, foram analisadas 110 reportagens e contempladas as impressões das lideranças dos movimentos de moradia, por meio dos recursos da observação participante e da entrevista em profundidade.

Palavras-chave: movimentos de moradia; jornalismo e representação social; teoria da narrativa

ABSTRACT

Poorest families' struggle for occupation rights in the urban centers has shaped Brazilian cities and have originated several housing-rights movements. This reality, however, has little presence in the media. According to the perception of movements' leadership, when covered by the media, the reality is loaded with narratives that incite the criminalization of the families and its representatives. Therefore, this article's goal is to analyze the social representation of the cause's protagonists in the context of Paissandu's tragedy, when a fire in a building occupied by 150 low-income families exposed many aspects of the problem. To do so, 110 news were analyzed, considering the perspective of the movements' leadership through the methods of participant observation and in-depth interview.

Keywords: housing-rights movement; journalism and social representation; narrative theory

Introdução

A iniquidade social no uso e ocupação dos espaços urbanos e a luta pelo direito à moradia em locais com infraestrutura são algumas das principais facetas de um dos problemas sociais de maior complexidade no país. Nos últimos anos, essa luta deu origem a uma série de grupos e movimentos de moradia, liderados, na sua maioria, por homens e mulheres que no passado viveram o drama das famílias que hoje eles representam.

A pouca visibilidade midiática dessa temática, por sua vez, contribuiu para retardar e contagiar o debate e a concepção de políticas públicas capazes de minimizar os impactos sociais do déficit habitacional e suas implicações sociais, econômicas, políticas e culturais. Esse tema, no entanto, torna-se visível em contextos de grandes turbulências, como o do incêndio e desmoronamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, no centro da capital paulista, ocupado por 150 famílias de baixa renda.

Com uma cobertura jornalística intensa da “tragédia do Paissandu”, como o episódio ficou conhecido, a luta pelo direito à moradia ganhou evidência, mas na perspectiva das famílias que moram em ocupações no centro da cidade e dos movimentos que as representam a atuação da imprensa contribuiu para promover a cultura da culpabilização da vítima e a criminalização dos movimentos de moradia.

Diante desse contexto, este artigo é desenvolvido com o objetivo de identificar como a cobertura jornalística da “tragédia do Paissandu”, ao longo de uma semana, desde o incêndio, representou os movimentos de moradia e a causa por eles defendida. Para isso, a pesquisa recorreu a três procedimentos metodológicos. O primeiro diz respeito à revisão da literatura em dois campos centrais, o da formação das cidades e as lutas sociais pelo direito à moradia e o da teoria das narrativas ou narratividade. O segundo procedimento corresponde à análise das narrativas das 110 matérias sobre a “tragédia do Paissandu” publicadas em dois jornais de grande circulação, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. O terceiro, por sua vez, une dois recursos que se complementam, o da observação participante e o da entrevista exploratória com lideranças dos movimentos de moradia.

As impressões levantadas ao longo da observação participante, especialmente durante rodas de conversa com a presença de lideranças dos movimentos de moradia de São Paulo, moradores de ocupações e pesquisadores, entre eles duas das autoras deste artigo, corroboram a percepção apurada durante a entrevista

em profundidade com três lideranças, duas mulheres e um homem. Entre os principais registros, destaca-se a crítica à maneira como a imprensa passou a sobrepor a criminalização dos movimentos de moradia à luta por um direito.

Essas impressões não apenas perpassam todas as seções deste artigo, como justificam a sua realização, uma vez que a imprensa tem papel central na formação da opinião pública que cobrará políticas públicas mais inclusivas, neste caso, as que garantam o direito à moradia e à ocupação dos centros urbanos pelas famílias de baixa renda.

A formação de cidades desiguais

A formação das cidades, como aponta Harvey (1996), é resultado das forças advindas dos diversos setores que a compõem, dando origem a um processo tão conflituoso quanto a densidade social de determinado espaço. Ao lançar um olhar sobre a formação e o desenvolvimento das cidades brasileiras, é possível perceber que tal processo se consolida basicamente no século XX, num contexto no qual as cidades apresentavam uma possibilidade de avanço e desenvolvimento relacionado ao crescimento da industrialização nas áreas urbanas. A grande oferta de empregos tornou-se um chamariz para a parcela da população que migrava para as cidades atrás de melhores oportunidades. Entre as décadas de 1940 e 1980, o Produto Interno Brasileiro (PIB) apresentava crescimento de 7% ao ano.

Porém, a industrialização se deu a partir da oferta de mão-de-obra barata, o que acarretou também na urbanização caracterizada pela incidência de baixos salários (MARICATO, 2008). Ainda segundo Maricato (2015), a baixa remuneração não permitia ao trabalhador acessar moradia digna e bem localizada, dificultando o seu acesso ao mercado formal de habitação. Isso significa dizer que o custo referente à moradia não era computado no salário, forçando esse trabalhador a ocupar as áreas ‘restantes’ da cidade, irregulares, na maioria das vezes, onde as obras eram levantadas por meio da autoconstrução.

Segundo Comaru (2016), as cidades se formaram a partir de um processo de urbanização precária, o que resultou em espaços radicalmente segregados, desiguais e injustos, características que marcam as cidades brasileiras até hoje. De acordo com o pesquisador, muitas políticas públicas continuam agravando e perpetuando essas desigualdades socioespaciais.

No final do século XIX, os operários, mão-de-obra barata, viviam majoritariamente nos cortiços localizados próximos aos seus empregos. Com um dos menores salários da América Latina e com quase nenhum direito garantido, os trabalhadores não conseguiam alugar uma casa para viver com suas famílias e acabavam encontrando nos cortiços uma possibilidade de morar, ainda que precariamente. Naquele período, os cortiços se localizavam no Brás, Mooca, Bom Retiro e Bixiga. Já a população mais abastada vivia nas regiões da avenida Paulista, Higienópolis e áreas próximas. Sendo assim, trabalhadores e classes mais ricas viviam relativamente próximos, o que resultou na criação de uma atmosfera de medo de doenças contagiosas provenientes dos cortiços e seus ambientes precários (KOWARICK, 1988).

Como os cortiços estavam em áreas valorizadas da cidade, com grande proximidade dos locais onde a classe alta frequentava, passaram a ser vistos negativamente por parte da elite paulistana. Essa imagem negativa e deteriorada dos cortiços também tem uma relação com a questão cultural. As elites entendiam que nos cortiços havia uma convivência ‘ímoral’, a cultura dos moradores de cortiços era tida como inferior e desvalorizada. Essas questões associadas aos valores e à ‘moral’ da classe alta foram um dos fatores que influenciaram fortemente na formação de uma imagem pejorativa em relação aos cortiços. Os gestores entendiam que a existência dos cortiços e a conseqüente convivência com a classe mais baixa eram fatores que impediam a valorização tanto social, quanto cultural e urbana daquela região. Sendo assim, o centro deveria ser um espaço de concentração de investimentos públicos, de instituições, cultura e de patrimônio histórico, e não um local de moradia das classes mais pobres (KOHARA, 2013).

Como resultado do medo da elite paulistana em relação à proximidade dos cortiços, foram realizadas intervenções que contribuíram para a formação de espaços segregados na capital, onde eram realizadas ações embelezadoras e paisagísticas nos locais onde a classe mais abastada morava e iniciativas sanitárias nas áreas habitadas por operários e trabalhadores das fábricas. O discurso utilizado naquele momento era uma iniciativa em relação à prevenção de contágio das doenças que advinham dos precários cortiços. Dessa maneira, a população mais pobre começou a ser expulsa dos centros urbanos (MARICATO, 2008).

Com o passar do tempo e o crescimento da cidade, outras centralidades foram surgindo e se fortalecendo. De acordo com Fix (2001), a década de 1990 foi marcada por uma série de grandes projetos urbanos, caracterizados por intervenções grandiosas e inovadoras do ponto de vista arquitetônico, com a finalidade de atender às exigências do capital que se instaurava e fortalecia-se na cidade.

Simultaneamente a esses processos, a região central passou a diminuir sua taxa de crescimento populacional, chegando a taxas negativas por cerca de duas décadas. Com o aumento do interesse do mercado imobiliário sobre as novas centralidades da cidade, a região central passou por um momento de deterioração urbana. Segundo Kohara (2013), desde a década de 1970 as gestões municipais têm apresentado projetos de requalificação do centro. Ainda que o teor desses projetos tenha uma variação ideológica, é possível observar uma tentativa constante do poder público em relação à chamada revitalização da área central.

Deve-se considerar que, apesar da convergência em relação à situação de deterioração de alguns locais do centro da cidade, é bastante complexo pensar em um projeto de requalificação que não resulte em uma consequente valorização fundiária dessa região e expulsão, ainda que indireta, das famílias de baixa renda.

A disputa pela moradia em área central

A região central da cidade de São Paulo é um local em constante conflito e disputa, resultando num cenário complexo e desigual, onde diversos atores se contrapõem diariamente. Se por um lado, o centro representa a resistência dos movimentos de moradia, materializada com as diversas ocupações de prédios abandonados, por outro, nos últimos anos, o mercado imobiliário tem feito investimentos na região, representado pelo expressivo volume de lançamentos de ‘lofts’, ‘estúdios’ ou outros produtos semelhantes.

Entre 2013 e 2015, foram contabilizados 65 lançamentos imobiliários na subprefeitura da Sé¹, que compreende os distritos da Bela Vista, Bom Retiro, Cambuci, Consolação, Liberdade, Sé, República e Santa Cecília, sendo os dois últimos com a maior concentração desses lançamentos.

Se antes, ao ser abandonado pela classe média-alta paulistana, o centro apresentava taxas de crescimento populacional negativas, o que se repetiu por cerca de duas décadas, nos últimos anos há uma tendência de repovoamento dessa região, conforme é possível observar na tabela 1.

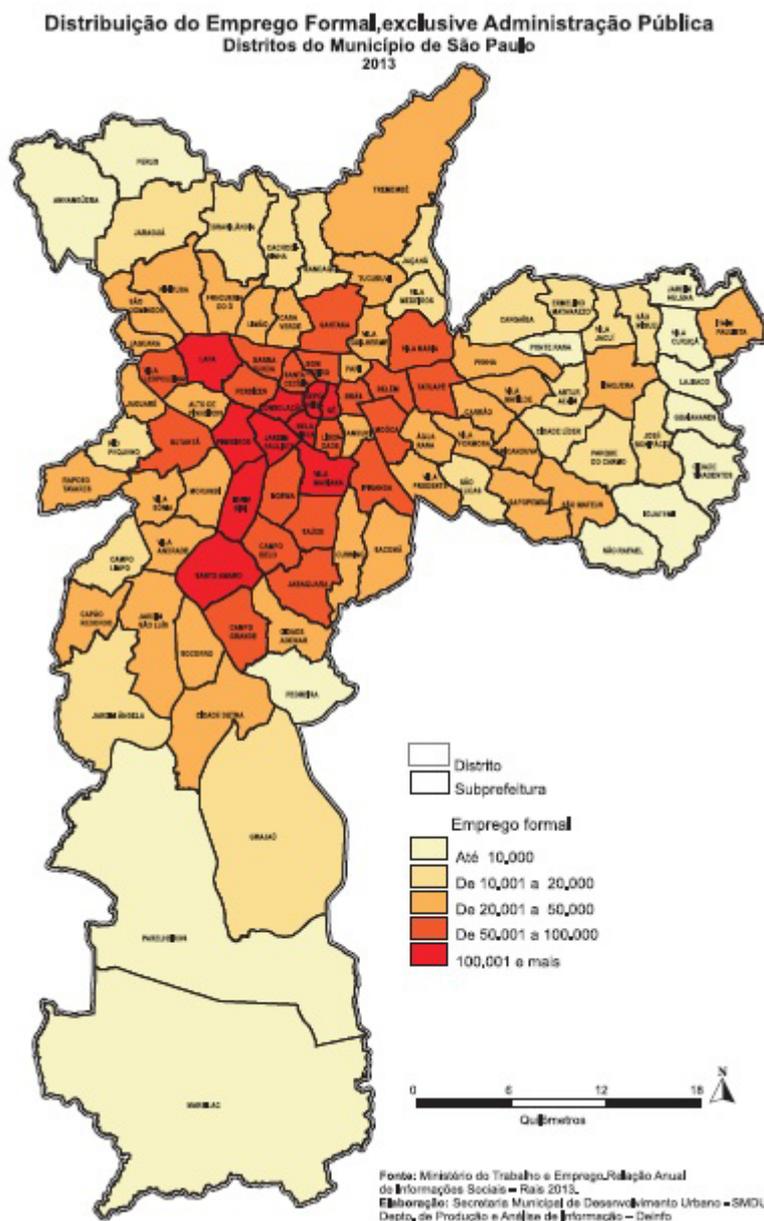
Tabela 1: População recenseada e taxa de crescimento populacional.

UNIDADES TERRITÓRIAS	1980 (POP.)	TAXA DE CRESC. 80/1991	1991 (POP.)	TAXA DE CRESC. 91/2000	2000 (POP.)	TAXA DE CRESC. 2000/2010	2010 (POP.)
São Paulo	8.493.226	1,16	9.646.185	0,88	10 434 252	0,76	11 253 503
Centro	526.170	-1,24	458.677	-2,24	373 914	1,43	431 106
Leste	2.877.590	1,70	3.465.397	1,13	3.835.354	0,42	3.998.237
Norte	1.788.422	0,78	1.947.435	0,8	2.092.360	0,57	2.214.654
Oeste	983.455	0,17	1.002.489	-0,94	920 806	1,06	1 023 486
Sul	2.317.588	1,64	2.772.187	1,65	3.211.818	1,11	3.586.020

Fonte: CENSO IBGE 1980, 1991, 2000 e 2010.²

Embora São Paulo seja a capital mais populosa do país, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010), e uma das maiores cidades da América Latina, o centro tem a menor população, 431 mil habitantes, número bem inferior ao das outras quatro regiões. A partir da tabela 1 é possível notar também que as maiores concentrações populacionais se encontram nas regiões leste e sul da cidade, áreas ocupadas historicamente por famílias de baixa renda.

Por outro lado, a área central concentra o maior número de empregos, como é possível observar na figura 1.

Figura 1: Disponibilidade de empregos no setor privado em 2013.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – Relação Anual de Informações Sociais – Rais (2013)³.

São Paulo registra um elevado déficit habitacional, de aproximadamente 358 mil domicílios⁴, principalmente nas regiões periféricas da cidade, onde há maior concentração de domicílios com inadequações habitacionais, maior densidade populacional e maior tempo médio de deslocamento entre moradia e trabalho.

No entanto, a figura 1 mostra que nessas regiões há uma menor disponibilidade de emprego, o que faz com que milhares de pessoas se desloquem diariamente para o centro de São Paulo, resultando num cenário de superlotação do transporte público e uma consequente opção pelo meio de transporte individual para aqueles que podem arcar com seus custos.

Há uma série de benefícios em morar na região central, como a facilidade de locomover-se para todos os outros pontos da cidade. Além disso, o centro preserva também uma grande oferta de serviços, equipamentos públicos e oportunidades de lazer. Por tratar-se de uma das maiores cidades do mundo, o acesso facilitado a todas essas oportunidades é de fato um ponto valioso para o mercado imobiliário e entendido aqui como um privilégio para quem pode acessá-lo.

Do ponto de vista socioambiental, é importante salientar que garantir à população de baixa renda oportunidade de morar no centro representa também uma forma de combater a expansão das periferias e, conseqüentemente, evitar a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, como as áreas de proteção de mananciais.

Como o espaço urbano em São Paulo é valorizado, a sua apropriação representa também a desigualdade socioeconômica. Por outro lado, a disputa por espaço em áreas bem localizadas também vem apresentando alguns avanços nos últimos anos, seja a partir de instrumentos da política urbana, seja por meio de políticas públicas que visam a construção de novas unidades habitacionais. A produção de habitação social nas áreas centrais, ainda que em uma escala relativamente pequena, é também resultado desses avanços e está relacionada com uma série de condicionantes, entre eles a luta dos movimentos de moradia da região central.

A viabilização da reabilitação de prédios ocupados na região central de São Paulo é também um exemplo do desenvolvimento de políticas públicas habitacionais a partir do conflito e da disputa pela cidade.

Moradia é central!⁵

No início dos anos 1990, a organização de moradores de cortiços da área central fez surgir uma série de movimentos que passaram a debater questões de moradia, visando garantir formas de morar dignamente na região central da cidade. Entre os movimentos que surgem nesse período, destacam-se a Unificação de Luta por Cortiços (1991), o Movimento de Moradia no Centro (1997), o Movimento dos Sem Teto no Centro (2000) e o Movimento de Moradia da Região Centro (2003), conforme apresenta Barbosa (2014) em sua dissertação de mestrado.

Segundo o autor, essas organizações começaram a disputar um território até então abandonado pelo mercado imobiliário e que, a partir de práticas de ação

direta, conseguiram incidir na construção de alguns programas habitacionais, alçando cadeiras nos espaços de participação. Desde então, o centro tem se tornado um espaço de intensa disputa entre o mercado imobiliário e os setores populares, representados por trabalhadores sem-teto, catadores de material reciclável, população em situação de rua, trabalhadores ambulantes, entre outros grupos.

Holston (2009) apresenta os centros urbanos como lugares de resistência e contestação, formando espaços onde a cidadania toma uma forma insurgente. Isso se dá a partir de práticas transformadoras dos grupos populares, em busca de outras possibilidades de atuação e participação, além daquelas existentes, fundamentadas na radicalização da democracia.

Segundo Sanches (2015), no período entre 1990 e 2012, foram viabilizados 38 empreendimentos de habitação social, totalizando 3.734 unidades habitacionais por meio de quatro programas habitacionais. A autora também constata a importância da atuação dos movimentos de moradia e das assessorias técnicas durante o processo, que garantiram não só a possibilidade de projetos participativos, mas também apoio à construção de instrumentos da política urbana.

Barbosa (2014) estima que os movimentos de moradias organizaram cerca de 200 ocupações de prédios abandonados no centro de São Paulo, entre 1994 e 2014. Para os movimentos, além de uma forma de prover moradia a quem não tem condições financeiras, as ocupações se apresentam como uma ferramenta de luta para denunciar os imóveis vazios ou abandonados e que, portanto, não cumprem sua função social. As ocupações são uma das formas de pressionar o poder público para a implementação de políticas públicas que atendam às necessidades habitacionais das famílias de baixa renda. O autor ainda aponta que a principal questão que inviabiliza a garantia de habitação social em áreas dotadas de infraestrutura é a questão do acesso à terra.

Além disso, como exposto por uma das lideranças de movimentos de moradias ouvidas pelas autoras, vale salientar que as ocupações não são a única ferramenta de luta, mas uma entre tantas outras, como a atuação em instâncias de participação popular e a organização de grupos de base, que têm como o objetivo a formação política e o entendimento das pessoas como sujeitos de direito.

Atualmente, estima-se a existência de 70 prédios ocupados no chamado centro expandido, totalizando aproximadamente 4000 famílias. Porém, entende-se que estamos tratando de um fenômeno consideravelmente dinâmico, uma vez que as ocupações surgem e são removidas quase que diariamente, sejam

elas organizadas por movimentos ou não. Sendo assim, é difícil precisar o número exato de ocupações existentes em São Paulo.

Com o passar do tempo, diversos movimentos foram surgindo e com eles distintas formas de ocupar, organizar-se e cobrar políticas públicas que viabilizem a moradia em áreas centrais da cidade. Dessa forma, embora os movimentos se unam em momentos estratégicos, como ocorreu após a tragédia do Paissandu, e que parte deles esteja articulada em algumas frentes, vale salientar que esses movimentos não são um bloco homogêneo e sua relação com os mais variados atores, como o poder público e a mídia, reflete essa heterogeneidade.

A tragédia do Paissandu

Na madrugada do dia 1º de maio de 2018, Dia Internacional do Trabalhador, o Edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu – região central de São Paulo – desabou após um incêndio que teve seu início cerca de quarenta minutos antes da tragédia.

O edifício de 24 andares era de propriedade da União, mas foi concedido para uso da prefeitura municipal após um acordo firmado em outubro de 2017. No passado, ele já havia sido utilizado pela Polícia Federal e pelo INSS⁶. Vazio desde 2003, quando a Polícia Federal se mudou definitivamente para a região da Lapa, o prédio foi ocupado algumas vezes, sendo que sua última ocupação já durava cerca de quatro anos. Com o incêndio, as 150 famílias que o ocupavam ficaram desabrigadas.

Desde então, as famílias se abrigaram provisoriamente em barracas no próprio Largo do Paissandu e seguiram acampadas, recebendo apoio de uma série de voluntários em busca de um atendimento habitacional definitivo para sua situação.

O desabamento do prédio explicitou a grave crise habitacional, na sua essência, decorrente da falta de investimentos maciços para produção de habitação de interesse social, destinada a famílias com renda mensal entre zero e três salários mínimos e que, portanto, precisam contar com altos subsídios, condições específicas para acessar o mercado formal de habitação. Para que seja possível contornar a situação de emergência habitacional, essas famílias dependem de políticas públicas inclusivas e que vão além da tradicional transferência de propriedade.

Além disso, deve-se salientar que o ônus excessivo com o aluguel tem sido um dos principais componentes da crise habitacional. Como relatado⁷ por diversas famílias, elas ocuparam o edifício Wilton Paes Almeida porque não conseguiram mais arcar com os custos do aluguel.

Assim como a ocupação desse edifício, tantas outras ocupações, sejam de prédios abandonados na região central ou de áreas ambientalmente frágeis ao longo da metrópole, são formadas diariamente por famílias que não conseguem arcar com os custos da moradia, já foram removidas de outros locais ou não conseguem acessar o mercado formal e, sem acesso a outras alternativas, optam por ocupar os espaços que sobram na cidade.

A representação midiática dos movimentos de moradia

Na visão das lideranças dos movimentos de moradia, a cobertura jornalística da tragédia do Paissandu sobrepôs a criminalização dos movimentos sociais à discussão do problema habitacional, retardando com isso o debate sobre a urgência de políticas públicas de habitação. Essa percepção foi aferida por meio da observação participante durante as rodas de conversas com moradores de ocupações, pesquisadores e as próprias lideranças, realizadas nos meses de maio, junho e julho de 2018, e pelas entrevistas em profundidade com três líderes de movimentos, conduzidas em julho do mesmo ano.

Para analisar e compreender como a imprensa tem representado os movimentos de moradia e suas causas, recorreremos a um *corpus* extraído de uma semana da cobertura jornalística do incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida por dois jornais de grande circulação, Folha de S.Paulo, Folha, e O Estado de S.Paulo, Estadão. A escolha desse recorte se dá pelo fato de a “tragédia do Paissandu” ter explicitado as diversas facetas do déficit habitacional e da iniquidade no uso e ocupação da cidade, dando voz aos diversos setores e grupos sociais.

De 1º de maio de 2018, dia da tragédia, até o dia 7 do mesmo mês, os dois jornais produziram 110 matérias, publicadas tanto no meio impresso, quanto no digital. Desse total, 57 foram publicadas pela Folha e 53 pelo Estadão.

Para a análise discursiva, foram adotadas como referencial teórico e metodológico a análise estrutural da narrativa e a semiótica discursiva de regimes de espaço. Ao longo da pesquisa, optou-se por diferenciar a imagem que ilustra as reportagens do discurso textual utilizado no plano

expressivo dos jornais, ou seja, entre o que é mostrado em discurso daquilo que é presentificado em imagem. Esse processo contempla ainda a formação material de como são vistas ou ouvidas as vozes dos movimentos sociais, principal foco da análise.

A base do estudo está sustentada em um parecer verdadeiro que os enunciadores constroem a partir do arranjo de textos e imagens, convertendo o contexto social do fenômeno, por meio do discurso jornalístico, em um mundo de linguagens.

Para traçar os efeitos de sentidos construídos na relação entre um “ele” estampado no texto jornalístico e um “eu” externado no discurso do jornal (Todorov, 2013, p. 246), é necessário compreender como os dois jornais abordaram os diferentes movimentos e grupos sociais e como funciona a engrenagem manipulativa da ação dos enunciadores (jornalistas e os próprios veículos) sobre os enunciatários (audiência). Para isso, recorreremos à estrutura narrativa de Todorov e ao modelo de interação da diferença nos tipos de “apreensão do espaço no plano da experiência vivida”, proposto por Landowski (2015, p. 29).

A resignificação da narrativa jornalística

É na projeção da obra jornalística, no plano expressivo, que, no primeiro momento, tratamos das virtualidades. Elas se materializam quando se manifestam no plano superficial das práticas institucionais e discursivas de ambos os veículos analisados (LANDOWSKI, 2015, p. 14). No sentido e na interpretação, destacamos somente alguns componentes do discurso em correlação com elementos da realidade presentificada no espaço linear dos jornais dedicado aos líderes dos movimentos.

Além do uso de termos como *sem-teto*, *invadido* ou *invasão*, foi encontrada, quase na sua totalidade, apenas menção aos nomes de siglas dos movimentos sociais, como Movimento Luta por Moradia Digna (LMD), Movimento de Luta Social por Moradia (MLSM), Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), Movimento de Moradia Famílias Independentes (MMFI), Movimento de Moradia Central e Regional (MMCR), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), Movimento de Luta dos Bairros e Favelas, União dos Movimentos de Moradia (UMM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). Cada uma das unidades citadas no discurso jornalístico, exceto uma ou duas que foram

ouvidas, projeta um ou mais sentidos que podem ser estabelecidos individual ou coletivamente. Nessa linha, como estudado em Todorov (2013), é o sentido que emana de um sentido maior, no qual é revelado um universo habitado por sujeitos atrelados a uma significação que, por sua vez, não diz respeito a um conjunto de pessoas organizadas que lutam em favor de um bem comum, mas na semântica da palavra marcada pelo estigma de “movimento social” e “sem-teto”, recurso presente nos discursos dos dois jornais.

Deste modo, o enredo dos movimentos sociais de direito à habitação e suas práticas difere-se do discurso jornalístico construído pelo narrador que relata o acontecimento na medida em que a história recorda uma realidade passada, cujos atores são mostrados como personagens da vida real (TODOROV, 2013). Assim, no contexto de relações interdiscursivas e intertextuais, emerge o contexto situacional, que ancora no tempo e no espaço o sujeito da enunciação, com datas, horários e lugares específicos (BARROS, 2001). São dois contextos, o interno, que trata da reconstrução dos elementos ideológicos e linguísticos do sujeito da enunciação, como o emprego de palavras carregadas de sentido pejorativo, como “movimentos sociais” ou “sem-teto”, e o contexto externo, identificado nos valores que emergem das práticas de grupos étnicos ou daqueles que pertencem a uma dada classe social e cultural, por exemplo, em consonância com as palavras utilizadas na narrativa (BARROS, 2001).

No ambiente da significação, surge a narrativa como história convencionalizada pelos jornais. Apesar de proveniente de um recorte preciso da realidade social do país, essa narrativa existe no nível dos próprios acontecimentos arquitetados por esses veículos e ofertados aos destinatários. Na sua composição, os discursos são combinados a uma lógica das ações de repetições e dos modelos triádico e homológico (TODOROV, 2013). Nas repetições, encontramos a antítese entre os temas e figuras das distintas histórias que se alternam.

Há uma contraposição entre o fato ocorrido, o incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida, no largo do Paissandu, e o conteúdo e figura de origem política, no exemplo da visita do presidente Temer hostilizado no local do desabamento ‘Não me incomodei minimamente’ (Estadão); de ordem jurídica “Prédio incendiado em SP foi ocupado por facção criminosa, afirma Doria” (Folha), de ordem arquitetônica, “De luxo modernista à ocupação precária: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo” (Folha).

Os efeitos de sentidos produzidos pelos veículos são paulatinamente edificados também na gradação, quando a monotonia é afastada pela lógica de uma sequência que precede o paralelismo, composto pelos enredos de intriga, que

lidam tanto por unidades das narrativas maiores, como no embate entre poder público e movimentos sociais, quanto em narrativas menores, quando cada um dos atores é caracterizado de forma nítida por meio da comparação entre ações isoladas de um sujeito e outro. Para tanto, são manuseadas fórmulas verbais de significação semântica que ressaltam os pormenores da narrativa em circunstâncias idênticas (TODOROV, 2013).

Assim, se de um lado há a procura por responsáveis pela tragédia, de outro atribui-se o problema do déficit habitacional às vítimas que notoriamente são chamadas pelos jornais de “sem-teto” ou “invasores” de propriedade privada. Para esse propósito, os veículos dispõem de narrativas constituídas pelo encadeamento ou encaixamento de micronarrativas (BREMONT, 1966), como nesses dois exemplos: “Famílias abandonam animais para fugir de incêndio em prédio que desabou” (Estadão) e “Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros” (Folha).

Mais à frente e subordinados pela composição descritiva do verbo-visual gravado na enunciação, os enunciadores, indivíduos de linguagem que compõem a totalidade da reportagem, ressaltam, pelas características qualificantes de cada ator, a dinâmica e diversificação desses sujeitos previamente selecionados que são distribuídos nas reportagens (GREIMAS, 2013).

Como resultado, os enunciadores acrescentam novas significações ao nomear certos tipos de atores, como políticos, vítimas, vizinhos, oficiais da polícia e dos bombeiros, e suas ações frente à tragédia. Por isso, são projetados novos significados que começam pela transformação do mundo natural do acontecimento do incêndio em mundo de linguagem. Esse novo mundo edificado pelos jornais, apesar de localizado em sistemas analógico e digital, inversamente, manipula diretamente a forma de pensar dos destinatários sobre a tragédia das pessoas que viviam no edifício Wilton Paes de Almeida. Sendo designado como porta-voz e mediador dessa realidade reconstruída, os jornais se colocam na posição privilegiada de eleger que posição seus destinatários vão tomar diante do contorno volátil entre os “sem-teto” na luta social por habitação, de um lado, e de outro, políticos destituídos de visão habitacional e empresários interessados na especulação imobiliária.

Para operar essa transformação intratextual, os enunciadores recorrem à distinção de ordem paradigmática de um sistema incorporado a outro. Do apelo das vítimas à ajuda coletiva e reconhecimento social de suas reivindicações, em uma realidade desigual e marginalizada, ao conflito imposto pela especulação imobiliária, pela falta de políticas públicas e a crescente criminalidade que ronda o ambiente das ocupações concentradas na capital financeira do país.

As narrativas são dispostas pelos enunciadores para equilibrar esse paradoxo, amparado no fazer parecer verdadeira a estabilidade da exposição das fontes. Esses enunciadores, por sua vez, são atores que testemunham uma existência fragmentada. Isso pode tanto pelo pouco alcance que cada um possui sobre a totalidade da realidade editada, sempre a partir das escolhas do enunciador ao enunciatário, quanto pela visão de interlocutores, aqueles que falam na reportagem, que presentificam diferentes papéis temáticos e que se correspondem aos outros elementos da narrativa. Deste modo, cada ator é caracterizado unicamente por sua relação com outros atores que, em conjunção, constroem a trama apoiada no contexto do fato.

Considerações finais

Embora breve a exposição desenhada na análise da performance do construtor do discurso, nesse caso, os enunciadores dos jornais, ela se soma à crítica das lideranças de movimentos sociais de moradia sobre como os fatos, narrados na linguagem jornalística, podem ser manipulados.

Entretanto, para delinear um esboço dessa diretriz, em que a apreensão espacial jornalística constrói uma outra dimensão de espaço mental em seus destinatários, recorremos aos valores semânticos dispostos como nova forma de criar esse espaço a partir da visão ideológica dos veículos de comunicação que, na fala das lideranças, representam uma força política e econômica contrária às causas sociais.

A Folha de S.Paulo e o O Estado de S.Paulo empregaram palavras como “sem-teto” ou “invasor”, no lugar de expressões que, de alguma maneira, pudessem imprimir o significado lato de uma luta social pelo direito à moradia.

A adoção dos termos “sem-teto” e “invasores”, um paradigma em um quadro sintagmático, revela que os jornais colocaram à frente não a situação problemática do cenário de quem necessita de moradia, mas o próprio discurso ideológico elaborado a partir de valores organizacionais e de interesses econômicos de veículos de comunicação, corroborando a percepção das lideranças.

Para tanto, aplicam a metonímia como figura de linguagem com o intuito de deslocar um sentido pelo outro, ou seja, a palavra “invasão”, atrelada à prática de assalto, é colocada no lugar de “ocupação”, usada como ato político, e o termo “movimento dos sem-teto” no lugar de “movimentos sociais” (Castilho, 2015).

Como produto, tem-se uma visão diferenciada de quem está à frente de movimentos em favor de pessoas que trabalham e não têm casa ou condições de moradia, para sujeitos, segundo diversos dicionários, que vivem nas ruas em mendicância ou ainda desabrigados por falta de vontade ou potência financeira para viver, como a maioria, pagando aluguel ou conquistando uma propriedade para morar.

No mundo da linguagem, extraído do mundo natural do fenômeno e mediado por um mundo digital dos veículos dispostos nas redes, constrói-se um outro espaço interposto pelas redes digitais, seguindo uma tendência manipulativa.

Além do deslocamento de sentidos que as metonímias produzem, existe também o movimento de acobertamento na distinção entre continuidade e descontinuidade. Isso significa que esses valores incorporados a partir do que é publicizado pela internet, mesmo na co-presença mediatizada, são produzidos negativamente para, de maneira corrente, figurar entre as opiniões dos leitores desatentos ao jogo metafórico das matérias jornalísticas.

O problema social da proporção explicitada pela tragédia do Paissandu, que aumentou o número de desabrigados na cidade e descontinuou a normalidade da vida cotidiana, por mais dramática que já o fosse, sob os efeitos de sentidos produzidos pelos jornais, foi reduzido ao status de uma tragédia anunciada, com vítimas e culpados.

A discussão sobre o déficit habitacional, o direito à ocupação dos centros urbanos por famílias de baixa renda e o papel dos movimentos de moradia deu lugar a narrativas que perpetuam a marginalização e a culpabilização das vítimas.

Essas ordens intertextuais imantadas na semântica, na nomeação e significação das palavras, subvertem a produção de valores, sobrepondo a crítica aos movimentos sociais e o discurso político ao debate sobre a luta pelo direito à moradia digna, considerado um direito humano universal.

Referências

BARBOSA, Benedito Roberto. Protagonismo dos movimentos de moradia no centro de São Paulo: trajetória, lutas e influências nas políticas habitacionais. **Dissertação de Mestrado** em Planejamento e Gestão do Território: Universidade Federal do ABC, 2014.

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do discurso**. Fundamentos semióticos. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BREMOND, Claude. *La logique des possibles narratifs*. Communications, 8, 1966.
- CASTILHO, Alceu Luís. “Invasões” x “Ocupações”: por um curso intensivo para jornalistas. **JusBrasil**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-5, jan. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2LhfpIE>>. Acesso em: 6 jul. 2018.
- COMARU, Francisco de Assis. Áreas centrais e movimentos moradia: transgressão, confrontos e aprendizados. *Revista Cidades*, São Paulo, v. 13, p.71-93, 2016. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/5374>>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- FIX, Mariana. **Parceiros de exclusão**: Duas histórias de construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. **Léxico e semântica**: estudos produtivos sobre palavra e significação. Coleção português na prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011
- HOLSTON, James. **Insurgent citizenship in an era of global urban peripheries**. *City & Society*, 21(2), (2009) p. 245-267.
- KOHARA, Luiz T. As contribuições dos movimentos de moradia do centro para as políticas habitacionais e para o desenvolvimento urbano do centro da cidade de São Paulo. **Relatório Científico Final** de projeto de pós-doutorado, financiado pela Fapesp. FAUUSP, São Paulo: 2013.
- KOWARICK, Lúcio. **As Lutas Sociais e a Cidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. Edições 1988 e 1994.
- LANDOWSKI, Eric. Regimes de espaço. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 29, p. 10-27, jun. 2015. Disponível em: <[dx.doi.org](https://doi.org)>. Acesso em: 8 jul. 2018.
- LANDOWSKI, Eric. Para uma semiótica sensível. *Revista Educação & Realidade*, v. 2, n° 30, jul/dez, 2005. Disponível em: <<https://bit.ly/2u3kop9>>. Acesso em: 7 jul. 2018.
- MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3ª ed. São Paulo: Vozes, 2008.
- MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MENA, Fernanda. **Locação de imóveis na região da Luz é mais cara do que em Pinheiros**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 5 maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2L7CBjp>>. Acesso em: 9 jul. 2018.
- MONTEIRO, Tânia. **‘Não me incomodei minimamente’**, diz Temer sobre hostilidade no local do desabamento. Estado de S.Paulo, São Paulo, 8 maio 2018. Geral, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2Je2DJ5>>. Acesso em: 9 out. 2018.
- NOGUEIRA, Lígia; SOUZA, Felipe. **De luxo modernista à ocupação precária**: a história de mais de meio século do prédio que desabou em São Paulo. Folha de S.Paulo, São Paulo, 1º maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <www1.folha.uol.com>. Acesso em: 9 jul. 2018.

RESK, Felipe. **Famílias abandonam animais para fugir de incêndio em prédio que desabou.** Estado de S.Paulo, São Paulo, 1 maio 2018. Geral, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2KMerbk>>. Acesso em: 8 jul. 2018.

SANCHES, Débora. Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990-2012). **Tese de doutorado.** Orientadora Angélica T. B. Alvim. São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015.

SANCHES, Débora; ALVIM, Angélica Benatti. Inventário da habitação social pública na área central de São Paulo (1990-2012). *Arquitextos*, São Paulo, ano 16, n. 192.08, Vitruvius, jun.2016. <www.vitruvius.com>

TODOROV, Tzvetan et. al. **Análise estrutural da narrativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TOLEDO, Marcelo; SEABRA, Catia. Prédio incendiado em SP foi ocupado por facção criminosa, afirma Doria. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 1º maio 2018. Cotidiano, p. 1. Disponível em: <<https://bit.ly/2ule24n>>. Acesso em: 9 jul. 2018.

Nota

- 1 Fonte: Site Infocidade. Visitado em outubro de 2016. infocidade.prefeitura.sp.gov
- 2 Dados brutos foram organizados e elaborados pelo Infocidade da Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível em infocidade.prefeitura.sp.gov Acessado em 19/10/2015.
- 3 Elaboração: Infocidade – PMSP. Disponível em: infocidade.prefeitura.sp.gov Acessado em 19/10/2015.
- 4 De acordo com o Plano Municipal de Habitação de São Paulo.
- 5 A expressão faz alusão a um projeto do Instituto Pólis, em parceria com a Oxfam, FASE e Cearah Periferia, que tinha como objetivo mostrar a importância de garantir moradia em áreas bem localizadas para a população de baixa renda.
- 6 Instituto Nacional do Seguro Social.
- 7 Como por exemplo na entrevista para o Instituto Net/Claro/Embratel disponível aqui: www.institutonetclaroembratel.org . Acessado em 8 de julho de 2018.

Do Príncipe ao Príncipe Digital: transformações nas estruturas de poder, liderança e hegemonia

Maíra Bittencourt

Universidade Federal de Rondônia

Pós-doutora em Comunicação pela Universidade da Beira Interior - UBI - Portugal. Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo - USP. Professora do departamento de jornalismo da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

RESUMO

O conceito de Príncipe Digital, como variante da teoria criada por Maquiavel e revisitada por Gramsci e Ianni, ilumina a forma como, na era das redes digitais, estão estruturadas as categorias: poder, hegemonia e liderança. Este estudo se propõe ao entendimento das atuais problemáticas sociais e políticas que afetam o Brasil e, por consequência, a comunicação no país. Com base em uma ampla pesquisa de campo realizada com 601 entrevistados, em 74 manifestações populares, nas cinco regiões brasileiras, seguida de grupo focal e análises qualitativas, o trabalho reformula um conceito que atravessou a história moderna, o conceito de Príncipe.

Palavras-Chave: Príncipe Digital. Jornalismo. Mobilização Social.

1. Introdução

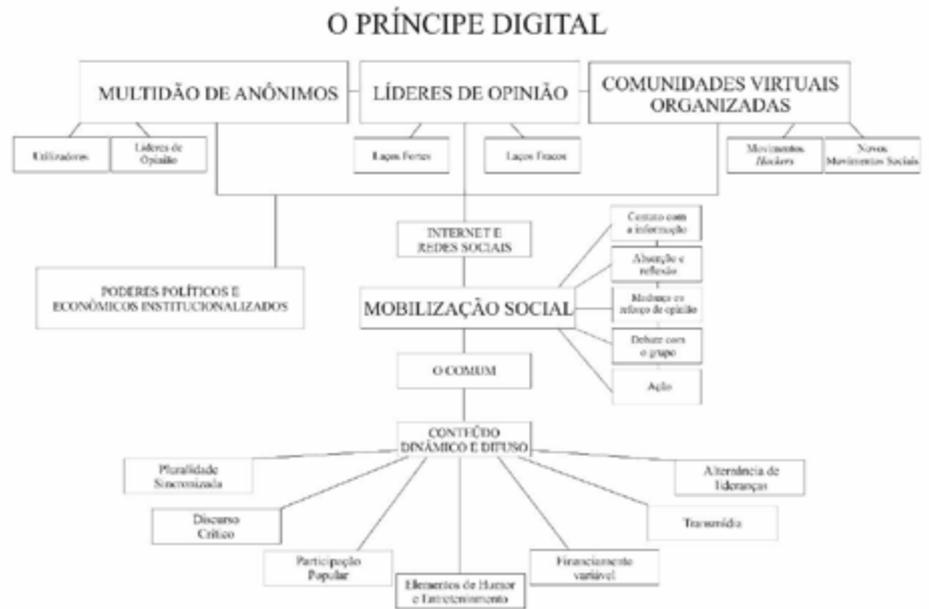
O *Príncipe* foi escrito por Nicolau Maquiavel como um guia de instruções para o governante exercer a liderança, a hegemonia e a soberania¹. Anos mais tarde, Antonio Gramsci visitou a obra de Maquiavel e, partindo dela, propôs o conceito de “Moderno Príncipe”. Nele, a articulação desses três aspectos deixou de estar atrelada a um único indivíduo governante e migrou para o partido político. Foram propostas alterações conceituais em linha com as mudanças que ocorreram nas estruturas da sociedade da época. Pelo mesmo motivo, o das transformações sociais, Octávio Ianni desenvolveu a sua brilhante formulação de “Príncipe Eletrônico”. Com foco na sociedade midiaticizada, pela comunicação de massa, realidade do século XX, ele refletiu sobre os novos posicionamentos das mesmas categorias dos príncipes anteriores: liderança, hegemonia e soberania². No contexto do “Príncipe Eletrônico”, o exercício delas é concedido aos meios de comunicação de massa³, principalmente à televisão.

O Príncipe Digital surge como proposta de reflexão sobre as atuais configurações sociais e as transformações midiáticas, influenciadas pela comunicação em rede, pois, entender como se organizam as questões relacionadas à liderança, hegemonia e soberania é adentrar o cerne da realidade social do momento vivido. Ao compreender essas estruturas, será possível começar a pensar em alternativas mais eficazes para dialogar com a sociedade, a exemplo do que ocorreu outrora com os modelos teóricos dos outros príncipes.

O modelo do Príncipe Digital não é somente uma reflexão teórica, todo o processo metodológico estruturante foi ancorado em experiências empíricas. A escolha foi por utilizar a metodologia da *Grounded Theory* (GT), que tem por principal finalidade a criação de novas teorias com base em dados advindos do campo. Por meio do processo da GT, os dados foram coletados, codificados e confrontados com teorias. Foram três fases de coleta de informações. A fase 1, com pesquisa quantitativa⁴. A fase 2, com grupo focal⁵. E, a fase 3, com observação e acompanhamento de conteúdos. Ao fim, emergiu o índice refinado das categorias, que está representado no organograma das categorias principais e secundárias do Príncipe Digital.

Imagem 1: Categorias que compõem e definem o Príncipe Digital

□



O cerne deste conceito está nessas categorias. São elas que compõem a teoria do Príncipe Digital que será apresentada ao longo deste artigo. Como é possível observar, através da imagem acima, o Príncipe Digital não é um indivíduo nem uma organização ou instituição única. Ele é a confluência das categorias principais: Multidão de Anônimos, Líderes de Opinião e Comunidades Virtuais Organizadas, que geram, por meio da internet e das redes sociais, um processo de Mobilização Social. Dele resultam as condições apresentadas nas categorias secundárias: pluralidade sincronizada, discurso crítico, participação popular, elementos de humor e entretenimento, financiamento variável, transmídia e alternância de lideranças. Caminha em linha paralela a elas os poderes econômicos e políticos institucionalizados.

No observar dessas categorias que foi possível perceber que elas confluem para o mesmo eixo constituinte de todos os outros príncipes. Esse eixo está nos seguintes pontos: produção de hegemonia, liderança e soberania.

Este artigo está dividido em três momentos. Primeiramente, abordamos os três conceitos de Príncipes segundo Maquiavel, Gramsci e Ianni. Eles são a base teórica para a construção do Príncipe Digital. É a partir da visita a esses autores que começa o percurso da constituição dessa nova figura. Na sequência apontamos os elementos básicos da constituição do Príncipe Digital e, por fim, salientamos a aplicabilidade deste modelo nas atuais estruturas sociais.

1.1 Do Príncipe Monarca de Maquiavel ao Príncipe das massas de Ianni

O *Príncipe* foi um texto dirigido ao governo italiano renascentista do século XVI. Nesse período, o Estado vivia uma situação política conturbada.

Existiam muitas divisões. A Itália havia se tornado um agrupamento de pequenas repúblicas, reinos, ducados, além dos Estados da Igreja. Todos viviam em constantes disputas.

Nesse cenário, Maquiavel, que era tido como republicano, aponta o principado como uma solução intermediária para unificar a Itália. “Maquiavel representa e busca tornar orgânicas as tendências políticas dos burgueses (repúblicas) e dos príncipes, uma vez que querem, uns e outros, fundar Estados ou ampliar seu poder territorial e militar” (GRAMSCI, 2014b, p. 223). A centralização do poder político seria uma solução momentânea para que a Itália não se fragmentasse e passasse a depender das grandes potências europeias.

Para analisar de forma mais visual propomos uma tabela com as características e definições de quem é o “Príncipe”. A intenção é que ela possibilite uma comparação facilitada com os conceitos dos demais príncipes.

Tabela 1: Quadro de resumo das competências necessárias para o “Príncipe”, de Maquiavel

O PRÍNCIPE DE “MAQUIAVEL”			
Quem é o “Príncipe”?	O “Príncipe” é uma pessoa, é o governante, a figura do líder ou <i>condottiero</i> . Ele é um político capaz de articular inteligentemente as suas qualidades de atuação e intervenção.		
Características necessárias para um bom “Príncipe”.	<p>A <i>virtú</i> e a <i>fortuna</i>. A piedade, a fidelidade, a integridade, a religiosidade e a humanidade. Deve ser lento no crer e no agir. Não se alarmar por si mesmo e proceder por forma equilibrada, com prudência e humanidade, buscando evitar que a excessiva confiança o torne incauto e a demasiada desconfiança o faça intolerável.</p>		
O que cabe ao “Príncipe”?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Ser amigo do povo.	O “Príncipe” é estimado quando “verdadeiro amigo e vero inimigo”. Sem medo, deve se revelar “a favor de um e contra o outro”. Pois aquele que demonstra estar lutando ao lado de seus liderados torna-se estimado por essa fidelidade.	Um “Príncipe” hábil deve fazer com que, em qualquer circunstância, o povo tenha necessidade do Estado e também do governante. Dessa forma, “sempre lhe serão fiéis”.	Proporcionar o bem coletivo sem se descuidar nem se deixar espaços para que outros se aproximem do poder.

O PRÍNCIPE DE “MAQUIAVEL”			
O que cabe ao “Príncipe”?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
O “Príncipe” deve dominar o liderado: pela inteligência ou pela força.	Para que o povo se mantenha sob domínio.	Dentre as formas para executar esse domínio é preciso estar atento à: piedade, fidelidade, integridade, religiosidade e humanidade.	Pode parecer cruel.
O olhar deve estar sempre atento para a sua comunidade e para o benefício do seu povo.	Porque assim o povo continuará sempre favorável ao Príncipe.	O “Príncipe” não deve ter medo de tomar alguma atitude pensando que possa ser visto como cruel, pois existem ações de crueldade para com os outros que podem gerar a paz para o seu povo.	-
O “Príncipe” deve procurar ser amado e temido. Mas se tiver que escolher entre ambas as características, deve, primeiramente, optar por ser temido.	É preciso agir pensando, primeiramente, na segurança do seu posto do que na possibilidade de não ser amado.	“Seria necessário ser uma coisa e outra; mas como é difícil reuni-las, em tendo que faltar uma das duas, é muito mais seguro ser temido do que amado. Isso porque dos homens pode-se dizer, geralmente, que são ingratos” (MAQUIAVEL, p. 64).	“Enquanto lhes fizeres bem, são todos teus, oferecem-te o próprio sangue, os bens, a vida, os filhos, desde que, como se disse acima, a necessidade esteja longe de ti; quando esta se avizinha, porém, revoltam-se”. (MAQUIAVEL, p. 64).
Persistência na conduta.	“A natureza dos povos é vária, sendo fácil persuadi-los de uma coisa, mas difícil firmá-los nessa persuasão” (MAQUIAVEL, p. 38).	Mantendo-se atento.	Apesar de todos os quesitos e critérios, a população pode deixar de estar ao lado de um líder a qualquer momento.
Hereditariedade ou continuidade no poder.	Porque já existe uma tradição instituída e um respeito preestabelecido.	Os que não herdaram um reino devem procurar cativar o povo e buscar estar sempre provando que possuem competência para tal função.	“Os homens, com satisfação, mudam de senhor pensando melhorar” (GRAMSCI, 2014a, p. 5.)

Fonte: Resumo elaborado pela autora com base no livro *O Príncipe*.

Naquele período histórico, era possível pensar numa organização social assentada em um único líder centralizador do poder. Maquiavel não criou um modelo teórico, com princípios e critérios, mas sim juntou em um ser humano, numa única figura de homem (que é esse utópico “Príncipe”, o *condottiero*), um conjunto de “traços característicos, deveres e necessidades de uma pessoa concreta” (GRAMSCI, 2014a, p. 4). Seria como se pensássemos em uma complexa ideologia política, a ser aplicada em uma reorganização social para um povo disperso de uma sociedade desestruturada, que se realiza em um único ser: um Príncipe, capaz de reunir todas essas necessidades.

Mais de trezentos anos depois, entre o final do século XIX e início do XX, Antonio Gramsci, também italiano e leitor de Maquiavel, atualizou o conceito de “Príncipe”, tornando-o viável para outra realidade social. Para Gramsci, essa liderança da revolução, calçada em um único ser humano, não seria possível em qualquer época e, muito menos, na realidade da Itália do início do século XX. Para ganhar aplicabilidade prática, essa liderança deveria contar, em primeiro lugar, com uma vontade coletiva, a qual ele classificava como “utopia”. Podemos resumir o “Moderno Príncipe” na seguinte tabela:

Tabela 2: Quadro de resumo das competências do “Moderno Príncipe”, de Gramsci

O MODERNO PRÍNCIPE, DE GRAMSCI			
Quem é o Moderno Príncipe?	É o partido revolucionário. É a célula básica em que se sintetiza a vontade coletiva (hegemonia). O partido tem como base a classe operária em parceria com a classe camponesa e a política de vanguarda.		
Características necessárias para o	Não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto. Só pode ser um organismo (Esse organismo é o partido).		
Moderno Príncipe	Deve ser “o propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização moderna” (GRAMSCI, 1968, p. 9). Espaço de resposta aos anseios ‘reais’ das estruturas sociais e dos pensamentos libertários.		
O que cabe ao Moderno Príncipe?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Organizar o proletariado para a revolução.	Ele é o espaço que oferece educação, formação, lugar para discussão e unificação para os seus integrantes.	Estar sempre em meio às massas para que elas o reconheçam como o seu partido.	Cuidar para não agir como sendo uma imposição.

O MODERNO PRÍNCIPE, DE GRAMSCI			
O que cabe ao Moderno Príncipe?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
“Trabalhar para que o proletariado adquira uma identidade política autônoma. (Consciência Socialista)” (NERES, 2012, p. 83).	Para guiar “no processo de insurreição revolucionária” (NERES, 2012, p. 83).	“O partido deveria proporcionar discussão e educação socialista para seus membros” (NERES, 2012, p. 83).	-
Instigar e suscitar a vontade coletiva.	O partido político é um espaço de produção de opinião, articulação e emissão de ideias. Essas opiniões serão capazes de atingir a massa e conduzir para a consciência coletiva.	Esse partido não pode ser composto somente de uma minoria social (seja essa minoria elite ou massa), mas deve abarcar a maioria, ou melhor, a vontade coletiva.	“A formação de uma vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política” (GRAMSCI, 1968, p. 8).
Ser um organismo, ou seja, um “intelectual coletivo”.	Organismo é um elemento complexo da sociedade que está profundamente ligado ao conceito de espaço de discussão de ideias e propagação dos consensos obtidos pela discussão. O organismo é o agrupamento de pessoas “pensantes”.	Proporcionar esse espaço por intermédio do partido político, que é espaço democrático por excelência e popular em sua essência.	Contrapor-se ao regime político atual.
Promover uma profunda reforma intelectual e moral, incluindo questões religiosas.	“A ‘reforma intelectual e moral’ é o único veículo de elevação cultural de massa, o único expediente capaz de promover a elevação do ‘senso comum’ partilhado pelas classes subalternas ao nível teórico da ‘filosofia da práxis’” (NERES, 2012, p. 131).	“Implica na radical transformação da difusão da cultura, indicando que os desenvolvimentos teóricos mais altos da filosofia devem ser difundidos entre as massas populares, transformando-se assim em crítica prática da ordem social estabelecida” (NERES, 2012, p. 140).	-

O MODERNO PRÍNCIPE, DE GRAMSCI			
O que cabe ao Moderno Príncipe?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Construir hegemonia.	É preciso que haja a dominação ideológica do povo.	Deve-se agir simultaneamente à organização, consolidação e desenvolvimento de soberanias. Para alcançar a hegemonia é preciso promover a vontade coletiva.	Ter uma base que venha do proletariado e conquiste formação suficiente para conseguir instalar a vontade coletiva na população, por meio do partido político.

Fonte: Resumo elaborado pela autora com base nas obras de Gramsci e do comentarista de Gramsci Geraldo Magella Neres.

Sáímos de Gramsci e adentramos no “Príncipe Eletrônico” proposto pelo sociólogo e pensador brasileiro Octavio Ianni (1926-2004). Foi em 1998, que ele publicou pela primeira vez o texto *O Príncipe Eletrônico*, no XXI Encontro Anual da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). No ano seguinte, a obra foi republicada no volume 22 da *Revista Perspectivas*, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Por fim, um estudo mais aprofundado sobre o conceito aparece em 2003, no capítulo VI do livro *Enigmas da modernidade-mundo*. No ano seguinte, o autor faleceu, deixando essas obras como início de uma consistente reflexão social, com abertura para ser ainda amplamente estudada e aprofundada.

Para Ianni, “no fim do século XX há sérios indícios de que os ‘príncipes’ de Maquiavel e Gramsci, assim como outros teóricos da Política, envelheceram, exigem outras figurações ou simplesmente se tornaram anacrônicos” (IANNI, 2003, p. 143). Dessa forma, baseado no texto de Maquiavel e visitando a teoria de Gramsci, ele atualiza o conceito de Príncipe e o aplica à realidade do final do século XX. Como principais mudanças sociais, que evidenciam a necessidade dessa nova teoria, estão dois fenômenos: a globalização e a influência dos meios de comunicação eletrônicos. Essas duas questões são os pilares para esse novo Príncipe.

É possível afirmar que o “Príncipe Eletrônico” tem em sua essência a capacidade de criar uma realidade e fazer com que as multidões acreditem nela. Nessa realidade, criada por meio do espetáculo televisivo, é possível implantar medo, tendências, necessidades e possibilidades. Com isso, a figura pública, que emerge desse processo, pode ser vista como a única solução para os problemas das esferas sociais e políticas. Desse modo, a multidão de

peças é levada a acreditar no espetáculo e solidificar aquilo que era obscuro e invisível. O “Príncipe Eletrônico” tem por base a *virtú* e a *fortuna*, como “O Príncipe”, de Maquiavel, e o “Moderno Príncipe”, de Gramsci, têm por objetivo a construção da hegemonia.

Tabela 3: Quadro de resumo das competências do “Príncipe Eletrônico”, de Octavio Ianni

O “PRÍNCIPE ELETRÔNICO”, DE OCTAVIO IANNI			
Quem é o “Príncipe Eletrônico”?	<p>É um intelectual coletivo e orgânico, que se materializa nas mídias eletrônicas – principalmente na televisão. Esse intelectual é formado pelas ideias dos grandes grupos econômicos e políticos e conta com uma participação, em pequena escala, de opiniões de outros grupos e da própria sociedade. “É uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, que permeia continuamente todos os níveis da sociedade, nos âmbitos local, nacional, regional e mundial” (IANNI, 1999, p. 11-29, p. 14).</p>		
Características do “Príncipe Eletrônico”.	<p>Está ali presente, mas, ao mesmo tempo, não é possível apontá-lo. É, ao mesmo tempo, presente e invisível. Se faz aparentemente visível, pelo rosto e pela voz dos seus interlocutores, que são os comunicadores da televisão e os programas exibidos por ela, mas o princípio é desconhecido do público. É ainda ativo e constante. Influencia as pessoas e suas relações. Não mais em escala nacional, o “Príncipe Eletrônico” vai além, ele ultrapassa as fronteiras, é mundial. É moldado por várias pessoas, por vários grupos, com diversos tipos de poder. E, assim, por ser formado pela diversidade, não é homogêneo. É baseado na amplitude da globalização e na expansividade dos meios de comunicação. É, ao mesmo tempo, democrático e tirânico. Tem por fim a construção da hegemonia.</p>		
O que cabe ao “Príncipe Eletrônico”?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Atuar na divulgação e legitimação das ideias.	“Trata-se de um meio de comunicação, informação e propaganda presente e ativo no cotidiano de uns e outros, indivíduos e coletividades, em todo o mundo” (IANNI, 1999, p. 11-29, p. 15).	Registrar, interpretar, e selecionar o que pode ser realidade e o que é imaginário.	-

O “PRÍNCIPE ELETRÔNICO”, DE OCTAVIO IANNI			
O que cabe ao “Príncipe Eletrônico”?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Ser espetáculo dentro do espetáculo.	A televisão empresta sua linguagem, formatos, programas de notícia e entretenimento, suas cores e seus personagens para a política e a economia.	“Modificam-se ou apagam-se territórios e fronteiras, atropelando problemas fundamentais e curiosidades, política e novela, democracia e tirania, de par em par, com realidade e virtualidade” ⁶ . (IANNI, 2003, p. 157).	“Grande parte das linguagens das instituições políticas “clássicas” da Modernidade dissolve-se, transforma-se ou simplesmente anula-se no âmbito das linguagens televisivas” (IANNI, 2003, p. 157).
Ser “o arquiteto do ágora eletrônico, no qual todos estão representados, refletidos, defletidos ou figurados, sem o risco da convivência nem da experiência” (IANNI, 1999, p. 11-29, p. 19, 24- 27).	É por meio dele que se faz possível transformar do dia para noite um “ilustre desconhecido em uma figura pública notável” (IANNI p. 11-29, p. 24).	-	-
Realiza a transformação do mercado em democracia. Deve influenciar, subordinar e transformar os partidos políticos e os poderes Legislativo e Executivo.	A cultura se re-produz em capital e atua na formação de mentes e corações em escala global.	Pode parecer um governo estritamente democrático, mas, na verdade, essa democracia é comandada invisivelmente por importantes operações financeiras, que atuam desde no financiamento de partidos políticos até na compra de relações e produtos de comunicação, na televisão.	O produto cultural, a informação, o conhecimento, a arte e a palavra deixam de ter significado puro e passam a ser regidos igualmente por esse poder financeiro.

Fonte: Resumo elaborado pela autora com base no texto *O Príncipe Eletrônico*, de Octavio Ianni.

1.2 As Bases do Príncipe Digital

Se, em Maquiavel, o “Príncipe” era o governante, o político capaz de articular suas qualidades para atuar e intervir na sociedade. Se, em Gramsci, o “Moderno Príncipe” era o partido político, tido como a célula básica em que se sintetizava a vontade coletiva. E, em Ianni, o “Príncipe Eletrônico” era o intelectual coletivo e orgânico, que se materializava nas mídias eletrônicas, principalmente na televisão,

sendo formado e influenciado pelas ideias dos grandes grupos econômicos e políticos e contando com uma pequena participação de grupos alternativos e da própria sociedade. Então, o Príncipe Digital seria uma nova entidade. Uma atualização do conceito proposto por Ianni.

Ele é composto pela Multidão de Anônimos, que se organiza no ambiente das Mídias

Digitais, por meio dos “Laços Fortes” e “Fracos”⁷, pelos Líderes de Opinião, que agem como influenciadores e organizadores de algumas partes dos processos sociais e pelas

Comunidades Virtuais, que conseguem organizar e potencializar a Mobilização Social. Esses são os três pilares básicos que sustentam o Príncipe Digital. Participam ainda desse processo os Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados.

Já quando falamos em características, o “Príncipe” tinha as seguintes: a *virtú* e a *fortuna*, a piedade, a fidelidade, a integridade, a religiosidade e a humanidade e a lentidão no crer e no agir. Não se alarmava por si mesmo e procedia de forma equilibrada, com prudência e humanidade, buscando evitar a excessiva confiança. O “Moderno Príncipe” era um organismo propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa que tinha condições de criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional. Era o espaço de resposta aos anseios “reais” das estruturas sociais e dos pensamentos libertários. Já o “Príncipe Eletrônico” tinha os seguintes atributos: ser aparentemente visível, pelo rosto e pela voz dos seus interlocutores, que são os comunicadores da televisão. Influenciava as pessoas e suas relações em escala global. Era, ao mesmo tempo, democrático e tirânico.

O Príncipe Digital tem no seu cerne os conteúdos dinâmicos e difusos que, por meio das redes sociais, produzem a Mobilização Social. Em contraposição à hegemonia, uma pluralidade sincronizada, trabalhando com um discurso crítico e alternado com humor e entretenimento, contando com a participação popular, financiamento variável, transmídia e alternância de lideranças.

Esses pilares que definem os príncipes e as características que compõem cada um deles podem ser sintetizados na seguinte tabela:

Tabela 4: Comparativo entre os pilares e as características de cada um dos quatro príncipes

	O PRÍNCIPE	MODERNO PRÍNCIPE	PRÍNCIPE ELETRÔNICO	PRÍNCIPE DIGITAL
Quais são os pilares dos diferentes príncipes?	O governante. O político capaz de articular suas qualidades para atuar e intervir na sociedade.	O Partido Político, tido como a célula básica em que se sintetizava a vontade coletiva.	O intelectual coletivo e orgânico, que se materializa por meio das mídias eletrônicas, principalmente da televisão. É formado e influenciado pelas ideias dos grandes grupos econômicos e políticos. Conta com uma pequena participação de grupos alternativos e da própria sociedade.	Multidão de Anônimos, que se organiza no ambiente das Mídias Digitais. Líderes de Opinião, que agem como influenciadores e organizadores de algumas partes dos processos sociais. Comunidades Virtuais Organizadas, que potencializam a Mobilização Social e os Poderes Econômicos e Políticos Institucionalizados, representados pelos governos e grandes empresas.
Características dos príncipes	A <i>virtú</i> e a <i>fortuna</i> . A piedade, a fidelidade, a integridade, a religiosidade e a humanidade. A lentidão no crer e no agir. Não se alarmar por si mesmo e proceder de forma equilibrada, com prudência e humanidade, buscando evitar que a excessiva confiança o torne incauto e a demasiada desconfiança o faça intolerável.	Ser um organismo propagandista e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa criar o terreno para um desenvolvimento ulterior da vontade coletiva nacional popular no sentido de alcançar uma forma superior e total de civilização “moderna”. Ser espaço de resposta aos anseios “reais” das estruturas sociais e dos pensamentos libertários.	Ser aparentemente visível, pelo rosto e pela voz dos seus interlocutores, que são os comunicadores da televisão. Influenciar as pessoas e suas relações em escala global. Ser ao mesmo tempo, democrático e tirânico. Tem por fim a construção da hegemonia.	Conteúdos dinâmicos e difusos que, por meio das redes sociais, produzem, em contraposição à hegemonia, uma pluralidade sincronizada, trabalhando com um discurso crítico e alternativo com humor e entretenimento, contando com a participação popular, financiamento variável, transmídia e alternância de lideranças.

Fonte: Autora.

É a partir dos três pilares básicos – Multidão de Anônimos, Líderes de Opinião e Comunidades Virtuais Organizadas – que se dá a ligação com os conteúdos, que, agora, são dinâmicos e difusos. Esse processo ocorre via internet e redes sociais, que favorecem a Pluralidade Sincronizada e os demais elementos descritos como características do Príncipe Digital. Por isso, vamos tentar entender um pouco mais sobre o que são cada um desses pilares, tanto os primários quanto os secundários.

Começando pela Multidão de Anônimos que é o conjunto das singularidades reunidas no espaço digital. É formada pelos utilizadores, sejam eles produtores ou leitores, e pelos Líderes de Opinião. Essas pessoas que compõem a multidão possuem capacidades e experiências individuais e são elas que contribuem para o todo. Isso não significa que todos tenham participação igualitária no processo de comunicação, apenas que, dentro do seu modo de ser, possuem potencialidades para contribuir de alguma maneira.

Os Líderes de Opinião, são os comunicadores profissionais, mas também aqueles que assumem a condição de liderança, mesmo sem ter a comunicação por profissão. São os mediadores do diálogo e do debate. Fazem a ponte entre as informações e os utilizadores. Possuindo relações tanto de “Laços Fortes”, quanto de “Laços Fracos”. São ouvidos justamente por estarem conectados com os usuários, fazendo parte da rede. É pertinente lembrar que essa conexão ocorre espontaneamente. E, quando há uma conexão por espontaneidade, normalmente há afinidade prévia entre as pessoas ou ideias. É nesse ponto que entra o poder de mobilização deles. Despontaram nesse processo como Líderes de Opinião mais influentes os jornalistas profissionais e os “Laços Fortes” (familiares e amigos).

Os Líderes de Opinião estão para o Príncipe Digital como os componentes do partido estavam para o “Moderno Príncipe”, de Gramsci, e como os apresentadores, repórteres e editores estavam para o “Príncipe Eletrônico”, de Ianni.

Já as Comunidades Virtuais Organizadas, são compostas pelos Novos Movimentos Sociais e pelos Movimentos *hackers*. São grupos que lutam por causas comuns. Eles discutem na *web*, formam opiniões e agem. Essa ação pode acontecer tanto no âmbito do real quanto do virtual. Assim as comunidades virtuais, hoje, dão suporte a um diálogo nunca antes proporcionado por outras mídias. A opinião pública se forma na rede e está disponível para o acesso de todos. Com isso, muitas pessoas que, em outras circunstâncias, não participariam de discussões acabam por expressar seus posicionamentos, podendo até mesmo se tornar uma liderança no processo de formação da opinião pública.

Ao lado dessa democracia popular há a luta dos poderes políticos e econômicos. Eles não foram colocados em linha de igualdade com as categorias primárias para que fosse percebido que houve perda de espaço. Em outras épocas eles eram supremos, como no contexto do “Príncipe”, de Maquiavel, e do “Moderno Príncipe”, de Gramsci, mas agora, mesmo tentando a todo momento manter a supremacia, por diversas vezes eles são vistos correndo atrás das categorias primárias para tentar acompanhar as tendências e conseguir se manter nos espaços já conquistados. O governo e as empresas estão sempre observando os utilizadores para tentar tomar um posicionamento de acordo com a demanda deles. Claro que isso não tem a finalidade de agradar os utilizadores, mas sim dominá-los, como sempre ocorreu.

O ideal de liberdade proclamado pela *web* é afetado fortemente pela atuação das empresas e instituições governamentais, que, com vistas a se inserir e interferir nesse cenário, agem podando diversas possibilidades democráticas. Isso ocorre por meio de mecanismos criados por algoritmos de seleção e filtragem de conteúdos, manipulações de informações, campanhas dirigidas, entre outras estratégias. Em outras palavras, poderíamos falar em uma liberdade condicionada aos Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados, que balizam o comportamento dos indivíduos em diversos espaços, incluindo aqueles que aparentemente parecem ser públicos, como as redes sociais.

No “Moderno Príncipe”, de Gramsci, o financiamento era público, no “Príncipe Eletrônico”, o financiamento passou a ser exclusivamente privado e, no Príncipe Digital, temos a união das duas possibilidades. Congregam-se nele ambas as possibilidades de diversas maneiras e em distintos momentos. Na rede, além da venda de mercadorias, há venda de ideias e ideologias.

É por isso que refutamos os conceitos de “*Full Open Publish*”, que faz referência a um acesso livre e aberto para as publicações e visualizações de conteúdos, e de “*Peer-to-peer*” (P2P), que fala da comunicação de usuário para usuário e de “*Groundswell*”, que defende a ideia de que existe uma tendência social de que as pessoas passem a agir sozinhas na rede. Há sempre um terceiro, seja ele um líder, um suporte, uma plataforma, um aplicativo ou um *software*, um jornalista ou um interlocutor.

A categoria Mobilização Social se refere ao resultado do processo de organização das categorias principais pela internet. Também pode ser descrita como um ato de comunicação eficiente. Ela ocorre em cinco etapas: recepção do conteúdo, absorção e reflexão, mudança de opinião ou reforço de posicionamento, debate com um grupo e ação. Mas nem todas essas etapas precisam ser cumpridas, pode haver Mobilização Social com apenas quatro

delas. O mais significativo para o processo de mobilização é a recepção da informação, debate e ação. Essa ação pode ser interna ou externa, real ou virtual. Acreditamos que os indivíduos têm capacidade de compreender e processar as mensagens, claro que cada um dentro da sua formação e percepção de mundo.

Mas não há um processo de imposição total de ideias. Por não haver essa imposição e existir a capacidade de reflexão, é possível haver a mobilização. E, nesse ambiente, o que parecia estar adormecido se tornou parte do cotidiano. As manifestações públicas, com tomadas de ruas, voltaram à tona impulsionadas pelas redes digitais. É na instância virtual que as discussões ampliam o consenso e a vontade coletiva de agir. A internet convoca com muito mais facilidade os indivíduos. Podemos dizer que a Mobilização Social está como realização para o Príncipe Digital assim como a soberania era a realização no “Príncipe” e no “Moderno Príncipe”.

O conteúdo produzido, em meio a todo esse contexto, é classificado como dinâmico e difuso. Há uma produção contínua, instantânea, com um universo de possibilidades ao alcance de um clique. Nele, os produtores de conteúdo se fundem com os cidadãos comuns e, juntos, produzem e compartilham informações dos mais diversos cunhos. A produção de conteúdos e a demanda por assuntos, formas e tipos de apresentação surgem daqueles que eram, em tempos passados, meros telespectadores. Em alguns momentos há uma inversão de papéis: quem produzia e pautava as discussões agora passa a ser observador do entorno, e aqueles que eram apenas receptores agora pautam os produtores ou criam seus próprios conteúdos.

Essa possibilidade foi, em grande parte, responsável pela explosão dos movimentos populares atuais no Brasil e no mundo. Foi por existirem espaços para a comunicação de muitos usuários para outros muitos usuários que se construiu uma nova forma de produção da Opinião Pública. A capacidade de descentralização e de poder aos nós, para a tomada de decisões, faz a rede em tempos de internet ser diferente das redes de outrora. A rede abre para outras possibilidades, possibilidades ligadas ao poder de fala e de ação dos utilizadores. É aí que surge a pluralidade sincronizada. Ela faz referência ao processo de geração e construção da hegemonia. Por possuírem espaços em que podem expor seus pensamentos, produzir conteúdos e disputar o poder (Multidão de Anônimos, Líderes de Opinião, Comunidades Virtuais Organizadas e Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados), cada uma das quatro frentes atua de determinada maneira e possui influência de um determinado modo. Isso porque a finalidade de cada uma delas é diferente. Essa finalidade estaria relacionada ao que, nos outros príncipes (de

Maquiavel, Gramsci e Ianni) se entendia por produção de hegemonia. Ao fim, os diversos príncipes tinham por objetivo essa produção da hegemonia. Já o Príncipe Digital, por ser balizado pelos múltiplos interesses, não tendo por finalidade gerar uma hegemonia global.

A Pluralidade Sincronizada seria o retrato e o reflexo desse novo momento no qual não se fala mais de grupos específicos e sim de públicos globais. Nesse contexto, existem diversos atores que interferem e conseguem exercer o poder em determinados momentos. Caminhamos cada vez mais em direção dessa Pluralidade Sincronizada, na qual o poder emana de diversas fontes, algumas com objetivo e condições de gerar hegemonia e outras que nem ao menos estão em busca dela. Enquanto que no “Príncipe”, de Maquiavel, o governante era responsável pela hegemonia. No “Moderno Príncipe”, de Gramsci, o Partido Político. No “Príncipe Eletrônico”, de Ianni, ela se materializava pelos meios de comunicação social (principalmente a televisão). Agora, no Príncipe Digital, ela se desloca para a pluralidade sincronizada exercida ora pela Multidão de Anônimos, ora por Líderes de Opinião, Comunidades Virtuais Organizadas ou pelos Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados.

A Pluralidade Sincronizada consegue ser posta em prática também por causa da alternância de lideranças. Desde o modelo teórico do “Moderno Príncipe” já se falava nessa troca de líderes. Gramsci afirmava que era preciso formar um grupo que seria a base do partido e que ora alguns seriam os líderes, ora podiam surgir novos representantes. A base já não estava na pessoa, mas na ideologia. Agora, no Príncipe Digital, esse modelo ganha uma abrangência muito maior. Pois aqui os Líderes de Opinião não mudam de tempos em tempos, eles mudam a todo momento. Existem duas frentes que influenciam esse processo, a primeira é a desilusão com o modelo de liderança única, essa desilusão foi causada pelos problemas enfrentados ao longo da história. A segunda, é o anseio da população por uma arquitetura organizacional sem lideranças, na qual os utilizadores não precisariam mais depositar suas crenças e esperanças em uma única figura.

No âmbito da comunicação e do jornalismo, foi possível encontrar algumas pistas para ação no modelo teórico do Príncipe Digital. O que despontou como o tipo de conteúdo convocador foi o discurso crítico e os elementos de humor e entretenimento. Mas há outros aspectos que podemos observar. Percebemos que não é possível apenas apelar para uma cópia dos produtos que fazem sucesso na internet. Há uma separação. Uma coisa são os conteúdos produzidos por membros da Multidão de Anônimos, outra são os produtos jornalísticos empresariais. O conteúdo dos utilizadores pode ser visto a todo momento via redes sociais ou até em espaços como blogs e o YouTube. Mas,

na hora da busca pela averiguação da informação, os utilizadores costumam buscar outro espaço, o do jornalismo.

O jornalismo continua sendo o locus das informações realmente confiáveis. Os Líderes de Opinião com maior incidência são jornalistas. Por isso, o grande desafio está em pensar alternativas que façam com que seja possível ter um produto eficaz no espectro das possibilidades da produção multimídia da rede. Um aspecto importante nesse quesito é a operação transmídia. E mais: é preciso pensar em como “espalhar” o conteúdo. As redes sociais, se utilizadas com todas as suas potencialidades, poderiam dar um aporte nesse sentido. O que se vive não é apenas uma crise do jornalismo, mas sim de todo o modelo de organização social. Isso envolve o sistema capitalista, democrático e estruturado nas atuais bases de poder existentes nas sociedades ocidentais. O grande desafio está em como se reinventar.

Considerações Finais

Longe da perspectiva ingênua de que a comunicação em rede libertou totalmente os cidadãos, é preciso perceber que as Mídias Digitais apenas abriram espaço para um novo tipo de organização social. Se no “Príncipe Eletrônico”, de Ianni, as pessoas estavam condicionadas ao poder dos meios de comunicação de massa, nessa nova organização elas estão postas às condições de poder da pluralidade sincronizada. É possível afirmar que os cidadãos não são proprietários autônomos de suas escolhas. Eles sofrem influências e até manipulações de diversas fontes, embora, hoje, alguns já tenham a capacidade de percepção acerca da necessidade de que exista uma real democracia.

Nessa linha, o esforço aqui foi por fornecer uma análise desse cenário. Ao fim deste trabalho posso dizer que atuam na conjuntura social as quatro fontes de poder: a Multidão de Anônimos, os Líderes de Opinião, as Comunidades Virtuais Organizadas e os Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados. As três primeiras estão em igualdade de condições no processo da Mobilização Social. Já a última, que outrora fora suprema, como nas épocas do “Príncipe”, de Maquiavel, e do “Moderno Príncipe”, de Gramsci, agora compete com os demais para tentar acompanhar as tendências e conseguir manter os espaços já conquistados. Os Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados continuam existindo, mas, em vez de serem soberanos, caminham guiados pelos passos deixados pelas demais categorias. Essas quatro fontes de poder se conectam primordialmente via Mídias Digitais.

A internet se tornou o grande espaço público da atualidade. Nela, há possibilidades para se informar, conhecer temáticas, realizar debates, agrupar-se e possivelmente agir em prol de alguma causa. As ações podem ocorrer de forma virtual ou real, como no caso das manifestações populares, nas quais os debates extrapolaram as barreiras do digital permeando e preenchendo o campo da vida real.

O que motiva a população a esse processo é “o comum”. A causa comum é o que dá início aos agrupamentos e, posteriormente, à Mobilização Social. Não é mais preciso haver a figura de um grande líder. O tema e o propósito estão acima da imagem dessa liderança. Isso não quer dizer que inexistem líderes ou que não há mais necessidade de conduzir os processos com alguém que guie a multidão. Entendemos que as configurações atuais abrem espaço para a alternância de lideranças. Dessa forma, o mais importante é a causa. Os líderes se revezam de acordo com as exigências de cada momento.

As categorias secundárias são as estruturas e respostas desse processo. Como estruturas, temos, além da alternância de lideranças, a pluralidade sincronizada, a participação popular e o financiamento variável. Como respostas, o discurso crítico, os conteúdos de humor e entretenimento e o processo transmídia.

Por fim, podemos dizer que o Príncipe Digital é uma figura libertária e opressora, condutora e dissipadora, hegemônica e plural, que alterna poderes, cargos, pautas e mídias. O Príncipe Digital é a imagem da sociedade interconectada pelas redes, que ora ganha poder e ora é oprimida. É o cenário das lutas, o confronto das ideias, o consenso e a organização para a ação. É representado pela desmobilização, pela nova mobilização e pelo reestruturar constante.

Tabela 5: Quadro de resumo do Príncipe Digital

O PRÍNCIPE DE DIGITAL	
<p>O que é o Príncipe Digital?</p>	<p>Ele se desintegra em suas múltiplas categorias: Multidão de Anônimos, Comunidades Virtuais Organizadas, Líderes de Opinião e Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados.</p> <p>Ele é uma figura libertária e opressora, condutora e dissipadora, hegemônica e plural, que alterna poderes, cargos, pautas e mídias. O Príncipe Digital é a imagem da sociedade interconectada pelas redes, que ora ganha poder e ora é oprimida. É o cenário das lutas, o confronto das ideias, o consenso e a organização para a ação. É representado pela desmobilização, pela nova mobilização e pelo reestruturar constante.</p>

O PRÍNCIPE DE DIGITAL			
Características do Príncipe Digital	<p>O Príncipe Digital é caracterizado e representado pelas seguintes categorias: Categorias principais: Multidão de Anônimos, Líderes de Opinião e Comunidades Virtuais Organizadas. Categorias intermediárias: Mobilização Social, Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados, Conteúdo Dinâmico e Difuso, Redes sociais e Internet. Categorias secundárias: Pluralidade sincronizada, discurso crítico, participação popular, elementos de humor e entretenimento, financiamento variável, transmídia e alternância de lideranças.</p>		
O que cabe ao Príncipe Digital?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Levantar questionamentos sobre as atuais organizações da sociedade.	Por meio das Mídias Digitais há espaço para um novo tipo de organização social.	Tentando romper com as atuais estruturas, porém, tendo a clareza de que os cidadãos estão postos às condições de poder da pluralidade sincronizada.	Os cidadãos não são proprietários autônomos de suas escolhas. Eles sofrem influência e até manipulação de diversas fontes.
Atuar na conjuntura social por meio das quatro fontes de poder: a Multidão de Anônimos, os Líderes de Opinião, as Comunidades Virtuais Organizadas e os Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados.	Porque esses são os quatro poderes na era da comunicação em rede.	Primordialmente via Mídias Digitais. A internet se tornou o grande espaço público da atualidade. Nela, há possibilidades para se informar, conhecer temáticas, realizar debates, agrupar-se e possivelmente agir em prol de alguma causa. As ações podem ocorrer de forma virtual ou real, como no caso das manifestações populares, nas quais os debates extrapolaram as barreiras do digital, permeando e preenchendo o campo da vida real.	Nem todos possuem acesso facilitado e igualitário às Mídias Digitais. Muitos ainda possuem significativas dificuldades de compreensão de conteúdos e exercício de escolhas próprias.
Ter uma causa em comum.	Não é mais preciso a figura de um grande líder. O tema e o propósito estão acima da imagem dessa liderança.	A causa comum é o que dá início aos agrupamentos e, posteriormente, à Mobilização Social	Existência de um processo efetivo de alternância de lideranças.

O PRÍNCIPE DE DIGITAL			
O que cabe ao Príncipe Digital?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Tentar ultrapassar as barreiras criadas pelos Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados.	Continuam ocorrendo fortes processos de manipulação por meio de mecanismos criados por algoritmos de seleção e filtragem de conteúdos, manipulações de informações, campanhas dirigidas, entre outras estratégias. Vive-se uma liberdade condicionada aos Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados que balizam o comportamento dos indivíduos em diversos espaços, incluindo aqueles que aparentemente parecem ser públicos, como as redes sociais.	Potencializar as organizações de contrapoder.	O ideal de liberdade proclamado pela <i>web</i> é afetado fortemente pela atuação das empresas e instituições governamentais que, com vistas a se inserir e interferir nesse cenário, agem podando diversas possibilidades democráticas.
A Mobilização Social.	Ela está como realização para o Príncipe Digital assim como a soberania era a realização no “Príncipe” e no “Moderno Príncipe”.	É na instância virtual que as discussões ampliam o consenso e a vontade coletiva de agir.	A internet convoca com muito mais facilidade os indivíduos, porém, nem todos têm acesso a essas convocações e quando têm podem ter dificuldades de entendimento e posicionamento.
Romper com o sistema capitalista e teoricamente democrático que se tem.	Pudemos observar este descontentamento e a busca por esse objetivo com a existência e as causas das manifestações populares.	A percepção da existência de um descontentamento já é um bom ponto de partida. Embora, muitas vezes, não haja uma ação de fato.	A maioria dos utilizadores não vai além do ativismo de sofá. Protestam nas redes sociais, aderem a causas nos computadores, mas efetivamente as lutas e conquistas são poucas.

O PRÍNCIPE DE DIGITAL			
O que cabe ao Príncipe Digital?	Por quê?	Como agir	Dificuldades
Criar a pluralidade sincronizada.	Por ser balizado pelos múltiplos interesses, o Príncipe Digital não tem por finalidade gerar hegemonia, mas sim esse processo plural.	O poder emana de diversas fontes, algumas com objetivo e condições de gerar hegemonia e outras que nem ao menos estão em busca dela.	Ultrapassar os Poderes Políticos e Econômicos Institucionalizados que tentam a todo momento serem hegemônicos.

Fonte: Autora.

Esta obra mostra uma pesquisa que, entre tantas outras existentes, tenta também descrever as atuais estruturas sociais. Não existe a intenção de esgotar todas as possibilidades referentes à organização da sociedade, muito menos apontar um caminho definitivo para o jornalismo. O modelo teórico do Príncipe Digital é a proposta de um ponto de partida para análises ainda mais profundas que possam vir a ser realizadas em outras pesquisas na área da comunicação ou áreas afins.

Referências

BOLAÑO, César Ricardo; BRITTOS, Valério Cruz. **A televisão brasileira na era digital:**

exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BOYD, D.; ELLISON, N. Social network sites: Definition, history, and scholarship. *Journal of Computer-Mediated Communication*. 13(1). Artigo 11, 2007.

Disponível em: . Acesso em: 20 dez. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet:** reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Tradução: Maria Luiza de Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2013, p. 103.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e de Esperança:** Movimentos Sociais na era da Internet. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Editora: Zahar, 2014.

CONGER, J. A.; KANUNGO, R. Charismatic leadership in organizations. London: Sage, 1998. CONGER, J. A.; KANUNGO, R. Toward a behavioural theory of charismatic leadership in organizational settings. **The Academy of Management Review**, 12, 637-647, 1987.

- CORREIA, João Carlos. **Ideologia e Hegemonia**. Disponível em: . Acesso em: 24 ago. 2015.
- FELINTO, E. Em Busca do Tempo Perdido. O Sequestro da História na Cibercultura e os Desafios da Teoria da Mídia. In. search of lost time. The hijacking of history in cyberculture and the challenges of media theory. **MATRIZES**, São Paulo, 4, mai. 2011. Disponível em: <http://www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/view/138>. Acesso em: 15 nov. 2013.
- GERLACH, Luther P. Protest movement and the construction of risk. In JOHNSON, Branden B; COVELLO, Vicent T (Ed.) **The social and cultural construction of risk: essays on risk selection and perception**. Boston: D. Reidel, p. 103-145, p. 115, 1987.
- GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa: Editorial Presença, 2005.
- GLASER, Barney. Doing Quantitative Grounded Theory. **Sociology Press: Mill Valley**, 2008.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 3. Tradução: Luiz Sérgio Henrique. Coedição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**, vol. 5. Tradução: Luiz Sérgio Henrique. Coedição: Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.
- GRAMSCI, Antônio. **Cartas do Cárcere**. Tradução: Carlos Diegues. Editora Estaleiro, 2011. GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**, vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Tradução: Luiz Mário Gazzeano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere**. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana, 4 v. Torino: Einaudi Tascabili, 2001.
- GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.
- HALL, Stuart. Cultural Studies: two paradigms. Media, **Culture and Society**, vol. 2, p. 57- 72, 1980.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaide La
- Guardia Resende et al. Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- HARDT, Michel; NEGRI, Antônio. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2014.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IANNI, Octavio. **O Príncipe Eletrônico**. Perspectivas. São Paulo, n. 22, 1999, p. 11-29.

JENKIS, Henry. **Cultura da convergência**. Tradução: Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKIS, Henry. **Cultura da Conexão**: criando valor e significado por meio a mídia propagável. Tradução: Patrícia Arnaud. São Paulo: Aleph, 2014.

ASSIBERCOM Associação Ibero-Americana de Pesquisadores da Comunicação XV Congresso IBERCOM, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 16 a 18 de novembro de 2017

LAZARFELD, Paul; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **El pueblo elige**: Estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial (Título original: The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign). Ediciones 3, Buenos Aires, 1962

LE MOS, Ronaldo; DI FELICE, Massimo. **A vida em rede**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MALINI, Fábio; AUTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAQUIAVEL. **O Príncipe**. Edição: Domínio Público.

NEGRI, Antônio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Revista Lugar Comum**. No19-20, p. 15-26. 2004.

NEGRI, Antônio. Prefácio. In: CAVA, Bruno; COCCO, Giuseppe. **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. Annablume: São Paulo, 2014a.

NEGRI, Antônio; HARDT, Michael. **Declaração**: Isto não é um manifesto. Tradução: Carlos Szlak. São Paulo: N-1 edições, 2014b.

NEGRI, Antônio. **Multidão**: Guerra e democracia na era do Império. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2014c.

NERES, Geraldo Magella. **Gramsci e o Moderno Príncipe**: A teoria do partido nos cadernos do cárcere. Tese (doutorado – Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2012.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Brasil: Editora Autêntica, 1996. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_7104_em_23_05_2009_18_09_14.pdf>.

Nota

- 1 Maquiavel descreve o príncipe como o *condottiere*, aquela figura que deveria ser a liderança e conduzir a sociedade. “O príncipe é uma pessoa, uma figura política, o líder ou *condottiere*, capaz de articular inteligentemente suas qualidades de atuação e liderança (*virtú*) e as condições sociopolíticas (*fortuna*) nas quais deve atuar”. (IANNI, 2003, p. 14.). Além disso, essa capacidade de liderança (*virtú*) deveria se articular com a *fortuna* para produzir hegemonia e soberania, pois são categorias básicas para o exercício da política e do pleno exercício do poder. “É inegável que Maquiavel e Gramsci trabalham principalmente as categorias *hegemonia* e *soberania*. Em linguagens diversas, estas categorias reafirmam-se como essenciais da política. [...]” (Idem, *ibidem*, p. 151).
- 2 “Agora é o príncipe eletrônico que detém a faculdade de trabalhar a virtú e a fortuna, a hegemonia e a soberania”. (*Ibidem*, p. 169).
- 3 Utilizamos o termo meios de comunicação de massa para fazer referência à comunicação realizada pela televisão, rádio, jornais e revistas (esses dois últimos sendo de grande circulação). Esses meios, em sua maioria, são de propriedade de grandes grupos empresariais ou de famílias que detêm a concessão de operação, no caso de veículos de radiodifusão. São meios privados que trabalham com o formato: emitir informações, produzidas por sua equipe, para os receptores (pessoas comuns da sociedade). Em outras palavras, uma emissão de um para muitos.
- 4 Na Fase 1 foi aplicado um questionário, com perguntas abertas e fechadas, distribuído via internet. Por se tratar de uma temática que tem abrangência nacional, os questionários foram distribuídos por todo país seguindo a porcentagem populacional de acordo com Censo do IBGE: 42,1% na região Sudeste, 27,8% na região Nordeste, 14,4% na região Sul, 8,3% na região Norte e 7,4% na região Centro-Oeste. Para identificar a amostragem necessária foi utilizada a fórmula de cálculo presente na teoria dos grandes números, mantendo a margem de erro de 4% e o nível de confiança de 95%. No total foram 601 questionários válidos. Os questionários continham diferentes tipos de perguntas e variáveis, visando captar mais informações de acordo com cada perfil de entrevistado. Dentro desses perfis, houve uma variação de 5 a 20 perguntas.
- 5 O grupo foi escolhido a partir dos entrevistados que responderam questionários na primeira fase. Foram 180 pessoas de diferentes estados e regiões brasileiras sorteados aleatoriamente pelos endereços de e-mail. O foco dessa nova intervenção foi a possível participação dos usuários nas manifestações previstas, tipo de convocação, canais pelos quais os entrevistados receberam os convites e confirmações referentes à lideranças.
- 6 *Idem*, 2003, p. 157.
- 7 “Laços Fortes”: são aqueles que se caracterizam pela intimidade, pela proximidade e pela intencionalidade em criar e manter uma conexão entre duas pessoas. Os “Laços Fracos”, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. RECUERO, Raquel. **Um estudo do Capital Social gerado a partir de Redes sociais no Orkut e nos Weblogs**. Disponível em: <<http://www.raquelrecuero.com/arquivos/composraquelrecuero.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015c, p. 2.

As transformações da expertise sobre saúde na cultura contemporânea: uma análise do Instagram da Bela Gil

Transformations in health expertise on the contemporary culture: analyzing Bela Gil 's Instagram account

Igor Sacramento

Fiocruz/UFRJ

Doutor em Comunicação e Cultura (ECO/UFRJ), pesquisador do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (Laces/Icict/Fiocruz) e professor dos programas de pós-graduação em Comunicação e Cultura (UFRJ) e Informação e Comunicação em Saúde (Fiocruz).

Contato principal para correspondência.

Maria Eduarda Ledo Martins de Abreu

ECO/UFRJ

É graduada em Comunicação Social/Publicidade e Propaganda pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ), mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da mesma instituição e foi bolsista de iniciação científica no projeto “As celebridades e a espetacularização do estilo de vida saudável: experiência, biografia e aconselhamento na mídia contemporânea”.

Guadio Uchôa Ney

Fiocruz/UFRJ

É graduando em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e bolsista de iniciação científica no projeto «As celebridades e a espetacularização do estilo de vida saudável: experiência, biografia e aconselhamento na mídia contemporânea».

Luisa Lopes

Fiocruz/UFRJ

É graduanda em Comunicação Social pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ) e bolsista de iniciação científica no projeto «As celebridades e a espetacularização do estilo de vida saudável: experiência, biografia e aconselhamento na mídia contemporânea».

RESUMO

Neste artigo, analisamos o discurso sobre alimentação saudável e estilo de vida saudável em postagens do Instagram da chef e celebridade Bela Gil. Também estudamos a reação e engajamento do público através dos comentários publicados pelos usuários. A coleta de dados parte de uma observação sistemática do perfil da chef entre janeiro de 2015 e julho de 2016, que nos permitiu identificar posições de sujeito da alimentação saudável presentes no processo de aconselhamento ali existente e nas formas de reconhecimento engendradas. Concluímos que as declarações produzidas por Bela Gil concebem a saúde, sobretudo, como responsabilidade individual e que sua autoridade é reconhecida mais pela identificação com sua experiência e convicção pessoal do que com os conhecimentos científicos eventualmente mobilizados.

Palavras-chave: expertise; saúde; alimentação; Instagram; Bela Gil.

ABSTRACT

This article analyses chef celebrity Bela Gil's Instagram account on her posts related to healthy eating and healthy lifestyle, as well as the public opinion on the comment section. We made a systematic observation of the account between January of 2015 and July of 2016 that led us to identify the subject's positions related to healthy eating within the process of lifestyle coaching and the means of legitimacy of this counseling. We've concluded that Bela Gil's speech advocates health as an individual liability, and that the celebrity's authority is recognized through public identification on her personal experience and convictions rather than the evidence of scientific knowledge in the field.

Keywords: expertise; health; alimentation; Instagram; Bela Gil.

Introdução

Na cultura contemporânea, espalham-se aconselhamentos sobre hábitos saudáveis especialmente associados a processos de celebração de indivíduos através do que chamaremos de perícia no estilo de vida saudável. Essa nova categoria não teria atingido a enorme proporção atual se não tivesse contado com as redes sociais online como poderosos veículos de comunicação. Essa nova configuração da comunicação em rede na vida cotidiana contemporânea, que aparenta conferir maior proximidade entre as celebridades e seus seguidores (cf., por exemplo, BRAGA, 2010; CAMPANELLA, 2014; PRIMO, 2009, 2010 e 2013), também modifica a relação entre o público e os peritos em estilo de vida, que, apesar de terem reconhecimento e respeito pela sua expertise diante do público, não se utilizam de um discurso hierárquico para passar seus conhecimentos; ao contrário, optam por uma aproximação familiar e passam um ar de intimidade através das telas pelas quais se comunicam. Podemos afirmar que, neste panorama de relações entre celebridades e seus seguidores nas redes sociais online, o campo da saúde ocupa uma das parcelas mais evidentes e relevantes, sendo responsável por inúmeras celebridades serem reconhecidas pela sua expertise em saber como manter seus próprios corpos potencializados e saudáveis. Mas, assim como o processo de reconhecimento de determinadas celebridades como peritas no estilo de vida saudável é legitimado por um grupo de seguidores, os saberes e autoridades dessa perícia de base empírica também são questionados por outros usuários e profissionais acadêmicos.

Para melhor aprofundar a abrangência dos sentidos de saúde nesse contexto, este artigo delimitou seu foco na expertise sobre alimentação saudável na mídia contemporânea, tendo tomado como objeto de estudo a atuação no Instagram da chef e apresentadora Bela Gil, muito conhecida por seu discurso de estilo de vida e por polêmicas em relação à sua autoridade como profissional do campo da nutrição e da saúde.

Bela Gil, é filha do cantor Gilberto Gil, e apresentadora do programa Bela Cozinha no canal GNT. Apesar de ter estudos internacionais na área culinária, o Conselho Regional de Nutricionistas da 2ª Região (CRN-2) não a reconhece como profissional de nutrição, não estando apta para aconselhamentos alimentares pautados na saúde. Ainda assim, seu perfil no Instagram (belagil), até 16 de abril de 2018, contava com 1 milhão e 200 mil seguidores e teve a sua primeira postagem em 13 de junho de 2012. Em 22 de fevereiro de 2016, ela ampliou o acesso e conteúdo de seu aconselhamento através de

vídeos em seu canal do YouTube, o “Canal da Bela”. Bela Gil, tanto em seu Instagram, como em seu programa de televisão e canal no YouTube, procura demonstrar a sua rotina de vida saudável, destacando especialmente a alimentação saudável.

Nossa análise, neste artigo, se concentra principalmente em postagens de Bela Gil no Instagram e teve como base a observação de um ano e meio de seu perfil nessa rede social online, de janeiro de 2015 a julho de 2016. A análise dos enunciados consiste numa observação continuada das formas de exercício da autoridade por Bela Gil como expert em alimentação saudável e de reconhecimento dessa expertise por parte dos seguidores dela no Instagram (belagil). A expressão observação continuada é uma opção metodológica diante das transformações dos processos de pesquisa em ciências sociais e humanas no contexto atual de digitalização. Conforme Jair Ramos (2016), tal procedimento diz respeito à identificação de espaços de interação online onde se dão debates, conflitos e a produção de identidades e identificações que são construídas e que constroem uma determinada situação comunicativa. Segundo o autor, a observação continuada busca analisar os processos comunicacionais em espaços online que singularizam determinadas estruturas, práticas e valores sociais. A identificação e a análise dessas dinâmicas e dos sistemas de significação nela inscritos é a principal tarefa do etnógrafo digital, que tomamos como a nossa neste artigo.

Para coletar os dados que servem de base para a análise, foi realizada uma observação da conta oficial no Instagram de Bela Gil durante o período de janeiro de 2015 a julho de 2016, quando foram colhidas 114 postagens (com os comentários) por meio de print screen, sistematizadas nos seguintes eixos temáticos: 1) enunciados que associam a alimentação saudável a aspectos qualificativos do indivíduo em relação a si mesmo (25 postagens); 2) enunciados que associam a alimentação saudável à responsabilidade do indivíduo para com sua família, focando na relação de cuidado entre pais e filhos (29 postagens); 3) enunciados sobre assuntos de cunho político-social (49 postagens); e 4) discussões acerca da autoridade profissional da celebridade para com questões de saúde (11 postagens). Para os comentários, consideramos o dia da postagem como o tempo de observação e coleta. Em geral, a apresentadora publica uma vez por dia em seu perfil. Optamos ainda por realizar a observação e coleta dos dados pelo computador para facilitar a extração.

Para este artigo, por conta das limitações de espaço e do estágio da pesquisa, analisamos, para os dois primeiros eixos temáticos identificados, somente a postagem de maior visibilidade e repercussão midiática, possuindo maior número de curtidas e comentários. Privilegiamos, aqui, os comentários às

postagens como formas de legitimação ou de deslegitimação da autoridade buscada por Bela Gil junto ao seu público e no campo da nutrição e da saúde. Procuraremos demonstrar como indivíduos envolvidos nos processos de comunicação no perfil de Bela Gil do Instagram se posicionam como sujeito da alimentação saudável.

Para tanto, além desta introdução e das considerações finais, o texto conta com mais três seções: a primeira aborda a discussão das relações entre medicalização, expertise e celebração e as duas últimas recorrem à análise de postagens selecionadas para ilustrar padrões presentes no discurso da culinária, assim como as consequentes reações do público acerca de seus aconselhamentos.

Medicalização, expertise e celebração

O exercício moderno do poder, segundo Foucault (1979), se dá pela normalização dos indivíduos e das populações, processo no qual a medicina desempenha um papel fundamental. A partir do século XVIII, as condutas, os comportamentos e o corpo humano estão integrados em um sistema de funcionamento da medicina que é muito maior que o delimitado cerco das doenças. O termo medicalização, nesse contexto, faz referência à função política da medicina na extensão indefinida e sem limites da intervenção do saber médico na vida social. Há a formação de uma “nosopolítica”, termo que o autor utiliza para definir a nova proposta da saúde como ciência da polícia ou ciência social. O termo nosopolítica expressa a passagem da saúde do plano de obrigação estatal para uma responsabilidade individual. Como esclarece Foucault (1979, p.145), “a nosopolítica, mais do que o resultado de uma iniciativa vertical, aparece, no século XVIII, como um problema de origens e direções múltiplas: a saúde de todos como urgência para todos; o estado de saúde de uma população como objetivo geral”. O discurso da saúde, então, passa a servir como ferramenta de controle social, penetrando não apenas na higiene pessoal, —afetando a relação da população com alimentos, hábitos e sexualidade — mas também no que Turner (1991) intitulou de “sanitarismo moral”, que associa métodos de controle do corpo como sinônimos de responsabilidade e autocontrole. A nosopolítica também se caracteriza pela medicalização privilegiada das crianças e das famílias e pela preeminência da higiene e do funcionamento da medicina como instância de controle social. Esse novo panorama contribui para que a medicina

como técnica geral da saúde ocupe um lugar cada vez mais importante nos mecanismos administrativos e de governo do Estado.

A partir do século XX, Foucault (1996) defende que a medicalização já conformava uma sociedade de normas e de leis. Não são os códigos legais que regem a sociedade, mas a distinção entre o normal e o patológico, numa prática perpétua de se restituir o sistema de normalidade. Nesse século, se intensificou a expansão de distintas estratégias para gerir a vida. O Estado governa através de uma multiplicidade de práticas e com pequenos governantes do conhecimento, os experts. Eles exercem o poder sobre os indivíduos através de uma gama ampla de ações e têm sua autoridade reconhecida pelo conhecimento que possuem e representam. Além disso, aqueles que abrangem o campo da saúde, passam também a oferecer prescrições sobre como gerir a vida baseando-se no objetivo de minimizar a doença e promover a saúde individual e coletiva (ROSE, 2013). Nesse ponto, há uma forte dimensão moral – uma moralização na definição das fronteiras entre normal e patológico, porém, a assimetria entre o poder médico e a dos pacientes já não é suficiente para entender os problemas que envolvem os processos de medicalização contemporânea. Contemporaneamente, a noção de “paciente envolvido digitalmente” traz as tecnologias digitais para esses discursos de engajamento e participação ativa por parte dos leigos, apregoando a defesa do uso dessas tecnologias como parte da aprendizagem de sobre como obter mais saúde (LUPTON, 2014).

Se, por um lado, a medicalização contemporânea configura a produção de indivíduos empoderados e envolvidos no processo de promoção da própria saúde, por outro, há um processo de “expansionismo sanitário” crescente: uma expansão da esfera de atuação do “setor saúde” à totalidade da vida, da experiência humana, num processo de medicalização radical que parece incluir tudo à ideia de saúde e produz uma busca obsessiva por um viver saudável em vários âmbitos e níveis sociais (CAMARGO JÚNIOR, 2007). As atividades físicas que se escolhe praticar e os alimentos que se escolhe consumir, de acordo com o discurso moralizante do estilo de vida saudável, definem os indivíduos como sujeitos responsáveis e capazes de autogerenciamento, aqueles que conseguem seguir as prescrições e injunções vigentes e circulantes sobre saúde, alimentação e corpo na cultura contemporânea.

É importante observar que, nesse contexto, mudanças importantes estão ocorrendo na natureza da expertise. A atuação de profissionais especializados em determinadas áreas do saber tecnocientífico como parte de sistemas peritos, no contexto contemporâneo, é tensionada pela ascensão de formas de especialização enraizadas na experiência. São cada vez mais reconhecidas

formas de avaliação baseadas em experiências, sentimentos e inclinações do que aquelas configuradas por meio de uma série de pareceres. Para Anthony Giddens (1991), as reivindicações de perícia são dependentes de credenciais. Embora as credenciais ainda sejam importantes formas de construção de legitimidade, ao igualar perícia à posse de credenciais, a experiência ganha autoridade e legitimidade. Desse modo, as celebridades, juntamente com profissionais da saúde, se tornam “gurus do estilo de vida saudável” (LEWIS, 2008, p.56), aconselhando ao público o que devem consumir e deixar de consumir, fazer e deixar de fazer, para se tornarem saudáveis, felizes e realizados.

Rose e Miller (1992) argumentam que a expertise é central para o exercício do poder nas sociedades ocidentais modernas, uma vez que governar significa também o domínio da cognição, de cálculos, de experimentações e de avaliações (sociais e individuais). Rose (2013) expõe que há uma nova configuração da expertise na contemporaneidade: uma expertise somática, que tem como referência a emergência de indivíduos somáticos, isto é, indivíduos cuja individualidade está drasticamente marcada pela existência corporal, pela sensação de expressão do que consideram realmente ser sobre si mesmos, em seus próprios corpos a partir de conhecimentos da biomedicina e de biotecnologias. Os peritos somáticos, nesse sentido, não são apenas profissionais de saúde, mas todos aqueles que se preocupam em promover “artes de governar a si mesmos” (ROSE, 2013, p.47). Assim, além dos médicos, muitos profissionais e não profissionais de saúde (mas atuantes em áreas que implicam a saúde e o cuidado de si) assumem a função de “peritos de estilo de vida” (ROSE, 2013, p.44).

Essa perícia em estilo de vida se estabelece dentro daquilo que Zygmunt Bauman definiu como “surto de aconselhamento” na cultura contemporânea: “a incerteza de estilo pós-moderno não gera a procura da religião: ela concebe, em vez disso a procura sempre crescente em especialistas na identidade” (BAUMAN, 1998, p.222). Desse modo, é possível identificar um conjunto cada vez maior e variado de publicações com conselhos, guias e métodos para a conquista da saúde, como sendo associada à qualidade de vida e à boa forma. Nessa configuração do aconselhamento midiático, “passamos do mundo fechado ao universo infinito das chaves da felicidade: eis o tempo do treinamento generalizado e da felicidade modo de usar para todos” (LIPOVETSKY, 2007, p.336-337). Afinal, homens e mulheres estão confiando tanto em especialistas na identidade (BAUMAN, 1998) – ou mesmo nos peritos de estilo de vida (ROSE, 2013) – quanto em produtos da cultura mídia (revistas, jornais, livros, programas de TV, sites) que prescrevem as escolhas e condutas necessárias para obter um estilo de vida saudável.

O conteúdo de aconselhamento cotidiano já existia de forma solidificada antes dos meios digitais, que eram artigos de revistas, programas de rádio e, especialmente, de televisão direcionados ao público feminino e que davam dicas de beleza e receitas para o lar. A atual expertise do estilo de vida, por sua vez, alcança uma audiência muito mais ampla que também engloba os públicos jovem e masculino, adicionando em seu discurso a coloquialidade e otimização de atividades cotidianas (LEWIS, 2008). Consideramos que a expansão desse aconselhamento sobre a vida cotidiana se dá intensamente para a área da saúde, como pode-se observar em diferentes produtos e práticas culturais constituintes do processo de medicalização da sociedade contemporânea. Dicas sobre bem-estar, alimentação, exercícios, dietas são frequentes na cultura da mídia. Dentre essas transformações, destacamos particularmente a celebração da perícia em estilo de vida saudável e, por consequência associativa, a emergência da expertise experiencial em saúde.

O fenômeno das celebridades como peritas no estilo de vida é cada vez mais intenso. Há tanto as celebridades como peritas quanto a celebração de especialistas. Segundo Lewis (2010), o anfitrião bem-sucedido se torna uma marca viva do estilo de vida que vive e recomenda. Acreditamos que essa característica é comum aos processos de celebração de determinados indivíduos como especialistas na internet. Nesses casos, tais indivíduos – quando assumem o status de celebridades – já são algo como marcas vivas de um estilo de vida que muitos não podem ter, mas que são estimulados a ambicionar numa cultura marcada pelo espetáculo: pela aparência e pela necessidade de cuidado com a saúde como imagem pública de si. Os peritos em estilos de vida, como as musas fitness, por um lado, e as chefs como Bela Gil, por outro, surgem como uma importante autoridade cultural na contemporaneidade, em que há um processo de celebração da expertise.

No caso do aconselhamento em Bela Gil, o grau de celebração envolve a articulação de receitas culinárias, recomendação de estilo de vida saudável e biografia pessoal. Figuras como a de Bela Gil são carismáticas e marcadas por um elemento aspiracional de um padrão de vida e de consumo particularmente inviável para muitos. Porém, sua marca de celebridade e de perícia é, antes de tudo, ligada ao comum, ao cotidiano e ao pessoal.

A alimentação saudável como responsabilidade individual

Em nossa coleta de dados baseada na conta do Instagram da chef Bela Gil, pudemos ilustrar muito bem o protagonismo desse poder individual como instrumento base de modificação tanto política quanto social. Em várias outras postagens selecionadas, observa-se o uso recorrente de termos como “autoconhecimento” e “bem-estar”, sempre correlacionados respectivamente sob a relação de causa e consequência. Isto mostra que ao indivíduo confere não apenas uma responsabilidade prática acerca de sua própria saúde (e consequente felicidade), como também uma responsabilidade moral, já que todas suas ações não são apenas atos e sim provas qualificativas de seu próprio caráter. Em personalidades midiáticas, essas atitudes edificam a imagem da celebridade para seu público e, graças à exposição de sua função, a esses indivíduos (ou à persona midiática desses indivíduos) serão sempre destinados maior número tanto de louvores, quanto de críticas.

A postagem de 20 de outubro de 2015 exemplifica uma prática comum da perícia em estilo de vida: o aconselhamento (IMAGEM 1). Como a contemporaneidade está situada em meio a um “surto de aconselhamento” (BAUMAN, 1998) dos múltiplos circuitos de saber contemporâneos, é preciso, por um lado, estabelecer laços de confiança com os sistemas abstratos de conhecimento em que se é leigo (GIDDENS, 1991) e, por outro, perceber como legítimo aquilo que os peritos de cada campo identificam como tal. Já faz parte da rotina cotidiana de diversas pessoas o consumo de especialistas em competência emocional e oradores motivacionais, mas também de peritos em fitness, alimentação saudável, vestuário e assim por diante. Esses peritos se incubem em projetar, pelo efeito de composição de seus aconselhamentos, aquilo que devemos ser, ter e saber para podermos conquistar a felicidade e o bem-estar. Estamos falando de um campo bem vasto de profissionais cuja legitimidade passa menos pelo reconhecimento de seus pares no campo científico do que pela exposição midiática. Sem dúvidas, a mídia, no mundo atual, é um dos sistemas culturais que goza de maior relevância no processo de construção de identidades e sociabilidades, bem como na legitimação do saber de novos peritos. Bela Gil, por exemplo, se legitima de várias formas: além do perfil no Instagram, pelo programa de televisão, pela publicação de livros, pela participação em programas de televisão, por estrelar campanhas publicitárias e por outras práticas de consagração e reconhecimento.

Na Imagem 1, as ideias de controle e responsabilidade se encaixam no discurso neoliberal contemporâneo de forma a realçar uma pretensa onipotência do

poder individual, defendendo que é culpa de cada indivíduo o que ocorre em seu contexto social, mas que também está com ele o poder de mudança somente pelas escolhas individuais tomadas. Primeiramente, é interessante salientar que Bauman (1998) já criticava essa crença na onipotência individual e na justificativa de falta de moral nos indivíduos contemporâneos, já que a responsabilização moral do indivíduo por si mesmo e pela sociedade em relação a alimentação e saúde é um segmento muito pouco inclusivo quando se trata de populações mais pobres, pois argumenta que são consumidoras ingênuas e irresponsáveis, sem levar em pauta as inúmeras desigualdades sociais (econômicas, infraestruturais, educacionais, informacionais) que criam barreiras no alcance do tão apreciado estilo de vida saudável.



IMAGEM 1

O sedentarismo, também referido na Imagem 1, é associado principalmente à preguiça, em uma espécie de reconfiguração do pecado capital cristão, uma qualidade repudiada não apenas pela religiosidade, mas principalmente pelo capitalismo ascendente, pois se traduzia em lentidão ou ineficiência no trabalho e na saúde (BAGRICHEVSKY et al., 2007). A preguiça no campo da saúde é majoritariamente representada pelo sedentarismo, quadro que aumentou seu demérito na cultura contemporânea, adquirindo também o rótulo de incapacidade de autocontrole e autoaprimoramento. Pode-se observar isso com frequência não apenas no discurso dos peritos em estilo de vida como o de Bela Gil, mas no senso comum das conversas cotidianas, nos livros de autoajuda e programas televisivos: a ideia que persiste é que o indivíduo tem o poder de mudar aquela realidade sozinho, porque, afinal, ele se encontra ali por responsabilidade própria e, portanto, não conseguir se adequar ao padrão atual de saúde significa um fracasso puramente individual. Esse tipo de ideia ignora completamente fatores externos como tempo disponível, segmento

cultural, classe social, acessibilidade a atividades e alimentos considerados saudáveis. Os sedentários, especialmente os obesos, tanto ricos como pobres, são marginalizados em sua negatividade existencial em um regime ditatorial e culpabilizante que também não perde a oportunidade de lucrar em cima desse grupo sob pretexto de normalizá-los (BAGRICHEVSKY et al., 2007).

No texto da postagem (IMAGEM 1), a chef defende o discurso da autorresponsabilidade quando utiliza a expressão “repensar seus hábitos para manter a saúde”, ilustrando a atitude não apenas como qualidade moral individual, mas também como recurso antecipatório na prevenção de riscos de adoecer e sofrer. É uma declaração que identifica o sedentarismo como fator de risco para doenças crônicas (como hipertensão e diabetes), pensamento compartilhado como enfoque estratégico nas recomendações de saúde pública em defesa de estilos de vida fisicamente ativos e de alimentação saudável como principal fator de promoção da saúde (FERREIRA, CASTIEL e CARDOSO, 2012). Essas recomendações, porém, tendem a exacerbar o papel da atividade física e da alimentação saudável, apresentando-as como solução para muitos problemas de saúde. Sob essa ótica, a atividade física e a alimentação considerada saudável costumam ser tomadas como remédio, e o sedentarismo como doença, num evidente processo de medicalização.

Conrad (2007, p.209) descreve a medicalização como “o processo pelo qual problemas não médicos se tornam definidos e tratados como problemas médicos, geralmente em termos de doenças ou desordens”. Sendo assim, pode-se dizer que o processo de medicalização se centra na biologização do social. A medicalização, desse modo, expressa a intenção, consciente ou não, de oferecer explicações fundadas na biologia para responder inequivocamente a questões eminentemente sociais. No caso do sedentarismo, ele próprio se torna uma doença, mais do que um fator de risco e é ele mesmo uma patologia que impede o indivíduo a ser saudável, estando na escolha correta do indivíduo – uma decisão pela saúde – a única cura possível.

Esse discurso de autorresponsabilização criou um tipo particular de subjetividade que é denominado de salutarismo (healthism, em inglês), exigindo a adoção de atividades de promoção da saúde como uma obrigação moral para os indivíduos (CRAWFORD, 1980; ROY, 2007). Essa prática de saúde enfatiza um self empreendedorismo que assume a responsabilidade individual pela manutenção e aprimoramento da saúde, envolvendo-se na autodisciplina e na autovigilância. Essa ideologia da responsabilidade do indivíduo de se manter saudável é dominante nos meios de comunicação, bem como nos discursos profissionais de saúde: esses discursos participam dos valores ocidentais dominantes do individualismo, que, por sua vez, constituem

as formas de cuidados com a saúde e de distribuição da responsabilidade e expectativas de desempenho entre indivíduos e instituições.

O automonitoramento na saúde atua mediante conselhos de especialistas e particularmente em peritos no estilo de vida, como Bela Gil, pressupondo-se que o acesso à informação poderá resultar em autorregulação mais efetiva. Não é à toa que muitos seguidores de Bela Gil interagem e concordaram com suas afirmações sobre a relação entre alimentação e saúde, consumindo seus produtos e informações em diferentes mídias:

Vanessa Serra @serravan: “Alimentação é o melhor plano de saúde de qualquer indivíduo. Curto vc demais @belagil muito astral.”

Aline @aline.essencialnutricao: “Verdade. Alimentação é a base de tudo.”

Telma @telmaalario: “Olá @belagil!!! Amo e faço suas receitas...vc poderia dar mais opções de recheio de torta. Parabéns pelo programa!!! Tb sou adepta ao qto mais natural melhor!!! Bjss”

No entanto, há também espaço para a crítica ao aconselhamento da culinária, ainda baseado no contexto da promoção da saúde:

Ivani Alencar @ivanimadi: “@belagil no episódio dessa semana onde você preparou pratos para Ana Carolina que é diabética, me causou um estranhamento o fato de usar o “melado” na preparação da torta de chocolate o diabético não pode ingerir melado de jeito nenhum. Você poderia ter usado por exemplo a metade da quantia de mel que é permitido.”

Por meio desses comentários, observa-se que Bela Gil é tida como autoridade capaz de fazer com que as pessoas mudem seus hábitos segundo o suas recomendações e crenças no que é considerado saudável. No entanto, alguns dos seus seguidores, sentem falta de uma explicação mais academicamente embasada sobre o que se pode ou não ingerir, principalmente quando envolve problemas de saúde. A seguidora Ivani Alencar reclama do fato de a apresentadora não ter informações suficientes sobre uma das convidadas, a cantora Ana Carolina, e “usar melado na preparação da torta de chocolate”, sendo que “o diabético não pode ingerir melado de jeito nenhum”. Esse problema na produção do programa é visto como uma deslegitimação do conhecimento da chef com uma informação pretensamente verdadeira e confiável: “você poderia ter usado por exemplo a metade da quantia de mel que é permitido”. Ainda assim, há uma grande comunidade que confia na chef e a legitimiza como capacitada para o aconselhamento na saúde tendo base em seu conhecimento empírico e aplicação do estilo de vida que segue e recomenda. Esse tipo ascendente de legitimação da perícia empírica é das principais características do aconselhamento na sociedade contemporânea.

A alimentação saudável e a responsabilidade com a família

O fato da apresentadora ter engravidado durante nosso período de observação nos rendeu inúmeras narrativas acerca do julgamento moral da saúde, agora não apenas como virtude do indivíduo como também da qualificação parental, no caso, da mãe, desde seus hábitos na gravidez até a amamentação e cuidados posteriores com a alimentação da criança. Decidimos então prolongar o período de coleta de dados no Instagram até o parto da chef, para que pudéssemos melhor acompanhar sua abordagem pessoal acerca de saúde e maternidade. O tema não apenas progrediu no cenário do estilo de vida como derivou, dois meses depois do fim de nossa coleta, em setembro de 2016, em uma segmentação própria no canal do Youtube da apresentadora, “Canal da Bela”, com subtítulo de “Bela Maternidade”, onde há quadros sobre merendas escolares para a filha mais velha, papinhas de bebê para o recém-nascido e opiniões e experiências da celebridade sobre maternidade e parto humanizado (com disponibilização da filmagem do seu próprio trabalho de parto).

Não queremos afirmar unicamente que identificamos através de nosso objeto de estudo uma nova forma de diferenciação individual, que usa a família como evidência da legitimidade de uma imagem pessoal conscientemente construída. Na realidade, antes da análise prática dos exemplos selecionados, precisamos entender que a instituição da família possui um papel diferente no contexto contemporâneo. Aliás, a ideia atual de família, para nós uma imagem intrínseca de afetividade e cuidado, não possui uma origem tão instintiva, sendo, na realidade, fruto das diversas mudanças sociais ocorridas ao longo da história (ARIÈS, 1981).

Anteriormente, como já vimos, Foucault (1979) afirmara que a família se tornou um dos principais núcleos da medicalização da sociedade a partir do século XVIII. Seu surgimento como uma das instâncias de controle da população e disciplinarização dos corpos, confere à família força potencial baseada na individualidade. A partir do século XVIII, quando doença é colocada como um problema social e individual, não mais atrelando sua maior responsabilidade ao Estado, a não ser em casos epidêmicos (FOUCAULT, 1979) a família moderna torna-se a principal responsável pelo bem-estar das crianças, na medida em que a saúde, ou melhor, a profilaxia de doenças, se torna um valor moral íntimo e, paradoxalmente, sujeito a constante julgamento social. A partir deste momento, em torno da criança há uma série de círculos, como o familiar, o dos técnicos e o dos educadores sociais” (DONZELOT, 2001).

A família tornou-se o berçário da cidadania, com o meio familiar atuando como um exemplo de relações sociais mais amplas. A ordem da casa e dos corpos que habitam o lar, por sua vez, tornaram-se um dever das mulheres e conseqüentemente das mães (PETERSEN E LUPTON, 1996). Na contemporaneidade, há diversos produtos, agentes e instâncias assumem a função de aconselhamento sobre a maternidade buscando garantir que as mães sejam submetidas aos imperativos de promover a saúde dos filhos como dever de uma “boa mãe”. É nesse contexto que Bela Gil, ao preparar a comida de sua filha de um modo que considera saudável, não só busca oferecer o que considera uma boa alimentação, mas também atrela a si a identidade de uma maternidade exemplar. A Imagem 2 ilustra um dos casos relacionados à questão da maternidade da apresentadora, onde houve muito engajamento negativo por parte do público quando a chef postou uma foto da merenda escolar de sua filha, Flor Gil.



IMAGEM 2

Parte dos seguidores alegou que Bela Gil estaria sendo uma mãe restritiva a não permitir que sua filha consumisse “comidas da infância”, como refrigerantes e biscoitos industrializados. Houve inclusive alegação de isso poderia causar exclusão da criança no meio social escolar. Bem, sabemos que figuras públicas estão expostas a diversas críticas rotineiras, porém este caso tomou proporções virais em meados de 2015, o que também atraiu vários seguidores que simpatizavam com o comportamento da chef, além de recolocar em evidência midiática as questões de regulamentação da publicidade em alimentos infantis industrializados e seus estímulos à obesidade infantil. Podemos dizer que a apresentadora certamente tirou o melhor proveito da situação, criando em seu canal do YouTube, um ano depois, um quadro dedicado a receitas de lanches saudáveis para crianças levarem ao colégio, intitulado “Lancheira da Flor”.

Bela Gil fala no vídeo de apresentação como essa repercussão a estimulou a criar esse quadro: “Primeiramente, eu coloco banana da terra e batata doce na lancheira dela, porque ela gosta. Em segundo lugar, eu me importo com a saúde da minha filha e eu não acredito em produtos altamente processados como forma de alimento”, num vídeo publicado em 22 de agosto de 2016.¹

Muitos seguidores de Bela Gil foram positivos ao aconselhamento da chef, concordando com o discurso de que o controle da alimentação dos filhos está moralmente ligado à moral parental:

Thais Kayacan @thaiskayacan: @belagil Posta mais dicas de lancheira pra gente! Mães que se preocupam com a saúde de nossas crianças!

Fernanda Wandembruck @fernandawdb: Quando for mãe quero ser igual a você! Parabéns pela alimentação saudável que você promove para sua filha!!!!

Flávia Lima @flaviaplina14: Que mãe top!!!!!! Tento poupar meu filho de porcarias. E vc vai me inspirar mais! Parabensssssss Palmassss pra vcccc.

Patrícia Tré @patriciatre: Parabéns! Isso é ser saudável! Quem dera minha mãe ter feito isso por mim quando era criança

Marta Loesch @martaloesch: Adoraria ver meus alunos com essa marmita ao invés de tomar um açaí cheio de leite condensado ou refri ou uma coxinha no recreio

Marcia Soares @marciasoares: As mães que estão aqui reclamando devem ser um bando de mães preguiçosas que só botam cheetos e suco de caixinha na merendeira dos filhos!! Aff saiam do instagram e vão preparar uma merenda decente para os seus filhos.

Ceição Coutinho @ceicinhacoutinho: Por isso esse Brasil não vai para frente. Tanta gente ignorante, como pode. Povo sem cultura, sem escrúpulos. Não sabem a comer saudavelmente, enchem as crianças de açúcar e ainda pior criam seus filhos igualmente a vcs. Realmente vai ser difícil esse Brasil sair do buraco com uma população tão idiota. Parabéns Bela continue assim alimentação saudável sempre.

Outros usuários problematizaram a possibilidade de prover uma alimentação para os filhos aos moldes recomendados por Bela Gil, pautando questões alimentares não apenas sob o pretexto da promoção da saúde, mas sob contextos de lazer e de inclusão social:

Mônica Wildhagen @monicanutri: Sou nutricionista, especialista em nutrição clínica e estudei psicologia, sinceramente não achei nada interessante essa merenda. Alimentação saudável deve passar longe de radicalismo, além disso educação alimentar é importante no sentido de fazer escolhas com EQUILÍBRIO. A merenda seria melhor se fosse atrativa, com cor e pode ser muito saudável com alimentos mais atrativos que a batata doce (modinha), poderia ter um suco natural, um sanduichinho, biscoitinho sem recheio, um bolinho, bolinho com farinha

integral, frutinha, etc. Existem muitas opções que vão além dessa merenda sem graça, sem cor e provavelmente sem sabor.

Glau Formaggio @glau_formaggio: Fiquei curioso pelo assunto. Não critico, porém acredito que uma criança em crescimento deveria ter um cardápio mais prazeroso e sem deixar de ser saudável. Não sou a favor de extremos. Nem de cuidados em excesso e pais que não se importam nd com a alimentação dos pequenos.

Ariane Fiori @arianefiori: Certamente experimenta sim salgadinhos e docinhos de outras crianças! Mesmo porque criança é curiosa! Vai estudar psicologia infantil depois vem discutir comigo! Continuo dizendo tudo em exagero faz mal, inclusive água.

Esta postagem foi das publicações mais repercutidas do seu perfil. Os comentários não ficaram restritos a uma só temática e sua abrangência extrapolou os limites do público seguidor de Bela Gil, viralizando em outras mídias sociais. A discussão acalorou-se. Houve questionamentos sobre a negligência dos pais que não preparam uma merenda pautada na saúde dos filhos, levantando também perguntas a respeito de “o que é ser saudável?”, tanto no que tange ao paladar infantil quanto à dieta dos adultos. É interessante analisar que a sociedade ainda se encontra muito polarizada sobre o tema, incluindo profissionais da área da alimentação e leigos interessados. Os debates claramente extrapolam a questão saudável em si e discursam a respeito de temas como extremismo, educação alimentar, prazer, identidade e moral.

É implícita que a associação entre alimentação para crianças e a publicidade de alimentos ultraprocessados está presente nas falas de alguns seguidores (“alimentação saudável deve passar longe de radicalismo”, “cardápio mais prazeroso”, “cuidados em excesso”). A crítica ao pretense radicalismo é bastante presente, afirmando ser praticamente inevitável que crianças não experimentem salgadinhos e docinhos. Há, portanto, uma normatização da escolha, por uma dieta mais flexível e sem “exageros” ou “extremos”, como a que Bela Gil estaria impondo à filha. A comida ultraprocessada como “bolinhos”, “salgadinhos”, “refrigerantes” e “biscoitos”, segundo muitos seguidores, faz parte da socialização infantil. Para a maioria, cabe aos pais à responsabilidade de educar os filhos e oferecer-lhes uma alimentação saudável, mais natural. Para outros, não pode fazer radicalismos. Já para a minoria não há como evitar que as crianças como esses alimentos que “fazem parte da infância”. É bom, nesse caso, lembrar que tanto a alimentação considerada mais saudável e a mais prazerosa são construções histórico-culturais. A identificação da infância com um tipo de alimentação é parte de um processo marcado por aspectos discursivos e não discursivos, por relações de saber e poder.

De qualquer maneira, tanto as postagens a favor da lancheira quanto as contra podem ser identificadas como parte de mudanças sociais mais amplas que postulam o indivíduo como responsável pelo gerenciamento de seus próprios corpos na sociedade contemporânea, caracterizada pelas formas do autogoverno (LUPTON, 1997). Essa configuração atual do poder compreende corpos, alimentos, gordura, ambientes, produtores, supermercados, programas de dieta e grupos de perda de peso, juntamente com sentimentos, práticas e desejos em relação ao consumo alimentar. A crescente popularização dos discursos de promoção da saúde torna o entendimento da vida como sendo um conjunto de escolhas individuais.

Dentro deste fenômeno, estamos analisando aqui os discursos acerca da alimentação saudável no Instagram de Bela Gil como parte das imbricações entre estilo de vida e alimentação saudável na formação de identidades na contemporaneidade. Nesse contexto, o papel de “boa mãe” foi construído no perfil de Bela Gil de modo a incluir uma experiência de alimentação saudável. As mães expressaram uma necessidade percebida de serem pessoalmente responsáveis por proteger as crianças contra influências nutricionais negativas. A vigilância das práticas alimentares familiares em conformidade com o aconselhamento nutricional no Instagram da culinária ocorreu por meio de fornecimento de informações, monitoramento em compras e preparação de refeições, restrição e orientação de compras de alimentos e tradução de conhecimentos especializados em práticas alimentares familiares. Embora na página haja diferentes concepções de alimentação saudável, as mães – e não os pais – são vistas como as responsáveis pela saúde dos filhos.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, discutimos a partir de nosso estudo de caso uma faceta da cultura contemporânea que está associada a valores morais referentes à promoção da saúde e do consumo da saúde como questões de estilo de vida, mesmo que o caráter do que é considerado ou não saudável seja variável entre a população, a mídia, os especialistas acadêmicos e as celebridades do estilo de vida. Independente disso, podemos observar uma tendência cultural em enxergar a saúde como medida essencialmente profilática e de principal responsabilidade individual, guiada essencialmente por uma conscientização de riscos futuros e por pressuposto de controle através da prevenção, pelas escolhas consideradas saudáveis, o que garante aos indivíduos uma sensação de segurança.

A busca pela otimização da experiência de vida ativa e a necessidade de um maior aconselhamento como forma de encontrar um guia nas tomadas de decisão estimulam o surgimento de gurus e experts em diversas áreas do conhecimento acadêmico e do cotidiano. Porém, a multiplicidade de meios de informação e uma crescente desconfiança dos interesses políticos do tradicional aconselhamento acadêmico fomentaram a consolidação da confiança no conhecimento baseado na experiência individual como uma forma legitimada de perícia, que também satisfaz a necessidade contemporânea de maximizar as experimentações e sensações da vida.

Nosso estudo possuía como um de seus principais objetivos ilustrar uma face do comportamento nosopolítico na cultura contemporânea, focando no surgimento das celebridades de estilo de vida saudável em plataformas digitais como o Instagram, que permite envolvimento direto do público. Porém, o percorrer de nossa investigação também levantou diversas questões omitidas ou abordadas indiretamente a respeito do que seria um estilo de vida saudável. Na mídia que analisamos, esse conceito é uma forma não apenas profilática, em relação ao controle de futuras doenças, mas essencialmente identitária e elitista, um vez que equaliza os indivíduos em sua responsabilidade individual, ignorando condições sociais e estruturais além do poder de ação de cada um. Observamos também que esse discurso moralista e individualista sobre saúde na cultura, marginaliza a população de comportamento considerado divergente e desviante, como obesos e sedentários, que, para além do campo da saúde, são inferiorizados nas relações sociais.

Essa responsabilização individual possui via transversa quando reitera o comportamento relacionado a uma existência pautada na saúde e no bem estar, acarretando ao indivíduo convergente as qualidades sociais de responsabilidade social, parental e edificação moral. Essa condição justifica a ascendência de celebridades na perícia do estilo de vida saudável, pois o público não quer apenas consumir a informação, mas possuir confirmação empírica da prática do aconselhamento para que possa fazer escolhas baseando-se em sua própria opinião. Essa tendência possui suas necessidades supridas pela sensação de acompanhamento íntimo da vida de seus “instrutores” ou “peritos”, como é o caso de celebridades em estilo de vida como Bela Gil, que expõem diariamente a prática empírica de seus aconselhamentos, criando uma relação intimista e mais agradável ao público que busca a saúde como identificação pessoal.

A totalidade da pesquisa realizada no Instagram da celebridade levantou outras questões além da identificação pessoal e julgamento moral dentro da perícia do estilo de vida saudável, como o poder de mobilização política que

é condicionado a celebridades do estilo de vida, assim como questionamentos mais aprofundados acerca da expertise da apresentadora e sua falta de reconhecimento acadêmico para aconselhamento na área da saúde. Este artigo, porém, possuiu enfoque nas extensões morais e identitárias acarretadas na cultura da saúde e principalmente da alimentação saudável, onde a análise de discurso permitiu a observação de questões sociais e políticas presentes nas entrelinhas do aconselhamento da chef e por consequência no aconselhamento midiático da saúde.

No Instagram de Bela Gil, observamos que o interesse identitário comum é o estilo de vida saudável da chef e sua família. Não é à toa que a construção da autoridade dela passe pela performance do papel de “boa mãe”. A partir de seu perfil, forma-se uma comunidade de interlocutores interessados em abordar o estilo de vida saudável, o cuidado de si, dos filhos e da família, especialmente a partir da alimentação. Para além da atividade da culinária, foi essencial analisar o envolvimento do público seguidor, que dividem o protagonismo desta pesquisa. Podemos dizer que o principal objeto de estudo da perícia do estilo de vida saudável não se encontra essencialmente nos peritos de legitimidade empírica na saúde, mas sim na relação entre esses conselheiros e o público ativo que o concede autoridade ou refuta sua expertise. Avaliando nesse contexto, podemos concluir que a contemporaneidade vive um momento de ressignificação informativa, onde antigos conceitos de legitimidade perdem autoridade para a experiência individual e crenças de cada um. A popularização dos processos de produção, circulação e consumo de informações sobre saúde em redes sociais como o Instagram permite pensar que a celebração da expertise (através da figura do “guru do estilo de vida” ou do “perito em estilo de vida” como atua e é reconhecida Bela Gil) é um marcador da convergência crescente entre uma esfera pública de produção de espetáculo e uma esfera íntima e privada de consumo e vida cotidiana.

Referências

ARIÈS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BAGRICHEVSKY, M.; CASTIEL, L. D.; VASCONCELLOS-SILVA, P. R.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. Sedentário sem-vergonha, saudável responsável? Problematizando a difusão do estilo de vida ativo no campo sanitário. In: BAGRICHEVSKY, M.; ESTEVÃO, A.; PALMA, A. (orgs.). A saúde em debate na educação física: volume 3. Ilhéus: Editus, 2007.

- BAUMAN, Z. O mal-estar na pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BRAGA, A. Microcelebridades: entre meios digitais e massivos. *Contracampo* (UFF), v. 1, p. 39-54, 2010.
- CAMPANELLA, B. Novas práticas, antigos rituais: a organização do cotidiano e as configurações de poder na mídia. *Revista Geminis*, v. 1, p. 8-12, 2014.
- DONZELOT, J. A polícia das famílias. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- CAMARGO JÚNIOR, K. As armadilhas da “concepção positiva de saúde”. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 17, p. 63-75, 2007.
- CONRAD, P. The medicalization of society: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2007.
- FERREIRA, M.; CASTIEL, L. D.; CARDOSO, M. H. C. A patologização do sedentarismo. *Saúde e sociedade*, vol.21, n.4, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Historia de la medicalización*. In: _____. *La vida de los hombres infames*. La Plata: Altamira, 1996.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- LEWIS, T. Branding, celebritization and the lifestyle expert. *Cultural Studies*, v. 24, n. 4, p. 580-598, 2010.
- _____. *Smart living: lifestyle media and popular expertise*. Nova York: Peter Lang, 2008.
- LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LUPTON, D. The Digitally Engaged Patient: Self-Monitoring and Self-Care in the Digital Health Era. *Social Theory & Health*, vol.11, n.3, 2013.
- _____. *The imperative of health: public health and the regulated body*. London: Sage, 1997.
- PETERSEN, A.; LUPTON, D. *The new public health*. London: Sage, 1996.
- PRIMO, A. De narcisismo, celebridades, celetoides e subcelebridades: o caso Tessália e sua personagem Twittess. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 7, p. 159-189, 2010.
- _____. Existem celebridades da e na blogosfera? Reputação e renome em blogs. *Líbero (FACASPER)*, v. 12, p. 107-116, 2009.
- _____. Interações mediadas e remediadas: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. In: _____. (org). *Interações em rede*. Porto Alegre, 2013.
- RAMOS, J. S. Etnografia e digitalização. In: CAMPANELLA, Bruno e BARROS, Carla. *Etnografia e consumo midiático*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2016.
- ROSE, N. *A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N.; MILLER, P. Political power beyond the State: problematics of government. *British Journal of Sociology*, vol.43, n.2, p.173-205, 1992.

TURNER, B. The discourse of diet. In: FEATHERSTONE, Mike; HEPWORTH, Mike; TURNER, Bryan (eds.). *The body: social process and cultural theory*. London: Sage, 1991.

Correspondência Igor Sacramento, Av. Brasil, 4036, Sala 512, 5º andar, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 21040-361

Contribuição dos autores Sacramento foi responsável pela concepção e orientação do estudo, pela análise e interpretação dos dados e pela redação do artigo. Abreu foi responsável pelo acompanhamento, coleta, segmentação e interpretação dos dados e pela redação do artigo. Ney e Lopes foram responsáveis pela análise e interpretação dos dados e redação do artigo.

Nota

1 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIunNah-9Hc>.

Lula 2018: estratégias de campanha permanente no Facebook

*Lula 2018:
permanent campaign strategies on Facebook*

Rejane de Oliveira Pozobon

Universidade Federal de Santa Maria
Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Política CNPq/UFSM.

Andressa Dembogurski Ribeiro

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Política CNPq/UFSM. Bolsista Capes.

RESUMO

O contexto político brasileiro tem sido permeado por acontecimentos que alteram a construção das estratégias comunicacionais utilizadas pelos atores políticos. A utilização da ambiência digital como fonte de relacionamento entre político e cidadão impulsionou o que estudiosos compreendem como campanha permanente. É a partir destas circunstâncias que objetivamos, neste artigo, analisar a construção das estratégias de campanha permanente utilizadas por Luís Inácio Lula da Silva, na sua página no Facebook. Buscaremos responder os nossos questionamentos por meio de proposições presentes nos conceitos de campanha eleitoral na ambiência digital, campanha permanente, personalização e dramatização da política, utilizando o método de análise de conteúdo, somado ao uso da técnica de observação indireta e não participativa.

Palavras-chave: campanha permanente; estratégias de comunicação; Facebook.

ABSTRACT

The Brazilian political context has been permeated by events that change the construction of communication strategies used by political actors. The use of the digital environment as a source of relationship between politician and citizen has boosted what scholars understand as a permanent campaign. It is from these circumstances that we aim, in this article, to analyze the construction of the permanent campaign strategies used by Luís Inácio Lula da Silva, on his Facebook page. We will try to answer our questions through propositions present in the concepts of electoral campaign in the digital environment, permanent campaign, personalization and dramatization of the policy, using the method of content analysis, added to the use of the technique of indirect and non participative observation.

Keywords: permanent campaign; communication strategies; Facebook.

Campanha eleitoral e ambiência digital

Referência de utilização nos Estados Unidos, as redes sociais digitais foram, a partir de 2008, utilizadas como ferramenta comunicacional durante o período eleitoral (Gomes *et al.*, 2009). Marques, Silva e Matos (2013) comentam que a campanha presidencial de Barack Obama, em 2008, foi um grande exemplo do uso efetivo da internet em campanha eleitoral. Segundo os autores, foram mais de 750.000 pessoas engajadas, muitas páginas populares que foram criadas sobre ele, e milhões de dólares arrecadados.

Miguel e Biroli (2011) citam um fato da eleição presidencial brasileira de 2010, como exemplo das características da internet em relação à construção das campanhas eleitorais com as práticas sociais afetadas pelo uso da internet: a importância das igrejas foi sentida na campanha contra o PT e a candidata Dilma Rousseff, por causa do apoio ao direito ao aborto e ao casamento *gay*, através de manifestações que iniciaram nas redes sociais digitais e depois foram colocadas em pauta pela mídia de massa. Além disso, a agenda das eleições foi delineando-se como reação a posições e discursos que não ganharam forma, inicialmente, na grande imprensa (MIGUEL; BIROLI, 2011). Segundo Massuchin e Tavares (2015), o Facebook foi usado por 80% dos candidatos das capitais nas eleições de 2012, e se sobressaiu ao uso de websites e outras redes sociais disponíveis.

Marques (2016) aponta o uso da internet como uma ferramenta de contato do eleitor com o candidato, e questiona o seu uso democrático, pois apesar de facilitar a participação dos cidadãos nas discussões públicas, ela vem sendo utilizada apenas como estratégia de composição das imagens dos candidatos. O autor acredita que o processo de produção da decisão política pouco tem se modificado. Cervi e Massuchin (2013) partem do pressuposto que

existe um ‘ambiente informacional’ multidirecional, complexo e com níveis distintos de controle que fornece um conjunto de informações de diferentes fontes que se conectam informalmente através dos receptores/eleitores gerando um efeito de interagendamento entre elite política eleitores, mídia tradicional e os novos meios. (p.320)

Além disso, a ambiência digital corroborou para uma constante construção estratégica da imagem dos atores políticos, o que chamamos de campanha permanente e trataremos no subitem a seguir.

Campanha Permanente

Entendemos que vivemos em um contexto político onde a campanha permanente faz parte das configurações do campo, pois a busca pela aceitação pública vai muito além do período eleitoral. Galicia (2010) comenta que o conceito de campanha permanente refere-se à utilização de estratégias para que os atores políticos construam ou mantenham uma base de apoio popular. Liniker (2007) também acredita que a campanha permanente se refere ao uso dos meios de comunicação, pelos indivíduos e organizações eleitos, para construir e manter o apoio da população.

O termo campanha permanente, como é conhecido atualmente, foi proposto por Pat Caddell, assessor do presidente James Carter. Caddell entregou um documento em que afirmava que a campanha não poderia terminar com a vitória eleitoral, mas sim que era preciso manter os eleitores através da divulgação de ações e programas de governo (Galicia, 2010). Para Blumenthal (1980) governar se converte em uma campanha permanente e disponibiliza para o governo um instrumento para sustentar a popularidade do candidato eleito, pois conforme Dick Morris apud Galicia (2010) “*Un político no sólo necesita apoyo público para ganar las elecciones, lo necesita para gobernar. Quien no calcula cómo mantener su apoyo todos los días y sobre cada tema, casi inevitablemente caerá*” (p.2).

Blumenthal (1980) entende a campanha permanente como uma combinação de imagem e cálculo estratégico, e por isso faz com que o governo esteja em uma perpétua campanha, é por isso que Galicia (2010) acredita que a promessa da campanha eleitoral deve se traduzir em uma campanha governamental permanente, pois a mensagem deve responder e atender as necessidades e as expectativas do eleitorado. Blumenthal (1980) assinala algumas características da campanha permanente: os políticos que objetivam manter e melhorar a sua imagem pública recorrem aos assessores políticos; a sistematização da informação serve para medir o nível de aceitação da opinião pública; em função das limitações das legislações eleitorais, tem sido uma prática recorrente da nova era; governar se torna uma campanha permanente afim de sustentar a popularidade.

O delineamento histórico da comunicação no campo político, mais precisamente no que se refere às campanhas eleitorais e consequentemente a campanha permanente, tem encaminhado o candidato para o centro do debate público. A partir do enfraquecimento das frentes partidárias, a inclusão de estratégias que foram intensificadas pelas inovações tecnológicas, e o foco

da mídia em líderes individuais, o político atualmente é visto através dos enquadramentos da vida cotidiana, o que é denominado de personalização.

Chamamos de personalização da política o processo que expõe a vida cotidiana do ator político e o trata como um indivíduo qualquer na sociedade. Charaudeau (2016) chama isto de *peopolização*. O autor comenta que o objetivo disto é produzir um efeito de credibilidade, e apesar de sabermos que, para manter seu prestígio, toda função pública necessita de distância para com seu público, a *peopolização* produz efeitos contrários. A *dessacralização* da função pela ausência de distância coloca o político no mesmo nível de todo mundo; e a *ressacralização*, introduz humanidade numa função que normalmente é desumanizada. A *peopolização*, conforme Charaudeau (2016, p. 123), “[...] joga com o desejo inconfessável de conhecer a vida privada dos notáveis que se protegem sob carapaça de representantes da nação. Além do mais, no discurso da *peopolização*, o privado toma o lugar do público, a pequena história da grande história, o particular do universal, numa ilusão de transparência total”. Para Carvalho (2010) a personalização significa desprogramação, pois cuida-se da apresentação do político, sem a preocupação com o seu conteúdo, fazendo assim com que o processo seja totalmente superficial.

A personalização da política como forma estratégica ocorreu a partir da intersecção entre campo político, criações publicitárias, e campo midiático. As campanhas eleitorais televisivas trouxeram a vida privada dos candidatos para o espaço público, facilitando a propagação de questões íntimas, aumentando a disputa por visibilidade e humanizando as campanhas.

Atualmente, assistimos ao fenômeno da ascensão da política centrada nos candidatos. Para o autor, o eleitor contemporâneo não é predeterminado por variáveis sócio demográficas nem por predisposições partidárias. Neste cenário, há um aumento na volatilidade eleitoral. Quando a opinião pública tende à neutralidade sobre os partidos, é o candidato quem polariza o debate. Atributos pessoais como carisma, aparência, idade, religião, estado de saúde, bem como a imagem de competência, capacidade de gestão e integridade preencheram o espaço deixado vago pela discussão política, sobretudo em disputas pouco ideologizadas. Focando personalidades, e não ideias ou ideologias, as comparações para o eleitor mediano são mais óbvias e fáceis – e essa busca pela facilitação está especialmente presente na lógica midiática (IASULAITIS, 2015, p.5).

A partir do momento em que o espetáculo político-midiático (Weber, 2011) foi intensificado, os candidatos foram identificados como personalidades que estavam desvinculando-se da imagem construída pelos partidos e, mais do nunca, quando selaram uma relação de “troca de favores” com o campo midiático, sendo impossível um campo não se retroalimentar do outro.

A dramatização da política é um elemento constante na sociedade midiaticizada, e através da personalização os atores políticos emotizam os processos que objetivam visibilidade e poder. Os aparatos tecnológicos, desde o surgimento da televisão, vem otimizando a execução de estratégias comunicacionais que são pensadas através de um viés emotivo e desviam o caráter racional da política.

Sabemos que a dramatização da política acontece desde os comícios das sociedades antigas, mas o que tem potencializado este processo é a relação entre o acontecimento político e a mídia. Historicamente, a dramatização da política acontece através do modo espetacular que o poder de governar é mostrado. São cerimônias estratégicas e carregadas de simbolismos, sons e movimentos. Charaudeau (2016) compara a cena política com um palco teatral onde se representam dramas e tragédias. Ele identifica três fases clássicas do drama e que também podem ser identificadas na ação política: a) uma situação de crise que se caracteriza pela existência de *uma desordem social* em que as vítimas são os cidadãos; b) uma *fonte do mal*, que denuncia outra pessoa e se torna a razão da desordem; c) uma possível *solução salvadora*, que pode ser a figura de um salvador que proporrá reparar a situação de desordem.

Pensando na evolução do espetáculo político através da utilização da propaganda e referências teatrais, a contemporaneidade deslocou-o da rua para os meios de comunicação midiática. Weber (s/d) acredita que para a compreensão teórica do espetáculo é preciso falar sobre emoções. Ela diz que as emoções são o capital individual dos sujeitos, que é disputado pelo mercado e pela política, e assim se forma um triângulo de poderes que desequilibram os acordos e disputas entre a sociedade, a política e as mídias. A autora entende que o espetáculo só existirá com essa combinação, e que não pode ser atribuído às mídias o poder de controlar e determinar o movimento da política e da sociedade. “São estes papéis públicos que, ao serem “investidos de sentimento”, adquirem poder. A crença na *persona* do ator e nas convenções é transformada num expressivo instrumento da vida pública, onde o cidadão pode expor suas paixões e compartilhá-las com os poderes constituídos” (WEBER, 2011, p.194).

Como percebemos na evolução histórica das campanhas eleitorais, o uso de estratégias televisivas alterou as formas de visibilidade e possibilitou uma emotização (Ribeiro, 2004) da política, já que une oralidade e imagem, e os sentimentos podem ser percebidos através de expressões, gestos, tom de fala, etc. “O convencimento, antes racional-argumentativo, agora se torna emotivoseducador” (RIBEIRO, 2004, p. 29). Além disso, as técnicas audiovisuais permitiram uma dramatização permanente, e menos dependência do ciclo anual do cerimonial político (Carvalho, 2010).

As campanhas eleitoras e permanente são permeadas pela dramatização e conseqüentemente pelo espetáculo político, pois é um período de grande disputa de poderes e visibilidade midiática. Neste sentido, Weber (s/d) comenta que o espetáculo mais rentável é gerado através do escândalo ou da disputa eleitoral, pois nestes casos sempre existem vencedores e derrotados, celebrações e mobilização de paixões. O escândalo, segundo a autora, ocorre na transgressão de valores, normas e códigos morais e abrange uma cadeia de delações, segredos, ataques e defesas através de um fato que afere a reputação dos envolvidos, sendo que quanto maior a representatividade política e visibilidade midiática, maior o escândalo e maior será o envolvimento. Além disso, a dramatização no espetáculo político pode ser percebida através das estratégias comunicacionais utilizadas para gerar visibilidade. Segundo Weber (s/d, p.8):

A produção de publicidade entra na produção do espetáculo como oposição à informação jornalística, e decorrente da ação de todos os poderes direta e indiretamente relacionados ao espetáculo. Quanto mais integrado for este processo, melhores serão os resultados de visibilidade, promoção e consumo do espetáculo. Estas ações, de caráter comercial ou institucional atendem à equação que permite associar mensagens, eventos, promoções das organizações ao sujeito ou ao fato principal do acontecimento, pois no momento que ele é transformado em espetáculo o sucesso está garantido a quem dele participar. [...] O resultado final dos rituais do marketing e da propaganda são expressos em anúncios, vídeos, assinaturas, peças visuais, com a densidade simbólica permitida pela potência do acontecimento e no sentido de aproveitar a oportunidade e usufruir do espetáculo.

As questões abordadas neste item nos apontaram as afetações ocasionadas com as mudanças das práticas comunicacionais referentes às campanhas eleitorais e campanha permanente, e é a partir disto que no próximo item traremos pensamentos que nos ajudem a analisar a construção das estratégias de campanha permanente utilizadas por Luís Inácio Lula da Silva na sua página no Facebook.

Lula: estratégias de campanha permanente no Facebook

Esta etapa do estudo tem a finalidade de realizar uma análise que objetiva a exemplificação de alguns processos comunicacionais que permeiam o campo político, mais precisamente no que se refere à campanha permanente e campanha eleitoral na ambiência digital. Para tanto, serão observadas as postagens de Luís Inácio Lula da Silva na sua página¹ no Facebook, no mês de março de 2017.

Através da organização da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1997), primeiro realizamos uma pré-análise, que foi seguida pela exploração do material, e finalizada com o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. A autora ainda propõe cinco etapas para a estruturação da AC: (1) organização da análise; (2) a codificação; (3) a categorização; (4) a inferência; e (5) o tratamento informático. A pré-análise e a exploração do material foram feitas, através da observação encoberta e não participativa (Johnson, 2010).

A seleção deste objeto empírico se deu devido ao fato de Lula ser um dos possíveis pré-candidatos as eleições presidências de 2018, e também por ser um dos acusados na Operação Lava Jato², o que faz com que ele precise batalhar ainda mais pela aprovação dos eleitores.

Através da exploração do material do mês de março de 2017, resolvemos analisar as publicações que fossem, além de postagens da própria assessoria de comunicação de Lula (exceto transmissões ao vivo), compartilhamentos do site lula.com.br, institutolula.org, dilma.com.br, brasildamudanca.com.br, e da página do Partido dos Trabalhadores. A organização da análise então foi concluída com a exclusão de materiais que não continham nenhuma característica de campanha permanente.

Através desta delimitação do material, restaram 45 publicações a serem avaliadas. A partir daí, criamos um quadro com algumas codificações para que a leitura da análise fosse facilitada. O item “Tipo de material” é subdividido em: “conteúdo da assessoria de comunicação”, “compartilhamento de depoimento” e “depoimento”. Esta subdivisão se deu a partir do momento em que identificamos muitos depoimentos acompanhados dos conteúdos produzidos pela assessoria de comunicação de Lula, e por isso, em alguns casos pode ocorrer desses dois elementos serem selecionados. O segundo item é o “formato”, que pode ser “texto”, “imagem”, “texto e imagem”, e “texto e vídeo”. O último componente do quadro de análise é o “conteúdo”, ele é dividido em “texto”, “imagem”, e “vídeo”, e este espaço é destinado à transposição das frases analisadas através das categorias que serão citadas a seguir.

A terceira etapa proposta por Bardin (1997) é a categorização, e que segundo a autora, “... são rubricas ou classes, as quais se reúnem um grupo de elementos sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns desses elementos.” (BARDIN, 1997, p. 117). Nossa análise se dá então a partir de três categorias: **Passado/Futuro**, **Personalização** e **Dramatização**.

A categoria **Passado/Futuro** foi criada tendo em vista que a campanha permanente é “... um processo sem fim procurando manipular fontes de aprovação do público para se engajar em uma ação de governar em si

mesma” (HECLO, 2000, p. 17). Além disso, a campanha permanente é vista como a intersecção entre a comunicação eleitoral e governamental (Blumenthal, 1980). Neste caso, mesmo que Lula não seja o atual presidente da república, o pensamos como um ator político que já passou por dois mandatos presidenciais, e possui uma atuação consolidada frente ao Partido dos Trabalhadores. É através desta categoria que, identificaremos as falas referentes ao que o possível candidato a presidência do Brasil em 2018 já realizou em governos anteriores, e o que ele ainda propõe fazer pelo país.

A **personalização** e a **dramatização** são estratégias já identificadas nas campanhas eleitorais, e pelo fato de a campanha permanente ser, segundo Blumenthal (1982), a combinação de imagem e cálculo estratégico, que faz com que o governo esteja em uma campanha constante em busca da aprovação popular, é que criamos estas duas categorias.

A **personalização** será percebida em momentos em que Lula é tratado como um sujeito comum e não como um ator político, pois conforme comenta Charaudeau (2016), a *peopolização*, aposta no desejo de conhecer a vida privada dos observáveis que se protegem sob o revestimento de representantes da nação. Além do mais, no discurso da *peopolização*, o privado toma o lugar do público, em uma ilusão de transparência total.

Já a **dramatização** será percebida em momentos carregados de simbolismos, sons e movimentos. Charaudeau (2016) compara a cena política com um palco teatral onde se representam dramas e tragédias. Ele identifica três fases clássicas do drama e que também podem ser identificadas na ação política: a) uma situação de crise que se caracteriza pela existência de *uma desordem social* em que as vítimas são os cidadãos; b) uma *fonte do mal*, que denuncia outra pessoa e se torna a razão da desordem; e c) uma possível *solução salvadora*, que pode ser a figura de um salvador que proporá reparar a situação de desordem.

Iniciamos a última fase proposta por Bardin (1997) tratando os resultados em duas etapas. Tendo em vista que análise de conteúdo é um método em que podemos averiguar os dados obtidos tanto na forma qualitativa quando quantitativa, primeiro elencaremos numericamente as informações constatadas, e posteriormente traremos uma abordagem qualitativa, tentando entender como se deu o processo da construção da campanha permanente no período analisado.

O primeiro item de análise era sobre o “tipo de material”, o subitem “conteúdo da assessoria de comunicação” foi identificado em 25 postagens, o “compartilhamento de depoimento” foi percebido em 3 publicações, e os itens “conteúdo da assessoria de comunicação” e “depoimento” foram

simultaneamente escolhidos em 17 dos 45 materiais analisados. Se unirmos os dados referentes ao “compartilhamento de depoimento” e “conteúdo da assessoria de comunicação e depoimento”, percebemos a incidência de 20 depoimentos no mês de março.

Em relação ao formato dos conteúdos, 28 eram “texto e vídeo”, 10 “textos”, 2 “imagem”, e 5 “texto e imagem”.

Acreditamos que o índice elevado de utilização de “texto e vídeo” se justifica pela grande quantidade de depoimentos compartilhados. De 20 depoimentos 19 foram feitos através de audiovisual.

O último item é sobre o “conteúdo” analisado, é neste componente que disponibilizamos os trechos que justificam as categorias de análise que criamos para esse exercício metodológico. Em relação à categoria “passado/futuro” encontramos 91 incidências, e a “personalização” foi percebida em 28 casos.

Reafirmamos através deste exercício metodológico a utilização de estratégias de campanha permanente, quando percebemos o alto índice de citações referentes ao que Lula realizou em seus governos passados. Através da categoria **“passado/futuro”**, percebemos o ator político buscando a aceitação do público através da divulgação de programas que foram propostos por ele. Damos destaque para dois momentos percebidos nesta análise: a transposição do Rio São Francisco e o Dia Internacional da Mulher.

A assessoria de comunicação de Lula utilizou a obra de transposição do Rio São Francisco como uma ampla fonte de campanha permanente, pois grande parte das postagens de março foi com esse tema, e principalmente utilizando depoimentos de moradores que citavam o Lula como o grande responsável pelo recebimento de água no nordeste. Isto já pôde ser visto na primeira postagem de março, através do depoimento de um morador da região que disse: “... isso aqui são obras de Lula. Lula projetou, Dilma realizou...” (00:00:03) [...] “isso aqui é realidade que eles fizeram pro povo brasileiro, e então a gente merece dar toda a confiança pra eles ...” (00:00:15) [...] “isso aqui já é uma verdade que merece ser levada ainda mais pro futuro, que vai ser com Lula 2018...”. Outras 15 publicações seguiram este mesmo viés, e foram divididas em dois períodos de publicação, do dia 1º a 6 de março, antecedentes a inauguração, e do dia 17 à 19 de março, período da inauguração da obra.

No dia 8 de março, dia em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, uma série de postagens, também através de depoimentos, foi publicada na página de Lula. Os conteúdos destes audiovisuais continham a fala de

mulheres que comentavam como a vida delas tinha melhorado com a criação de programas de governo de Lula e Dilma. Um exemplo disto pode ser visto através da Figura 22, em que uma estudante de fisioterapia faz o seu relato: “...eu curso fisioterapia graças ao Sisu cotas, e eu tenho muito orgulho em dizer que se não fosse por este projeto talvez hoje eu não estaria cursando uma faculdade... (00:00:15) [...] E eu agradeço a Lula e a Dilma por terem criado esses projetos e terem dado continuidade. Melhorando assim a vida de muitos brasileiros, e em especial a vida das mulheres...” (00:00:30).

Nos dois momentos em que percebemos o maior índice de visualização da categoria “passado/futuro”, além de comprovar a utilização da divulgação de programas de governo, uma das características da campanha permanente, também destacamos o uso de depoimentos, corroborando para o pensamento de que as estratégias de campanha eleitoral são utilizadas todo o tempo pelos atores políticos, pois como comentado por Noguera (2001), a comunicação política institui e gera poder, e deve ser constante, em consequência de que não se pode mais afirmar que por já ter sido eleito, ou por ser presidente, se possui poder. Segundo o autor, o poder é algo que necessita ser conquistado constantemente e deve ser averiguado diariamente.

A segunda categoria de análise que propomos é referente à “**personalização**”, onde Lula não era tratado com um ator político e sim como com um indivíduo qualquer da sociedade, pois a personalização é originada através da aproximação que iguala as experiências vividas pela figura pública as dos eleitores. Destacamos duas publicações que exemplificam este pensamento: a primeira se refere à Figura 4, uma postagem de 1º de março, em que o relato feito pela professora de física e escritora Erika Takimoto é compartilhado na página de Lula; e na Figura 41, uma publicação do dia 29 de março, em que, através de um audiovisual, o documentário “Lula em Monteiro”, que está sendo produzido sobre Lula e a obra de transposição do Rio São Francisco é divulgado.

O destaque ao compartilhamento do depoimento da professora e escritora Erika Takimoto, se dá a partir do momento em que em vários trechos do texto ela se refere à Lula como um sujeito comum da sociedade, conforme o exemplo a seguir:

Quem tira foto com o Lula não pode ser má pessoa, pensei. Quem acreditou e acredita nele torce para que a desigualdade social diminua, fica feliz em ver negros em universidades e pessoas saindo da linha da miséria. Então, concluí, ela tem cara de quem vai fazer um bom uso do meu telefone e do meu voto de confiança. [...] O que quero dizer a vocês é que eu estava falando com um homem que mudou o destino de muitos brasileiros [...]

Deixe de bobeira, companheira. Sou eu. [...] Em nome de todos os brasileiros que hoje comem, se vestem e estudam, eu quero dizer: muito obrigada, Lula. E receba todo meu sentimento pelo falecimento de Dona Marisa. [...] Lula me ligou, disse que sou maravilhosa e trouxe a força que me faltava para continuar lutando por uma sociedade mais justa.

Entendemos também que um dos fatores que corroborou para a utilização da personalização como estratégia comunicacional foi o declínio da identificação partidária, onde o político não é mais totalmente visto como um representante de um partido, e sim com uma figura que busca individualmente a representação da sociedade. Baseado nisso, é que entendemos a divulgação deste documentário, em que Lula será tratado como o criador da transposição do Rio São Francisco, como uma estratégia de personalização. No audiovisual divulgado, apesar de ser produzido pela Fundação Perseu Abramo³, o Partido dos Trabalhadores não é explicitamente percebido como aliado neste projeto do governo Lula.

Além disso, Charaudeau (2016) comenta que não é de se espantar que o debate político apele para os sentimentos, tendo em vista que o seu objetivo é a persuasão. Para o autor, “A força dos argumentos empregados depende mais de sua carga emocional do que de seu rigor lógico” (p.89). O exemplo a seguir, retirado também do vídeo que divulga o documentário “Lula em Monteiro”, confirma isto: “Luís Inácio é filho do sertão. Saiu de Pernambuco miúdo como um fio de água que corria o Cariri, e voltou reconhecido pelos seus conterrâneos como pai, irmão ou filho, como alguém de casa que vai ali e já volta pra comer um pirão. Lula voltou pra casa em forma de água, grande como quem muda o curso de um rio”.

A última categoria que propomos foi a da “**dramatização**”, mas como preferimos utilizar os trechos citados em apenas uma das categorias, as que acreditávamos serem mais marcantes, ela não foi identificada de forma individual. Mas compreendemos que ela permeou de forma abstrata algumas falas, cenários, e temas propostos, pois, conforme Charaudeau (2011), existem enunciados que não incluem palavras emocionais e que, sem dúvida, são suscetíveis de produzir efeitos emocionais a partir do momento em que temos conhecimento da situação de enunciação.

Através da análise que propomos, identificamos nas estratégias comunicacionais empregadas por Lula traços e características de campanha permanente, utilizando além da personalização, que é uma característica frequente nas campanhas eleitorais, a estratégia que categorizamos como passado/futuro, e busca, através da lembrança dos programas que desenvolveu em seu governo, a aprovação da população e, ainda que implicitamente, vencer a próxima eleição.

Além disso, conforme as características de campanhas *online* propostas por Massuchin e Tavares (2015), identificamos quatro delas na análise realizada, a **disseminação de informação** ocorreu principalmente sobre a transposição do Rio São Francisco, e o como isso transformaria a vida daquela população que costuma viver períodos de seca; a **proposição de temas/políticas** que foram retomadas na categoria passado/futuro e que colocaram em pauta projetos realizados no governo de Lula e que devem ser retomados; a **campanha negativa** contra os adversários ocorreu na pauta em que a transposição do Rio São Francisco tinha sido projeto proposto no governo de Lula e executado no governo de Dilma, e não pelo atual governo de Michel Temer; o **engajamento e mobilização**, uma das principais características das redes sociais digitais, foi uma das estratégias comunicacionais mais utilizadas, onde neste período 19 vídeos contendo depoimentos de eleitores foram publicados a página de Lula no Facebook.

Estas estratégias das campanhas online que são utilizadas por Lula em período não eleitoral confirmaram algumas tendências citadas anteriormente por Hecló (2000) sobre os padrões de comportamento do ciclo campanha-governo e governo-campanha que conduzem a campanha permanente. Onde existe uma expansão do grupo de interesse político; a existência das novas tecnologias de comunicação da política moderna; a crescente necessidade do financiamento da política; e as expectativas cada vez mais altas sobre o ativismo do governo.

Após a análise realizada, acreditamos ser extremamente pertinente observarmos as estratégias comunicacionais empregadas por Lula na sua página no Facebook na semana da realização do seu julgamento por corrupção passiva e lavagem de dinheiro caso do Triplex do Guarujá (SP)⁴. O mesmo aconteceu no dia vinte e quatro de janeiro de 2018, e três desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª região votam a favor de manter a condenação e ampliar a pena de nove para doze anos de prisão. Entendemos que momentos como este fazem com que a luta pela aceitação popular se torne ainda mais árdua e necessária e conseqüentemente intensifique a campanha permanente. Por isso, observamos as postagens entre os dias vinte e um e vinte e oito de janeiro de 2018. Esta observação não se restringe às categorias e processos utilizados na primeira análise realizada. A intenção neste momento é perceber como a campanha permanente se delineou neste momento e notar quais as semelhanças e dessemelhanças das estratégias comunicacionais utilizadas em março de 2017.

Este período de análise contou com oitenta e cinco postagens, um número expressivo, que teve seu ápice no dia anterior ao julgamento com vinte e

quatro postagens. Observamos neste material a maior recorrência de quatro tipos de estratégias comunicacionais: publicização de fotos e vídeos de eventos realizados em apoio a Lula; postagens que remetem ao passado ou ao futuro, assim como as identificadas na primeira análise; estratégias de defesa; e de apoio ao ator político.

A publicização de fotos e vídeos dos eventos ocorridos em defesa de Lula remetem aos comícios realizados em período de campanha eleitoral, pois são carregados de características que acompanham o processo político desde os primórdios, e em vários momentos a pauta, além do julgamento, era a possibilidade da candidatura as próximas eleições presidenciais. As publicações que remetiam ou passado ou ao futuro, estratégia já recorrente no que se refere à campanha permanente, foram percebidas através de alguns textos como: “Com Lula o Brasil viveu o melhor mandato. Quem tem medo de ser feliz?” (22/01); “As pessoas tem que entender que não estou preocupado comigo. Estou preocupado com o povo brasileiro. Eles estão desmontando o ProUni, o Fies, as escolas técnicas.” (23/01); “Por onde passa o São Francisco, se diz assim: o menino foi buscar um pote d’água, voltou com um rio. E um rio de gente está ao seu lado pelo Brasil. E se um rio de água não dá pra parar, imagina de gente. É isso. #EleiçãoemLulaéfraude” (23/01). O ultimo trecho citado é o compartilhamento de uma postagem feita pela deputada federal Maria do Rosário e, além de ser uma estratégia que remete apoio a Lula, se refere a um dos assuntos já muito utilizado como estratégia de passado ou futuro, que foi a transposição do Rio São Francisco.

As estratégias de apoio e defesa foram as mais utilizadas neste período. Os dias vinte e dois e vinte e três de janeiro foram marcados pela grande quantidade de vídeos com falas de atrizes, atores, cantores em apoio ao ator político. O cantor Otto disse: “Vamos defender com unhas e dentes o nosso presidente” (22/01); já a atriz Bete Mendes comentou: “Espero justiça amanhã” (23/01). As estratégias de apoio e de defesa também foram publicizadas através de falas de comunidades indígenas (23/01), historiadores (24/01), figuras públicas como Pepe Mujica (25/01), e compartilhamentos de reportagens e opiniões de jornais nacionais (Carta Capital, Jornal Apoio Econômico, Jornal de Todos os Brasis, Folha de São Paulo) e internacionais (NY Times, Jornal Página 12 da Argentina), além de postagens como a que disponibiliza o link para a leitura do processo (21/01).

A observação realizada na semana do julgamento de Lula faz com que confirmemos a premissa de que a campanha permanente se dá através de traços muito semelhantes ou, ousaríamos dizer, da mesma forma que a campanha eleitoral. O objetivo predominante é o mesmo: a aceitação popular.

Neste caso, em um processo construtivo que busca transformar esta aceitação em votos, e esses votos em poder. Além disso, nesta situação específica, a busca por apoio popular para que Lula tenha a possibilidade de se candidatar a presidência do país. O viés das estratégias comunicacionais empregado vai muito além da defesa de uma acusação por receber propina, mas muito mais pela possibilidade de candidatura, o que nos mostra também que a campanha permanente se delinea, assim como a campanha eleitoral, pelo contexto atual e pela pauta dada pela opinião pública.

Considerações Finais

Além das características de campanha permanente já citadas, entendemos que a mudança nas práticas comunicacionais, e consequentemente nas práticas publicitárias, contribuiu com a difusão das estratégias de campanha. Hecló (2000), diz que a campanha permanente está em todo lugar, ela une pessoas politicamente sofisticadas, técnicas de comunicação e organizações, e com o objetivo da aprovação pública, ou seja, promover a vitória do partido e do candidato na eleição seguinte.

Entendemos que as afetações do campo midiático e do campo político alteram o processo de criação de estratégias comunicacionais. Essas estratégias se reconfiguram, renovam, ou até mesmo surgem dependendo das características dos meios de comunicação e também de como eles são consumidos pela sociedade. Além disso, o contexto político vigente conduz a construção desta comunicação conforme a necessidade de aceitação da população.

Em função desta situação, neste artigo nos propomos a pensar, através dos conceitos estudados, sobre as práticas comunicacionais no campo político e na ambiência digital, e entender como se configura uma campanha permanente. Assim, identificamos a personalização e a dramatização como estratégias presentes na construção da campanha permanente de Lula. Além de confirmar o uso de falas que remetem aos projetos realizados pelo ator político em seus mandatos como presidente da república, a promessa do que ele ainda pode fazer no futuro, e a necessidade de defesa e apoio no que se refere a busca pela candidatura a presidência do Brasil.

Referências

- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Editroa 70, 1997.
- BLUMENTHAL, S. *The Pemanent Campaign: inside the world of elite political operatives*. [S. l.]: [s. n.], 1980.
- CARVALHO, Marta. *Personalização das campanhas eleitorais: o caso das eleições legislativas 2009*. 130f. Dissertação (Mestrado em Jornalismo: Imprensa, Rádio e Televisão comunicação) – Universidade da Beira Interior. Covilhã: 2010.
- CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart. *Redes sociais nas campanhas políticas: como candidatos a governador do Paraná usaram o microblog Twitter em 2010?* In:
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael; AGGIO, Camilo. *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: UDFBA, 2013.
- CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Tradução Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016.
- GALICIA, J. S. *Treinta claves para entender el poder. Léxico de la nueva Comunicación Política*. México: Piso 15 Editores, 2010.
- GOMES, Wilson. *Participação política online: questões e hipóteses de trabalho*. In: MAIA, Rousiley Celi; GOMES, Wilson; MARQUES, Jamil Almeida. *Internet e participação política no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- HECLO, H. *Campaign in gand governing: a conspectus*. In: ORNSTEIN. N. J.; MANN, T. E. (Eds.); *The Permanent Campaign and Its Future*. Washington D.C.: American Enterprise Institute and The Brookings Institution, 2000. p. 1-37.
- JOHNSON, Telma. *Pesquisa Social Mediada por Computador: questões, metodologia e técnicas qualitativas*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.
- LILLEKER, D. G. *Key concepts in political communication*. London: Sage Publications Ltd, 2007.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. *Estratégias de comunicação política on-line: uma análise do perfil de José Serra no Twitter*. In: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael; AGGIO, Camilo. *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: UDFBA, 2013.
- MARQUES, Francisco Paulo Jamil. *Ciberpolítica: conceitos e experiências*. Salvador: UFBA, 2016.
- MASSUCHIN, Michele Goulart; TAVARES, Camilla Quesada. *Campanha eleitoral nas redes sociais: estratégias empregadas pelos candidatos à presidência em 2014 no Facebook*. *Revista Compolítica*, v. 5, n. 2, 2015, p. 75-112.
- MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. *Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: da influência simples à interação complexa*. *Revista USP*, São Paulo, n.90, junho/agosto 2011, p. 74-83.
- NOGUERA, F. *La campaña permanente*. In: R. Izurieta; R. M. Perina; C. Arterton (Eds.); *Estrategias de comunicación para gobiernos*. Washington D.C.: UPD/OEA e GSPM/The George Washington University, 2001. P. 83-108.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. *Campanhas eleitorais em sociedades midiáticas: articulando e revisando conceitos*. Revista Sociologia Política, nº 22, Curitiba, jun. 2004, p. 25-43.

WEBER, Maria Helena. *Espaço público e acontecimento: do acontecimento público ao espetáculo político-midiático*. Caleidoscópio Revista de Comunicação e Cultura, n. 10, 2011, p.189-203.

Nota

- 1 <https://www.facebook.com/Lula/?fref=ts>
- 2 A maior investigação de lavagem de dinheiro já ocorrida no Brasil. Tem este nome por se tratar, em principio, do desvio de dinheiro na Petrobrás; e por isso faz referência a Lava Jatos de postos de combustível. Fonte: <http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>. Acesso em: 08 dez 2016.
- 3 Fundação criada pelo Partido dos Trabalhados em 1996, que visa criar um espaço para desenvolvimento de atividades com reflexões políticas. Fonte: <http://novo.fpabramo.org.br/content/historico-0>. Acesso em: 04 mai. 2017.
- 4 Caso que está incluso na Operação Lava Jato e que condena Lula por receber propina da Empreiteira OAS.

Ideologia e Poder: **As Relações de Dominação em *Força-Tarefa* (2009)**

Ideology and Power:
*The Relations of Domination in *Força-Tarefa* (2009)*

Andrei Maurey

Pontifícia Universidade Católica - PUC-Rio
Doutorando em Comunicação Social pela PUC-Rio, Mestre em Comunicação Social pela PUC-Rio (2018), Pós-Graduado em Comunicação e Imagem pela PUC-Rio (2016), Pós-Graduado em História da Sociedade Brasileira pela UVA (2015), Pós-Graduado em Roteiro para Cinema e TV pela UVA (2013), Graduado em Cinema pela UNESA (2011). É integrante do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Movimentos Sociais e Mídia, da IUPERJ. É membro do corpo editorial da Revista Entropia, da IUPERJ. Tem experiência na área de estudos de Mídia, Ideologia e Televisão, Teoria da Ficção e Ficções Seriadas, Análise da Estrutura Narrativa, Estrutura Dramática e Roteiro Audiovisual.

RESUMO

O lugar ocupado pela mídia na sociedade contemporânea é evidente em diversas esferas da vida social. Com isso em mente, é imprescindível observarmos o alcance das obras audiovisuais da televisão e compreendermos como as ficções seriadas reproduzem e disseminam ideologia. Para tanto, tomamos a ficção seriada *Força-Tarefa* (2009) e, com uma análise dos episódios de sua primeira temporada, buscamos desvelar como suas formas simbólicas são representadas de modo a sustentar e justificar relações assimétricas de poder (de dominação). Defendemos que ao examinarmos essas representações socioculturais, obtemos ferramentas poderosas para descobrirmos que visões de mundo atuam nesse “engessamento” do imaginário, legitimando conceitos precipitados acerca de classe, gênero, raça, etc.

Palavras-Chave: comunicação; ideologia; poder; televisão; ficções seriadas.

ABSTRACT

The place occupied by the media in contemporary society is evident in several spheres of social life. With this in mind, it is imperative to look at the reach of television's audiovisual works and to understand how fiction series reproduce and disseminate ideology. To do so, we took the series *Força-Tarefa* (2009) and, with an analysis of the episodes of its first season, we seek to reveal how its symbolic forms are represented in order to sustain and justify asymmetric relations of power (of domination). We argue that by examining these sociocultural representations, we gain powerful tools for discovering what visions of the world work in this “plastering” of the imaginary, legitimizing precipitous concepts about class, gender, race, etc.

Keywords: communication; ideology; power; television; fiction series.

1. Introdução

O início do século XXI foi marcado, no campo da comunicação, pela expansão da televisão, e da mídia¹ em geral, para novos territórios. Nos anos 1950, ela já demonstrava sua força, chegando em grande quantidade a inúmeros lares europeus e norte-americanos, tornando-se instrumento fundamental para e na reconfiguração das relações socioculturais. Com a virada do milênio, ela desencadeou novos processos que foram responsáveis por novas marcas indelévels para as sociedades ocidentais. As enormes audiências, mantidas por décadas pelos grandes conglomerados, hoje em dia, são ainda mais vastas², pois seus conteúdos ultrapassaram as barreiras impostas pelo próprio aparelho físico e pela grade de horários das televisões abertas e pagas, isto é, elas podem ser assistidas tanto a qualquer momento ou em qualquer dispositivo³, ampliando sua força dominante:

A cultura veiculada pela mídia transformou-se numa força dominante de socialização: suas imagens e celebridades substituem a família, a escola, a Igreja como árbitros do gosto, valor e pensamento, produzindo novos modelos de identificação (Kellner, 2001, p.27).

O lugar ocupado pela mídia no âmbito social contemporâneo é evidente, e seus efeitos são extensivos e contribuem para um profundo impacto nas sociedades. Não há mais espaço exterior à mídia, ela está presente e atua modelando as esferas da vida social. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que parte do imaginário sociocultural forma-se e é constantemente reformulado pelos textos midiáticos, sobretudo a televisão (devido ao alcance e a grande disseminação de suas informações), defendemos a importância do exercício da análise crítica, a fim de nos tornarmos capazes de resistir à sua manipulação. Somente através da mesma, podemos dissecar seus conteúdos e obter respostas concretas acerca da relação da mídia televisiva com o modo de produção que a engendra; as ideias que constituem a produção de sentido no conteúdo televisivo; os fenômenos representados e a relação com a sociedade; os discursos que percorrem seus fluxos diários de programação (e seus possíveis propósitos); os interesses particulares por detrás da construção dessas narrativas; a espetacularização de assuntos do cotidiano para fins político-ideológicos, etc.

O presente artigo visa, portanto, fazer uma análise das formas simbólicas presentes na primeira temporada da ficção seriada brasileira *Força-Tarefa* (2009), buscando desvelar elementos e fatores que comprovam uma reprodução ideológica, isto é, pretendemos mostrar como as formas simbólicas são representadas de modo a sustentar e justificar relações assimétricas de poder⁴.

Com isso em mente, defendemos que ao examinarmos essas representações socioculturais, obtemos ferramentas poderosas para descobrirmos que visões de mundo atuam nesse “engessamento” do imaginário, legitimando conceitos precipitados acerca de classe, gênero, raça, etc. Primeiramente, faremos um apanhado geral em torno da categoria ideologia para, em seguida, expormos o conceito elaborado por John Thompson e os modos de operações utilizados em nossa análise.

2. Imagens Poderosas: A Paralisia da Vontade Social

A categoria básica para a análise da comunicação e da cultura é a ideologia (Cohn, 1973, p.161).

Primeiramente, compreendemos que a categoria *ideologia crítica* é deveras polêmica e, tendo atravessado os últimos séculos como ponto nevrálgico de inúmeros debates; até a presente data, ainda não se pode dá-la como encerrada. Sua produção acadêmica continua bastante acirrada nas universidades estrangeiras, principalmente as norte-americanas e inglesas, ao contrário do Brasil, onde ela vem carecendo de mais abordagens e perspectivas teóricas⁵. Por isso, defendemos a importância dos estudos sobre ideologia crítica no Brasil, pois uma melhor elaboração e esclarecimento acerca de seu conceito tornarão mais produtivas as pesquisas nessa área, gerando críticas mais contundentes à dominação.

Ao contrário do que alguns autores sugerem, não estamos vivendo o fim da ideologia. “A cultura industrial avançada é mais ideológica que sua predecessora, visto que, atualmente, a ideologia está no próprio processo de produção” (Marcuse, 1973, p.31). Se antes o processo de compreensão da reprodução ideológica já se tratava de difícil, porém importante tarefa; nos dias de hoje, torna-se ainda mais imprescindível entender o papel das ideias, dos valores e como determinadas representações sociais existentes em uma sociedade asseguram certa coesão e servem de manutenção do *status quo*, paralisando a vontade social.

Atualmente, há vários significados para ideologia, utilizados em diversos estudos e debates críticos e é evidente que nem todos são compatíveis entre si. Terry Eagleton lista algumas definições em circulação:

- 1) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- 2) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- 3) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- 4) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- 5) comunicação sistematicamente distorcida;
- 6) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- 7) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- 8) pensamento de identidade;
- 9) ilusão socialmente necessária;
- 10) a conjuntura de discurso e poder;
- 11) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- 12) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- 13) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- 14) oclusão semiótica;
- 15) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam as suas relações com uma estrutura social;
- 16) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural (Eagleton, 1997, p.15-6)

É notória a possibilidade de algumas formulações serem compatíveis, outras de serem antagônicas. Para suprimir o que seriam incontáveis parágrafos explicativos, o pensador inglês nos oferece um conceito geral:

A ideologia não é, em primeiro lugar, um conjunto de doutrinas; ela representa a maneira como os homens exercem seus papéis na sociedade de classes, os valores, as ideias e as imagens que os amarram às suas funções sociais e assim evitam que conheçam verdadeiramente a sociedade como um todo (Eagleton, 2011, p.36).

Para Michael Löwy (2010), ideologia possui uma perspectiva neutra, isto é, ele propõe o termo “visão de mundo” como forma de designar uma concepção da realidade social. Dessa forma, uma visão de mundo *ideológica* é aquela que serve para legitimar, justificar, defender ou manter a ordem social do mundo; e *utópica* quando tiver uma função subversiva da mesma. Para nós, é suficiente demonstrar que para a ideologia ser eficaz, ela deve gerar um sentido na vida das pessoas, ou seja, deve assegurar uma base mínima na qual os indivíduos reconheçam sua realidade social:

Como nos lembra Jon Elster (1982), “as ideologias dominantes podem moldar ativamente as necessidades e os desejos daqueles a quem elas submetem”; mas devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm, (...) Em resumo, para terem êxito, as ideologias devem ser mais do que ilusões impostas e, a despeito de todas as suas inconsistências, devem comunicar a seus sujeitos uma versão da realidade social que seja real e reconhecível o bastante para não ser peremptoriamente rejeitada⁶ (*apud* Eagleton, 1997, p.26-7).

Outro autor fundamental é Robin Blackburn (1974), que tem como objetivo investigar a ideologia que defende de forma coerente a organização social existente no mundo capitalista:

essa ideologia é sistematicamente pessimista quanto às possibilidades de atacar a repressão e a desigualdade: nesta base constrói teorias da família, da burocracia, da revolução social, da democracia, que implicam, todas elas, a impossibilidade de superação das instituições sociais existentes (Blackburn, 1974, p.5).

Esse historiador socialista britânico discute, em grande parte, a produção acadêmica burguesa, cuja linha de raciocínio, em várias obras, aponta para o envolvimento das massas e a participação política como sendo uma enorme ameaça à democracia (burguesa); e deve, portanto, ter sua força reduzida (Ibid., 1974). Por isso ele se preocupa com a ideologia predominante nas ciências sociais ensinadas nas universidades britânicas, onde talham-se conceitos para encobrir determinados aspectos e concluir que todas as tentativas de desafio ao *status quo* são irracionais. Além disso, como no sistema capitalista a força de trabalho se tornou mercadoria e, aparentemente, uma relação entre coisas⁷, o autor afirma que:

Tudo conspira para dar a estas relações sociais objetivas de exploração a aparência de fatos naturais, inevitáveis. Posto que uma economia capitalista não é controlada pelos homens, sequer por um grupo social, o seu funcionamento tem a força de leis naturais (Blackburn, 1974, p.64).

Por conseguinte, se a economia capitalista aparenta se movimentar sozinha, sem o controle humano para girar suas engrenagens, ela atua sem sujeitos e sem “culpados”, diluindo quaisquer possibilidades de transformação social. E assim, “o alvo da maior parte da teoria burguesa é corroer a ideia de que os homens podem alguma vez transformar a sociedade - a sua função é induzir uma mórbida paralisia da vontade social” (Ibid., 1974, p.31).

Em posição similar, Roland Barthes (2003) fala da ideologia burguesa e sua contínua transformação dos produtos da História. Ele alerta para o fato da burguesia se definir como a classe social que não deseja ser denominada e esse anonimato se torna mais espesso nas suas formas propagadas, que

alimentam a moral cotidiana, isto é, as cerimônias civis e os ritos profanos. Tudo está mergulhado nela: a imprensa, o teatro, o cinema, a literatura, a Justiça, a diplomacia, o crime que julgamos, o casamento que nos comovemos, a cozinha com que sonhamos, o vestuário que usamos, etc. (p.231-2). A ideologia dominante, portanto, é capaz de nos fazer acreditar que o curso natural na evolução das sociedades é único, não tendo outra opção a recorrer. Com isso, tornamo-nos alvos constantes dessa reprodução:

praticadas no nível nacional, as normas burguesas são vividas como leis evidentes de uma ordem natural: quanto mais a classe burguesa propaga as suas representações, mais elas se tornam naturais (Barthes, 2003, p.232).

Segundo ele, a burguesia camufla ininterruptamente a perpétua fabricação do mundo, inventaria seus bens, embalsama-os e injeta no real uma essência purificadora que lhe interrompe a fuga para outras formas de existência (Barthes, 2003, p.247). Esse processo é deveras complexo, com imbricações econômicas, políticas, sociais, etc., e por isso reiteramos a necessidade de percebermos as maneiras com que ela reproduz as relações do modo de produção capitalista. Após essa breve apresentação, na próxima parte, iremos expor o conceito de ideologia crítica e seus respectivos modos de operações utilizados em nossa análise.

3. As Formas Simbólicas e o Sentido a Serviço da Dominação

A análise da ideologia, (...) está primeiramente interessada com as maneiras como as formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Ela está interessada nas maneiras como o sentido é mobilizado, no mundo social, e serve, por isso, para reforçar pessoas e grupos que ocupam posições de poder (Thompson, 2009, p.76).

John B. Thompson foca sua atenção para os processos sociais e para as formas simbólicas contidas neles. Nem todas elas contêm ideologia, mas é através delas que a mesma encontra subterfúgios para a ação. Em outras palavras, a ideologia é o *sentido* atrelado às formas simbólicas no intuito de manter e sustentar relações de dominação. Os usos sociais das formas simbólicas como ideológicas exige uma análise em relação aos contextos sócio-históricos específicos nos quais elas são desenvolvidas. Assim, sua preocupação recai sobre o *modi operandi* com os quais as formas simbólicas estabelecem e sustentam relações assimétricas de poder nos contextos em que são produzidas, transmitidas e recebidas. Concentrando seus estudos para um aspecto da vida social tão real quanto quaisquer outros, ele parte do conceito

de ideologia como “ilusões”, “ideias fixas”, “espíritos” ou “fantasmas” que andam junto do povo, procurando e despertando as suas superstições e preconceitos (Thompson, 2009, p.58), e o remonta à luz das condições e variados aspectos das instituições modernas de comunicação de massa. Há três aspectos fundamentais que necessitam elucidação:

1) *A noção do sentido*: baseada na concepção simbólica de Geertz, é o significado que incorpora as formas simbólicas. O autor distingue cinco aspectos das formas simbólicas (Thompson, 2009, p.183-193): i) o *intencional*: as formas simbólicas são expressões de um sujeito e para um sujeito (ou sujeitos); ii) o *convencional*: a produção, construção ou emprego das formas simbólicas, bem como a interpretação das mesmas pelos sujeitos que as recebem, são processos que, caracteristicamente, envolvem a aplicação de regras, códigos ou convenções de vários tipos; iii) o *estrutural*: as formas simbólicas são construções que exibem uma estrutura articulada, isto é, consistem de elementos que se colocam em determinadas relações uns com os outros; iv) o *referencial*: as formas simbólicas são construções que tipicamente representam algo, referem-se a algo, dizem algo sobre alguma coisa; v) o *contextual*: as formas simbólicas estão sempre inseridas em processos e contextos sócio-históricos específicos dentro do quais e por meio dos quais elas são produzidas, transmitidas e recebidas⁸. Por último, ele ressalta: “a inserção destas em contextos sociais implica que, além de serem expressões de um sujeito, (...) as formas simbólicas podem carregar traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção” (Thompson, 2009, p.193).

2) *O conceito de dominação*: as relações sistematicamente assimétricas de poder, isto é, determinados grupos possuem poder de maneira permanente, sendo inacessível a outros grupos ou indivíduos. Para que possamos compreender esse conceito, devemos esclarecer os aspectos acerca dos *campos de interação*, concebidos como um espaço⁹ onde os indivíduos ocupam determinadas posições e seguem diferentes trajetórias. Esse processo é determinado pela quantidade, volume e a distribuição de recursos, ou “capital”. Há três principais: i) *capital econômico*, a propriedade e os bens; ii) *capital cultural*, as habilidades, o conhecimento adquirido e as qualificações; iii) *capital simbólico*, o prestígio, os méritos e o reconhecimento. Dito isso, Thompson denomina de *estrutura social*, as assimetrias e diferenças relativamente estáveis que caracterizam os campos e as instituições sociais, isto é, as assimetrias em termos de distribuição de, e acesso a, recursos de vários tipos, poder, oportunidades e chances na vida. Para o autor, “poder é a capacidade de agir na busca de seus próprios objetivos e interesses: um indivíduo tem poder de agir, poder de intervir em uma sequência de eventos e alterar seu curso”

(Thompson, 2009, p.199). O indivíduo, portanto, age de uma determinada forma, empregando seus recursos disponíveis; e a capacidade que ele tem de agir depende diretamente de sua posição dentro de um campo ou instituição. Por conseguinte, as relações de poder serão consideradas de dominação quando grupos ou indivíduos possuem um poder de maneira estável, de modo que exclua, ou se torne inacessível, a outros.

3) *As diferentes formas como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação*: há inúmeras maneiras para isso, principalmente ao prestarmos atenção à interação entre sentido e poder nas instâncias da vida social, isto é, através dos modos de operações gerais da ideologia (os *modi operandi*), atrelados a estratégias típicas de construção simbólica. Eles são (Thompson, 2009, p.81-89):

- i) *A Legitimação*, afirma que as relações de dominação precisam ser representadas como justas e dignas de apoio. Entre as estratégias, encontramos: i) a *racionalização*, quando o produtor, de uma forma simbólica, cria uma cadeia de raciocínio pela qual procura defender, ou justificar, um conjunto de relações ou instituições sociais e com isso persuadir a audiência; ii) a *universalização*, os acordos que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e estão sempre abertos a qualquer um que tenha a habilidade de ser bem-sucedido; iii) a *narrativização*, a história conta o passado e trata o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável.
- ii) *A Dissimulação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas ou representadas de modo a desviar nossa atenção. Entre as estratégias, temos: i) o *deslocamento*, quando um termo usado para se referir a um objeto ou pessoa é usado para se referir a outro, transferindo conotações positivas ou negativas para este outro objeto ou pessoa; ii) a *eufemização*, quando ações, instituições ou relações sociais são descritas de modo a suscitar valorações positivas; iii) o *tropo*¹⁰, é o uso figurativo da linguagem, mais comum na literatura, embora esteja também presente nas formas simbólicas audiovisuais.
- iii) *A Unificação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independente das diferenças que possam separá-los. Entre as estratégias, observamos: i) a *padronização* (ou *standardização*), quando as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão; ii) a *simbolização da unidade*, envolve a construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, difundidas através de um ou mais grupos.
- iv) *A Fragmentação*, afirma que elas podem ser mantidas pela não unificação das pessoas numa coletividade, isto é, segmentando indivíduos e grupos que possam ser capazes de se transformar num desafio real às classes dominantes. Entre as estratégias, temos: i) a *diferenciação*, a ênfase dada às distinções, diferenças e

- divisões entre pessoas e grupos, apoiando-se nas características que os desunem;
- ii) o *expurgo do outro*, envolve a construção de um inimigo, interno ou externo, retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são proclamados a resistir coletivamente.
- v) A *Reificação*, afirma que elas podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal. Entre as estratégias, encontramos: i) a *naturalização*, quando determinados processos são representados como acontecimentos naturais, de tal modo que seu caráter social é eclipsado; ii) a *eternalização*, quando fenômenos sócio-históricos são esvaziados de seu caráter histórico e representados como imutáveis, permanentes; iii) a *nominalização* (ou *passivização*), são recursos gramaticais e sintáticos e acontecem quando sentenças e/ou descrições de ação dos participantes são transformadas em nomes, ou quando são colocados na voz passiva, eliminando assim o sujeito-produtor desses processos.

É fundamental salientar que Thompson não considera esses cinco modos de operações da ideologia como os únicos existentes, tampouco que operam independentemente uns dos outros. Pelo contrário, eles podem se sobrepor e se reforçar mutuamente, tornando as formas simbólicas ainda mais complexas.

4. Força-Tarefa: A Relação Simbiótica entre Corrupção e Estado

Força-Tarefa foi um seriado produzido pela Rede Globo, de 2009 a 2011, contendo três temporadas. Foi escrito por Fernando Bonassi e Marçal Aquino, dirigido por José Alvarenga Jr e Mário Márcio Bandarra. A trama é sobre uma equipe de investigação da corregedoria da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja função é apurar a ação da polícia militar e perseguir os profissionais da corporação, acusados de infringir a lei. Sob o comando do Coronel Caetano (Milton Gonçalves), a equipe possui seis integrantes, o Tenente Wilson (Murilo Benício), a Sargento Selma (Hermila Guedes), o Praça Jorge (Rodrigo Einsfeld), o Cabo Irineu (Juliano Cazarré), o Cabo Oberdan (Henrique Neves) e Sargento Genival (Osvaldo Baraúna). Outros personagens compõem a história, como o ex-policia! Jonas (Rogério Trindade), o informante Samuca (Nando Cunha) e a namorada do tenente, Jaqueline (Fabíula Nascimento).

O seriado apresenta um visual interessante. Com um jogo de luzes semelhante ao cinema e sombras em forte contraste, somos postos diante de um Rio de Janeiro noturno, oculto, inseguro, bem distante da imagem

de “cidade maravilhosa” representada nos cartões postais. A paleta de cores dá um tom melancólico ao seriado, afinal, quem investiga os colegas de trabalho em busca de provas para incriminá-los, aprende a viver em meio à desconfiança e à ameaça de morte. O resultado é um produto audiovisual com cenas de tensão e alívio, provocando satisfação na audiência¹¹. Além disso, a oportunidade de ver uma equipe levando à prisão bandidos e policiais corruptos, definitivamente, possui os ingredientes necessários para agradar o grande público.

A reprodução ideológica em *Força-Tarefa* é sutil e reforça conceitos “naturalizados” na sociedade contemporânea. O código de leis é um deles. No episódio 12, o Tenente Wilson invade a casa do traficante Dogão sem mandado judicial, na esperança de encontrar provas para incriminar o delegado Mário Cesar. No dia seguinte, eles conseguem prender o delegado e toda sua equipe. Contudo, na delegacia, Caetano reprime a ação de Wilson. Com poucas palavras¹², o coronel consegue sintetizar todo o pensamento em torno da questão das leis e a importância delas para uma sociedade “saudável”. Essa passagem suscita duas considerações. A primeira é de que mesmo para prender um delegado corrupto, a lei deve ser respeitada e jamais infringida, pois é ela quem assegura, em grande parte, a noção de que todos são iguais (ela é supostamente igual para todos). A segunda é a de que se o próprio código de leis e os tribunais estão a serviço da classe dominante, detentora do poder estatal, as leis servem para coibir pensamentos de resistência. Ou seja, em ambas reproduz-se que fora das leis, tem-se um mundo bárbaro, caótico e por isso a intenção de segui-la à risca é tão importante e disseminada.

De início, há um aspecto interessante. Todos os personagens corruptos ou bandidos foram interpretados por atores pouco ou nada conhecidos na emissora, salvo um ou outro que já tenha desempenhado papéis de coadjuvante (e de forma bem esporádica). Acreditamos ter sido intencional, a fim de representar uma criminalidade “sem rosto”, passível de surgir em quaisquer níveis sociais, em qualquer lugar e hora. Afinal, quando se investiga a “própria” instituição, todos podem se tornar suspeitos a qualquer momento.

Dividido em doze episódios, cada um deles apresenta uma trama independente. No entanto, há um arco dramático que atravessa toda a temporada, revelando uma transformação dos personagens. Eles são parte de uma polícia que resolve os problemas, afinal, na corregedoria, “as coisas são diferentes”. Numa matéria da Gazeta do Povo¹³ de 2009, nos deparamos com a história de Airton (nome fictício), do Serviço Reservado da PMERJ, um policial cujas funções são as mesmas dos personagens, isto é, levantar informações para prender os criminosos, apreender drogas ou desocupar uma área e averiguar

a veracidade das denúncias. Na matéria, é evidente toda a preocupação com a preservação da identidade destes policiais. Eles nunca participam da captura de criminosos, salvo em último caso, quando não há outro jeito. Inclusive, companheiros de Airton já receberam ameaças e tiveram de mudar o local de suas residências. Por outro lado, vemos um recorrente desleixo quanto ao segredo da identidade real dos personagens. Em vários episódios, o Tenente Wilson se apresenta abertamente pelo verdadeiro nome, como no episódio 11, quando o Sargento Valfrido abre sua carteira, checa seus documentos e descobre que ele é policial. O nome Wilson “poderia” até ser fictício, mas esse descuido faz com que perca certo grau de verossimilhança e reproduza uma imagem de despreparo por parte do Serviço Reservado da PMERJ.

Aliás, esse despreparo é o principal modo de operação observado: a *Dissimulação*. Ele permeia vários episódios ao longo da temporada. Perguntas e observações esdrúxulas por parte da equipe e atitudes infantis durante situações consideradas sérias e graves estão presentes e levantam questões quanto à seriedade e profissionalismo da equipe comandada pelo Coronel Caetano. Por exemplo: no primeiro episódio, eles dão a notícia para a esposa que o marido havia falecido, quando na verdade ele ainda estava vivo (não esperaram pela confirmação do laboratório); depois tiveram de voltar e desmentir a versão anterior, causando desembaraço. Em outra ocasião, Selma tenta fazer contato com Caetano dentro de um banheiro no depósito do investigado. A amante dele (Bárbara Paz) estava próxima, ouviu e entregou o segredo, arruinando os planos dela. No episódio 10, um policial assassina o companheiro de patrulha a sangue frio. O falecido, cujo nome é Duarte, era amigo de Wilson e o tenente, portanto, passa a desconfiar dos motivos que o inquérito e os depoimentos revelam. Na reunião com seus colegas, ele pede ajuda, mas é ignorado e tem de resolver o caso sozinho. Ora, se o Serviço Reservado da Polícia Militar tem como uma das diretrizes principais investigar práticas ilícitas de profissionais da corporação, por que desacreditar o Tenente Wilson diante de uma suspeita válida? Por isso, alegamos que ao retirar da corporação grande parte da seriedade crucial para sua efetiva atividade (dissimulando suas práticas), reforça-se a ideia de um aparelho mal administrado e ineficiente para o combate ao crime.

O segundo modo de operação é o da *Legitimação*, junto com a *Unificação*. Apesar de a equipe contar com uma mulher e isso sugerir certa representatividade, a força feminina e suas qualidades e capacidades são deixadas de lado. No lugar de personagens fortes, cujas características visivelmente poderiam colocá-las no mesmo patamar dos homens, observamos clichês e situações de submissão e dominação masculina. Jaqueline é retratada como uma mulher dependente,

insegura e incapaz de tomar as rédeas da relação (após uma briga, Wilson chega à sua casa e lhe dá de presente uma bolsa no valor de quinhentos reais, comprando, assim, seu perdão). A sargento Selma, corajosa, forte e homossexual, não contribui de maneira efetiva em momento algum para as investigações, o que nos leva a indagar como ela chegou a ocupar esse cargo já que não demonstra talento e eficiência. Além disso, ela ainda é alvo constante das brincadeiras de Irineu. Sempre que possível, ele aproveita a situação para rebaixá-la, como no primeiro episódio, ao insinuar que ela “teria chance com a viúva de Jurandir”. Em outra situação, ela expõe sua ideia durante a reunião, mas Irineu a provoca dizendo que seus dois neurônios femininos funcionaram ao mesmo tempo (uma piada desse tipo num ambiente de trabalho também demonstra a falta de seriedade e comprometimento da equipe com suas funções). Em ambos os casos, ela defende-se atacando seu órgão genital masculino (comparando-o a uma pistola de pequeno calibre), arrancando risos de todos na sala. A contradição nas falas ilumina pontos fundamentais sobre as questões de gênero. Irineu a chama de burra e a humilha por sua opção sexual, mas recebe em troca um comentário de cunho apenas sexual (longe de esbarrar em talento, competência e/ou inteligência), sustentando a ideia de que as mulheres não *devem* ser competentes em um “emprego de homens”.

Mais adiante, a possibilidade de uma mulher atuando na polícia no mesmo nível dos homens é totalmente descartada. No episódio 9, Genival e Irineu, observam de dentro do carro, Selma tocar o interfone na portaria de um prédio. Os dois indagam se ela tem ido à academia para malhar o corpo. Em seguida, Irineu olha para a parte debaixo do corpo dela e diz: “e pensar que tem gente que é contra mulher na PM!”. Essa fala demonstra a real intenção dos policiais acerca da presença de uma mulher na corporação, isto é, eles dividem da mesma opinião das pessoas que são *contra* uma mulher na PM; o que desejam não é uma contribuição feminina competente, mas sim que elas sirvam como objetos de contemplação, com a finalidade única de evocar o lado sexual. Além disso, o roteiro nada apresentou em favor de Selma para que a posição deles seja refutada. Portanto, observamos o papel da mulher ser diminuído e tornar-se mero objeto no ambiente de trabalho, além de unificar a representação feminina em torno de um ideal único, isto é, de sexo frágil e dependente do homem.

Selecionamos o quarto episódio, especificamente, visto que o cenário, uma favela na cidade do Rio de Janeiro, apresenta inúmeros ingredientes ideológicos que atuam no engessamento do imaginário sociocultural brasileiro, legitimando diversas relações de dominação. A trama se desenvolve da seguinte forma: a favela é invadida por milicianos de colete e capuz. Eles

matam suspeitos enquanto avançam e conseguem expulsar os traficantes, assumindo o controle. Em seguida, passam a extorquir os moradores, obrigando-os a contribuir com dinheiro para a “segurança”. Enquanto isso, o Tenente Wilson e Selma alugam uma casa na região para investigá-los. Assim que os dois conseguem capturar imagens com a comprovação da atividade ilícita e criminosa dos milicianos, eles comemoram, pois o Coronel Caetano poderá prendê-los. Na mesma noite da operação da polícia, os traficantes retornam com armas poderosas e os milicianos são presos, restaurando a (des)ordem anterior.

A favela de *Força-Tarefa* se apresenta como um ambiente, sem dúvida, mais hostil do que em outros seriados da emissora. Os milicianos, sedentos pelo poder e pelas recompensas da atividade ilícita, são severos e violentos, agredindo gratuitamente os moradores e instaurando um clima de medo¹⁴. Há um embate interessante na comparação entre as operações do tráfico de drogas e da milícia na favela. Pela violência retratada, sugere-se que a milícia seja muito pior, pois além de dominados por um grupo, os moradores da favela podem sofrer agressões a qualquer momento, sem motivo algum. Além do mais, pela sucessão de eventos representados, destaca-se os milicianos como uma força desorganizada e incompetente, afastando-se dos dados reais¹⁵. Na cidade do Rio de Janeiro, ela se tornou uma rede deveras complexa, com elementos atingindo e assegurando o poder legislativo, no caso dos vereadores e deputados estaduais¹⁶, ou seja, algo inacessível aos traficantes. Por outro lado, o bando comandado pelo chefe Exu (Jonathan Azevedo), embora tenham sido expulsos, conseguem armas mais poderosas e retornam com força total, aparentando uma impecável organização na sua estrutura, o que fortalece o imaginário de “crime organizado”, também bastante distante da realidade.

5. Considerações Finais

Neste artigo, pretendemos demonstrar como a ideologia, atrelada às formas simbólicas representadas em *Força-Tarefa* (2009), reproduz relações de dominação e retratam o Serviço Reservado da PMERJ por meio de ações irresponsáveis, pueris e débeis, embora no final de cada episódio eles consigam capturar seus alvos. As situações vivenciadas pelos personagens minimizam a competência e a seriedade desses profissionais enquanto suscitam impressões e ideias de um aparelho estatal inexperiente e ineficaz. Com isso, as formas

simbólicas do seriado atuam no engessamento do imaginário sociocultural acerca da corrupção e da inabilidade governamental para lidar com o crime, privilegiando medidas públicas que apenas alargam os problemas, em vez de contê-los. Observamos também a sustentação de relações assimétricas de poder envolvendo questões de gênero, isto é, as mulheres são retratadas como dependentes dos homens e, no caso de Selma, incapazes até de cumprirem as funções básicas pelas quais são responsáveis.

Em consequência disso, ressaltamos a importância de um olhar crítico sobre os produtos audiovisuais da mídia, principalmente sobre esse aparelho midiático tão poderoso como a televisão, capaz de reproduzir ideias cujos interesses não são universais, mas sim particulares de uma pequena minoria dominante, além de fornecer modelos de grande potência com os quais a população reforça o senso comum e solidifica seu imaginário sociocultural.

Referências

- BARTHES, Roland. *Mitologias*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- BLACKBURN, Robin. *Guia breve da ideologia burguesa*. Porto: Tipografia Nunes Ltda., 1974.
- COHN, Gabriel. *Sociologia da comunicação: teoria e ideologia*. São Paulo: Fronteira, 1973.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo, 1997.
- _____. *Marxismo e crítica literária*. São Paulo: UNESP, 2011.
- ELSTER, Jon. “Belief, bias and ideology”. In: M. Hollis e S. Lukes. *Rationality and relativism*. Oxford, 1982.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LIMA, Venício. “Sete teses sobre mídia e política no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.61, p. 48-57, março-maio, 2004.
- LÖWY, Michael. *Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Nota

- 1 Entendemos que a palavra *medium*, em inglês, se refere ao “meio”, enquanto *media* (plural), se refere “aos meios”. Para esta pesquisa, adotamos o derivado, em português, “mídia”, a fim de designar “o conjunto das instituições que utiliza tecnologias específicas para realizar a comunicação humana (Lima, 2004, p.50).
- 2 Apesar da pequena queda nos níveis de audiência das televisões abertas do início do século até hoje, o número de novos usuários das televisões pagas, englobando veículos de entretenimento via streaming e on demand, foi significativo, resultando em um aumento definitivo nas audiências desses conteúdos televisivos em território nacional. Disponível em: <http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/contra-criese-netflix-audiencia-da-tv-paga-cai-pela-primeira-vez-em-nove-anos--17630>
- 3 Há inúmeros dispositivos de televisões pagas que, atualmente, permitem gravar qualquer programa de televisão para ser assistido em qualquer horário. Além disso, o público já conta com celulares de alta tecnologia que os permitem navegar na internet e assistir conteúdos transmitidos via streaming (envio de informações multimídia através da transferência de dados, utilizando-se a internet).
- 4 Relações assimétricas de poder são as relações de dominação abordadas na análise.
- 5 É de nosso conhecimento o fato de a categoria ideologia crítica estar um pouco distante das discussões acadêmicas brasileiras. No entanto, sustentamos a necessidade de dar prosseguimento ao estudo de suas características e aspectos constitutivos, pois uma compreensão mais esclarecida acerca desse fenômeno converte-se em poderosa arma para uma crítica contundente do atual modo de produção da sociedade e sua reprodução na mídia.
- 6 Terry Eagleton salienta, no entanto, que as ideologias dominantes frequentemente envolvem falsidade. A maioria das pessoas tem um olhar agudo quando se trata de seus próprios interesses e direitos, e a maioria sente-se desconfortável com o fato de pertencer a uma forma de vida injusta. Elas “precisam então acreditar que essas injustiças estão a caminho de serem corrigidas, ou que são contrabalançadas por benefícios maiores, ou que são inevitáveis, ou que não são realmente injustiças. Faz parte da função de uma ideologia dominante inculcar tais crenças” (Eagleton, 1997, p.37).
- 7 O autor menciona a passagem de Lênin, na qual ele explica a natureza da Reificação: “Onde os economistas burgueses viram uma relação entre coisas (a troca de uma mercadoria por outra), Marx revelou uma relação entre pessoas” (Ibid., 1974, p.63).
- 8 É válido ressaltar que as características espaciais e temporais das formas simbólicas divergem em algum grau (ou total) do contexto da produção para o da recepção, como é o caso das obras audiovisuais da televisão. No livro, o autor aborda outras modalidades de transmissão cultural (Thompson, 2009).
- 9 Thompson separa os campos de interação, tirados de Bourdieu, do que ele chama de instituições sociais, que seriam conjuntos específicos e relativamente estáveis de regras e recursos, juntamente com as relações sociais que são estabelecidas por elas e dentro delas.
- 10 Por “Tropo”, o autor entende como uma estratégia, ou grupo de estratégias, como a sinédoque, a metonímia e a metáfora.
- 11 A boa audiência, com média acima dos 20 pontos, garantiu 10 episódios para a segunda temporada, que estreou em 6 de abril de 2010 atingindo o recorde de 17 pontos de audiência.
Disponível em: <https://ibopetvaudiencia.wordpress.com/2012/02/26/momento-series-a-investigativa-forca-tarefa>.
- 12 “O nosso dever, o nosso compromisso, é cumprir as leis. De fora das leis, o que sobra é a barbárie, a selvageria, é o horror. O horror, tenente. Da próxima vez que você agir sem o meu consentimento e fora da lei, eu juro, eu te expulso da polícia, tenente”.
- 13 Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-policia-militar-sem-farda-blk4lcb53y9cnb0pbbuihiry>
- 14 Na primeira manhã após tomarem o poder, um miliciano vê dois garotos deitados, cobertos por um saco plástico preto e pergunta a um senhor, próximo a eles, se era seu filho. O senhor responde que o filho, a polícia [vocês] já havia tirado dele, e que agora era seu neto. A resposta do miliciano elucida toda a mentalidade dos invasores, “agora vai ser assim, quem presta, fica. Quem não presta, vai embora!”.

- 15 “Em dez anos, milícias passam de 6 para 148 favelas na cidade do Rio”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/09/1508921-em-dez-anos-milicias-passam-de-6-para-148-favelas-na-cidade-do-rio.shtml>
- 16 Matéria do Fantástico. Disponível em: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2014/08/ex-miliciano-revela-funcionamento-de-milicia-do-rio-de-janeiro.html>

Narrativas fílmicas e narrativas de cidades: **Nova York e a comédia romântica hollywoodiana pós-11 de setembro**

*An Affair To Forget:
New York City and the post 9/11
Hollywood Romantic Comedy*

Carolina Oliveira do Amaral

Departamento de Cinema e Audiovisual (UFF)
Doutora e Mestre pelo PPGCOM-UFF em Comunicação Social - Linha de Estudo: Estudos de Cinema e Audiovisual. Professora de roteiro de audiovisual, criação de textos, gêneros narrativos e Produção Audiovisual. Em 2017, integrou a equipe de pesquisa «Cine y Sociedad» do departamento de Estudos Ingleses da Universidad de Zaragoza. Desde 2007, tabalhou no audiovisual em setores como Produção, Criação e Direção.

RESUMO

Se narrativas fílmicas, ou ainda um gênero narrativo, podem mudar o que entendemos por uma cidade, pode a narrativa de uma cidade alterar filmes ou um gênero inteiro? É o que pretendemos investigar nesse ensaio a partir de análises de algumas comédias românticas hollywoodianas filmadas em Nova York após o 11 de setembro. Por décadas, a cidade foi a principal escolha para ambientar filmes leves e românticos da indústria americana. No entanto, após 2001 essa paisagem simbólica foi usada com cautela e a maneira como se filmou e editou a cidade acompanha novas formas de narrar comédia, amor e intimidade no gênero.

Palavras-Chave: Comédia romântica. Espaço cômico. Nova York.

ABSTRACT

As a movie, or a genre, can change a city's environment by its own narrative, can a city's narrative change a movie or even a whole genre? These essay analyses post-9/11 Hollywood romantic comedies filmed in New York and tries to investigate this hypothesis. For decades, New York City has been the industry's favorite location for lighthearted love narratives. However, after 2001 this symbolic landscape was used cautiously and the way New York was filmed by the genre since then can be a good clue for us to follow.

Keywords: Romantic Comedy. Comic Space. New York City.

“A cidade sem amor é uma cidade injusta e cruel... Os indivíduos e a cidade sem amor são um perigo para si mesmos e para os outros”.

Introdução

Nunca estive em Nova York. Tudo que sei sobre a cidade foi a partir de fotos, livros, notícias, programas de televisão e principalmente, filmes. Tantos filmes que parece até que conheço a cidade, ou pelo menos Manhattan. Para Jermyn (2007, p.10) “nenhuma outra cidade além de Nova York se desenvolveu como a proeminente e mais memorável locação adotada pela comédia romântica hollywoodiana”. Este ensaio é sobre Nova York, porém não sobre a cidade “real” que eu nunca visitei. Falo sobre a cidade a partir de um repertório de filmes, um gênero cinematográfico: as comédias românticas hollywoodianas.

Deborah Jermyn aproxima a cidade de Nova York e o próprio cinema a partir da ideia de Modernidade, por se tratar de o meio que melhor capturou a cidade e a experiência da modernidade urbana do início do século XX (ibidem, p. 15). Sendo assim, vários gêneros narrativos estabeleceram Nova York como seu cenário principal, porém, a relação específica entre e a comédia romântica e a cidade, a autora atribui à imagem da “city girl”, a mulher urbana, solteira, independente e com poder de compra que inspirou personagens femininas em comédias românticas de diferentes estúdios, desde quando o gênero começou a se estabelecer ainda nos anos 1930. Mais ainda, Jermyn acredita que a importância emblemática de Nova York para o gênero – e não outra grande cidade como Los Angeles ou Chicago – se deve ao fato de Nova York ter sido a cidade que historicamente mais recebeu imigrantes, adequando “o sonho americano e o mito de Nova York de que qualquer coisa pode acontecer aqui para qualquer um; essa crença liga a história da imigração, o otimismo incorporado nela, e os sonhos da comédia romântica juntos em Nova York” (ibidem, p 16-17).

Proponho, portanto, que existe uma Nova York construída por este gênero cinematográfico. A Nova York das comédias românticas não é a mesma Nova York dos filmes de gângster, e nenhuma dessas são a “verdadeira” cidade. Todas coexistem como universos paralelos ou espaços imaginários. Para Deleyto (2016) filmes são capazes de transformar lugares reais em espaços cinemáticos “através de elementos cinematográficos específicos como *mise en scene*, enquadramento, montagem, som, e reproduzem discursos sobre estes lugares reais e por isso têm um importante impacto na nossa percepção desses

lugares e sua história”. Comédias românticas lidam com os discursos sobre amor, sexo e desejo incorporados a uma narrativa cômica. Tais temas são mais importantes a este gênero que a outros e por isso o espaço construído pela comédia romântica é preenchido por uma perspectiva de humor que narra questões sobre amor, intimidade e sexualidade. Um dos discursos que as comédias românticas hollywoodianas têm falado ao longo das décadas sobre Nova York é que este é o lugar certo para se apaixonar. Na cidade das comédias romântica, o final feliz pode ser improvável, mas a aventura romântica está garantida.

Assim como um filme ou um gênero conseguem mudar o ambiente de uma cidade a partir de sua narrativa, eu gostaria de tentar pensar se a recíproca é verdadeira. Ou seja: pode a narrativa de uma cidade mudar um filme ou um gênero inteiro? Agora, imagine por um segundo a cidade de Nova York durante os ataques de 11 de setembro. Pode parecer difícil imaginar uma história de amor leve e engraçada acontecendo neste mesmo cenário que acabamos de imaginar. Nossa hipótese é que algo parecido pode ter acontecido com o gênero após o ano de 2001, ou seja, eventos históricos intrigantes empurrando o gênero para direções inesperadas. Tendo recentemente sua morte diagnosticada (Nicholson, 2014), a comédia romântica cinematográfica sofreu uma queda de produção vertiginosa na década atual, com sinais de desgaste que já vinham sendo percebidos desde os primeiros anos do novo século¹. Para além dos dados de bilheterias e análises da imprensa, este ensaio busca respostas a partir da maneira como algumas comédias românticas hollywoodianas filmaram a cidade depois de 2001 e como tais narrativas se estruturam. Como nos lembra Deleyto (2016) “as visões de uma cidade que os filme apresentam são igualmente ‘reais’, igualmente ‘incompletas’ e inescapavelmente ideológicas”; “nossas próprias inclinações ideológicas podem nos tornar mais simpáticos a algumas percepções que a outras, o que não necessariamente significa que aquelas verdades nas quais acreditamos sejam mais ‘verdadeiras’ que aquelas mostradas por outros filmes” (ibdem). Desde setembro de 2001, Hollywood lançou dezenas de longas-metragens filmados na cidade de Nova York que foram considerados comédias românticas. Por se tratar de um repertório tão vasto, elegemos os filmes que nos permitem refletir melhor a redistribuição entre gênero narrativo e a cidade, novas formas de enquadramento fílmico e também enquadramento narrativo, configurações outras na justaposição entre Nova York e a comédia romântica.

Trauma e o espaço cômico



Figura 1: Cena de *Lado a lado com o amor* (If Lucy Fell, 1996)

“Se o 11 de setembro parecia um filme, ironicamente, os filmes começaram a se parecer com o 11 de setembro”, afirmam os autores Briefel Aviva e Sam J. Miller (2012, p. 15). Para eles, a ascensão do gênero de horror na indústria americana no início do século foi como uma metáfora, uma maneira de abordar o que estava acontecendo, sem diretamente lidar com os ataques terroristas. O evento em si, na verdade, demorou uns anos até ser retratado num filme comercial de ficção². Por outro lado, os autores lembram que comédias ou comédias românticas finalizadas como *Escrito nas Estrelas* (*Serendipity*, 2001) e *Zoolander* (2001) tiveram as torres gêmeas retiradas da versão final “como se elas nunca tivessem estado lá” (ibidem, p. 5). Assim como os ataques foram reais e simbólicos, os danos também foram concretos e fantasmagóricos.

Além dos autores citados acima, Pollard (2016) e Altheide (2010) costumam aproximar tais reações como apagamento, silêncio e mudança de perspectiva da indústria cinematográfica a um trauma coletivo. Segundo eles, convenções do horror emergiram em vários gêneros como um sintoma desse trauma: “num contexto onde não se pode processar o horror experimentado, o gênero horror surge como um raro espaço protegido em que se pode criticar o tom e o conteúdo do discurso público” (Aviva e Miller, 2012, p.3). Curiosamente, a ideia de um espaço protegido costuma ser associada à comédia ou a uma visão cômica de mundo. Comédia e terror aparentemente seriam tese e antítese, nutrindo suas histórias respectivamente, em termos gerais, de esperança e medo. Esperança e Medo são como duas faces de um mesmo sentimento, a dúvida, como coloca Espinosa (2004, p.291)

Com efeito, a esperança não é senão uma alegria instável, nascida da imagem de uma coisa futura ou passada, de

cujo resultado, duvidamos; o medo, ao contrário, é uma tristeza instável, nascida também da imagem de uma coisa duvidosa. Se se retira a dúvida dessas afecções, a esperança transforma-se em segurança e o medo em desespero, a saber, a alegria ou a tristeza nascida da imagem de uma coisa que tememos ou esperamos.

Além de serem maneiras antagônicas para se lidar com a dúvida, Northrop Frye (1981) coloca que o mundo da comédia se colapsa e desintegra onde começa o da novela gótica e das histórias de suspense e horror. Por outro lado, Corrigan (1981) diz que a comédia não se caracteriza por nenhuma estrutura narrativa, mas pela celebração da capacidade humana de resistir. Há uma proteção especial na comédia que garante a crença numa visão otimista, ou o reconhecimento de que nenhuma fortuna ou infortúnio é eterno. Os gêneros que se sobressaíram na indústria cinematográfica do novo milênio como o horror ou filmes de super-heróis, enfatizam, no entanto, a ameaça, o medo, o constante perigo a que se está vulnerável. Um exemplo recorrente desta tendência pessimista são os filmes do Batman antes de 2001 – alguns eram até comédias – e os sombrios filmes dirigidos por Christopher Nolan no novo milênio. Para alguns analistas do pós-2001, o nacionalismo exagerado ou a paranoia, são sintomas da mesma tendência que privilegiou conflitos violentos e espetaculares efeitos especiais como o carro-chefe da indústria cinematográfica nos Estados Unidos.

Ao contrário, as comédias românticas impõem uma narrativa de amor, uma visão cômica e otimista de mundo, não apenas para seus personagens, mas a tudo que os rodeia incluindo a paisagem. Assim, o gênero narrativamente constrói um espaço que transforma o cotidiano das relações humanas em algo melhor; um “lugar especial fora da história (mas bem perto dela): o espaço da comédia romântica” (Deleyto, 2009, p.30). Deleyto chamou esse espaço mágico do gênero de “espaço cômico”, um mundo mais livre e melhor, onde expressões de amor e desejo são bem-vindas. Em resumo, um espaço onde o otimismo vence.

Ao contrário da alardeada imutabilidade da comédia romântica e sua estrutura formulaica (encontro, desencontro e reencontro), o espaço cômico não é um lugar homogêneo, uma vez que aceita formas distintas de lidar com narrativa, amor e desejo. *Manhattan* (1979) e *Alguém como você* (*Someone Like You*, 2001) compartilham estratégias formais semelhantes, como cenas que parecem documentais, ironia, porém com duas maneiras bem distintas de representar romance e comédia em terraços de Manhattan. O primeiro mais nostálgico e cínico, articulando fé no amor com amargas realidades, enquanto o outro trata da trajetória de amigos e seus parceiros “errados” até reconhecerem um óbvio e escandaloso amor recíproco. As mudanças internas do gênero

ajudam a preencher o espaço cômico com complexas camadas e acomodar diferentes visões de amor e comédia.

Mesmo sendo complexo e diverso, em muitas comédias românticas, o espaço cômico abraçou a cidade de Nova York, com enquadramentos e *mise en scene* escolhidos a favor de uma imagem plástica da cidade e seus monumentos (figura 1). Alguns símbolos da utopia romântica (e engraçada) criados pelo gênero foram usados repetidas vezes para reforçar essa construção. Carry Grant esperando no alto do Empire State Building não é apenas importante em *Tarde demais para esquecer* (*An Affair to remember*, 1957), mas também em *Sintonia de Amor* (*Sleepless in Seattle*, 1993). Assim como a paisagem outonal do Central Park em *Harry e Sally* (*When Harry met Sally*, 1989). É a cidade de milhões de pessoas na qual Jan (Doris Day) e Brad (Rock Hudson) foram obrigados a dividir uma linha de telefone em *Confidencias à meia-noite* (*Pillow Talk*, 1959) e encontrar o amor. Além da montagem, do enquadramento e da *mise en scène*, comédias românticas usam ação, citação, música e paisagem simbólica para criar o espaço benevolente e protegido, próprio para o desenvolvimento narrativo. Esta cidade de Nova York de demonstrações públicas de amor e corridas ao aeroporto, devo admitir que conheço muito bem.

Tão bem que podemos perceber algo mudar sutilmente nos últimos anos. Não apenas a paisagem de comédias românticas se expandiu para outros cenários, mas Nova York quando escolhida pelo gênero, foi mostrada por ângulos menos convencionais. Tais mudanças acompanham transformações no mercado como um todo, como o aumento da produção de comédias românticas em outros lugares do mundo, inclusive em indústrias que anteriormente não exploraram muito o gênero, como a coreana e a indiana, a diminuição do filme médio, não apenas, mas principalmente, em Hollywood³, já que “a indústria não tem mais energia para vitórias medianas⁴” (Nicholson, 2014), e o aumento do prestígio e importância da produção televisiva. O gênero, por se tratar de um sistema de comunicação (Altman, 1999) complexo (Deleyto, 2009) em constante mutação, está sempre sendo redefinindo por seus interagentes (indústria, crítica, público) para se manter uma forma audiovisual e um discurso socialmente relevante. As alterações indicam brechas do que se está disposto a negociar. Noutras palavras, todo o gênero mudou, por uma série de motivos que não envolvem apenas a emblemática data de 2001. Porém, como afirma Polard (2016) talvez leve ainda décadas para se perceber os impactos dos ataques terroristas na indústria cinematográfica, mas os filmes antes do 11 de setembro “agora parecem ingênuos e otimistas comparados com os gêneros de hoje em dia”.

Sob uma perspectiva histórica do gênero, Leger Grindon (2011, p. 64) acredita que o equilíbrio entre ceticismo e fé no amor é um elemento-chave na comédia romântica, com as alterações nas proporções marcando as variações entre os ciclos de produção. Grindon percebe um novo equilíbrio começando a aparecer em 1997 e se desenvolvendo enquanto duas tendências neste último ciclo que, segundo o autor, se desenvolve até atualmente: o grotesco e o ambivalente. Um movimento em direção ao ceticismo nos últimos quinze anos se aproxima de uma também distinta representação da cidade de Nova York. Percebe-se com mais frequência uma recusa em fechar um espaço cômico e protegido ou um relacionamento feliz e eterno, além de uma ambivalente identificação deste espaço com a cidade.

Em *De repente 30* (*13 Going on 30*, 2004) ou *Lar doce lar* (*Sweet Home Alabama*, 2002), as histórias começam em Nova York, mas ambas as heroínas deixam a cidade para alcançar um final feliz. Por vezes, para que o final feliz – a convenção mais lembrada (e talvez a mais criticada) do gênero – aconteça, é necessário um personagem mágico, um período específico do ano ou uma mudança de paisagem.

No polo do grotesco, há a comédia física, piadas pesadas e humor constrangedor. Os filmes mais exemplares são as comédias de Judd Apatow, a maioria filmada em Los Angeles, todo um ciclo de histórias sobre conhecer os pais, que raramente se passam em cidades, e as histórias multiprotagonistas sobre algum feriado⁵. A tendência grotesca também pode ser percebida em paródias. *Encantada* (*Enchanted*, 2007) começa como uma história de princesa das animações clássicas da Disney. No entanto, Gisele (Amy Adams) ganha vida e aparece no mundo *live-action* da cidade de Nova York. Sua personalidade solar e uma inabalável crença no amor, características comuns numa protagonista de comédia romântica, aqui ganham a justificativa narrativa de surgir de um conto de fadas. Como se acreditar tão abertamente em amor e, principalmente, em amor à primeira vista, fosse possível apenas para personagens literalmente de duas dimensões.





Figura 2: Gisele chegando à Nova York

Vinda do reino imaginário de Andalasia, Gisele surge em um bueiro de Nova York (figura 2), como se a cidade fosse o conto de fadas ao revés. Gisele contrasta com os cínicos e apressados habitantes e carrega sozinha todo o espaço cômico da história. Ao final, a tendência é apagar as diferenças entre estes dois mundos; irradiar o espaço cômico que vem da protagonista para os demais personagens e espaços da cidade. Da hostil recepção da personagem no início, à transformação da cidade em páginas de um livro ao final, Nova York perde sua tridimensionalidade, ao mesmo tempo em que a personagem resolve ficar na cidade. O filme se utiliza de cores, luz diurna e noturna, figurino e arquitetura para contrastar Gisele, às outras personagens e à própria cidade.



Figura 3: Gisele envolve todo Central Park num número musical sobre o amor

O tom é de ironia e paródia, no qual se negam princesas da Disney, para logo em seguida reafirmá-las. O comportamento lunático de Gisele é capaz de transformar o Central Park num grande número musical sobre o amor, enquanto, curiosamente, a cidade e seus famosos arranha-céus aparecem distantes (Figura 3). O exagero é uma faceta grotesca do gênero que contagia a cidade, mas que escolhe os espaços em que pode habitar.

Para Grindon (ibdem) outro polo do ciclo atual apresenta a vertente ambivalente do gênero. *Segunda chance para o amor* (*Purple Violets*, 2007) conta a história de dois casais do passado que voltam a se encontrar. A paixão arrebatadora, o amor à primeira vista teve lugar momentos antes em outra década que o filme não mostra. Retrata-se apenas a segunda chance que ocorre na cidade. Patti (Selma Blair) é uma escritora frustrada que ganha a vida como corretora de imóveis. As cenas são, em maioria, internas e o que vemos de Nova York está emoldurado por janelas amplas ou em distantes paisagens cinzentas (figura 4).



Figura 4: A cidade emoldurada ou distante de *Purple Violets*

As tramas românticas alcançam o clímax em elipses ou quando os casais saem da cidade. Nova York é o cenário em que eles se encontram e Brian (Patrick Wilson) faz um discurso apaixonado sobre a cidade como o lugar onde ele vive e trabalha. Mas a reconciliação entre ele e Patti só ocorre em sua casa na praia, duas vezes ao longo do filme. Nova York é o lugar em que eles se esbarram por causalidade e apresenta um espaço cômico de amargo otimismo: nunca se fechando completamente, deixando brechas e questionamentos sobre a sua existência.

Alguns filmes jogam com as convenções das comédias românticas e performam uma participação ambígua no gênero. *Mesmo que nada dê certo* (*Begin Again*, 2013) e *A incrível Jessica Jones* (*The Incredible Jessica Jones*, 2017) são filmados em Nova York, mas suas aderências imperfeitas ao gênero trazem também uma representação não tão apaixonada da cidade. *A incrível Jessica Jones* se passa num bairro do Brooklyn, até então, pouco explorado pelo gênero⁶ trazendo ao mesmo tempo uma trama de amor secundária, um olhar distinto da cidade e um espaço cômico construído a partir da amizade. O casal inter-racial Jessica (Jessica Williams) e Boone (Chris O'Dowd) se conhece no momento em que ambos se recuperam de separações traumáticas. Os dois nunca se estabelecem numa relação comprometida, mas o bom relacionamento baseado em amizade e sexo é suficiente para fechar o espaço cômico da história. A cidade a partir de ângulos incomuns no gênero (figura 5) reflete também um novo enquadramento de uma história de conquista mútua com final feliz: dispensa-se o amor à primeira vista do início e o compromisso assumido publicamente do final, a paixão dá lugar à amizade e ao invés de o casal embarcar junto numa aventura ao final, Boone oferece a Jessica passagens para que suas amigas a acompanhem na viagem para Londres, onde finalmente, a protagonista conseguiu o reconhecimento profissional. O

que não deixa de ser um ato admirável, até mesmo romântico com objetivo de conquista.

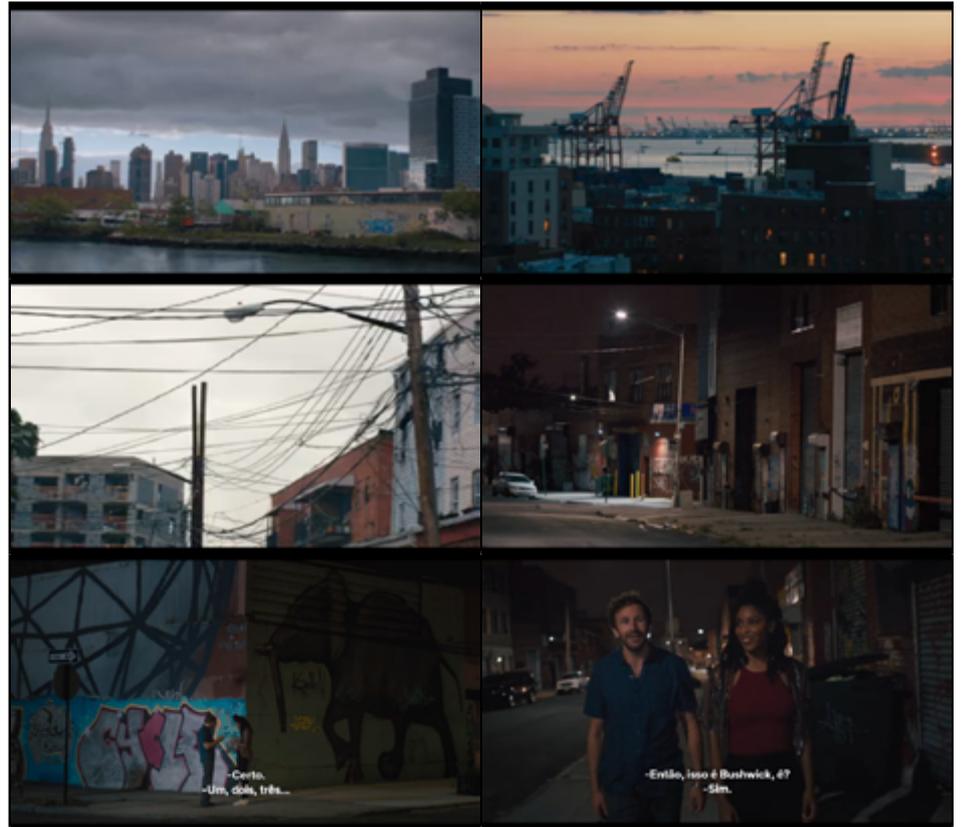


Figura 5: Nova York e a comédia romântica vistas de outros ângulos

De maneira semelhante, *Mesmo que nada dê certo* tem sua trama romântica entre os protagonistas apenas como possibilidade provocada pela narrativa. Os dois personagens se encontram por acaso na cidade, se envolvem numa aventura juntos como em qualquer comédia romântica, e demonstram química para construir um relacionamento perfeito. Ambos mudam a vida um do outro, mas os laços que se exploram são profissionais ou de amizade. É uma visão otimista sobre um casal que nunca realmente se torna um par romântico, apesar de todas as regras de aproximação e separação do gênero serem seguidas.

Neste filme, o poder da música, mais que o poder do amor ou do desejo, é o que garante um lugar a salvo para que a intimidade e a felicidade possam acontecer. Greta (Keira Knightley) e Dan (Mark Ruffalo) saem pela na cidade para gravar um disco juntos, superar seus próprios obstáculos e se divertir. O disco se chama *The Great Outdoors*, um nome que ressalta as maravilhas de se estar ao ar livre na cidade, porém, toda construção narrativa da história enfatiza a paisagem sonora. Os lugares escolhidos para gravações por onde passam a dupla e sua banda não se parecem cartões-postais (figura 6) e as tais maravilhas da cidade se traduzem em sons e músicas.



Figura 6: “The Great Outdoors”: por vezes os espaços não são nem grandiosos nem mesmo ao ar livre apesar de serem sempre espaços públicos

O filme retrata uma visão otimista da cidade com paisagens pouco reconhecíveis da Nova York das comédias românticas. Com exceção de uma cena: Greta e Dan andam pela Times Square, pelo metrô e outros lugares enquanto dividem a mesma trilha sonora em fones de ouvido. Alheios ao que acontece na cidade, ou seja, seus sons, os dois personagens percorrem os lugares, que agora ganham uma “aura” a partir da música. O encanto construído pela cena vem do poder da música e da representação glamourizada da cidade (figura7). Diferente de todos os outros momentos do filme, Nova York aqui aparece em seu esplendor por poucos segundos. A atmosfera de intimidade e desejo está presente ainda que o romance não se desenvolva.



Figura 7: O uso da paisagem simbólica da cidade para construção do espaço cômico e romance não-concretizado

Há nessa cena a sobreposição entre o espaço cômico e a cidade, que tende a ficar menos clara à medida que a trama avança resultando num final feliz não tão inequívoco. Na última sequência, Greta anda de bicicleta sozinha pela cidade e Dan se reconcilia com a ex-esposa (figura 8). O espaço cômico é costurado mais uma vez pela música e a cidade de Nova York é importante nas duas cenas paralelas. A adesão parcial às convenções da comédia romântica faz o filme questionar um conceito central no gênero: o de amor romântico. Relacionamentos amorosos não são automaticamente o local da resolução feliz. O reconhecimento de que todo triunfo é passageiro presente numa perspectiva cômica fala mais alto do que a fantasia de viver um desejo mútuo, próprio do romance. O que resta ao final é a ambivalência do gosto amargo e doce de uma resolução feliz, mas não ideal. O uso da luz noturna tanto na cena dos fones de ouvido quanto no final suaviza as feições da cidade, sobressaindo suas luzes mais que topografias e criando uma imagem ao mesmo tempo encantada e renovada para a Nova York do gênero.



Figura 8: Finais felizes para os protagonistas

Retórica, narrativa, grandes narrativas e espaço

Rick Altman (2008) analisa o mundo da “Guerra ao Terror” dos anos Bush como uma “retórica de duplo foco épico” que teria emergido como predominante após 2001. Para o autor esta foi a nova grande-narrativa sustentada pelo discurso oficial do país. Ao enfatizar o “nós contra eles”, a “guerra ao terror” pretendia dividir o mundo em dois, colocando (o que parecem definições claras de) maus e bons em lados opostos, no qual apenas um lado pode sobreviver ao conflito⁷. Como mencionamos, o gênero de horror surgiu como um lugar protegido para desenvolver danos traumáticos após os ataques, uma vez que, o ambiente guiado por este padrão narrativo também recebe melhor gêneros com a mesma abordagem narrativa, ou seja, o mesmo duplo foco épico em que dois lados opostos buscam a destruição mútua. Gêneros como o western, o horror, os filmes de super-heróis e super-vilões costumam utilizar o duplo foco épico. Comédias românticas não costumam ser tão bélicas, apesar de existir títulos que enfoquem um conflito entre amigos ou uma disputa pelo mesmo interesse romântico como em *Noivas em guerra* (*Bride Wars*, 2009) e *Guerra é guerra!* (*This Means War*, 2012) mas em ambos os casos, a trama romântica fica em segundo plano. A comédia romântica, em geral, também se utiliza de um duplo foco narrativo, personificado pelo casal central, para contar uma história de amor. Só que ao invés de procurar a destruição mútua – mesmo que alguns exemplos tentem – os filmes do gênero buscam uma conciliação cômica. Altman (2008) chama este tipo de narrativa de duplo foco pastoral, no qual ao final, os dois lados se unem e se tornam um.

A junção entre estes dois duplo-focos (épico e pastoral) é possível, mas como o autor alerta, normalmente ocorre num caminho melodramático. Esta é uma das respostas que as comédias românticas hollywoodianas encontraram. A escolha melodramática por valores tradicionais pode ser vista como uma maneira que o gênero lida com a perda no mundo. Ken Feil (2015) percebe que as heroínas das comédias românticas *Amor à segunda vista* (*Two Weeks*

Notice, 2002) e *Encontro de amor* (*Maid in Manhattan*, 2002), ao final, retornam a papéis tradicionais de gênero (*gender*), escolhendo a família e o casamento no lugar de carreira ou sucesso profissional.

Alguns estudos (Altheide, Aviva and Miller, Polard) comparam Pearl Harbor e o 11 de setembro como dois eventos que parecem ter ajudado a emergência do filme de horror com o propósito para lidar coletivamente com o medo. Não é coincidência que o período da Segunda Guerra, e os anos subsequentes, sejam mais identificado com os filmes de suspense, os de guerra, o filme *noir* que com os musicais e comédias românticas que a indústria produziu naquela época. Há uma relação entre um ambiente favorável ao cômico e sua visão otimista e os períodos de alta em ciclos de produção de comédia romântica (anos 1930, 1950, 1990), porém, essa relação longe de ser direta está repleta de nuances. Um aparente momento de “crise” para o gênero, como, por exemplo, fins dos anos 1960, resultou em títulos que flertavam com a contracultura e empurrou os limites da comédia romântica para caminhos extremamente produtivos, como em *Ted & Carol & Bob & Alice* (1969), questionando ao mesmo tempo os relacionamentos monogâmicos e a urgência do amor livre. Portanto, momentos de férteis experimentações costumam se esconder por trás de fases de baixa produção.

Nos últimos anos, o gênero, em sua faceta hollywoodiana, tem se reimaginado em termos de paisagem, estrelismo, trilha sonora, elementos cinemáticos e narrativos repensando toda a relação entre amor e felicidade. Acredito que as abordagens atuais, ou seja, o grotesco e o ambivalente, sejam uma tentativa de circunavegar a tendência da “grande narrativa” em vigência, com paródia, ironia, exagero e incerteza compondo uma transição interessante para um próximo ciclo de produção que pode surgir em breve no audiovisual. É um momento de renovação das convenções do gênero inclusive a maior de todas: a ideia de amor romântico. Tão central à comédia romântica clássica, o amor romântico parece cada vez menos crível como uma fantasia feliz a ser vivida no mundo atual, sendo constantemente reavaliado e repensado na nossa sociedade. Como argumentou Deleyto (2003) há uma tendência atual no gênero em preferir a amizade ao amor para representar um relacionamento íntimo.

Lynne Pearce (2007) acredita que amor e trauma são dois momentos violentos que precisam ser narrados para serem compreendidos. Assim, a narrativa traumática de cidade e a narrativa romântica cômica se combinam de maneira terapêutica. Criando uma nova e otimista relação do gênero com os espaços urbanos, a comédia romântica se reinventa e sugere caminhos menos percorridos. Paisagens menos saídas de um cartão-postal combinadas a soluções narrativas incomuns. Longe de ser uma cidade sem amor, a Nova

York das comédias românticas recentes – e também o gênero como um todo – se mostra com novas feições e propõe outros desenhos de afeto e humor que tentamos com este ensaio percorrer e mapear.

Referências

ALTMAN, R. *Film/Genre*. London, BFI, 1999.

_____. *A Theory of Narrative*. New York: Columbia University Press, 2008.

ALTHEIDE, D. *Fear, Terrorism and Popular Culture*. In: BIRKENSTEIN, J., FROULA, A., RANDELL, K. *Reframing 9/11: Film, Popular Culture and “The War on Terror”*. London, Bloomsbury, 2010. E-book.

AVIVA, B., MILLER, S. J. *Horror after 9/11: World of Fear, Cinema of Terror*. Austin: University of Texas Press, 2012.

BUCHANAN, J. *Two Million Dollar View: Cognitive Gentrification in Post 9/11 New York City*. In: WILHITE, K. (ed.) *The City Since 9/11: Literature, Film, Television*. Maryland: Fairleigh Dickinson University Press, 2016.

BRODESSER-AKNER, C. *Can the Romantic Comedy be save?*. In: *Vulture*, December 27, 2012. Acesso em 27/04/2018: <http://www.vulture.com/2012/12/can-the-romantic-comedy-be-saved.html>

CORRIGAN, R. W. *Introduction: Comedy and Comic Spirit*. In: _____ *Comedy: Meaning and Form*. New York: Harper and Row, 1981.

DELEYTO, C. *The secret life of romantic comedy*. Manchester and New York: Manchester University Press, 2009.

_____. *Between friends: love and friendship in contemporary Hollywood romantic comedy*. *Screen*, Volume 44, Issue 2, 1 July 2003.

_____. *From Tinseltown to Bordertown: Los Angeles on Film*. Detroit: Wayne State University Press, 2016.

ESPINOSA. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

FEIL, K. *Masculinity Marginalization*. In: PETROVIC, P. *Representing 9/11: trauma, ideology and nationalism in literature, film and television*. London & New York: Rowman & Littlefield, 2015.

- FERRANTE, E. *Frantumaglia: os caminhos de uma escritora*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.
- FRYE, N. *The Mythos of Spring: Comedy*. In: CORRIGAN, R. W. *Comedy: Meaning and Form*. New York: Harper and Row, 1981.
- GRINDON, L. *The Hollywood Romantic Comedy*. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell, 2011.
- JERMYN, D. *I ♥ New York – The Rom-Com’s Love Affair with New York City*. In: ABBOTT, Stacey JERMYN, Deborah (ed.) *Falling in love again – Romantic Comedy in Contemporary Cinema*. London and New York: I.B. Tauris, 2009.
- KRUTNIK, F. *Conforming Passions?: Contemporary Romantic Comedy*. In: NEALE, Steve (ed.) *Genre and Contemporary Hollywood*. London: BFI, 2002.
- NICHOLSON, A. *Who Killed the Romantic Comedy*. In: *L.A. Weekly*, February 27, 2014. Acesso em 27/04/2018: <http://www.laweekly.com/news/who-killed-the-romantic-comedy-4464884>
- ORR, Christopher. *Why Are Romantic Comedies So Bad? – The long Decline From Katharine Hepburn to Katherine Heigl*. In: *The Atlantic*, March, 2013. Acesso em 27/04/2018: <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2013/03/why-are-romantic-comedies-so-bad/309236/>
- PEARCE, L. *Romance Writing*. Malden and Cambridge: Polity Press, 2007.
- POLLARD, T. *Hollywood 9/11: Superheroes, Supervillains and Super Disasters*. London and New York: Routledge, 2016. E-book.
- POLLARD, T., BOGGS, C. *Hollywood and the Spectacle of Terrorism*. *New Political Science*, Vol. 28, n°3, September 2006.
- PRADO, Carol. *Por que Hollywood deixou de amar as comédias românticas e elas sumiram dos cinemas?*. Acesso em 28/04/2017 <https://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/por-que-hollywood-deixou-de-amar-as-comedias-romanticas-e-elas-sumiram-dos-cinemas.ghtml>.

Filmografia

- 13 Going on 30 [longa-metragem] Dir. Gary Winick. Sony Pictures et al., EUA, 2004. 98 mins.
- An Affair to Remember [longa-metragem] Dir. Leo McCarey. Jerry Wald Productions et al., EUA, 1957. 115 mins.

Begin Again [longa-metragem] Dir. John Carney. Exclusive Media Group et al., EUA, 2013. 104 mins.

Bride Wars [longa-metragem] Dir. Gary Winick. Fox 2000 Pictures et al., EUA, 2009. 89 mins.

Enchanted [longa-metragem] Dir. Kevin Lima. Walt Disney Pictures et al., EUA, 2007. 107 mins.

If Lucy Fell [longa-metragem] Dir. Eric Schaeffe. MPCA et al., EUA, 1996. 92 mins.

Maid in Manhattan [longa-metragem] Dir. Wayne Wang. Revolution Studios et al., EUA, 2002. 105 mins.

Manhattan [longa-metragem] Dir. Woody Allen. Jack Rollins & Charles H. Joffe Productions et al., EUA, 1979. 96 mins.

Pillow Talk [longa-metragem] Dir. Michael Gordon. Arwin Productions et al., EUA, 1959. 102 mins.

Purple Violets [longa-metragem] Dir. Edward Burns. Wild Ocean Films et al., EUA, 2007. 103 mins.

Serendipity [longa-metragem] Dir. Peter Chelson. Miramax et al., EUA, 2001. 90 mins.

Sleepless in Seattle [longa-metragem] Dir. Nora Ephron. TriStar Pictures et al., EUA, 1993. 105 mins.

Someone Like You [longa-metragem] Dir. Tom Goldwyn. Fox 2000 Pictures et al., EUA, 2001. 97 mins.

Sweet Home Alabama [longa-metragem] Dir. Andy Tennant. Touchstone Pictures et al., EUA, 2002. 108 mins.

Ted & Carol & Bob & Alice [longa-metragem] Dir. Paul Mazursky. Columbia Pictures et al., EUA, 1969. 105mins.

The Incredible Jessica James [longa-metragem] Dir. Jim Strouse. Beachside Films et al., EUA, 2017. 85 mins.

This Means War [longa-metragem] Dir. McG. Overbrook Entertainment et al., EUA, 2012. 97 mins.

United 93 [longa-metragem] Dir. Paul Greengrass. Universal Pictures et al., EUA, 2006. 111 mins.

Two Weeks Notice [longa-metragem] Dir. Marc Lawrence. Castle Rock Entertainment et al., EUA, 2002. 101 mins.

When Harry Met Sally [longa-metragem] Dir. Rob Reiner. Castle Rock Entertainment et al., EUA, 1989. 96 mins.

World Trade Center [longa-metragem] Dir. Oliver Stone. Paramount Pictures et al., EUA, 2006. 129 mins.

Zoolander [longa-metragem] Dir. Ben Stiller. Paramount Pictures et al., EUA, 2001. 90 mins.

Nota

- 1 Refiro-me a duas coisas: matérias na imprensa de entretenimento que procuram analisar a queda em qualidade e quantidade das produções do gênero em artigos como “Can the Romantic Comedy be save?” de Claude Brodesser-Akner para a Revista *Vulture* de dezembro de 2012, ou o artigo do *The Atlantic* de março de 2013 “Why Are Romantic Comedies So Bad? – The long Decline From Katharine Hepburn to Katherine Heig”, assinado por Christopher Orr, ou ainda “Who Killed the Romantic Comedy” de Amy Nicholson para o *L.A. Weekly* de 27 de Fevereiro de 2014; e também dados que podem ser compilados provando esta queda. O site *The numbers.com* coloca o pico de bilheteria do gênero em 1999, e seu declínio definitivo a partir de 2007. O artigo de Frank Krutinin de 2002, assinala crescimento de produção contínua do gênero até o ano anterior. Até o portal *g1* em 27/04/2017 postou a matéria “Por que Hollywood deixou de amar as comédias românticas e elas sumiram dos cinemas?”, com um gráfico que coloca o pico de faturamento do gênero em 2001, citando dados do site *mojo.com*.
- 2 O ataque ao World Trade Center só foi retratado em um filme *mainstream* de ficção em *As Torres Gêmeas (World Trade Center, 2006)* mesmo ano em que foi lançado *Voo United 93* sobre outro avião sequestrado no 11 de setembro.
- 3 A comédia romântica é considerada um filme médio para os padrões Hollywoodianos, mas como normalmente investe altos gastos com elenco, em produções comerciais brasileiras, espanholas, argentinas ou francesas, comédias românticas são associadas mais a *blockbusters* nacionais que a filmes médios.
- 4 Amy Nicholson (2014) observa a tendência da indústria cinematográfica Hollywoodiana de fazer filmes caros, com sequências, endereçados a toda família, ignorando o quão lucrativo são os filmes voltados a um público de nicho, como as comédias românticas. No seminário “Escola de Séries” realizado no Rio de Janeiro em 29/06/2015, Gary Marenzy (Rápido Entertainment) analisou que o mercado do filme médio estava acabando e por isso estas pessoas estariam migrando para a televisão.
- 5 Nesse caso, ainda que os filmes se passem em cidades, e alguns eventualmente foram gravados em Nova York, o espaço cômico se constrói mais a partir de uma dimensão temporal (o feriado, seja ele ano novo, natal, dia dos namorados ou qualquer outro) do que do espaço da cidade em si.
- 6 Jason Buchanan (2016, p.50) aponta que um dos efeitos pós-2001 foi a gentrificação e a “criação de guetos pós-trauma” “como uma extensão da política nacional de segurança”. Segundo o autor, a reconstrução da cidade logo priorizou investimentos de infraestrutura e negócios, enquanto que as moradias foram continuamente sendo

empurrados do centro. Bushwick, o bairro em que o filme se passa, era considerado um bairro empobrecido do Brooklyn, mas atualmente já está na lista de bairros “descolados”, por conta dos grafites e artes de rua que acompanharam a gentrificação. Ou seja, assim como a paisagem nova-iorquina expandiu-se, algumas comédias-românticas acompanharam também essa expansão.

- 7 Uma retórica que vem sendo retomada na Era Trump – e por outros representantes radicais ao redor do mundo – mas que vem encontrando uma resistência pública maior ou no mínimo mais visível, através de constantes protestos e posicionamentos mais frequentes em redes sociais.

Olhando as pornoanchadas: modos de visibilidade e percepção em *A Dama do Lotação* e *As Cangaceiras Eróticas*

Guilherme Fumeo Almeida

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM)
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bolsista CAPES.
email: almeidaguif@gmail.com.

Cristiane Freitas Gutfreind

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Doutora em sociologia pela Université Paris 5. Coordenadora do PPGCOM
da PUCRS e pesquisadora do CNPq.
email: cristianefreitas@puccrs.br.

RESUMO

Este texto se configura enquanto um ensaio sobre a análise das dinâmicas do olhar nas pornoanchadas através da problematização das noções de visibilidade e percepção. O primeiro momento, dividido em duas partes, liga as dinâmicas de visibilidade, com base nas discussões propostas por Didi-Huberman (1998) e Xavier (2003), às problemáticas de erotismo, nojo e individualidade propostas por *A Dama do Lotação* (Neville d'Almeida, 1978), enquanto o segundo faz a ponte entre os modos de percepção, distração e atenção, a partir dos estudos de Merleau-Ponty (1984) e Crary (2013), e as especificidades de *As Cangaceiras Eróticas* (Roberto Mauro, 1974) enquanto pornoanchada que privilegia uma determinada abordagem do humor e do erotismo.

Palavras-Chave: pornoanchadas; olhar; erotismo.

ABSTRACT

This text is configured as an essay on the analysis of the dynamics of the look in pornoanchadas through the problematization of the notions of visibility and perception. The first moment, divided in two parts, links the dynamics of visibility, based on the discussions proposed by Didi-Huberman (1998) and Xavier (2003), to the issues of eroticism, disgust and individuality proposed by *A Dama do Lotação* (Neville d'Almeida, 1978), while the second makes the connection between the modes of perception, distraction and attention, from the studies of Merleau-Ponty (1984) and Crary (2013), and the specificities of *As Cangaceiras Eróticas* (Roberto Mauro, 1974) as a pornoanchada that privileges a particular approach to humor and eroticism.

Keywords: pornoanchadas; look; eroticism.

Introdução

Pautado pela falta de unidade e pelo estímulo estatal, o contexto cinematográfico brasileiro da **década de 1970 também foi marcado** pela consolidação da pornochanchada como gênero popular. Seu sucesso de bilheteria e sua constância em termos de produção permitiram ao gênero se estabelecer como tal já na primeira metade da década, tendo unidade própria e criando uma relação de preferência com o público, segundo Inimá Simões (2007), dentro do período de maior ocupação de mercado interno do cinema nacional¹.

Reunindo filmes de diversos estilos, o gênero se destacou pela abordagem do erotismo, da crítica de costumes e do humor, a partir da influência de formas de entretenimento popular, como o teatro de revista, o circo e o rádio. Assim, a pornochanchada se especificou enquanto gênero cinematográfico que retratava a experiência cotidiana em meio a um regime autoritário e a um processo de “liberação de costumes da época, uma tematização da “revolução sexual” à brasileira, tecendo tramas que de início se prendiam à paquera, às conquistas amorosas, à virgindade, ao adultério, à viúva disponível e fogosa” (SIMÕES, 2007, p. 187). Em sua abordagem do erotismo, a partir da segunda metade da década de 1970, substituiu um tom predominantemente humorístico por um mais identificado com o drama.

Dentro deste contexto de costumes de uma época, as pornochanchadas possibilitam fazer uma análise do humor, do drama e do erotismo a partir de um viés estético. Dessa forma, este ensaio pretende problematizar tal viés através da análise do processo do olhar em duas pornochanchadas, *A Dama do Lotação* (Neville d’Almeida, 1978) e *As Cangaceiras Eróticas* (Roberto Mauro, 1974). Para tanto, primeiramente, será elaborada uma discussão voltada para as dinâmicas de visibilidade, com base nas discussões propostas por Georges Didi-Huberman (1998) e Ismail Xavier (2003), que será então relacionada com a análise de *A Dama do Lotação*, enquanto um exemplar *dramático* das pornochanchadas, (Neville d’Almeida, 1978), a partir de suas considerações sobre erotismo, nojo e individualidade dentro da construção da protagonista do filme. Em seguida, o processo de percepção, com suas características e limites, a partir dos estudos de Maurice Merleau-Ponty (1984), será ligado aos modos de atenção e distração, através de Jonathan Crary (2013) e à análise de *As Cangaceiras Eróticas* enquanto comédia representante de uma determinada fase da pornochanchada.

Visibilidade: experiência do olhar e modos de ver

O que vemos só vive em nossos olhos através daquilo que nos olha, destaca Georges Didi-Huberman (1998) em suas considerações acerca dos modos de ver as imagens, nos quais se impõem ao olhar a inelutável e paradoxal modalidade do visível. A partir desta modalidade, afirma Didi-Huberman, a visão se choca com o também inelutável volume dos corpos, com seus vazios, cavidades, bocas e sexos, dentro da consolidação de um regime de visibilidade que faz com que, ao mesmo tempo em que vejamos o que está diante de nós, algo nos olhe também.

O autor utiliza passagens de *Ulysses*, de James Joyce, como “fechamos os olhos para não ver”, para sustentar que ver só pode se sentir e concretizar enquanto uma experiência do tocar, um teste tátil de um obstáculo muitas vezes feito de vazios. Assim, para concretizar a experiência de ver, “devemos fechar os olhos para ver quando o ato de *ver* nos remete, nos abre a um *vazio* que nos olha, nos concerne e, em certo sentido, nos constitui” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 31).

Este vazio, ao nos olhar e constituir, nos faz ver os olhos e o olhar dos outros, como no exemplo joyceano de Stephen Dedalus, que vê os olhos de sua mãe moribunda se erguerem para ele. Estes olhos, mesmo depois de se fecharem, causam em Dedalus um efeito coercitivo de perda que turva sua visão. Visão e perda, desta maneira, passam a andar juntas: tudo o que é visto se torna inelutável e, portanto, ao nos olhar, também nos afeta, atordoia e persegue.

Assim, o regime de visibilidade que constitui a experiência do olhar está marcado por sensações que afetam diretamente este processo: estamos sempre em busca de formas de sentir, através do olhar, o que não vemos. Para tanto, precisamos abrir os olhos

para experimentar o que não vemos, o que não mais veremos – ou melhor, para experimentar que o que não vemos com toda a evidência (a evidência visível) não obstante nos olha como uma obra (uma obra visual) de perda (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 34).

O autor defende que o processo de ver é marcado por perdas e ganhos, pelo sentimento de que algo escapa da nossa visão. Desde a Idade Média se distinguia, através dos trabalhos de teólogos, a imagem (*imago*) do *vestigium* (vestígio, traço, ruína), na tentativa de explicar que o que podia ser visto só deveria ser considerado visível enquanto *o traço de uma semelhança perdida*, a semelhança a Deus que se perdeu depois do pecado.

São os obstáculos ao ver, mas que também oferecem espaços de entrada e saída, volumes repletos de vazios que sempre colocam como questões de que maneira um vazio pode ser mostrado e como ele pode ser transformado em uma forma – que nos olha. E para pensar na visibilidade enquanto um processo, o autor recorre à imagem da porta: de natureza dialética, simultaneamente um obstáculo e uma abertura visual, ela se impõe como algo cujo atravessar deve ser temido, mantendo o olhar entre o desejo de atingir o alvo e o luto de não poder atingi-lo.

Ao se impor enquanto uma figura ambivalente e ameaçadora, de uma abertura que pode dar ou tirar tudo, a porta se desenvolve através de uma noção misteriosa e labiríntica. Nesta lógica, enquanto espectadores,

somos ao mesmo tempo forçados a uma passagem que o labirinto decidiu por nós, e desorientados diante de cada porta, diante de cada signo da orientação. Estamos de fato *entre um diante e um dentro*. E essa desconfortável postura define toda a nossa experiência, quando se abre em nós o que nos olha no que vemos (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 234).

A partir deste processo, a imagem se torna um lugar, dentro de uma relação espacial que já começa no espaço que portamos na carne, enquanto um elemento fundamental de nossas experiências sensoriais. Tal espaço se materializa através do encontro entre a proximidade visual e a distância que abre outros espaços, eliminando distâncias objetivas e em que o *aí* se torna ilimitado e se afasta do aqui, do detalhe, do que é próximo.

E o *lugar da imagem* se forma através deste *aí* duplo, simultaneamente formado pelas experiências e pela estranheza. Enquanto *coisas visuais*, as imagens, portanto, “são sempre já lugares: elas só aparecem como paradoxos em ato nos quais as coordenadas espaciais se rompem, *se abrem* a nós e acabam por se abrir em nós, para nos abrir e com isso nos incorporar” (DIDI-HUBERMAN, 1998, p. 247).

O estudo de Ismail Xavier (2003), por sua vez, permite relacionar a discussão estética em relação ao olhar com a análise de obras cinematográficas, pensando na imagem em movimento enquanto uma composição de um mundo filtrado por um olhar anterior ao do espectador, que, ao dar uma forma ao que se vê na tela, se impõe, simultaneamente, enquanto uma ponte e uma mediação entre o espectador e o mundo. Esta imagem se caracteriza, para Xavier (2003, p. 35), como “um olhar anterior ao meu, cuja circunstância não se confunde com a minha na sala de projeção”.

O espectador, nesse contexto, contempla a imagem sem interferir na sua configuração, dentro de uma abordagem que valoriza menos a ideia de

efeitos entre quem olha e o que se vê e mais o papel puro do observador. A observação da visão de mundo contida nela é feita apenas no nível espectral, tendo acesso a informações que antes lhe eram vedadas, mas sem a possibilidade de escolher, de controlar de alguma forma o acesso que terá a essas informações. Não será possível ir além, ver mais. O autor (2003, p. 36) define o compromisso entre espectador e cinema como uma relação com perdas e ganhos, aceita pelo poder das imagens de penetrar na intimidade, sendo que “no cinema, posso ver tudo de perto, e bem visto, ampliado na tela, de modo a surpreender detalhes no fluxo dos acontecimentos e dos gestos. A imagem na tela tem sua duração; ela persiste, pulsa, reserva surpresas”. A imagem cinematográfica, dessa forma, é vista dentro dos limites da mediação, a partir da ideia de um mundo filtrado.

Com potencialidades infinitas devido à sua temporalidade aberta, a imagem cinematográfica permite que o espectador observe de forma contemplativa, sem a necessidade de engajamento. O olhar, assim, se consagra enquanto instrumento de observação de gestos e ambientes a partir de distanciamentos diversos, e a ficção cinematográfica privilegia o espectador simultaneamente presente e ausente, que tudo vê, mas que não ocupa nenhum espaço. É um olhar, portanto, em que a visibilidade é muito mais ligada à contemplação do que à sensação. É a consolidação do papel mediador das imagens cinematográficas. Por isso, segundo Xavier (2003, p. 37), o olhar cinematográfico é imaterial e “ubíquo, onividente. Identificado com esse olhar, eu espectador tenho o prazer do olhar que não está situado, não está ancorado – vejo muito mais e melhor”.

Volumes, limiares e lugares do olhar: dinâmicas de visibilidade em *A Dama do Lotação*

Em *A dama do lotação*, é apresentada a construção da individualidade da protagonista, Solange (Sônia Braga), a partir da divisão entre sexo e amor. Depois de recusar, na lua-de-mel, fazer sexo com o marido, Carlinhos (Nuno Leal Maia), Solange é estuprada por Carlinhos, e não consegue mais sentir atração sexual por ele, apesar de amá-lo. Ela vai então diferenciar seu comportamento dentro e fora do casamento, iniciando seus casos extraconjugais em duas frentes: a com desconhecidos que encontra nos lotações cariocas e com quem faz sexo em campos, cemitérios e cachoeiras, e a com conhecidos, todos muito próximos de Carlinhos.

Em relação aos conhecidos, Solange se envolve com o melhor amigo do marido, Assunção (Paulo César Pereio), e com o sogro (Jorge Dória), tensionando, em suas relações sexuais com ambos, a relação entre prazer e nojo, filtrada pelo olhar do espectador dentro da atmosfera visceral em que os casos de Solange estão inseridos. Em todas as cenas em que estes casos são mostrados, as imagens dão protagonismo à figura autônoma e sexualmente vivaz da esposa de Carlinhos, que anuncia a seus amantes as ações com que insere o nojo no sexo. Seja ela quem execute ou sofra essas ações, o comando parte sempre dela, como quando diz ao sogro que irá cuspir nele e quando ordena a um dos homens que conhece no lotação: “me bate e me xinga, me bate e me xinga!”.

Estas imagens, portanto, ativam um regime de visibilidade que, como destaca Didi-Huberman (1998), possibilita que vejamos algo que também nos olha, fazendo com que, neste caso, sejamos olhados pela materialização da autonomia de Solange enquanto indivíduo que tem controle sobre seus atos, subvertendo a dominância das figuras masculinas na dinâmica sexual. Neste regime de visibilidade, abre-se espaço para o protagonismo tanto da figura de Solange quanto dos corpos dela e de seus amantes, dentro de uma centralidade da nudez do corpo feminino, do seu volume, com sua boca e seus seios.

É a partir desta experiência do olhar, de ver o que nos olha e nos constitui, que se concretiza o ato de ver estes corpos e as relações físicas e emocionais construídas entre eles, com espaço para as sensações relacionadas ao que se sente pelo que se vê. Essa exploração dos efeitos estéticos da observação, através do olhar, da mescla entre desejo e nojo produzida em *A Dama do Lotação*, também se relaciona com as considerações de Xavier (2003) sobre a imagem cinematográfica enquanto um instrumento de mediação entre o espectador e o mundo, sendo o primeiro um contemplador da imagem. A partir deste papel contemplativo, o espectador se vê impactado pela aventura estético-erótica de Solange e sua overdose de gestos, emoções e acontecimentos relacionados ao caminho que a protagonista trilha para si.

E se Xavier enxerga no papel contemplativo do espectador uma limitação na relação entre quem vê e as imagens cinematográficas que são olhadas, Didi-Huberman vai pensar este processo através dos limites à visão da natureza dialética da figura da porta. Ao se impor simultaneamente enquanto uma abertura visual e um obstáculo, a porta é capaz de mostrar e interromper a visibilidade, colocando a visão total da imagem como um desejo que não pode ser totalmente suprido. Em *A Dama Do Lotação*, o regime de visibilidade

constrói enquanto porta a vontade do espectador de ver o desenrolar do processo erótico de construção de autonomia de Solange, acompanhando a experiência sexual da protagonista ao mesmo tempo em que cria sua própria experiência de olhar.

Dentro deste processo, o olhar também testemunha a criação da imagem enquanto lugar, a partir da experiência e da estranheza decorrente desta, sendo que as coordenadas espaciais da imagem também afetam o espectador, segundo Didi-Huberman, se abrindo em e para nós. Em *A Dama do Lotação*, os principais lugares da imagem são os espaços públicos em que Solange conhece seus amantes e se relaciona com eles, sendo esta ideia de espaço público, enquanto lugar da imagem, formada por todos os ambientes em que Solange circula, pelas ruas do Rio de Janeiro, dentro de sua construção erótica e de individualidade.

Um momento-chave para a compreensão deste processo espacial da visibilidade no filme é quando Solange, em uma atmosfera de transe, trajando um vestido cujo decote revela quase inteiramente seu seio direito, circula por um estacionamento de lotações. Em uma cena que acaba por se revelar enquanto um sonho da personagem, a protagonista se apoia nas grades do estacionamento e corre por entre os ônibus, até que se vê obrigada a esgueirar-se por espaços cada vez mais estreitos, em um movimento que mistura tensão e expectativa, reforçados pela trilha sonora (Imagens 1a a 1h, entre 1h09min48s e 1h10min31s). Em sua construção deste processo, a cena mostra Solange circulando em e transformando espaços de diferentes tamanhos, dentro de uma trajetória marcada pelo movimento da personagem. Mesmo que as frestas sejam as menores possíveis, ela irá passar e continuará andando, se consolidando como alguém que testa seus limites e que decide seu próprio percurso.



imagem1a



imagem1b



imagem1c



imagem1d

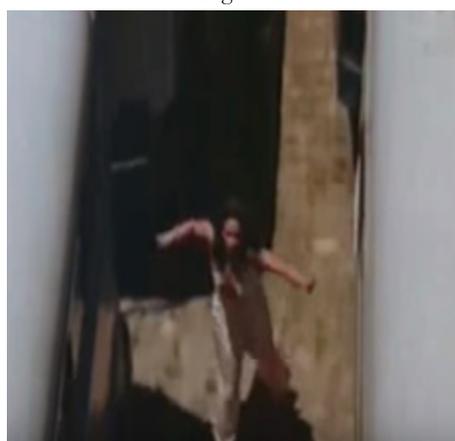


imagem1e



imagem1f



imagem1g

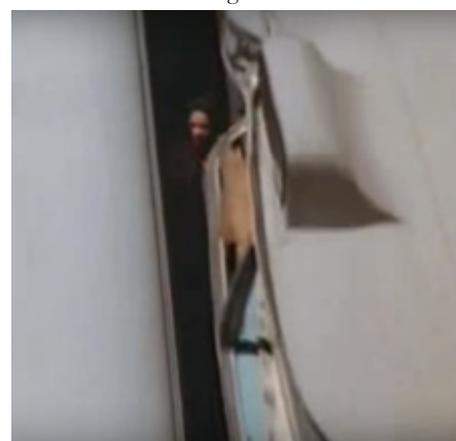


imagem1h

Imagens 1a a 1h: Solange corre entre os lotações
Créditos: YouTube

Através da contemplação do espectador, o filme consagra um olhar que, enquanto observador dos seus gestos e ambientes, se torna ubíquo e onividente, e acompanha as especificidades de uma trama que consolida, como indivíduo autônomo, uma Solange que escolhe como parceiros sexuais homens próximos ao marido e desconhecidos que encontra nos ônibus, celebrando a consagração do desejo e do nojo no espaço público, nunca no espaço privado, com Carlinhos, a quem confessa seus relacionamentos extraconjugais, restando a ele passar da raiva à impotência, à morte simbólica.

Pois o que prevalece é a individualidade de Solange, sendo a do seu marido sacrificada em prol da autonomia da esposa, dentro da consagração pública do que Xavier (2003, p. 191) chama de *estética da grossura*, em que sexo se torna sujeira e explora o nojo, construindo “um pan-erotismo ajustado a uma proximidade de corpos expostos ao olhar e ao toque, numa cidade tropical cujo clima e cultura celebram uma onipresença do sexo”. É dentro deste processo que se apresenta a visibilidade da construção da individualidade da protagonista, com o olhar do espectador sendo impactado pela sua potência e pelas suas especificidades.

É um processo muito ligado à figura de Solange, ao seu corpo, à sua relação com seus amantes e com o espaço, com a cidade, com uma construção intensamente tátil e sensorial que é apreendida pelo olhar. Com sua individualidade consolidada, Solange é vista andando pelas ruas do Rio de Janeiro, em um reforço da noção da imagem como lugar, enquanto define a seu psicólogo, em voz confessional, seu tormento enquanto esposa e mulher que estranha a própria singularidade, ao mesmo tempo em que não se culpa por ela: “eu amo meu marido e me entrego todos os dias a qualquer um. [...] Eu faço o que faço e não soffro”.

Modos de ver o mundo, distração e dinâmicas da atenção: características e limites da percepção em *As Cangaceiras Eróticas*

Ao analisar os processos de percepção e de sua relação com o nosso acesso à realidade circundante, Maurice Merleau-Ponty (1984) começa por destacar que é preciso aprender a ver o mundo, sendo este mundo formado pelo que vemos. É necessário, para Merleau-Ponty, tomar posse desta visão do mundo, deste ato de perceber, dentro de um processo de aprendizado completo e amplo em que é preciso diferenciar o que nos forma como observadores e o que faz parte do ato de ver em si.

Assim, este ato de ter acesso ao mundo se mostra enquanto um desafio de compreender tanto como vemos quanto como temos a ilusão de vermos o que não vemos, como sonho e verdade podem se equivaler, “como a inconsciência de não ter observado pode, no homem fascinado, substituir a consciência de ter observado” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 17). Para tanto, é necessário ter em conta que o vazio do imaginário sempre permanece desta forma, não se igualando à plenitude e à certeza que possui aquilo que é percebido.

Dentro deste processo de perceber, se chega à percepção, ligada, segundo o autor, ao sentido de ser do mundo e à própria coisa, e não a uma representação desta. Tal coisa, assim, está localizada no ponto extremo do olhar e da exploração, com a nossa visão de mundo sendo constituída e limitada por certo ponto de referência, ao mesmo tempo em que “meus movimentos e os de meus olhos fazem vibrar o mundo como se pode, com o dedo, fazer mexer um dólmen, sem abalar-lhe a solidez fundamental” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 19).

Pensando na percepção a partir do que se vê com os olhos, o autor destaca o seu caráter de conjunto: a percepção binocular não é formada apenas pela junção de duas percepções monoculares, e sim pela passagem destas à percepção de fato, através de um processo ativo de olhar, de despertar para o mundo. Neste processo, se atinge a percepção através de uma metamorfose, pela qual se chega a uma totalidade que domina as suas partes dentro de um conjunto mais poderoso.

Este conjunto tem a capacidade de criar, em cada um de nós, uma espécie de mundo privado, que se forma como uma unidade, uma *coisa do mundo*. Tal unidade desemboca no mundo externo, se articulando às outras unidades, mas sempre se vinculando à experiência individual, uma vez que

a intervenção de outrem não resolve o paradoxo interno da minha percepção: acrescenta este enigma da propagação do outro na minha vida mais secreta – outra e mesma, já que, evidentemente, só através do mundo posso sair de mim mesmo (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 22 e 23).

Dessa forma, cada um destes mundos privados se comunicam entre si, nos constituindo enquanto testemunhas de um mesmo mundo, que, acima de tudo, é muito mais sensível do que palpável, o que torna obscuro tentar elucidá-lo através de discussões mais concretas. Consolida-se então um consenso em termos de espaço coletivo, sendo que “essa certeza injustificável de um mundo sensível comum a todos nós é, em nós, o ponto de apoio da verdade” (MERLEAU-PONTY, 1984, p. 23).

Jonathan Crary (2013), por sua vez, relaciona as instâncias perceptivas aos modos de distração, que considera um efeito e uma parte importante de diversas tentativas de produção de atenção. Para Crary, atenção e distração fazem parte de um mesmo movimento, remetendo constantemente uma à outra, dentro de um contexto social cujas forças e atividades demandam ambas, a partir de uma dualidade que responde a um determinado espírito do tempo.

Assim, a modernidade como processo deve ser pensada a partir da produção de atenção e distração, sendo que, neste processo, também emerge a noção de desintegração perceptiva. Para relacioná-la com a atenção, o autor retoma a discussão de Schopenhauer sobre o tema, dentro de uma compreensão sobre o aspecto fragmentário da atenção subjetiva e do caráter desordenado do tempo. Frente a este tempo fragmentado, a atenção precisa competir constantemente com diversos estímulos que causam um caos cognitivo.

Em *As Cangaceiras Eróticas*, o debate acerca das condições e limites da percepção pode ser relacionado às especificidades estéticas e narrativas desta comédia que mescla erotismo e um ritmo de filme de aventura. Centrado na vingança de Del e Jasmin contra o bando comandado pelo cangaceiro Cornélio Sabiá (Enoque Batista), que trai o também cangaceiro Quirino Leão, pai das duas meninas, que é morto pela polícia, o filme dilui questões de tensão e violência, privilegiando o dinamismo de uma trama voltada ao humor e ao erotismo.

Depois que Leão é morto, um dos seus companheiros leais, Toneco (Jofre Soares) leva Del e Jasmin para um internato de meninas, dirigido por Padre Lara (Letácio Camargo). 10 anos depois, Sabiá e seu bando vão ao internato atrás das filhas do cangaceiro que traíram; sem encontrá-las, matam o padre e motivam o início da jornada de vingança das duas irmãs. Del e Jasmin se organizam, junto com as colegas de internato e amigas de infância, formando seu próprio bando de cangaceiras, passando por sessões de treinamento para o manuseio de pistolas.

Este bando, oito mulheres (Sônia Garcia, Helena Ramos, Urbana da Costa, Ariane Arantes, Angélica de Araújo, Sônia Lírio, Dalva dos Santos e Matilde Mastrangi) cuja motivação única é acabar com o bando de Sabiá, além dos revólveres, terá como arma o sexo: a ideia de poder feminino, aqui, se ajusta rapidamente à dinâmica erótico-cômica que marcou as pornochanchadas até a primeira metade dos anos 1970. Tal dinâmica, como destaca Nuno César Pereira de Abreu (2002), se liga à forma como a pornochanchada se constituiu como gênero, se apropriando de elementos da cultura popular a partir de suas formas tradicionais de entretenimento, como o teatro de revista, o circo e o rádio, consolidando uma dramaturgia que transformava em trama elementos de sedução e de humor ambíguo.

Em termos de erotismo, é importante apontar o uso das expressões de duplo sentido e o olhar masculino como artifícios de destaque nas pornochanchadas, privilegiando a figura da mulher objeto, como destaca Simões (2007). Flávia Seligman (2000) também ressalta esta exploração do erotismo cujo elemento principal é o uso da nudez feminina, vinculada ao olhar masculino, ancorada

no uso de estereótipos. Em *As Cangaceiras Eróticas*, dessa maneira, se fortalece a figura da mulher erotizada, mas que ao mesmo tempo subverte a ideia de fêmea disponível para o desfrute do prazer sexual masculino: aqui, é Del e seu bando de cangaceiras que utilizam o sexo não só como arma de dominância em sua guerra contra o cangaço, mas também como instrumento de prazer.

Dentro deste contexto, é possível pensar no mundo construído pelo filme, levando em consideração o processo apontado por Merleau-Ponty (1984) em que ter acesso ao mundo envolve o desafio de compreender o que se vê e o que é ilusório. Deste perceber se passa à percepção, ao sentido de ser do mundo e à própria coisa, dentro da limitação da nossa percepção a um determinado ponto de referência.

Assim, o processo de percepção de *As Cangaceiras Eróticas* leva em conta como o ponto de vista desta análise, em termos de espaço e época, reage ao sentido de ser do mundo relacionado ao filme, a uma determinada construção estética e narrativa vinculada a uma abordagem centrada no humor e na vingança de um grupo de mulheres a um bando de cangaceiros. Nesta construção, o sexo como arma e forma de prazer está presente desde o início da jornada erótico-vingativa destas *cangaceiras*, acabando por neutralizar uma abordagem mais direta da violência enquanto temática, apesar de se utilizar de elementos de filmes de aventura.

Em seu primeiro ataque, as oito mulheres planejam uma emboscada para alguns homens do bando de Sabiá, que começam a conversar com parte delas, que tomavam um banho de rio. Enquanto abordam elas e logo perguntam por Del e Jasmin, já conhecidas como as filhas de Quirino Leão que montaram um grupo de cangaceiras, os homens são surpreendidos pela outra parte do bando feminino, que estava escondida em uma árvore e começa a atirar neles (imagens 2a a 2d, entre 36min23s e 36min27s). Apenas um sobrevive ao ataque, e é logo cooptado pelas pistoleiras, que o levam para dentro do rio e, com uma fita métrica, tiram suas *medidas*: ele calça 21, garante uma delas, o que gera uma expressão de deboche e decepção em Del (imagens 2e a 2j, entre 36min39s 37min27s). Dentro da construção estética e narrativa do filme, tem mais importância a reação de Del às medidas do homem do que o destino dos outros cangaceiros alvejados. Antes de tudo, estas cangaceiras são *eróticas*.



imagem2a



imagem2b



imagem2c



imagem2d



imagem2e



imagem2f



imagem2g



imagem2h



imagem2i



imagem2j

Imagens 2a a 2j: Cangaceiras eróticas armam emboscada para o bando de Cornélio Sabiá
Créditos: YouTube

Este mundo calcado no humor e no erotismo se liga a uma percepção individual, dentro desta análise, sobre as construções de um filme que se materializa enquanto uma representação de um espaço coletivo. Nesta representação, se destaca a abordagem da questão do cangaço dentro da lógica da pornochanchada enquanto gênero cinematográfico, que, no caso de *As Cangaceiras Eróticas*, neutraliza a potencialidade de desenvolvimentos narrativos ligados à violência em detrimento de sua construção enquanto mundo.

Neste mundo, as cangaceiras invadem a festa de casamento da filha (Laura Jane) do Coronel Demerval (Oswaldo Avila), aliado de Cornélio Sabiá, e entre tiros para o alto e acordeões de sanfona, ordenam que todos os convidados fiquem nus. Os acordeões dão um tom cômico ao ridículo da dança sem roupas dos presentes, e Del e seu grupo partem da festa levando consigo o noivo (Marcus Vinicius). No acampamento em que o bando feminino se instalou, uma delas faz o batismo sexual do noivo, que até então era virgem, saindo da barraca para anunciar às outras suas medidas (“ele calça 23”). Em seguida, as demais também entram na barraca.

A partir desta lógica que une humor e erotismo em um filme ágil e sem maiores investimentos na complexidade narrativa, *As Cangaceiras Eróticas* pode ser ligado às considerações de Crary (2013) sobre a relação entre instâncias de percepção, modos de produção de atenção e distração. Se Crary considera atenção e distração como partes conectadas de um mesmo processo, pode-se detectá-las na construção de uma trama dinâmica e que não permite grandes espaços para reflexões a partir de diálogos ou construção de determinadas personagens. Nem Del, suas companheiras de bando ou o vilão Sabiá são diferenciados enquanto indivíduos complexos, e sim como arquétipos, caricaturas dinâmicas - as mulheres ágeis e sensuais, o cangaceiro impiedoso e treloucado com uma risada grave. Estas caricaturas disputam a atenção do espectador em uma história que segue em passos rápidos, em seus menos de

90 minutos, e por isso mesmo dão margem para a distração, para a percepção de um público a quem não é permitido mergulhar de forma imersiva em uma trama repleta de camadas, e sim em uma comédia embalada pelo erotismo e pela leveza.

Neste espaço para distração, também se abre lugar para a ideia de desintegração perceptiva, retomada por Crary a partir da discussão de Schopenhauer, que leva em conta a desordem do tempo e a fragmentação da atenção subjetiva. Enquanto uma comédia ágil e com um forte caráter lúdico-erótico que reforça um tom irônico e leve, *As Cangaceiras Eróticas* investe em um tempo narrativo desordenado, com destaque para o desenvolvimento de situações rápidas e de pouca profundidade dramática, que enfim apresenta uma resolução para o grande conflito do filme: a vingança de Del e seu grupo contra o bando de Cornélio Sabiá.

O conflito entre as mulheres e o bando de Sabiá finalmente ocorre: elas conseguem localizar o esconderijo do bando e, depois de um longo tiroteio, em meio a campos e pedras, com a ajuda do missionário Paulo Pastor (Marcos Miranda), que enfrenta o vilão e estava a ponto de ser morto por ele, Del e duas das cangaceiras, do alto de uma pedra, acertam Sabiá com vários tiros. Morto o cruel e infame representante do mal na trama, acaba a própria razão de existir do grupo de mulheres, até então movidas pela vingança. Por terem acabado com o pior bando de cangaceiros do Nordeste e se tornado uma lenda, elas são liberadas pelo Delegado (Sérgio Hingst), dentro de um final coerente com a proposta do filme.

Mantendo a leveza da sua dinâmica, *As Cangaceiras Eróticas* construiu um mundo, um universo narrativo que fortalecia a missão do grupo de mulheres, cuja única motivação para andarem armadas era se vingar do homem que traiu e provocou a morte do pai de Del e Jasmin, o odioso vilão cuja derrota era natural e esperada. Morto Sabiá e finda a missão das cangaceiras, as mulheres vão embora ao lado do delegado e das forças policiais, que levam o único sobrevivente do bando. A única que não acompanha o grupo é Del, que vai *agradecer* ao missionário Pastor por sua ajuda na luta contra o vilão. Ela encontra Pastor e logo o abraça, perguntando sobre o estado de seus ferimentos (imagens 3a a 3c, entre 1h29min45s e 1h29min49s). Dentro do tom desta trama leve, cômica e sutilmente maliciosa, o missionário olha para a câmera com cumplicidade: depois da luta, é hora do prazer (imagens 3d a 3f, entre 1h29min50s e 1h29min52s).



Imagens 3a a 3f: Del encontra Pastor: final feliz
Créditos: YouTube

Considerações Finais

Ao longo deste ensaio, foi possível problematizar os processos ligados à dinâmica do olhar sobre as imagens audiovisuais a partir da análise de duas pornochanchadas, relacionando as especificidades deste gênero cinematográfico brasileiro com esta dinâmica. Tal relação levou em conta dois paralelos: a experiência de olhar calcada na visibilidade, dentro dos limites

propostos pela trama de *A Dama do Lotação*, voltada para as imbricações entre drama, erotismo e construção da individualidade sexual de sua protagonista, e os processos de percepção suscitados pelo humor erótico e aventureiro de *As Cangaceiras Eróticas*.

Assim, em *A Dama...*, a construção estética do protagonismo da figura de Solange enquanto mulher autônoma que busca o prazer sexual fora do casamento ativa, em suas construções imagéticas, um regime de visibilidade que nos possibilita ver algo que também nos olha. Vemos esta construção de autonomia nas expressões de nojo, prazer, busca e ansiedade das personagens; nas imagens dos corpos da protagonista, de seus amantes, dos lotações, das ruas e dos motéis, os três últimos se materializando enquanto imagens-lugar. Contemplamos e somos afetados por estas imagens, por esta aventura estético-erótica e tudo o que dela vemos e não podemos ver, com a visão total da imagem se impondo enquanto uma vontade nunca totalmente satisfeita.

Nas construções perceptivas operadas em *As Cangaceiras Eróticas*, por sua vez, as condições e limites da percepção, dentro de um processo relacionado ao sentido de ser do mundo a que o filme dá acesso, estão voltadas a uma construção estética e narrativa ligada ao humor e ao erotismo que constrói uma determinada representação de um espaço coletivo. Esta representação neutraliza elementos narrativos e estéticos com potencial profundidade e dá protagonismo a personagens caricaturais: prevalece o dinamismo de uma comédia ágil e que une o erotismo a uma leve ironia, com o desenvolvimento rápido e desordenado de situações de fácil solução.

Dessa forma, enquanto *A Dama do Lotação* oferece uma experiência estética baseada na contemplação e no impacto do processo de ver as imagens por parte do espectador, especialmente através da construção estética e narrativa da autonomia individual de Solange em sua busca pelo prazer sexual, *As Cangaceiras Eróticas* substitui o impacto pela percepção de uma comédia ágil e levemente picante. Em sua construção de mundo, este filme substitui o percurso dramático de uma personagem, presente em *A Dama...*, pela narrativa que acompanha uma aventura cômica e quase frenética através da vingança das *cangaceiras*.

Referências

- ABREU, Nuno Cesar. *Boca do Lixo: cinema e classes populares*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.
- CRARY, Jonathan. *Suspensões da Percepção: atenção, espetáculo e cultura moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *O visível e o invisível*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.
- SELIGMAN, Flávia. *O “Brasil é feito pornôs”: o ciclo da pornochanchada no país dos governos militares*. Orientadora: Maria Dora Genis Mourão. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Departamento de Pós-Graduação, São Paulo, BR-SP, 2000.
- SIMÕES, Inimá. Sexo à brasileira. *Revista ALCEU* - v.8, n.15, jul./dez. 2007.
- XAVIER, Ismail. *O cinema brasileiro moderno*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- _____. *O olhar e a cena – Melodrama, Hollywood, Cinema Novo*, Nelson Rodrigues. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
-

Nota

- 1 De 1972 a 1982, 30% dos ingressos vendidos no país (cerca de 120 de um total de 350 milhões) eram destinados a sessões de cinema que exibiam filmes brasileiros.

Rotinas produtivas e atuação jornalística: o rádio no Sul do Maranhão

*Productive routines and journalistic action:
the radio in the South of Maranhão*

RESUMO

A cartografia do rádio Sulmaranhense aponta para o universo de 79% das emissoras denominadas de comunitárias e, desse total, 40% que funcionam sem outorga. Tais dados motivaram a observação participante em quatro emissoras situadas neste contexto com o objetivo de analisar como as rotinas produtivas das rádios estão relacionadas com o conteúdo jornalístico veiculado nos meios de comunicação comunitários. A partir da perspectiva do *newsmaking* (WOLF, 2005), observou-se durante uma semana a produção e veiculação de programas jornalísticos nas rádios Rio Corda, Rádio Cidade, Rádio Aliança e Rádio Fronteira, localizadas no Sul do Maranhão. Sem profissionais suficientes e nem estrutura adequada, a internet se torna a principal fonte para a produção e reprodução de notícias nessas emissoras comunitárias.

Palavras-chave: Rádios Comunitárias; Radiojornalismo; *Newsmaking*.

ABSTRACT

The cartography of the radio Sulmaranhense points to the universe of 79% of the so-called community radio stations and, of this total, 40% that operate without granting. These data motivated the participant observation in four stations located in this context with the objective of analyzing how the productive routines of the radios are related to the journalistic content conveyed in the community media. From the perspective of *newsmaking* (WOLF, 2005), the production and distribution of news programs on the Rio Corda, Cidade Radio, Radio Aliança and Rádio Fronteira radios, located in the South of Maranhão were observed for a week. Without enough professionals or an adequate structure, the internet becomes the main source for the production and reproduction of news on these community broadcasters.

Keywords: Community Radios; Radiojournalism; *Newsmaking*.

Graziela Soares Bianchi

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos). Docente nos cursos de Jornalismo (graduação e mestrado) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG-PR).

Nayane Cristina Rodrigues de Brito

Universidade Federal de Santa Catarina.
Jornalista e Historiadora. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Jornalismo e as contribuições do *newsmaking*

Tendo como base abordagens teórico-metodológicas do *newsmaking*, são trazidas para discussão e reflexão nesse artigo as concepções de Wolf (2005), especialmente a partir de desenvolvimentos contidos em obras como “Teorias das comunicações de massa”. Também são presentes perspectivas e construções a partir de trabalhos como “La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad”, de Tuchman (1983). Ainda é possível destacar como parte do aporte no qual o artigo busca se referendar o trabalho pioneiro da autora brasileira Isabel Travancas (1993) sobre “O mundo dos jornalistas”. Por fim, as elaborações de Nelson Traquina (2003) em “Estudos do jornalismo no século XX” também auxiliam na construção e desenvolvimento desse trabalho.

A socióloga norte-americana Gaye Tuchman (1983, p. 9) contribui com sua elaboração relacionada à noção de construcionismo da notícia. Com os estudos, que duraram cerca de 10 anos, buscou “aprender acerca de la noticia como construcción social de la realidad”. Além disso, a pesquisadora procurou entender, a partir de observação participante, todo o processo de construção do produto jornalístico, relacionando, por exemplo, como repórteres decidem o que é a notícia, como eles lidam com a diversidade de informações que chegam às redações diariamente, quais as estruturas e as dinâmicas estabelecidas durante esse complexo processo.

O estudo de Tuchman (1983) se aproxima do marco teórico e metodológico do *newsmaking*, ao buscar ir além da observação do conteúdo produzido e divulgado, avançando para a verificação da rotina produtiva de um canal de TV, três jornais impressos e a sala de imprensa da prefeitura de Nova York, entre os anos de 1966 e 1976. O *newsmaking*, observa Wolf (2005, p. 194), “[...] articula-se principalmente dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a do trabalho e dos processos produtivos”. Pela hipótese, propõem-se os seguintes critérios na compreensão do processo jornalístico: noticiabilidade, valores-notícia, as rotinas de produção, a seleção, edição e apresentação das notícias.

Wolf (2005) destaca que é preciso considerar a diversidade de rotinas referentes ao funcionamento de cada empresa e aos diferentes meios de comunicação. Para o autor, os estudos sobre a produção de informação têm evidenciado, de um lado “[...] claramente a complexidade dos elementos em jogo e, de outro, as determinações estruturais da cobertura informativa e da representação da realidade social que a mídia costuma fornecer” (WOLF, 2005, p. 267).

Traquina (2001), ao propor um estudo do jornalismo no século XX, tendo como o objeto as alterações no conceito da teoria do agendamento, traça um histórico da evolução das pesquisas na área. Na trajetória das investigações sociológicas, tendo o jornalismo como objeto, estão as entrevistas e o questionário, introduzidos nas décadas de 1930, 1950 e 1960, posteriormente acrescentados de uma abordagem etnometodológica, nos anos de 1970, com a inserção dos pesquisadores nos locais de produção da notícia:

Os acadêmicos, seguindo um exemplo dos antropólogos em terras distantes, foram aos locais de produção, permaneceram durante longos períodos de tempo, observaram os membros da tribo jornalística com o intuito de entrar na pele das pessoas observadas e compreender a atitude do nativo. (TRAQUINA, 2001, p. 61)

Diferente dos demais enfoques no produto jornalístico, a abordagem etnometodológica estabelece a verificação das ideologias e as práticas profissionais dos produtores das notícias. No Brasil, um dos trabalhos pioneiros que aborda os diálogos possíveis entre Jornalismo e Antropologia, na perspectiva do *newsmaking*, foi elaborado por Isabel Travancas, em 1991, com a dissertação “O mundo dos jornalistas”, publicada em 1993. Para construir a identidade social do jornalista, a pesquisadora utilizou a etnografia como aporte metodológico. No que se refere à rotina em um veículo radiofônico, Travancas (1993) observou o trabalho de um repórter de rádio durante um dia, a partir do encontro na redação, a saída para ir em busca das notícias e o retorno para a rádio. A observação estabeleceu as particularidades do radiojornalismo, entre elas o imediatismo e a instantaneidade do meio radiofônico, que exigem do repórter, mesmo em campo, sempre repassar informações para a emissora, preferencialmente de maneira imediata. As características próprias do meio exigiam que as informações fossem passadas por telefone (suporte instantâneo disponível à época da investigação), o que facilitava o trabalho dos repórteres.

No estudo sobre o radiojornalismo hipermidiático, Debora Cristina Lopez (2010) apresenta novas configurações sobre as rotinas produtivas em emissoras de rádios, no processo de convergência midiática. A partir da observação do trabalho das rádios All News, CBN e BandNews FM, a autora constatou três níveis de mudanças na rotina produtiva: a utilização de aparelhos mais modernos; outra dinâmica de trabalho e conteúdos diferenciados para atender às demandas do momento tecnológico atual. O rádio tradicional se reconfigura com a inserção de novos elementos para a linguagem radiofônica.

O acompanhamento da rotina das rádios comunitárias¹ estudadas aproximase do modelo tradicional evidenciado e explanado a partir de pesquisas já realizadas por outros investigadores, como demonstrado anteriormente.

Na realidade observada *in loco*, foi possível constatar que as tecnologias de comunicação disponíveis na atualidade auxiliam na verificação de conteúdo para os programas com propostas de radiojornalismo, mas a produção ainda não vislumbra as novas plataformas - a maioria das matérias inseridas nos sites das emissoras e também as divulgadas na programação- são reproduções que já foram publicadas em outras páginas da internet.

Esse artigo desenvolve algumas das questões presentes na investigação que objetivou traçar um panorama da produção radiojornalística no Sul do Maranhão, a partir da observação de rotinas produtivas das emissoras radiofônicas e análise de produtos radiojornalísticos, para registrar e compreender as práticas radiojornalísticas contemporâneas no rádio Sulmaranhense. A primeira etapa da pesquisa, tendo como base algumas concepções relacionadas ao viés teórico aportado por noções advindas de Geografias da Comunicação, consistiu em mapear a existência de emissoras de rádio com ondas hertzianas nas cidades do Sul do Maranhão. Em consonância com esses resultados, as produções de alguns veículos radiofônicos foram submetidas a análises quanto as suas rotinas produtivas e as suas respectivas produções.

Em meio a estes resultados, foram selecionados para este artigo alguns dados do mapeamento relacionado as rádios comunitárias. São trazidas ainda as observações realizadas durante o acompanhamento da rotina de quatro programas com propostas jornalísticas, veiculados em rádios comunitárias, são eles: “Jornal Central Cordina de Notícias”, transmitido pela Rádio Rio Corda; “Conversando com a Comunidade”, ouvido pela Rádio Cidade; “Rádio Notícia”, da Rádio Aliança e “Momento do Esporte”, transmitido pela Rádio Fronteira.

Procedimentos metodológicos

O mapeamento dos veículos radiofônicos no Sul do Maranhão foi realizado em dois momentos, inicialmente, entre os dias 12 e 21 de março de 2015; o término dessa etapa da pesquisa ocorreu entre 06 de janeiro e 06 de fevereiro de 2016. Mapear as emissoras radiofônicas do Sulmaranhenses, partindo do princípio de ir além do quantitativo (MOREIRA, 2012), demandou visitas presenciais a cada cidade de que se tinha notícia da existência de rádio e suas respectivas emissoras radiofônicas.

A região Sul do estado do Maranhão é formada por 49 municípios, organizados em sete microrregiões. Por mais de dois séculos, após a ocupação de terras maranhenses, essa região não fazia parte dos interesses da coroa portuguesa, uma extensão de terras pouco habitada até o século XVIII.

A região Sulmaranhense, denominação utilizada na tese do professor do curso de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Imperatriz, Jailson de Macedo Sousa (2015), comporta as áreas Central, Sudoeste e Sul do Maranhão. O pesquisador avalia que essa porção territorial é a mais próxima do que foi definido no século XVIII de região de Pastos Bons. Nessa delimitação, o autor também leva em consideração os projetos de Lei nº 947/2001 e Lei nº 2, de 2007, ambos propõem a criação do estado do Maranhão do Sul. Sem entrar no mérito político, Sousa (2015) avalia a proposta, ao levar em consideração as questões histórica e sociocultural dessa região.

A classificação de Sousa (2015) da região Sulmaranhense constitui a base para a escolha dessa parte do Maranhão como universo de pesquisa. Semelhante à ocupação tardia dessa porção espacial do estado, as experiências com os meios de comunicação também se deram de maneira tardia, se comparadas com o Norte do Maranhão. E, quando se trata de estudos sobre esses meios, eles ainda são poucos, faltam mais pesquisas para compreender os processos jornalísticos nessa região interiorana com características históricas, culturais, sociais e econômicas distintas do Norte do estado². Antes da conclusão da pesquisa³ em que os dados foram coletados e refletidos, observou-se uma ausência de investigações sistemáticas e aprofundadas sobre o radiojornalismo para apresentar dados históricos, rotinas produtivas e análises de programas radiojornalísticos.

Na região escolhida foram mapeadas 61 emissoras radiofônicas. Na segunda etapa da pesquisa foram selecionadas sete rádios que contemplavam uma diversidade de produção radiojornalística em suas grades de programação, para tentar apresentar um quadro mais aproximado do que é transmitido de radiojornalismo no Sul do Maranhão. A escolha se deu após a sistematização dos dados do mapeamento em tabelas, mapas e gráficos e consideração de sua pertinência para o aprofundamento da investigação. Para esse artigo, foram selecionados os dados e análises relacionadas a quatro das emissoras comunitárias acompanhadas.

A esta etapa de pesquisa foram incorporados os procedimentos metodológicos do *newsmaking*. Wolf (2005, p. 91) define os aspectos metodológicos de pesquisas que contemplam o *newsmaking* como uma etnografia da comunicação, pela observação direta das práticas dos profissionais envolvidos nos processos jornalísticos. Para este estudo também foram utilizadas outras

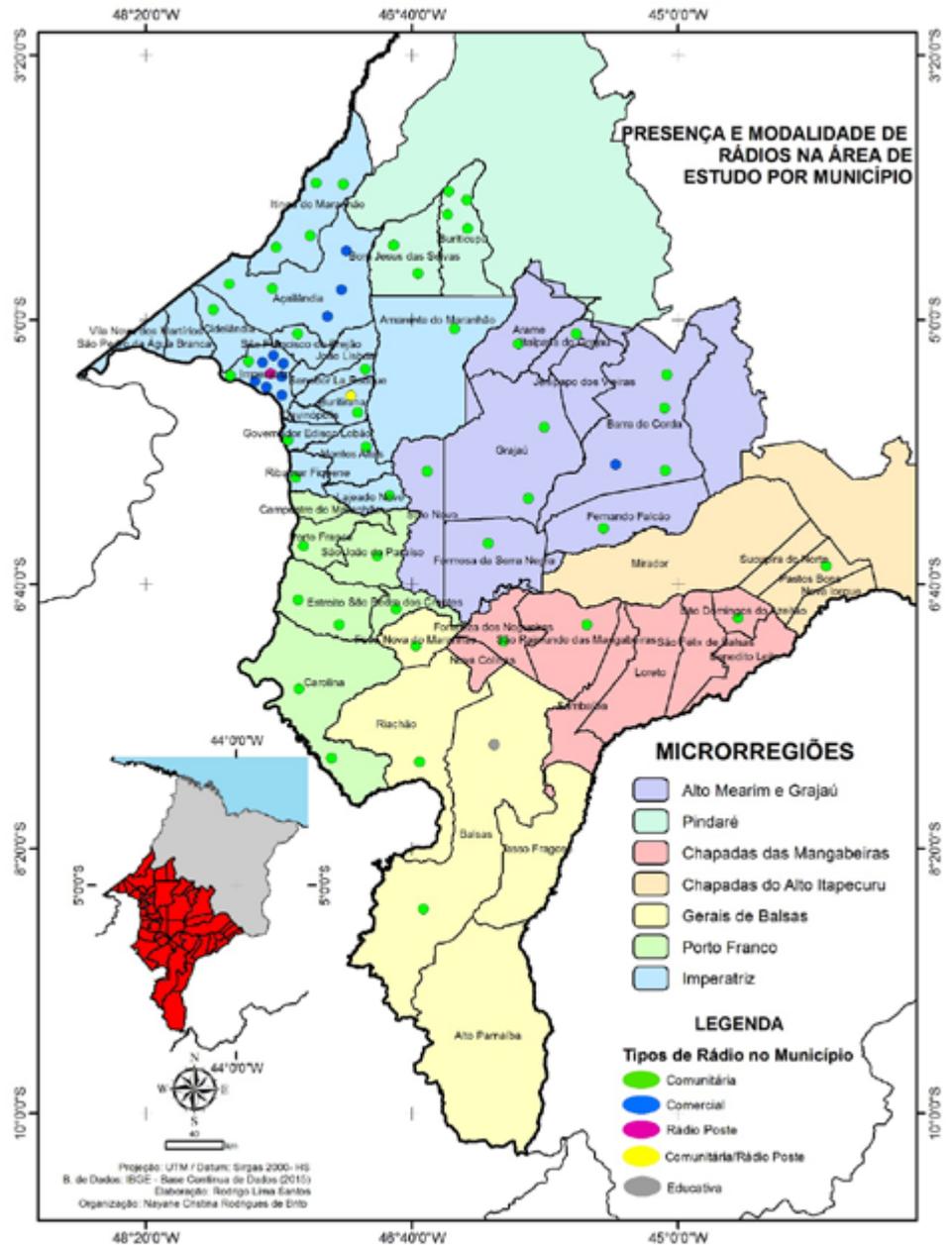
técnicas etnográficas, como a descrição densa e uso do diário de campo, que revelaram nuances no fluxo do trabalho nas emissoras de rádio.

Na pretensão de levantar dados relevantes para a pesquisa, foram realizadas entrevistas semiabertas com os representantes das rádios, entre eles locutores, diretores, um repórter, entre outros. Para Duarte, “Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas” (DUARTE, 2006, p. 66). Para este artigo, destacam-se as falas de sete entrevistados.

O percurso da pesquisa com a modalidade de rádio comunitária iniciou com a observação do “Jornal Central Cordina de Notícias” (06 a 10 de junho/2016), veiculado pela Rádio Rio Corda; “Conversando com a Comunidade” (27 junho a 01 de julho/2016), da Rádio Cidade; “Rádio Notícia” (19 a 22 de julho/2016), ouvido pela Rádio Aliança; e “Momento do Esporte” (26 a 29 julho/2016), transmitido pela Rádio Fronteira.

Cartografia das Rádios Comunitárias Sulmaranhenses

Mapa 1 – Cartografia quanto à existência de rádios no Sul do Maranhão.



Fonte: IBGE / Organização dos dados: Nayane Cristina Rodrigues de Brito / Elaboração: Rodrigo Santos.

É oportuno mencionar que, durante o período de desenvolvimento da pesquisa (2015 e 2016), das 48 emissoras comunitárias identificadas, 19 ainda não haviam sido legalizadas, ou seja, 40% ainda funcionavam sem outorga e atuavam com o receio de a qualquer momento ter seus equipamentos apreendidos pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

Quanto às 19 emissoras não legalizadas, a maioria surge entre os anos de 2003-2011 e 2011-2015. Seus representantes alegam a demora do processo de legalização devido à exigência quanto à documentação e o favorecimento para outras rádios já legalizadas no mesmo município. Alguns entrevistados também revelam promessas de políticos para obtenção da outorga.

O diretor de mobilização institucional da ABRAÇO-MA, José Maria Coelho, destaca que a resistência das emissoras comunitárias para existir também está relacionada com o fator financeiro, “[...] essas emissoras que estão sendo fechadas no interior do estado, não são simplesmente por falta de outorga, mas simplesmente por condições financeiras e isso não quer dizer que seja má gestão da coordenação, é realmente a situação financeira”.

As limitações impostas pela Lei nº 9.612 desencadeiam essas situações relacionadas a problemas financeiros e, segundo o diretor de formação da ABRAÇO – MA e professor do Curso de Comunicação da UFMA de São Luís, Ed Wilson Araújo, estendem-se também para as gestões que nem sempre atuam em favor de trabalhos comunitários, corroborando com os conceitos elencados por Peruzzo (1998) quanto aos tipos de emissoras comunitárias, entre elas as emissoras de cunho político-eleitoral, emissoras religiosas vinculadas às igrejas católica e evangélica, emissoras com um diretor estabelecido como dono, entre outras.

A limitação da potência de 25 watts, a limitação da antena de trinta metros, a limitação da captação de recursos que só pode captar através de apoio cultural. Como a rádio não pode captar recursos do comercial de publicidade ela fica nas mãos do prefeito, ou de alguém, de algum empresário que vai bancar. Se a legislação permitisse que a rádio comunitária pudesse ter o mínimo de formatação empreendedora e ela pudesse captar recurso da quitanda da esquina, do comércio, do armazém Paraíba e esse recurso fosse convertido para a rádio se sustentar, a sustentabilidade financeira da rádio, haveria um mecanismo de autogestão que de certa forma intimidaria essa gerência do financiador que geralmente é o prefeito, é o pastor, é o dono da rádio, já que ele se coloca na condição da pessoa que paga as contas de água e de luz, ele se arvora do status de dono e ele passa a ser o proprietário da emissora. (ED WILSON ARAÚJO)

A realidade dos veículos comunitários no Sul do Maranhão é difícil, a maioria dos prédios tem estrutura física simples, algumas são edificações alugadas, cedidas pela prefeitura, igrejas ou pelo diretor da emissora, e a minoria tem prédio próprio. Além disso, enfrentam-se dilemas como a falta de profissionais que possam colaborar na programação, sobretudo jornalística. Todos os representantes dessas rádios reclamam das limitações impostas pela Anatel.

Rotina dos veículos comunitários e suas respectivas produções

Cenários distintos, profissionais e suas limitações de atuação e situações cotidianas diversas fazem parte das relações na rotina das rádios observadas. Compreende-se que esses aspectos devem ser ressaltados na descrição de cada veículo pesquisado porque eles impactam com mais ou menos evidência na rotina produtiva dos programas. Segundo Sousa (1999), entre as forças que condicionam a construção da notícia está a “força do meio físico”; o autor considera que, apesar dos poucos estudos que comprovam essa prerrogativa, “[...] é quase intuitivo dizer-se que um jornalista pode produzir mais e melhor num local apropriado ao seu trabalho do que num escritório inadequado e desconfortável” (SOUSA, 1999, p.13).

A seguir, as implicações diretas relacionadas ao trabalho jornalístico nas emissoras estudadas. Para tanto, conta-se também com o apoio de narrativas dos profissionais que atuam nas rádios. As memórias de cada um, por vezes com falhas, indicam as datas do surgimento das rádios e seus respectivos programas. As narrativas se estabelecem como importantes fontes, uma vez que são muito escassos os dados sistematizados sobre emissoras comunitárias e programas da região Sulmaranhense.

Rádio Rio Corda

Em 1999 surge a Associação Comunitária Barra - Cordense, a razão social da Rádio Rio Corda. A cidade de Barra do Corda é banhada pelos rios Corda e Mearim, o nome é equivalente a um desses flúmenes. O veículo nasce das iniciativas de Raimundo Carvalho, sócio da Rádio Difusora AM, da mesma localidade, que, ao verificar a ausência de uma emissora FM e com contatos no Ministério das Comunicações, após morar 24 anos em Brasília, solicitou a liberação para funcionamento da rádio.

A emissora funciona com nove locutores, entre eles a apresentadora do “Jornal Central Cordina de Notícias”, conhecido por CCN, Edilane Brasil, que faz parceria com Raimundo Carvalho durante o informativo, uma recepcionista, um operador de áudio. O estúdio da rádio tem tamanho médio, um ambiente climatizado com dois microfones, dois computadores de mesa, uma mesa de som, um gerador de estéreo, entre outros. Porém, torna-se pequeno e

desagradável ao servir de “redação” para Edilane Brasil produzir o CCN e, posteriormente, apresentá-lo. Não existe um espaço para a profissional nem mesmo esticar as pernas ou se manter de maneira confortável.

O prédio da Rádio Rio Corda é cedido pela prefeitura municipal há cerca de 10 anos, uma edificação com pequenas dimensões em um terreno grande. Em busca de solucionar essas questões referentes aos espaços físicos, Raimundo Carvalho, atual diretor, comenta sobre a construção de um prédio para o veículo radiofônico em outro bairro e com ambientes mais amplos, “[...] tem sala de recepção, tem almoxarifado, tem sala de jornalismo, sala de espera, estúdio”, informa o diretor. A obra está na etapa inicial, somente com o alicerce executado, o planejamento é que seria concluída até o final de 2017.

No contato com os ouvintes, existe um aparelho de telefone fixo e um celular com acesso a duas operadoras distintas. O WhatsApp da rádio fica em um dos aparelhos utilizados pelo diretor. O site (<http://www.riocordafm.com.br/>) tem indicação para escuta, o contato para comunicação por meio do WhatsApp, recomendação de acesso ao Twitter, registrado como último acesso o dia 15 de junho de 2016 (dados obtidos durante o período de observação) e o incentivo para realizar o download do aplicativo da emissora.

Programa “Jornal Central Cordina de Notícias” – CCN

Edilane Brasil chega às 11h00 no estúdio da Rádio Rio Corda, é segunda-feira, dia 06 de junho de 2016. Um dos computadores é imediatamente utilizado na preparação do “Jornal Central Cordina de Notícias”, o CCN. Sites e blogs são consultados na seleção das informações que irão compor o informativo, o roteiro fica salvo na área de trabalho do computador de mesa e é atualizado diariamente, apaga-se o texto do dia anterior e novas palavras tomam o espaço da página com as divisões das editorias – Estado, Esporte, Economia, Nacional, Internacional, Política e Local.

No dia seguinte, falta internet na Rádio Rio Corda. Avisada antes pela recepcionista, a locutora prepara o CCN em seu outro local de trabalho e leva pronto para ser lido das 12h às 12h30. Comumente, a profissional inicia o trabalho no rádio às 11h, ressalvas como a ausência de internet a fazem chegar cerca de 20 minutos antes do programa. A contribuição de Raimundo Carvalho é na parte da locução e manuseio da mesa de som, antes do CCN ele já está no estúdio finalizando os 30 minutos de uma sequência de músicas

gospel e sacras logo após o “Ligou Tocou”. Na sexta-feira, dia 10 de junho, o jornal não foi veiculado, o diretor teve problemas com o seu transporte e não pode comparecer, e na ausência de um dos apresentadores, não é realizado o informativo. A apresentadora explica que fica cansativo para os ouvintes a leitura das matérias por apenas um locutor.

A mesma tela do computador em que é redigido o jornal serve de suporte para a leitura dos dois profissionais, as vozes são intercaladas a cada parágrafo das matérias. Nos intervalos, eles comentam sobre algum assunto divulgado e aproveitam para visualizar suas mensagens do WhatsApp. O CCN existe há mais de dez anos. Inicialmente com 15 minutos, aumentou para 20 minutos, até chegar a meia hora. A partir deste último formato, os dois locutores apresentam um texto manchettato, com notícias internacionais, nacionais, estaduais e locais.

Rádio Cidade

Com a frase pintada na parte frontal da instalação da rádio, “A voz de Fortaleza”, a emissora existe há 19 anos. A Associação Comunitária de Radiodifusão Cidade FM surgiu em 1998 e obteve outorga para funcionamento em 2000, por meio das iniciativas do atual presidente, João do Aço, irmão do diretor de produção Paulo Artagnan Brito Bezerra. A tão esperada renovação para continuar funcionando chegou às mãos da direção somente em 2016. Na emissora colaboram cerca de dez profissionais, nem todos são locutores, alguns fazem a locução de certos programas por serem representantes de determinado órgão, como o Conselho Tutelar. Atuam ainda os pastores de igrejas evangélicas, representantes da ONG Programa Vida Nova, entre outros. O prédio da rádio pertence ao presidente da associação. O local contém duas divisões: a recepção e o estúdio. Os espaços têm dimensões pequenas, apenas o estúdio está equipado com sistema de refrigeração.

A relação do público com a emissora é bastante próxima. Passam um ou dois ouvintes na sede, chegam, conversam e vão embora. Outros passam em frente ao prédio e saúdam quem está na recepção, a porta de entrada fica aberta, quem passa na rua consegue visualizar a parte interna desse ambiente. Os profissionais da emissora são conhecidos por praticamente todos os moradores da cidade sede, Fortaleza dos Nogueiras. As dimensões territoriais da localidade possibilitam esse contato direto dos ouvintes com os locutores. As redes sociais, o site (<http://radiocidadefmfortaleza.com.br/>) e o aplicativo da “Rádio Cidade 87,9 FM” são outras formas de reforço da audiência, a rádio dispõe de um

contato para WhatsApp e um perfil no Facebook pouco atualizado, Josefa de Sousa geralmente utiliza seu perfil pessoal para divulgar as ações da emissora.

Programa “Conversando com a Comunidade”

Há 14 anos a produção começou a ser transmitida no domingo à tarde, pela Rádio Cidade. Durante os anos, mudou de dias, horários e duração. No período da pesquisa, podia ser ouvida de segunda a sexta-feira, das 10h10 às 11h10, com músicas, informações, entrevistas, comentários e a solicitação dos ouvintes por suas canções favoritas. Os pedidos eram realizados por SMS e pelo WhatsApp da rádio. Sempre foi apresentado por Paulo Bezerra.

“Conversando com a Comunidade” é uma proposta de ouvir a comunidade e colaborar com ela, de alguma maneira, pelas ondas radiofônicas. Nos dias 27 a 01 de julho, durante as verificações da etapa sistemática da pesquisa, notou-se a preocupação do locutor em atender aos pedidos do público e, ao mesmo tempo, passar informações que pudessem colaborar com a comunidade. Um exemplo é a entrevista com o secretário da Secretaria de Meio Ambiente, Arnaldo Pessoa de Freitas Filho, em 30 de junho, para explicar e dar soluções aos casos de falta de água em algumas ruas.

Em alguns momentos, as dúvidas do apresentador são compartilhadas com os diretores da Abraço - MA. “Pode sim, pode não, eles me orientam, eu não estou aqui para barrar as pessoas pelo que acho, eu consulto muito”, afirma Paulo Bezerra. O locutor relata que prefere consultá-los sobre questões jornalísticas e outras relacionadas à lei que regulamenta o serviço de radiodifusão do que agir fora dos princípios comunitários.

Na quarta-feira, 29 de junho, a rotina do programa parecia a mesma dos dois dias anteriores. O locutor chega ao estúdio, organiza tudo, busca as notícias no site da Agência Central de Notícias, recebe os pedidos dos ouvintes, comunica-se com a recepcionista, então Paulo Bezerra recebe a ligação do comandante da Polícia Militar do município quanto à apreensão de um homem por agressões à esposa. O programa fica então sob o comando da recepcionista e ele se dirige à delegacia, que é próxima à rádio, menos de cinco minutos de motocicleta. Com gravador acoplado ao microfone, o locutor entrevista o suspeito, um senhor de mais de 60 anos, e também o comandante da polícia. Na sequência, retorna para a rádio, e novamente no ar passa algumas informações sobre o caso, mas não utiliza a gravação, ele lembrou de dados que precisavam

ser checados antes de divulgar o áudio, para não comprometer a família e o próprio suspeito, ou seja, a notícia não é tratada com sensacionalismo. As coberturas são esporádicas, mas a preferência do locutor é por realizá-las na segunda-feira, ou diante de casos semelhantes ao citado.

Rádio Aliança

O nome Rádio Aliança 87,5 FM está em sintonia com um princípio cristão - “Ela já surgiu com esse nome, e o motivo de colocarmos esse nome é que temos a associação com as igrejas evangélicas”, explica o técnico, locutor e diretor comercial da rádio, Antônio Osvaldo de Castro, vulgo Toinho do Som.

O cargo de diretor comercial, segundo indicação do presidente da rádio, Antônio Marcos de Sousa Pereira, parece ser um indicativo necessário diante da legislação de rádios comunitárias. A presença do locutor é relacionada também a um coordenador geral, seja pela indicação dos demais profissionais que atuam na rádio, como a pessoa a quem devem satisfações, e ainda pelos próprios ouvintes, que o denominam o dono da rádio. Antônio de Castro é técnico em eletrônica, a partir dessa experiência, a Rádio Aliança foi montada por ele no final da década de 1990, mas somente há cinco anos está legalizada.

No dia a dia, verifica-se a atuação constante da secretária, o presidente, dez locutores que se revezam nos programas de segunda a domingo, um vigia, diretores e diretor geral da rádio. As instalações da emissora estão em uma edificação com semelhanças de residência, o prédio é do diretor geral. O espaço tem tamanho médio, com uma recepção; ao lado uma sala, denominada pela pesquisa de setor de apoio, onde fica o presidente e também a recepcionista; outra sala para os diretores comerciais; um espaço que, no momento do trabalho de campo, servia de depósito, mas a intenção, segundo informado, seria montar um estúdio de TV; a cozinha; o estúdio com dois microfones, uma mesa de som, um computador de mesa, uma parte delimitada para o locutor e outra para possíveis entrevistados, um rádio escuta e outros equipamentos; existe ainda um banheiro e a sala do transmissor.

A Associação Comunitária de Rádio e Difusão de Grajaú – Rádio Aliança também pode ser ouvida pelo site (<http://www.radioaliancafmgrajau.com/>), uma página com links para algumas notícias copiadas de outros sites, indicações para o Twitter com a última atualização em 8 de novembro de 2015, programação, recados, previsão do tempo, entre outras informações.

Programa “Rádio Notícia”

Com uma folha A4 escrita à mão, o apresentador Raimundo Nonato Andrade dos Santos lê os destaques do dia 19 de julho de 2016, no programa “Rádio Notícia”, pela Rádio Aliança. De 11h às 12h, são transmitidas informações, entrevistas e muitos anúncios. Comumente, são oito manchetes divulgadas, chegam até a dez, a quantidade é definida pelo tempo das entrevistas, que às vezes demandam um espaço maior.

É hábito do apresentador chegar minutos antes do informativo, entre 15 a 30 minutos de antecedência. No espaço reduzido da cozinha da Rádio Aliança, o radialista finaliza a busca das informações para o programa, em sites e, sobretudo, em blogs locais e regionais, iniciada em sua residência, por volta das 8h. O profissional relata que, antes de tomar café da manhã, faz a seleção das notícias e na rádio verifica se alguma matéria foi atualizada ou se outras mais interessantes foram postadas. O notebook pessoal é utilizado para essa atividade, páginas ficam abertas para serem lidas durante o “Rádio Notícia”, o receio de a internet faltar não é observado.

“Isso aqui é um mundo mágico”, afirma o locutor, ao ligar o carregador do notebook na tomada, no dia 22 de julho. Com problemas pessoais, o profissional relata que a semana não foi fácil. Embora a situação não transparecesse na locução, com o problema pessoal, os vinte minutos antes do informativo, na quarta-feira, dia 20, um tempo que seria destinado para atualização e fechamento das manchetes, consistiu em um desabafo do apresentador. Porém, em uma folha A4, já estavam as manchetes para o “Rádio Notícia”, o material veio preparado de casa, só não foi atualizado como ele costuma fazer. A circunstância observada evidencia a relação entre a condição pessoal e a preparação do informativo.

Entre as mudanças consideradas por Raimundo Nonato como necessárias para melhorar o “Rádio Repórter”, cita-se a ampliação do tempo do programa para duas horas e ter um repórter na apuração diária das notícias. O espaço já foi solicitado para a direção do veículo radiofônico, mas ainda não foi atendido, quanto ao repórter, o apresentador pretende providenciar. Mas para isso será necessário retirar fundos dos 50% de todos os apoios culturais do informativo recebidos por ele.

Rádio Fronteira

Na divisa do estado do Maranhão com o Pará está Itinga do Maranhão de um lado e Itinga do Pará do outro. Nesse meio se encontra a Rádio Fronteira 92,1 FM, por isso a escolha pelo nome “Fronteira”, uma analogia à questão geográfica. Porém a emissora radiofônica pertence ao território maranhense e é acompanhada somente nessa localidade. A rádio entrou no ar em 28 de maio de 2015, a partir da iniciativa do técnico em informática Geovanildo da Silva Oliveira, o Nildo Oliveira. Na percepção do idealizador, as outras três rádios da cidade pouco cumprem com o propósito de um veículo comunitário, “A Fronteira veio para ajudar a comunidade, e as pessoas que tentam agregar outros valores à Fronteira FM não é aceitável”, esse é o pensamento dele.

Após uma conversa inicial com Nildo Oliveira, seguimos até o primeiro pavimento do prédio, onde está instalado o estúdio da emissora, a surpresa é inevitável, as três salas destinadas para o funcionamento da Rádio Fronteira imprimem um aspecto de abandono. A percepção se dá especialmente por já ter passado pelo local em 14 de janeiro de 2016, durante a etapa de mapeamento dos veículos de comunicação radiofônicos Sulmaranhenses, e comparar então a diferença das condições atuais.

A edificação é alugada, no térreo permanece a residência de Nildo Oliveira, no primeiro pavimento as instalações da rádio. Na faixa principal do prédio, com características de residência, não existe identificação, algo proposital por se tratar de um veículo de comunicação sem outorga para funcionamento. As divisões que formam as salas são de compensado, constituem três salas pequenas, uma destinada para o estúdio, outra sendo utilizada pelo diretor e também com usos para recepção e a uma última tem servindo de depósito.

Esse aspecto atual da emissora é explicado pelo diretor como uma camuflagem necessária para proteger o veículo de possíveis fiscalizações decorrentes do período eleitoral. Destaca-se que, em julho de 2016, período da pesquisa, ainda estava em pré-campanha eleitoral. Para a direção, tratam-se de táticas para evitar problemas e possíveis denúncias contra a rádio. A promessa era para melhorias depois das eleições, o diretor acreditava que o prefeito eleito não iria persegui-los, com a possibilidade de liberdade para atuar.

Com quase dois anos de existência, trata-se de um veículo funcionando sem liberação do Ministério das Comunicações. Conforme a direção, faltaria apenas o CNPJ da associação para iniciar o processo de outorga junto ao órgão competente, mas é algo que também estava parado devido às campanhas

eleitorais. O diretor divide os trabalhos da rádio com a função de funcionário público da prefeitura municipal, manutenção de computadores e estava na coordenação da campanha eleitoral de alguns candidatos a vereadores.

A Rádio Fronteira conta com três profissionais, dois locutores, um deles é Antonio Clóves Gerônimo de Carvalho, que auxilia na direção da emissora, também é apresentador do “Momento do Esporte” e ainda apoia na transmissão dos jogos; e o diretor e locutor, responsável por todas as questões relacionadas, inclusive técnicas, da rádio.

É difícil medir até que ponto os discursos refletem todos os aspectos da realidade, porém é possível observar a simplicidade do local, os poucos recursos técnicos, o cotidiano repleto de atividades em que é complicado para o diretor parar e dar uma entrevista para a pesquisa, por exemplo. Em uma primeira tentativa ele precisa interromper a conversa para cumprir um chamado do trabalho de coordenador de campanha eleitoral, na segunda tentativa uma nova parada, mas com o retorno depois de alguns minutos é possível continuar, um exemplo em meio a outros. Nota-se que, mesmo com os obstáculos em meio ao medo de ter os equipamentos apreendidos, amadorismo, falta de dinheiro, existe a motivação de ter um trabalho diferenciado e a consciência da importância do trabalho jornalístico em uma rádio comunitária. Cinco dias antes do início das campanhas eleitorais⁴, após a observação por parte da pesquisa, os equipamentos da emissora foram apreendidos, a rádio foi silenciada e permaneceu sem funcionar no início de 2017. Segundo o diretor, havia um esforço para comprar novos equipamentos.

Programa “Momento do Esporte”

Junto com a Rádio Fronteira, surge também o “Momento do Esporte”, inicialmente transmitido apenas aos domingos, porém em 2015 passou a ser veiculado de segunda a sexta-feira, das 11h às 12h, com Clóves Carvalho. O locutor sempre apresentou programas esportivos e musicais em passagem por outras três emissoras radiofônicas.

O envolvimento do locutor com o esporte ultrapassa o estúdio. Há seis anos o profissional montou um time de futebol na cidade, o Milênio Esporte Clube. A equipe esportiva tem o apoio financeiro de alguns lojistas do município e dos próprios jogadores, que colaboram para compra de fardamentos, viagens para competições fora de Itinga do Maranhão e outras despesas.

Jeito manso e muito tímido, esse foi o comportamento de Clóves Carvalho ao longo da semana, de 26 a 29 de julho de 2016. Devido ao Campeonato Municipal, o diretor da rádio participou todos os dias com informações sobre os resultados e episódios durante os jogos. Nildo geralmente entra no estúdio antes ou durante o programa para verificar a mesa de som, alguma outra questão técnica e para orientar o locutor quanto à inserção dos apoios culturais, porque em alguns momentos Clóves se atrapalha nessa função. As narrativas não deixaram claro, mas a impressão é que a maior participação do diretor durante a semana se deve às observações para a pesquisa.

O radialista mora próximo da rádio, cerca de sete residências dividem as edificações, geralmente ele chega cinco, três minutos antes das 11h ou mesmo no horário de iniciar o programa, com computador já ligado ele acessa diariamente a página do Globo Esporte (<http://globoesporte.globo.com/>), procura algumas músicas para colocar no ar e tem ainda a missão de verificar uma máquina, semelhante a um equipamento para cartão de crédito, o instrumento é para conferir o jogo da loteria, relacionada a um dos anunciantes da emissora, e se refere a outra função do locutor que é vender os pontos para esse jogo. Um celular é destinado para atender às ligações dos ouvintes, mas eles não ligaram durante os momentos verificados na pesquisa, a comunicação com o público foi via WhatsApp do profissional, somente para solicitar músicas. O espaço destinado para o estúdio é pequeno e quente, ainda não tem um sistema para tornar o ambiente mais fresco.

Considerações finais

A cartografia do rádio Sulmaranhense apresenta 79% das emissoras intituladas de comunitárias e desse total, 40% funcionam sem outorga. Informações que despertam a atenção se, de fato, tratam-se de rádios voltadas para a atuação junto à comunidade, permitindo a pluralidade de comunicação e informação. Verifica-se, seja pelos dados do mapeamento ou pela observação das rotinas, que a minoria atua, efetivamente, como uma rádio comunitária.

As semelhanças entre as emissoras ultrapassam o fato de se enquadrarem como rádio comunitária. Elas estão em prédios alugados ou cedidos por terceiros, em estruturas físicas simples, compostas por poucos ambientes. Com exceção da Rádio Aliança; não existe o hábito de gravarem os programas, apenas em casos que podem comprometê-los, a exemplo de uma entrevista com determinado político; utilizam software gratuito, entre outras

similaridades verificadas, que caracterizam as dificuldades desses veículos de comunicação comunitários.

Quanto aos problemas relacionados ao jornalismo realizado pelas emissoras que fazem parte do universo da pesquisa, destaca-se a ausência de infraestrutura para a produção jornalística na maioria das rádios, seja pela falta de um departamento jornalístico, equipamentos ou mesmo condições para transporte, questões básicas e fundamentais para se garantir processos produtivos mínimos para o jornalismo. Pelo que foi observado, em nenhuma rádio existe um planejamento, por meio de reuniões ou elaboração de pauta, para possíveis coberturas jornalísticas. O quadro funcional se apresenta com poucos profissionais para comandar programas radiojornalísticos, geralmente essas pessoas dividem a função de radialista com outras atividades e nenhum possui formação superior em Jornalismo. Sem mão de obra suficiente, a internet se torna a principal fonte para reprodução de notícias e as coberturas jornalísticas realizadas por essas emissoras são mínimas.

Esses fatores reverberam no conteúdo transmitido. Com a utilização excessiva da internet, a escolha dos assuntos está condicionada ao que é publicado nas homepages de jornais impressos, agências de notícias específicas para emissoras de rádios, sites de notícias e blogs. Os ouvintes são informados, na maioria das vezes, por meio do formato presente no gênero jornalístico “notícia”, que aborda acontecimentos factuais em detrimento de uma menor quantidade de matérias com abordagens aprofundadas e amplas sobre determinado assunto. Esse formato também favorece a incidência das matérias sobre polícia e política, por serem temas recorrentes no dia a dia das sociedades, no entanto, há uma carência no que diz respeito a uma problematização das duas temáticas principais tratadas nessas emissoras. Geralmente, as questões sociais de cada cidade ganham visibilidade a partir das denúncias do público e não pelo ato de apuração jornalística dessas rádios. Assim, é evidente que o jornalismo nas rádios locais não é desenvolvido em sua plena (nem mesmo parcial) potencialidade.

Referências

BRITO, Nayane Cristina Rodrigues de. **Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do Sul do Maranhão** –mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017, 359 p.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LOPEZ, Débora Cristina. **Radiojornalismo hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã: UBI, LabCom Ebooks, Livros LabCom, 2010. Disponível em http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf. Acessado em 13 de novembro de 2016.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Por que Geografias, no plural, para a Comunicação? In: MOREIRA, Sonia Virgínia (org.). **Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas**. São Paulo: Intercom, 2012.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. 2. ed. Petrópoles, RJ: Vozes, 1998.

SOUSA, Jorge Pedro. **As Notícias e os seus efeitos**. Coimbra: Minerva, 1999.

SOUSA, Jailson de Macedo. **Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz**. Tese de doutorado em Geografia, 2015. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015, 557 p.

TRAQUINA, Nelson. **Estudos do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos jornalistas**. São Paulo: Sumus, 1993.

TUCHMAN, Gaye. **La producción de la noticia: estudio sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

WINKIN, Ives. **A Nova Comunicação: da teoria ao trabalho de campo**. Campinas: Papyrus Editora, 1998.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. 2. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

Entrevistas

Entrevista concedida por ARAUJO, Ed Wilson Ferreira. 18 ago. 2016.

Entrevista concedida por BEZERRA, Paulo Artagnan Brito. 02 jul. 2016.

Entrevista concedida por COELHO, José Maria Coelho. 17 ago. 2013.

Entrevista concedida por CASTRO, Antônio Osvaldo de. 23 jul. 2016

Entrevista concedida por CARVALHO, Raimundo Moura. 11 jun. 2016.

Entrevista concedida por OLIVEIRA, Geovanildo da Silva. 29 jul. 2016.

Entrevista concedida por SANTOS, Raimundo Nonato Andrade dos. 22 jul. 2016.

Nota

- 1 Realizado durante a segunda etapa de pesquisa de campo, desenvolvida entre os meses de maio a julho de 2016.
- 2 A partir da implantação, há 13 anos, do curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão/campus Imperatriz, iniciaram-se produções científicas a respeito dos meios de comunicação no Sul do Maranhão, a maioria dos estudos ainda estão centrados na cidade de Imperatriz, local em que está situada a universidade.
- 3 Investigação que deu origem à dissertação “Panorama do radiojornalismo nas emissoras radiofônicas do Sul do Maranhão –mapeamento, rotinas produtivas e produtos jornalísticos”, defendida em 2017 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
- 4 Em 26 de agosto de 2016, iniciou o período da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, referente às campanhas municipais do ano.